

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE LETRAS - FALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS - POSLIN

WALDEMAR DUARTE DE ALENCAR NETO

**AS FORMAÇÕES NOMINAIS EM TEXTOS SOBRE *RACISMO* E *ANTIRRACISMO*:
O CASO DAS NOMINALIZAÇÕES**

BELO HORIZONTE
2018

WALDEMAR DUARTE DE ALENCAR NETO

**AS FORMAÇÕES NOMINAIS EM TEXTOS SOBRE *RACISMO* E *ANTIRRACISMO*:
O CASO DAS NOMINALIZAÇÕES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PosLin) da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística Teórica e Descritiva.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de Pesquisa: (1C) Estudos da Língua em Uso.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Francisco Dias.

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2018

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

A368f

Alencar Neto, Waldemar Duarte de.

As formações nominais em textos sobre racismo e antirracismo [manuscrito] : o caso das nominalizações / Waldemar Duarte de Alencar Neto. – 2018.

247 f., enc.: il. (color)

Orientador: Luiz Francisco Dias.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de Pesquisa: Estudos da Língua em Uso.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 241-247.

1. Enunciação – Teses. 2. Língua portuguesa – Sintaxe – Teses. 3. Semântica – Teses. 4. Racismo na linguagem – Teses. I. Dias, Luiz Francisco. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 415



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



FOLHA DE APROVAÇÃO

AS FORMAÇÕES NOMINAIS EM TEXTOS SOBRE RACISMO E ANTIRRACISMO: O CASO DAS NOMINALIZAÇÕES

WALDEMAR DUARTE DE ALENCAR NETO

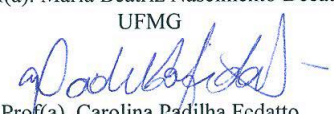
Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudos da Língua em Uso.


Aprovada em 03 de agosto de 2018, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Luiz Francisco Dias - Orientador
UFMG


Prof(a). Mônica Graciela Zoppi Fontana


Prof(a). Maria Beatriz Nascimento Decat
UFMG


Prof(a). Carolina Padilha Fedatto
UNIVÁS


Prof(a). Joana Darc Rodrigues da Costa
UEMA

Belo Horizonte, 3 de agosto de 2018.

**A Rildon B. Araújo
Dedico**

“Ontem, eu fiquei horas esquecidas assistindo ao trabalho das formigas,
indiferentes a tudo, na sua meta de construir. E aprendi o quanto é importante fazer...
Fazer sempre e de tudo para alcançar as galhas mais altas da árvore da vida
e melhor se alimentar do fruto ali quase esquecido: a paz.
Oh, Deus! Torna-me indiferente a tudo que não seja construir
com meu trabalho um mundo novo,
onde só pessoas, bichos e coisas existam porque amam
e entendem o amor como único sentido da vida”.

(Djavan, 1984. Encarte do disco *Lilás*)

Obrigado,

Prof. Luiz Francisco Dias, pela orientação, compreensão e por me fazer (re)descobrir um modo de escrita libertador;

Amigos e amigas do grupo de pesquisa ENUNCIAR, pelos compartilhamentos dentro e fora do espaço acadêmico;

Prof^ª. Emília Dantas, pelas contribuições ao meu trabalho, desde o parecer do projeto de pesquisa até as considerações na ocasião do Exame de Qualificação;

Professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFMG;

Reitor do Instituto Federal do Piauí, Prof. Paulo Henrique G. de Lima; Diretores do *Campus Picos*, Elisberto Luz e José Ferreira Júnior; e amigas do eixo Linguagens, grandes parceiras, Ana Karina e Tâmara Milhomem, pelo importante incentivo à qualificação;

Joana Darc, pela amizade, pela entrega... por tudo que passamos juntos. Não consigo discorrer tão brevemente sobre a importância que você foi para mim durante o doutorado;

Igor Guimarães, pelas aventuras e experiências felizes, e por me mostrar uma Belo Horizonte familiar, o que amenizava a saudade de casa;

Annallena Guedes, pelas alegrias compartilhadas e por me fazer entender que é importante “seguir o fluxo”;

Amigos Luciano Figueiredo e Mariana Bezerra, pelo apoio, pelas conversas e pelos sábios conselhos;

D. Francisca, por todo o carinho, pela preocupação comigo e acolhida sempre;

Mãe (Zilma), pai (Mazinho), irmãs (Karla e Keline) e sobrinhos (Laura, Sophia, Arthur, Luna e Isadora), por todo amor e por tornarem a minha caminhada mais leve.

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo sobre aspectos relacionados à Nominalização, com fundamento nos pressupostos teóricos da Semântica da Enunciação proposta por Guimarães (1995; 2005). Tradicionalmente definido como o processo pelo qual se obtém uma palavra a partir de outra já existente, esse fenômeno é discutido no âmbito de uma perspectiva que produz, segundo Dias (2015c), um olhar para a língua que resulta em diferenças significativas no conceito de forma linguística e, conseqüentemente, na abordagem das unidades articulatórias, concebidas como *formações nominais*. Desse modo, compreender o funcionamento enunciativo das nominalizações nas formações nominais implica buscar as razões enunciativas para as relações linguísticas nucleadas por uma forma nominalizada, isto é, significa buscar as pertinências que essa forma adquire na relação entre uma atualidade de seu uso e os referenciais que a situam historicamente. Considerando um *corpus* diversificado, constituído de textos sobre racismo e antirracismo, analisamos as ocorrências, demarcando diferenças entre referenciais históricos e pertinências enunciativas por meio do trabalho com as redes enunciativas, e observamos, em síntese, o seguinte: como forma linguística qualificada na enunciação, a nominalização adquire uma pertinência enunciativa na medida em que algo anterior, configurado como uma predicação de existência, assegura que ela esteja situada daquela maneira, e não de outra, no enunciado. Como forma condensadora de uma memória de enunciações pela recorrência de seus usos, ela é capaz de, na convergência enunciativa, perspectivar, definindo, em alguma medida, os rumos da significação. Se em torno da nominalização discute-se, sob outras perspectivas, os efeitos de apagamento, tomamos, do nosso ponto de vista, esse silêncio (sintático) como algo significativo. Nesse ponto da pesquisa, ampliamos a leitura enunciativa do objeto ao propormos um estatuto de completude ligado à nominalização, mas deslocando essa noção de completude dos insuficientes conceitos de “complementação” e “necessidade”, e voltando o olhar para a requalificação dos lugares sintáticos de sujeito e de complemento, ancorada na relação constitutiva entre uma dimensão material e uma dimensão simbólica, de ordem enunciativa. Ao final, propomos contínuos de representação que clarificaram a capacidade que as nominalizações têm de evocar referenciais que vão definir os modos de produção de pertinência no acontecimento enunciativo.

Palavras-chave: Nominalização. Enunciação. Formação Nominal.

ABSTRACT

This work presents a study on aspects related to Nominalization, based on the theoretical assumptions of Semantics of Enunciation proposed by Guimarães (1995, 2005). Traditionally defined as the process by which one obtains a word from another already existing, this phenomenon is discussed within a perspective that produces, according to Dias (2015c), a look at the language that results in significant differences in the concept of linguistic form and, consequently, in the approach of the articulatory units, conceived as *nominal formations*. In this way, to understand the enunciative functioning of nominalizations in nominal formations implies searching for the enunciative reasons for the linguistic relations nucleated by a nominalized form, that is, to search for the pertinences that this form acquires in the relation between a current of its use and the references that they situate it historically. Considering a diversified *corpus*, made up of texts on racism and antiracism, we analyzed the occurrences, demarcating differences between historical references and enunciative pertinences through the work with enunciative networks, and we observe in summary the following: as a qualified linguistic form in the enunciation, nominalization acquires an enunciative pertinence whereas a prior object, configured as a predication of existence, ensures that it is situated in that way, not another, in the statement. As a condensing form of a memory of enunciations by the recurrence of its uses, it is able, in enunciative convergence, to envisage, defining, in some measure, the directions of signification. If, in other perspectives, the effects of deletion are discussed around the nominalization, we take this (syntactic) silence from our point of view as meaningful. At this point in the research, we broaden the enunciative reading of the object by proposing a status of completeness linked to nominalization, but shifting this notion of completeness from the insufficient concepts of “complementation” and “necessity”, and turning our attention to the requalification of syntactic places of subject and complement, anchored in the constitutive relation between a material dimension and a symbolic dimension, of enunciative order. In the end, we propose continuous representations that clarify the capacity that nominalizations have to evoke references that will define the modes of production of pertinence in the enunciative event.

Keywords: Nominalization. Enunciation. Nominal Formations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS:

Figura 1 – #Abolição	17
Figura 2 – #ChegaDePreconceito	17
Figura 3 – Primeiro modelo triádico da semântica	26
Figura 4 – Campanha “Nós do Cabelo”	29
Figura 5 – Ser Negro	30
Figura 6 – Raça não existe	38
Figura 7 – XI Olimpíada Brasileira de Biologia	39
Figura 8 – Capa do Metrô Jornal	41
Figura 9 – Somos todos macacos	42
Figura 10 – “Não tem um preto na Lavajato”	45
Figura 11 – #NãoSejaRacista	47
Figura 12 – “Aboliram a escravidão, não a condição”	49
Figura 13 – Advogado negro	51
Figura 14 – <i>Sem Banzo</i> 1	53
Figura 15 – <i>Sem Banzo</i> 2	53
Figura 16 – Racismo em Livro Didático	54
Figura 17 – Racismo no Brasil	57
Figura 18 – Padrões Avaliativos IFPA	67
Figura 19 – #LugarDoNegro	69
Figura 20 – Bossa Negra	70
Figura 21 – A bossa negra de Hamilton e Diogo	71
Figura 22 – Fala de Hamilton de Holanda	72
Figura 23 – “O Brasil é racista, seu futebol também”	74
Figura 24 – Referente de (lápiz) <i>cor de pele</i>	78
Figura 25 – Referente de (lápiz) <i>cor de pele</i> (?)	78
Figura 26 – Tirinha de Armandinho	79
Figura 27 – Referente de (giz de cera) <i>cor de pele</i>	79
Figura 28 – Lápis cor de pele	79
Figura 29 – “Cor de pele”	80

Figura 30 – Tira: Lápis cor de pele	80
Figura 31 – SOS Racismo	82
Figura 32 – Constituição da referência na semântica da enunciação	82
Figura 33 – “Meu show é um ato político”	83
Figura 34 – Canal Futura	85
Figura 35 – “Negro de primeira linha”	88
Figura 36 – Isso é racismo	89
Figura 37 – Do Blog <i>Negro Belchior</i>	91
Figura 38 – Resultados de busca no <i>Google</i>	92
Figura 39 – <i>Criticize</i> e <i>criticism</i> em esquemas arbóreos	98
Figura 40 – Emicida fala sobre racismo	101
Figura 41 – A cor da resistência é preta	107
Figura 42 – Ata de Mesa Entendimento	119
Figura 43 – Contra o extermínio da juventude negra	122
Figura 44 – A representatividade de <i>Pantera Negra</i>	128
Figura 45 – <i>Representatividade</i> em rede	131
Figura 46 – Racismo é crime!	133
Figura 47 – Movimento Brasil Livre (MBL)	137
Figura 48 – Trecho da matéria publicada por Karen Lemos	143
Figura 49 – Nívea no centro da polêmica	144
Figura 50 – Racismo de quem?	145
Figura 51 – Oprah no Globo de Ouro	154
Figura 52 – Geração Tombamento	156
Figura 53 – Por dentro da África	157
Figura 54 – Nota de repúdio OAB	160
Figura 55 – O Dia da Consciência Negra	162
Figura 56 – Um festival de pretos	164
Figura 57 – Racismo Ostentação	166
Figura 58 – Relato de professora negra ofendida	168
Figura 59 – A luta e resistência negra por Diretas Já!	171
Figura 60 – Ascensão social negra	173
Figura 61 – Intervenção militar	174
Figura 62 – Intolerância religiosa	175

Figura 63 – Contínuo das convergências (NML + Adjunto) e suas escalas de determinações no espaço de enunciação	178
Figura 64 – 129 anos de abolição	179
Figura 65 – Cultura de denúncia do racismo	182
Figura 66 – Apropriação cultural	184
Figura 67 – Perseguição contra muçulmanos	185
Figura 68 – Contínuo das convergências (NML + Sintagma Preposicionado) e suas escalas de determinações no espaço de enunciação	186
Figura 69 – Resistência à representatividade de <i>Pantera Negra</i>	191
Figura 70 – Maju Coutinho no <i>Jornal Hoje</i>	194
Figura 71 – Discriminação	195
Figura 72 – Resistência sempre	197
Figura 73 – Contínuo entre as definições de definitude, especificação e indeterminação e o conceito de sujeito indeterminado	202
Figura 74 – Desumanização da mulher negra	203
Figura 75 – Primeira muçulmana a posar para a Playboy	205
Figura 76 – Perpetua o racismo	206
Figura 77 – Um livro para refletir e mobilizar	211
Figura 78 – Personal Vip Black	212
Figura 79 – Afro-matemática	213
Figura 80 – <i>Like a Prayer</i>	214
Figura 81 – Combate ao racismo é com igualdade	215
Figura 82 – Contínuo da definitude referencial na ocupação do lugar de sujeito	217
Figura 83 – A macrossintaxe para Berrendonner	221
Figura 84 – O teu discurso não nega, racista	223
Figura 85 – Retrocesso	227
Figura 86 – Contínuo de predicação dirigida do verbo <i>comer</i> II	228
Figura 87 – Contínuo de predicação centrada do verbo <i>correr</i>	229
Figura 88 – Contínuo de predicação centrada e dirigida das nominalizações	230

QUADROS:

Quadro 1 – Ilustrativo de possíveis substituições 1	75
Quadro 2 – Ilustrativo de possíveis substituições 2	91
Quadro 3 – Entradas lexicais	103
Quadro 4 – Alternativa 1 para a entrada lexical	103
Quadro 5 – Alternativa 2 para a entrada lexical	104
Quadro 6 – O pré-construído segundo Letícia M. Rezende (2008)	113
Quadro 7 – Ponto de vista conceitual de Patrick Dahlet (2015)	115
Quadro 8 – Enunciados virtuais em rede 1	135
Quadro 9 – Enunciados efetivos em rede 1	143
Quadro 10 – Possíveis ocupações do lugar sintático de complemento 1	148
Quadro 11 – Possíveis ocupações do lugar sintático de complemento 2	159
Quadro 12 – Enunciados virtuais em rede 2	170
Quadro 13 – Enunciados efetivos em rede 2	176
Quadro 14 – Enunciados virtuais em rede 3	181
Quadro 15 – Enunciados virtuais em rede 4	183
Quadro 16 – Gradação do núcleo do <i>sujeito base</i> na definitude referencial	208

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1.1 Problemática e localizações teóricas	15
1.2 Aspectos metodológicos: considerações preliminares	20
1.3 Os capítulos	21
CAPÍTULO I – PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA SEMÂNTICA (HISTÓRICA) DA ENUNCIÇÃO	24
1.1 Introdução do capítulo	24
1.2 A significação em cena	24
1.3 Enunciação e acontecimento	34
1.4 Acontecimento enunciativo, história e memória	50
1.5 O acontecimento (político) de linguagem	65
1.6 Enunciação e materialidade linguística	70
1.6.1 Um parêntese sobre a questão da referência	76
1.6.2 Significação e Formação Nominal: o olhar sobre as articulações linguísticas.....	83
1.7 Síntese do capítulo	92
CAPÍTULO II – A NOMINALIZAÇÃO ABORDAGENS SOBRE O OBJETO	94
2.1 Introdução do capítulo	94
2.2 Da Hipótese Transformacionalista à Hipótese Lexicalista: breve histórico	94
2.3 Transitando por abordagens	104
2.3.1 Aspectos morfossintáticos da nominalização	105
2.3.2 Aspectos semântico-discursivos da nominalização	111
2.4 Síntese do capítulo	123
CAPÍTULO III – NOMINALIZAÇÃO E ACONTECIMENTO AS DEMANDAS DE PERTINÊNCIA DA NOMINALIZAÇÃO	126
3.1 Introdução do capítulo	126
3.2 Retomando algumas questões de ordem metodológica	126

3.3 A configuração (enunciativa) das unidades linguísticas: o olhar sobre a construção nominalizada	133
3.4 O estatuto de uma instância do “já-enunciado”: o memorável como pré-construído de uma perspectiva teórica	150
3.5 A força de atualização da nominalização	165
3.5.1 Análise de grupos nominais NML + Adjunto	168
3.5.2 Análise de grupos nominais NML + Sintagma preposicionado (complemento)	179
3.6 Síntese do capítulo	187
CAPÍTULO IV – AINDA SOBRE O FUNCIONAMENTO ENUNCIATIVO DA NOMINALIZAÇÃO POR UM ESTATUTO DE COMPLETUDE DOS NOMES	189
4.1 Introdução do capítulo	189
4.2 As dimensões material e simbólica da linguagem	189
4.3 As demandas de saturação do lugar sintático de sujeito	198
4.4 O lugar sintático de complemento enquanto projeção histórica	219
4.5 Síntese do capítulo	231
CONSIDERAÇÕES FINAIS	233
REFERÊNCIAS	241

INTRODUÇÃO

O senhor Palomar vê uma onda apontar na distância, crescer, aproximar-se, mudar de forma e de cor, revolver-se sobre si mesma, quebrar-se, desfazer-se. A essa altura poderia convencer-se de ter levado a cabo a operação a que se havia proposto e ir-se embora. Contudo, isolar uma onda da que se lhe segue de imediato e que parece às vezes suplantá-la ou acrescentar-se a ela e mesmo arrastá-la é algo muito difícil, assim como separá-la da onda que a precede e que parece empurrá-la em direção à praia, quando não dá até mesmo a impressão de voltar-se contra ela como se quisesse fechá-la. Se então considerarmos cada onda no sentido de sua amplitude, paralelamente à costa, será difícil estabelecer até onde a frente que avança se estende contínua e onde se separa e se segmenta em ondas autônomas, distintas pela velocidade, a forma, a força, a direção.

(Ítalo Calvino)

1.1 Problemática e localizações teóricas

Nossa pesquisa dedica-se, a partir de uma perspectiva teórica que busca explicar o funcionamento da língua, ao estudo da dinâmica enunciativa da nominalização, concebida tradicionalmente como um fenômeno morfossintático que altera a função prototípica de uma unidade gramatical ou de um sintagma para a função de substantivo, ou em outras palavras, um fenômeno que forma substantivos a partir de verbos ou de adjetivos.

Se tomarmos a concepção de Basílio (1987, p. 87), a nominalização é importante, dentre outros aspectos, em certos contextos, porque permite a expressão e a “compreensão de um texto com encaixamentos múltiplos, o que seria praticamente impossível com a utilização de estruturas verbais”. Do nosso ponto de vista, não vemos a nominalização como um recurso simplesmente, seja como um mecanismo lexical de reiteração por meio do qual se constrói a coesão textual, seja atuando como função anafórica num texto. Acreditamos que um enunciado que abriga uma forma nominalizada, seja atuando com uma função predicadora ou designadora, não apresenta sua superfície homogênea, visto que, como afirma Rezende (2000, p. 284), a nominalização é um “fenômeno rebelde”, inclusive, “a uma definição mecanicista da paráfrase; ela ultrapassa a língua como sistema e a competência de um locutor ideal”. A ideia é que

A problemática linguística que diz respeito à frase e não ao enunciado realizado não dá conta da interpretação dos enunciados com nominalização. Toda tentativa de reescrever (a fim de apresentação prática) um texto, por exemplo, para construir classes de equivalências, por meio de transformações, (supondo serem parafrásticas), acaba esbarrando na nominalização e no seu modo de desencaixe. (REZENDE, 2000, p. 284)

A nossa motivação no plano teórico se assenta nesse modo ampliado de ver a nominalização. Sendo assim, propomos uma abordagem semântico-enunciativa para esse fenômeno, acreditando que uma análise que repousa sobre esses aspectos teórico-metodológicos possa descortinar algumas questões que estão por trás do que, aparentemente, só representa o processo de transformação de uma função em outra, ou o resultado dessa transformação. Para isso, partimos de algumas premissas. Uma delas é a de que esse fenômeno, nos termos de Agustini e Alferes (2010, p. 23) “é uma das formas de presentificação do exterior no dizer, (re)atualizando, (re)memorando, (re)apagando, (re)escrevendo aquilo que pode fazer parte de um consenso de memória na sociedade em um mo(vi)mento de contenção e dispersão de sentidos”.

Em relação à seleção desse objeto de estudo, poderíamos ter lançado o olhar sobre qualquer ocorrência nominalizada e chegar a um resultado, mas elegemos como foco de observação as formas nominalizadas em textos sobre racismo e antirracismo. Expliquemos, brevemente, o porquê dessa escolha.

Por muitas décadas a questão racial foi omitida do debate público em razão, sobretudo, do mito da democracia racial brasileira apresentado ao mundo como modelo a ser seguido. Segundo a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC (2006)¹, esse mito, “relacionado à ideia de que o povo brasileiro é produto homogêneo da miscigenação racial de europeus, negros e índios, foi inculcado tão fortemente na sociedade que ganhou status de verdade inquestionável”. Essa realidade só passou a ser questionada a partir dos anos de 1950 com alguns estudos, como os de Florestan Fernandes e Oracy Nogueira, conforme lembra a PFDC. Nas décadas seguintes, “com o fortalecimento das organizações da população negra, o tema da discriminação racial ganhou maior espaço e passou a polemizar com o senso comum de que no Brasil não há racismo”.

Nossa inclinação tem motivação nisso, ou seja, o debate sobre o racismo e o preconceito racial sempre esteve presente nas diferentes esferas discursivas, mas, nos últimos anos, ao que parece, tem emergido mais, certamente em razão desse momento de efervescência da questão racial, como ressalta a PFDC.

Esse debate é tido como uma questão bastante complexa, na medida em que (re)coloca a história e a política no centro da análise. Nessas condições, acreditamos que os textos sobre

¹ No texto de abertura da página de um dos eventos institucionais promovidos pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, em 2006, o II Seminário de Debates sobre Racismo e Desigualdade Racial do MPF. Disponível em: <http://midia.pgr.mpf.gov.br/hotsites/hotsites_antigos/consciencianegra/questaoracial.htm>. Acesso em: junho de 2015.

racismo apresentam condições de produção favoráveis à formação de nominalizações. Vejamos.

Figura 1 - #Abolição



Fonte: <https://twitter.com/geledes>

Figura 2 – #ChegaDePreconceito



Fonte: observatorioracialfutebol.com.br

Essa vasta produtividade nesses discursos, como nas ilustrações (*abolição, eliminação, o combate, luta*), foi se confirmando à medida que coletávamos os dados, e nos levando a considerar algumas importantes hipóteses como:

a) os silenciamentos, apagamentos e virtualizações ligados à nominalização, que para nós são bastante significativos, alocariam essas temáticas, do racismo e antirracismo, em lugares de indeterminação, generalização ou neutralização;

b) as formações nominais explicitariam o paradoxo desse lugar de neutralidade, uma vez que esse lugar seria, também, potencialmente, o lugar do conflito em razão do funcionamento político da linguagem;

c) em algumas convergências enunciativas, como nas formações nominais extraídas de artigos de opinião em *sites* militantes, por exemplo, as possibilidades de saturação semântica dos lugares sintáticos ligados à nominalização, seriam maiores, uma vez que o traço de ocupação do lugar seria menos indeterminado;

d) as formações nominais funcionariam entre o referencial histórico de formas nominalizadas que perspectivam as noções de racismo e antirracismo e as pertinências dessas formas nos espaços de enunciação.

Como dissemos no início, filiamo-nos a uma abordagem semântica, no âmbito de uma perspectiva que vê a enunciação como um acontecimento histórico-social, “no qual se dá a relação do sujeito com a língua” (GUIMARÃES, 2005, p. 8). Tomamos, então, como pressupostos teórico-metodológicos a Semântica Histórica da Enunciação, proposta por este semanticista e definida como o “lugar em que se trata a questão da significação ao mesmo tempo como linguística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia” (GUIMARÃES, 1995, p. 85), e de onde descendem as reflexões promovidas por Dias (2009; 2011; 2013; 2015).

A linguagem é tomada, então, considerando-se que sua relação com o real é histórica, segundo Guimarães (2005). Nessa direção, acreditamos que aquilo que existe no mundo, que é discreto, é de natureza histórica, ou seja, a distinção entre as coisas tem essa natureza. O mundo é da forma como é hoje porque se constituiu historicamente dessa maneira. Pensando nesse sentido, fomos motivados a olhar para a enunciação como um ato individual de apropriação da língua, lembrando Benveniste (1974), mas afetado por fatores históricos, na linha das reflexões propostas por Guimarães e Dias.

As formas nominalizadas são pensadas, portanto, segundo uma concepção que concebe as construções nominais como “formações”, por buscarem captar o processo de constituição das construções nucleadas por nomes. Em outras palavras, trata-se de formações articulatórias cujas razões enunciativas não prescindem das regularidades estruturais, segundo Dias (2015g), mas estão centradas numa ordem da materialidade do dizer cujo alcance é mais amplo e denso do que a horizontalidade das relações sintagmáticas.

Nosso interesse, ao olharmos para as formas linguísticas, não é em apenas identificar um núcleo e saber quais são os seus determinantes. Se assim o fosse, bastaria, para nós, o conceito de sintagma nominal. Estamos tratando de um estudo enunciativo da língua, que concebe os sentidos como sendo históricos, isso nos levou a trabalhar com esse conceito de formação nominal (doravante FN), de estatuto prioritariamente explicativo, e não descritivo. Sendo assim, a FN não aparece como um recorte gramatical, mas como um novo olhar sobre o sintagma nominal, segundo Dias (2013a).

Desse modo, podemos dizer que as formações nominais abarcam um domínio referencial capaz de produzir as condições para os recortes do sentido. Nas formações, os objetos do dizer adquirem pertinência na relação entre a memória e as demandas do presente no acontecimento enunciativo (DIAS, 2013h). Logo, o referencial nos permite apontar historicamente para os referentes, tendo em vista uma perspectiva histórica na relação entre linguagem e mundo, relação essa que, para nós, não se dá de forma direta.

Outra premissa da qual partimos é a de que a significação da língua, conforme Dias (2009a; 2013a), reside na relação entre o plano da organicidade, da materialidade linguística, e o plano enunciativo, e que, nesse sentido, “as formas da língua são constitutivas da relação que se estabelece entre uma instância de presente do enunciar e uma instância de anterioridade (da memória)” (DIAS, 2013a, p. 9), ou seja, as formas da língua carregam uma memória de dizeres e as articulações dessas formas linguísticas permitem a atualização dos dizeres.

As formações nominais são tomadas, portanto, como lugar privilegiado de constituição do campo de emergência dos objetos do dizer, remontando a Foucault (1969). Uma FN adquire pertinência em um espaço enunciativo tendo em vista um referencial. É esse referencial que nos permite apontar historicamente para os referentes, como afirmamos anteriormente, determinando o significado desse referente.

Dito isso, considerando que saber o que significa uma forma é dizer como o seu funcionamento é parte da constituição do sentido do enunciado, como pontua Guimarães (2005), a questão mais abrangente que propomos é a seguinte:

O que podemos extrair dessa dupla instanciação (relação entre memória e atualidade) em que o enunciado é concebido no sentido de compreender o funcionamento de uma forma linguística nominalizada? Dito de outro modo, como uma nominalização ganha pertinência enunciativa em uma formação nominal, considerando-se a relação entre a memória e as demandas do presente no acontecimento enunciativo?

Norteados por essa questão maior, propomos os seguintes objetivos:

- a) (re)pensar o estatuto da nominalização, propondo uma leitura semântico-enunciativa para esse fenômeno;
- b) descrever os caminhos de constituição e os fundamentos do conceito de *formação nominal* sobre o qual repousam as análises do funcionamento enunciativo das nominalizações;
- c) propor um *link* entre nominalização e acontecimento enunciativo, a partir da análise das demandas de pertinência enunciativa de uma forma nominalizada no enunciado;
- d) buscar as razões enunciativas possíveis de se extrair de uma configuração linguística nominalizada;
- e) analisar o comportamento determinante das formas nominalizadas em relação aos outros elementos com os quais convergem, enunciativamente, na formação nominal;
- f) propor uma reflexão pertinente à caracterização enunciativa dos lugares sintáticos ligados ao elemento nominalizado;

g) descrever o papel das nominalizações na constituição do domínio referencial para as demandas de saturação do lugar sintático de sujeito;

h) adaptar os conceitos de predicação centrada e dirigida ao funcionamento das nominalizações, a fim de redimensionar o olhar sobre a ocupação do lugar sintático de complemento; e

i) propor contínuos que representem os níveis de atuação das nominalizações nos modos de constituição do domínio referencial, nos acontecimentos enunciativos.

1.2 Aspectos metodológicos: considerações preliminares

Do ponto de onde partimos, a enunciação é apreendida, metodologicamente, a partir da releitura do conceito de acontecimento, como a relação entre referencial histórico e pertinência enunciativa. No nível teórico, apoiamos-nos nesses conceitos de pertinência e referencial. No plano operatório, utilizamos os conceitos de formação nominal e de redes enunciativas como caminhos, ou melhor dizendo, lugares de observação, para chegarmos à significação.

Reconhecemos essa importância do conceito de formação nominal do ponto de vista metodológico, uma vez que ela se constitui como um espaço de projeção de referenciais, como um potencializador de dizeres e, por isso mesmo, ela ser um meio pelo qual seja possível observar como se constrói a significação.

Quando colocamos como foco a formação nominal, estamos olhando como as palavras se articulam. Se debruçarmos o olhar sobre o texto como um todo, teremos um universo muito grande de articulação para dar conta, e, nesse caso, não enxergaríamos a língua. Essa é a perspectiva de uma semântica da enunciação, qual seja, reduzir o foco do olhar (do texto) para o nosso objeto empírico: o enunciado, porque queremos olhar ao mesmo tempo a língua e também os efeitos discursivos de regularização que estão postos ali no enunciado. É nesse sentido que buscamos as razões enunciativas das configurações linguísticas.

O nosso *corpus* foi organizado em torno de textos integrantes dos mais diversos gêneros, retirados da mídia, como reportagens, artigos de opinião, notícias, campanhas publicitárias, resoluções, dentre outros, considerando a multiplicidade e heterogeneidade dos meios (multimodalidade) a que estamos expostos. Podemos dizer que se trata da construção de um arquivo, a partir do qual foi possível refletir enunciativamente sobre uma questão tão relevante e atual, que é a questão do racismo. Não é simplesmente um material que exemplifica as questões teóricas trabalhadas, ou que está simplesmente em função de um

conceito ou definição. O conjunto de exemplos que trazemos no texto, encadeados em redes, diz respeito não só à nominalização, mas também ao funcionamento do racismo enquanto discurso nas práticas de linguagem na sociedade brasileira hoje.

Para proceder à coleta e análise de dados para a pesquisa, consideramos o estatuto dado ao exemplo por Dias (2006b, p. 52), segundo o qual “os exemplos não aparecem aleatoriamente no texto, mas são ‘convocados’ para constituir um conjunto de exemplos que formam uma unidade”. Desse modo, a exemplificação é como algo que deve constituir uma “rede” de ocorrências.

Adotamos no nosso estudo, esse enfoque dado aos exemplos, nomeado, por Dias (2006b), de exemplos-colmeia. Eles foram organizados, então, em cadeia: “a partir de ocorrências previstas em determinado *corpus*, outras serão criadas, a fim de que possamos testar os parâmetros linguísticos que tais exemplos apresentam” (DALMASCHIO, 2013, p. 17). As ocorrências criadas para um fim específico de demonstração, nos termos de Dias (2006b), ganham ancoragem em exemplos efetivamente realizados.

Essa expressão “rede” está ganhando mais espaço nos atuais estudos de Dias (2018), e se configurando como *redes enunciativas*. Criando redes a partir de unidades linguísticas possíveis de serem articuladas, é possível estabelecer parâmetros mais amplos de análise, uma vez que a elaboração de uma rede vai permitir que façamos uma análise melhor dos referenciais históricos. Uma rede é, portanto, o lugar de produção de semelhanças e diferenças na enunciação. Mais adiante, detalhamos melhor esses procedimentos metodológicos.

1.3 Os capítulos

A fim de alcançar o que propomos, desenvolvemos o nosso trabalho estruturando-o da seguinte maneira:

Nesta parte introdutória, estão apresentados nosso objeto de estudo; o aparato teórico-metodológico sob o qual se deu o estudo do funcionamento desse objeto; e as motivações dessas nossas escolhas. Aqui formulamos, também, uma pergunta norteadora, e elencamos os objetivos de trabalho a partir dela.

O Capítulo I foi destinado à apresentação dos princípios teórico-metodológicos da pesquisa, isto é, dos estudos desenvolvidos pela Semântica da Enunciação; e o Capítulo II, a uma apresentação do fenômeno da Nominalização como objeto de estudo, passando por algumas perspectivas. Nesse ponto, consideramos oportuno fazer uma observação sobre essa ordem dos capítulos. Espera-se que o capítulo de apresentação do objeto de estudo seja o

primeiro. Contudo, optamos por apresentar logo o aparato teórico-metodológico que sustenta a pesquisa. Antes mesmo de sermos questionados, em Banca de Qualificação, quanto a essa ordem, já havíamos pensado em deixar clara essa opção. Embora o segundo capítulo não seja um capítulo reservado para análises, visto que ele apenas apresenta o objeto, sentimos a necessidade de falar de Nominalização já estabelecendo algumas poucas relações, ou até mesmo já ir marcando diferenças ou associações em relação ao nosso ponto de vista, mas, para isso, seria importante que os fundamentos de uma Semântica da Enunciação já tivessem sido apresentados. Então, por esse motivo, decidimos por essa ordem.

No Capítulo III, estabelecemos uma relação entre Nominalização e Acontecimento. No início desse capítulo, desenvolvemos um pouco mais dos aspectos metodológicos, e seguimos analisando as ocorrências, tendo como base alguns princípios de análise. É a partir desse capítulo que tem início a leitura semântico-enunciativa das nominalizações. Destinamos, por fim, o Capítulo IV às discussões que contemplam a reflexão pertinente à caracterização dos lugares sintáticos ligados ao elemento nominalizado, ampliando, desse modo, o olhar sobre o funcionamento enunciativo das nominalizações.

No capítulo das Considerações Finais, expomos as conclusões a que chegamos, tendo em vista o que foi desenvolvido.

O senhor Palomar está procurando agora limitar seu campo de observação; se tem presente um quadrado de, digamos, dez metros de praia por dez metros de mar, pode levantar um inventário de todos os movimentos de ondas que ali se repetem com frequência variada dentro de um dado intervalo de tempo. A dificuldade está em fixar os limites desse quadrado, porque, por exemplo, se ele considera como o lado mais distante de si a linha em relevo de uma onda que avança, essa linha ao aproximar-se dele irá, erguendo-se, ocultar de sua vista tudo o que está atrás; e eis que o espaço tomado para exame se destaca e ao mesmo tempo se comprime.

Contudo, o senhor Palomar não perde o ânimo e a cada momento acredita haver conseguido observar tudo o que poderia ver de seu ponto de observação, mas sempre ocorre alguma coisa que não tinha levado em conta. Se não fosse pela impaciência de chegar a um resultado completo e definitivo de sua operação visiva, a observação das ondas seria para ele um exercício muito repousante e poderia salvá-lo da neurastenia, do infarto e da úlcera gástrica. E talvez pudesse ser a chave para a padronização da complexidade do mundo reduzindo-a ao mecanismo mais simples.

(Ítalo Calvino)

CAPÍTULO I – PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

SEMÂNTICA (HISTÓRICA) DA ENUNCIÇÃO

1.1 Introdução do capítulo

Propomos neste primeiro capítulo uma apresentação dos princípios teórico-metodológicos que orientam nosso estudo. Nesse percurso de apresentação, julgamos pertinente começar por uma abordagem sobre alguns olhares a partir dos quais a significação possa ser concebida, e seguir verificando como algumas perspectivas de análise semântica trabalham no sentido de produzir evidências das suas concepções. Dentre essas perspectivas, estão as dos teóricos aos quais nos filiamos. A partir do modo como eles discutem as noções de enunciação e acontecimento, é possível, por meio da identificação de pontos de aproximação entre as teorias ou de variações e deslocamentos, definir melhor o nosso aparato.

Muito do que propomos neste capítulo tem esteio nas discussões realizadas, no período de 2014 a 2017, pelo grupo de estudos *Enunciar – Semântica: Enunciação e Forma Linguística*, coordenado pelo Professor Luiz Francisco Dias, durante os encontros na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Desse modo, a busca pela compreensão de uma concepção de forma linguística constituída sob o domínio teórico da Semântica da Enunciação, e a definição do modo de apresentação dessa concepção aqui, tem como fio condutor o conjunto dessas reflexões e de toda a produção de Dias, de 2006 ao presente momento.

1.2 A significação em Cena

Ainda que não haja um consenso entre os semanticistas quanto ao modo de delimitação do campo de investigação da(s) Semântica(s) como disciplina linguística, dada a maneira como cada um a define, uma questão é fundamental para a definição e delimitação do objeto de estudo dessa disciplina, qual seja, a questão do significado.

De modo geral, a Semântica é definida como o estudo do significado, ou como disciplina que estuda o sentido² dos elementos formais da língua. Definições como essas suscitam a necessidade de esclarecer, por exemplo, o que se entende por “significado” e como a relação entre linguagem e mundo é tomada. Mas esse é outro ponto sobre o qual não há

² Em algumas definições, como nessas duas, “sentido” aparece como equivalente a “significado”. Mais adiante, trataremos de distinguir esses termos, com base em Guimarães (1995) e Dias (2014).

consenso entre os semanticistas. Diversos são os modos pelos quais é possível estudar a significação. Vejamos algumas concepções clássicas.

Se tomarmos o pensamento dos filósofos Ogden e Richards ([1923]1972), no seu famoso livro “O significado de significado”, veremos que, para a análise dos sentidos de “significado”, eles julgam ser desejável começar pelas relações de pensamentos, palavras e coisas. Antes de descrever o seu modelo, outras concepções são trazidas pelos autores.

O filólogo Postgate (1896), por exemplo, é mencionado como aquele que se apercebeu, com maior clareza, da necessidade de uma análise clara da relação entre palavras e fatos como essencial para uma teoria do Significado. Para este filólogo, “a concepção primitiva é, indubitavelmente, que o nome é indicativo ou descritivo da coisa” (p. 24), o que implicaria que a existência da coisa pudesse ser argumentada a partir da presença do nome. Estariam fora dessa concepção alguns aspectos que, em algum ponto, não poderiam ser evitados nessa teoria do significado, como os aspectos filosóficos e psicológicos. Segundo os autores, nem a ciência da Semântica, à época, com Bréal (1897), embora suas pesquisas “atraíssem a atenção para um certo número de fascinantes fenômenos na história da linguagem e despertassem um renovado interesse pelas possibilidades educacionais da etimologia” (p. 24), conseguiu “resolver” essa questão.

Saussure, por sua vez, “não se atrevia a mexer no que imaginava ser um significado fixo, uma parte de **la langue**”, lembram Ogden e Richards ([1923]1972, p. 27, grifo dos autores). Daí que a significação, para ele, não decorre obrigatoriamente de uma relação referencial, ou seja, para que os signos linguísticos designem não é necessária uma ligação obrigatória destes com as coisas, assim como também “não há nada nas coisas ou situações que as ligue magicamente ao signo”, nos termos de Araújo (2004, p. 34).

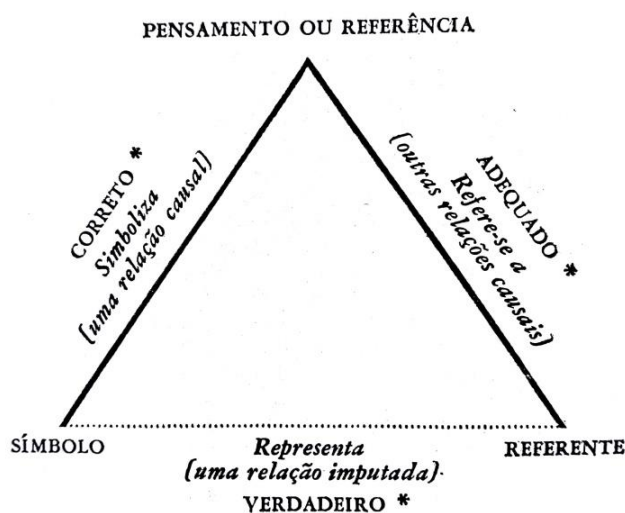
Nesse sentido, o referente não se faz necessário no funcionamento dos signos, uma vez que, para Saussure, a compreensão do signo se dá por oposição a outro signo no sistema da *langue*, ou seja, os elementos linguísticos não têm valor em si mesmos, mas sim na relação com os outros, por exemplo: o significado de *janela* se define por não ser *cadeira*, *estante*, *porta*. Portanto, tudo se dá nos limites do signo e nas relações intrassígnicas.

Ogden e Richards ([1923]1972) chamam atenção para o caráter indireto das relações entre palavras e coisas. Ao proporem um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento, eles situam o significado linguístico no processo cognitivo e elaboram o que seria o primeiro modelo triádico da semântica, que se tornaria clássico para a linguística e para a semiologia. Nesse modelo estão envolvidos os seguintes fatores, sempre que se declara

ou se entende algo: símbolo – pensamento ou referência – referente (termo introduzido por estes autores).

Esses fatores formam um triângulo e estão assim dispostos: a referência (para Saussure, significado) mantém uma relação com o símbolo (para Saussure, significante) e também com o referente (coisa ou objeto extralinguístico). Vejamos:

Figura 3 – Primeiro modelo triádico da semântica



Fonte: Ogden e Richards ([1923]1972, p. 32).

Percebamos que entre o símbolo e o referente, situados na base do triângulo, não há uma ligação direta. Segundo os autores, não há nada que ligue diretamente a palavra “mesa”, por exemplo, a certos objetos comuns em casas, escritórios, restaurantes, etc. Nesse sentido, os autores afastam o referente de uma teoria do significado linguístico e priorizam a relação “correta”, “lógica” e “verdadeira” entre símbolo e referência, o que limitou sua perspectiva semiológica. Esse triângulo foi, nos termos metafóricos de Blikstein ([1938] 1995), o “ovo de Colombo” da semântica, e serviu de modelo para triângulos posteriores, como o proposto por Ullmann³.

Como amostras de uma semântica formalista, trazemos para a discussão sobre uma teoria do significado, de forma breve, as concepções de Katz (1982) e Chierchia (2003). Pensemos inicialmente na abordagem de Katz (1982), segundo a qual o conceito de significado fornece uma base adequada para uma teoria que dê conta de explicar fenômenos semânticos. Guiado por intuições pré-históricas sobre o significado, o autor define esses

³ ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1962] 1977.

fenômenos cuja explicação fica a cargo de uma teoria semântica, a saber: o fenômeno de sinonímia, de paráfrase, de antonímia, de hiperonímia, de anomalia semântica, de ambiguidade, de pressuposição, de verdade analítica, de contradição, dentre outros.

Para ele, são nossas intuições pré-sistemáticas, enquanto falantes de uma língua natural, que nos permitem identificar a natureza semântica desses fenômenos, ou dito de outro modo, ao se observar a língua na sua natureza é possível perceber as relações semânticas, a sinonímia, a paráfrase, a antonímia, etc. Nesse sentido, Katz (1982) afirma que

logo que tais fenômenos são trazidos à tona pela articulação explícita de nossa concepção pré-teórica do assunto, torna-se claro que a noção de significado engloba uma grande extensão de fenômenos sistematicamente relacionados que, vistos através de uma perspectiva científica comum, convidam à construção de uma teoria. (KATZ, 1982, p. 58)

Como vemos na citação, para o desenvolvimento da concepção de significado é necessário considerar o domínio de tais fenômenos evocados por nossas intuições pré-teóricas. O olhar sobre a grande variedade destes abre passagem para a construção de uma teoria semântica.

Por outro lado, para Chierchia (2003, p. 49), “compreender uma sentença do português é determinar sua estrutura lógica”. Ora, se tomarmos o fato de que a gramática gerativa, que se configurou no final da década de 50, é o princípio norteador dessa abordagem, é possível ver que as possibilidades combinatórias e interpretativas de uma gramática consistem em uma série de regras implícitas passíveis de serem analisadas, segundo o autor, “por meios que são, em certo sentido, análogos a operações matemáticas” (p. 26).

Segundo esse modelo, ao falante é atribuída a capacidade de a todo momento construir sentenças mediante essas regras sintáticas que domina inconscientemente, bem como interpretá-las, segundo uma lógica que lhe permite isso. Dito de outro modo, quando um falante compreende o significado de uma sentença, ele não só sabe, digamos, compor a sentença a partir de regras de combinação de unidades menores, como também sabe das condições de verdade dessa sentença. A explicação para essa capacidade se assenta no princípio da composicionalidade, segundo o qual, nos termos de Chierchia (2003, p. 39), “o significado de uma expressão complexa depende de modo regular do significado das expressões que a compõem e do modo como elas são combinadas sintaticamente”.

Então, a título de ilustração, pensemos nos termos *Constituição*, *criminalizar* e *práticas de racismo*. Se a significação consiste em determinar a estrutura lógica, o que tem de ser verificado é qual a relação que se dá entre esses termos. Sabemos que eles têm

significados determinados e que podemos combiná-los segundo um conjunto de regras de que dispomos.

Consideremos a sentença:

(1) A Constituição criminalizou as práticas de racismo.

O significado dessa sentença é o resultado de uma composição de suas partes. O falante sabe que cada parte guarda um conjunto de características, isto é, ele conhece o significado de cada uma, como dissemos, por isso não há qualquer problema em interpretar essa sentença. Em outras palavras, o falante sabe em que condições uma sentença qualquer de uma língua pode ou não ser verdadeira. No exemplo em questão, ela é verdadeira nos mundos em que existe uma lei e essa lei é maior e criminalizou as práticas de racismo, ou seja, se a lei maior tem de fato a propriedade de criminalizar, e as práticas de racismo a propriedade de ser criminalizada, então a sentença é verdadeira.

Em termos sintáticos, a expressão sozinha *a Constituição*, assim como *as práticas de racismo*, não expressa um pensamento completo, mas aponta para um objeto específico no mundo. É nesse sentido que, para uma Semântica Formal, a relação entre a linguagem e o mundo é importante, diferentemente, por exemplo, do estruturalismo saussureano, para quem o significado não tem relação nenhuma com o mundo.

No caso do exemplo (1), vemos que o predicado *criminalizou* foi saturado por dois argumentos, *a Constituição* e *as práticas de racismo*. Temos aí uma sentença em razão de seu sentido completo, e podemos, em confronto com um estado no mundo, afirmar se ela é verdadeira ou falsa. Esse predicado de dois lugares estabelece, portanto, relações entre os dois argumentos, que se referem a um conjunto de pares ordenados em que *a Constituição* é o desencadeador de uma ação e *as práticas de racismo* sofre o efeito de uma ação, há uma mudança de estado, ou seja, práticas que antes não eram tipificadas como crime, agora são. Como vemos, a semântica de Chierchia não olha para os usos de uma sentença, mas sim para a sua estrutura lógica e seu potencial de uso.

Ainda na linha formalista, Pires de Oliveira (2009), ao considerar o vasto domínio do termo “significado”, afirma ser possível fazer uma certa distinção entre os usos desse termo e ver que alguns deles podem ser considerados uma questão semântica, enquanto outros não. Levemos em conta o seguinte exemplo:

Figura 4 - Campanha “Nós do cabelo”



Fonte: Negra e Crespa⁴.

Ao questionar,

(2) O que é ser negro?

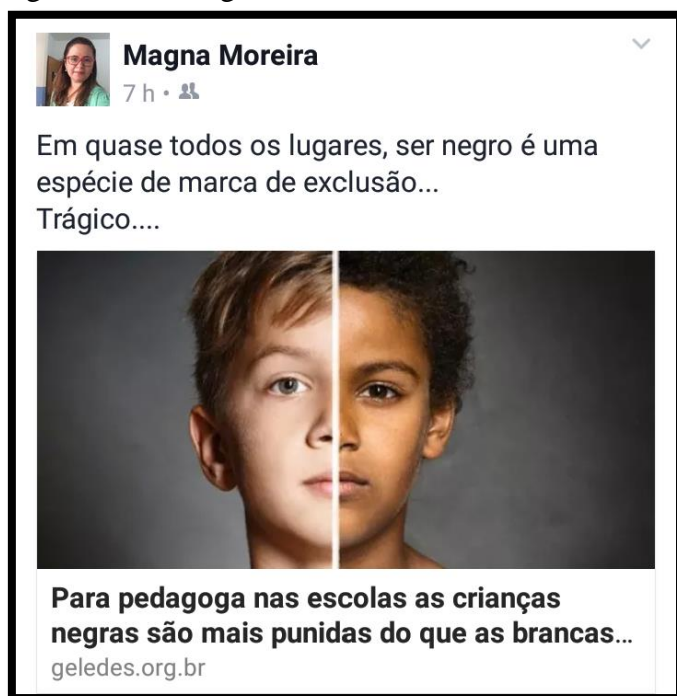
a campanha social quer saber o significado de um fato no mundo. Se analisarmos essa questão com base nas discussões de Pires de Oliveira (2009), não haveria aí uma questão semântica, porque a pergunta não seria sobre o significado de uma sentença ou expressão linguística específica, mas de uma condição no mundo. Soma-se a isso o fato de que *Ser negro* pode ser explicado por perspectivas diversas, como a perspectiva da biologia, da sociologia, dos movimentos sociais, da jurídica, etc.

De nossa parte, entendemos que essa seja uma questão que interessa semanticamente, especialmente em razão dessa última questão. Expliquemos melhor. Fazendo uma analogia com o dizer de Saussure, “é o ponto de vista que cria o objeto”, podemos pensar: no exercício dos nossos papéis sociais, em que estamos ancorados para falar? Alguém pode estar ancorado no discurso dos movimentos sociais, por exemplo, e mostrar o que é ser negro a partir dessa perspectiva, ou seja, o ponto de vista dos agentes das classes sociais que atuam contra práticas incoerentes com a ordem social, nesse caso, é que vai criar uma identidade sobre o negro.

⁴ Disponível em: <<https://negraecrespa.com/2015/09/01/nos-do-cabelo/>> Publicado em: 01.09.2015. Acesso em: 12.10.2016.

Observemos a formação nominal *ser negro* agora em outra perspectiva:

Figura 5 – Ser negro



Fonte: imagem extraída do *Facebook*⁵.

Se analisarmos essa formação em rede, o *ser negro* na figura 5 não é mais o mesmo *ser negro* da figura 4. Na campanha social, a perspectiva é a de chamamento, de adesão à discussão de questões em torno da identidade do negro, como a valorização do seu corpo e de sua história. Nesse acontecimento enunciativo, o efeito de sentido opera, portanto, em um sentido positivo. Por outro lado, na figura 5, há uma mudança de perspectiva, isto é, *ser negro* opera no sentido negativo em razão do deslocamento do referencial histórico, ou seja, da mudança de referencial instalando no predicado *uma espécie de marca de exclusão*.

Em seu verbete sobre *Sentido, significado e significação*, Dias (2014d) explica que os estudos sobre a significação podem estar voltados para a compreensão de uma sequência a partir do significado “dicionarizado” das unidades linguísticas que a formam, ou, nos seus termos, para “o sentido que um enunciado adquire, quando observamos aspectos como: quem disse o enunciado, em que circunstâncias, com que objetivo” (p. 300).

Do nosso ponto de vista, a relação entre as palavras e as coisas se dá pela significação, na busca pela compreensão dos sentidos e suas condições de produção. Não se trata de olhar simplesmente a que as palavras em (1) remetem, mas de ver por que essas palavras estão assim colocadas, sob certas circunstâncias enunciativas, e por que, assim dispostas, elas

⁵ Disponível em: <<https://www.facebook.com/profile.php?id=100010370538288>> Acesso em: 20.01.2016.

remetem a isto ou aquilo. Isso nos leva a pensar que palavras não são etiquetas, ou seja, as palavras são ligadas às coisas, mas pelo sentido.

Voltemos à figura 4 e tomemos o nome da campanha social:

(3) Nós do cabelo.

Podemos pensar o significado da palavra “nós” como sendo, por exemplo, um pronome pessoal sujeito correspondente à primeira pessoa do plural. Uma análise enunciativa desse “nós” não deve se restringir ao seu significado, ela pode ir além, se buscarmos sentidos para essa enunciação a partir de um outro referencial e considerando o funcionamento desse termo na frase como um todo. Sendo assim, “nós do cabelo” pode corresponder a um tipo de cabelo cujos fios são entrelaçamentos. Para enxergarmos melhor isso, podemos construir uma rede enunciativa (virtual) do seguinte modo:

(3a) (Os) nós do cabelo crespo.

(3b) (Os) nós do cabelo encaracolado.

(3c) (Os) nós do cabelo trançado.

Difícilmente ouviremos “(os) nós do cabelo liso”. Desse modo, “crespo”, “encaracolado” e “trançado” são unidades que combinam com a formação nominal “nós do cabelo” em termos de articulação e de seus efeitos de sentido, uma vez que “nós” parece ser uma propriedade desses tipos de cabelo. Indo mais além, podemos entender os “nós”, a partir do referencial do enfrentamento, como sendo também os estereótipos que recaem sobre certos tipos de cabelos.

Ainda de modo amplo, podemos compreender essa enunciação a partir do referencial histórico da coletividade. Nesse sentido, e levando em conta também os outros elementos da imagem, essa articulação pode corresponder a um agrupamento de pessoas que usam o cabelo de modo semelhante. Olhando pela redes, poderíamos ter:

(3d) Nós do cabelo *black power* / Nós (que temos) o cabelo *black power*

(3e) Nós do cabelo sem chapinha / Nós (que usamos) o cabelo sem chapinha

O “nós” nessa formação nominal marca o agrupamento de pessoas ao mesmo tempo em que o restringe, ou seja, tem-se a existência de um grupo, mas nele só estão inseridos aqueles que têm o estilo de cabelo em comum.

Esse modo de pensar a significação está assentado no que pontua Guimarães (2005, p. 5): “as expressões linguísticas significam no enunciado pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam”. Para ele, o sentido deve ser considerado a partir do funcionamento da linguagem no acontecimento da enunciação. Nessa perspectiva, o conceito de acontecimento é fundamental, e é por meio dele que se discute a relação entre a forma linguística e a significação. Veremos isso no decorrer deste capítulo.

O que vimos são algumas formas de descrever significado, dentre outras possíveis. Cada semântica, seja a Semântica Formal, a Lexical, a Enunciativa ou a Cognitiva, toma para si uma noção de significado e trata à sua maneira a questão da relação entre a linguagem e o mundo, ou seja, cada uma tem um modo particular de lidar com essas questões.

Olhando pelo viés histórico, é possível afirmar que o surgimento dessas ramificações semânticas distintas foi ocasionado, assumindo aqui a classificação segundo Tamba-Mecz (2006), pela distinção de quatro grandes períodos. Vejamos.

O primeiro deles é o período evolucionista, a partir de 1883, em que se evidencia uma semântica lexical histórica. A inspiração desse período vem do evolucionismo de C. Darwin. Nesse sentido, a semântica tem por objeto o estudo científico da evolução do sentido das palavras, um objeto, por sua vez, desvincilhado dos postulados filosóficos, lógicos e psicológicos.

Essa concepção evolucionista permite uma expansão cronológica e linguística do campo de observação dos semanticistas. Os “fatos de sentido”, como chama Tamba-Mecz (2006, p. 16) os fenômenos empiricamente observáveis, podem ser coletados indiferentemente no tempo e em todas as línguas. O fenômeno da multiplicidade de sentidos de uma palavra é um exemplo disso, lembra a autora. Designado por Bréal ([1897] 2008), no século XIX, de polissemia⁶, esse fenômeno permanece em voga até hoje como objeto dos estudos de linguagem.

O segundo período, a partir de 1931 com a teoria dos campos lexicais de J. Trier, é caracterizado por uma semântica lexical sincrônica, no âmbito da linguística estrutural europeia. Esse modelo tem como principais contribuições: a teoria dos campos semânticos, que pressupõe, segundo Nunes (2006), a delimitação de séries de palavras, colocadas em relação, as quais se organizam de forma heterogênea e dinâmica, em consonância com as transformações que incidem sobre a língua; e a análise sêmica, segundo a qual é possível

⁶ Para Bréal (2008 [1897], p. 103), “à medida que uma significação nova é dada à palavra, parece multiplicar-se e produzir exemplares novos, semelhantes na forma, mas diferentes no valor. A esse fenômeno de multiplicação chamaremos a *polissemia*”. Bréal trata desse fenômeno nos capítulos XIV e XV do seu *Ensaio de Semântica*, pp. 103-111, da edição de 2008.

decompor o conteúdo das palavras (ou lexemas) descrevendo os traços semânticos (ou semas) que as constituem e as inserem em um campo lexical, ou seja, o sentido de um lexema se define por meio de um conjunto de componentes de sentido. A palavra “homem”, por exemplo, contém os componentes <macho>, <humano> e <adulto>.

O terceiro período é o das gramáticas formais, a partir de 1963, com o artigo de referência *The structure of a semantic Theory*, de J. Katz e J. Fodor. Esse artigo marca a introdução da análise componencial dentro da gramática gerativa, e não mais no contexto de uma concepção estruturalista de semântica. Ganha evidência, então, a semântica frástica centrada nas relações entre as estruturas sintáticas e semânticas das frases. Além dessa “semântica frástica das gramáticas formais”, fazem parte desse período “as teorias pragmático-enunciativas do sentido”, que abordam, segundo Tamba-Mecz (2006), a pragmática lógica, os atos de fala e a semântica enunciativa.

O período das ciências da cognição, a partir de 1978, com o artigo *The relation of grammar to cognition: A synopsis*, constitui o quarto período. A semântica cognitiva rejeita o componente sintático autônomo das gramáticas de Chomsky, bem como o componente interpretativo proposto por Fodor no artigo a que nos referimos no período anterior. Aqui, segundo Tamba-Mecz (2006, p. 42), “não é mais o pensamento que fala sua linguagem – o mentalês de Fodor –, mas a linguagem que pensa no cérebro”, ou seja, o sentido linguístico está agora vinculado ao funcionamento do cérebro.

Se recorrermos a Guimarães (1995, p. 11) para caracterizar a semântica de nosso século, veremos que, segundo ele, essa semântica procura lidar, no seu objeto, com os aspectos excluídos por Saussure, quais sejam, o sujeito, o objeto, a história. A noção de sentido ou significação é considerada, nos seus termos, “sempre como uma relação envolvendo algum dos elementos desta tripla exclusão”. Mas essa é uma consideração que precisa ser, digamos, relativizada, sobretudo, pelo seguinte motivo: documentos posteriores ao ano em que Guimarães faz essa afirmação, como por exemplo os *Escritos de Linguística Geral*, de 2002, vieram revelar outros pontos de vista. Em um artigo intitulado *Uma contradição aparente em Saussure: o problema da relação língua-história*, Cruz (2013, p. 33) sustenta que Saussure não exclui dos estudos linguísticos a história, tampouco o sujeito ou o sentido. Segundo esse autor, “antes, ele inscreve-se numa tradição que representou uma reação a outra tradição que, esta sim, teria excluído tais elementos, qual seja, a tradição naturalista”. E, nesse sentido, complementa que “Saussure aparece não como um precursor, mas como inscrito numa tradição, que poderíamos chamar de histórica em oposição a naturalista”. Ele afirma ainda que a reintrodução desses elementos, sujeito, história e sentido,

nos estudos linguísticos “não se dá nos anos de 1960/1970, como normalmente é veiculado nos cursos e manuais de introdução à Linguística, mas no final XIX, quando do combate à Linguística naturalista, e Saussure participa desse combate”.

Guimarães (1995) ressalta também que, no percurso de constituição do campo da semântica, são importantes os diálogos que a linguística estabeleceu ao longo do tempo com a filosofia (da linguagem), com a semiótica, a lógica e a análise do discurso. Dentre outras contribuições, esses diálogos serviram para identificar questões, segundo ele, que o levaram à “**semântica histórica da enunciação**, também um gesto de incluir o excluído saussureano” (p. 7. Grifo do autor).

Da seção seguinte em diante, tomaremos o campo da Semântica da Enunciação como foco de nossas discussões.

1.3 Enunciação e Acontecimento

O campo dos estudos enunciativos é constituído por diversas perspectivas de estudo da enunciação. As chamadas teorias da enunciação, no plural, como denominam Teixeira e Flores (2011), surgem em diferentes momentos, mas com alguns princípios comuns que fazem com que elas sejam agrupadas sob um mesmo paradigma, em um espaço denominado por esses autores de Linguística da Enunciação. Para eles:

Os pontos em comum são muitos: a referência a Ferdinand de Saussure, a ênfase nos aspectos do sentido, a vocação descritivista dos mecanismos linguísticos, entre outras. E poderíamos acrescentar, ainda, talvez um outro ponto comum (...): a posição central dos estudos de Émile Benveniste. (TEIXEIRA e FLORES, 2011, p. 11)

Embora as diversas teorias encontrem fundamentos comuns, como esses descritos na citação, é preciso considerar uma certa heterogeneidade nesse campo, dada, nos termos de Teixeira e Flores (2011, p. 4), “a especificidade de formulação da teoria enunciativa de cada autor”. Há, nesses estudos enunciativos, uma diversidade na abordagem tanto conceitual quanto metodológica, isto é, em relação, por exemplo, à concepção de enunciação e definição de língua e sujeito, assim como aos modos de análise linguística.

A enunciação tem sido, portanto, objeto de abordagens diversas, desde meados do século XX. Nessa diversidade, inserimo-nos na perspectiva da Semântica (Histórica) da Enunciação, desenvolvida por Guimarães (1995; 2005), a partir dos princípios teóricos,

sobretudo, de Émile Benveniste e Oswald Ducrot sobre a significação, e de sua filiação à semântica de Michel Bréal.

Antes de apresentarmos os conceitos próprios de Eduardo Guimarães, tomaremos como ponto de partida algumas reflexões sobre a semântica de Bréal e sobre as concepções dos teóricos aos quais nos filiamos, e que, no século XX e parte do século XXI, apresentaram os fundamentos do que se pode chamar de uma semântica da enunciação.

Segundo o percurso histórico que traçamos anteriormente, o ano de 1883 marcou o período da semântica histórica, mas coincidiu também com a ocasião em que o termo “semântica” foi usado pela primeira vez em um artigo de Bréal intitulado *As leis intelectuais da linguagem: fragmento de semântica*.

Embora não possa ser identificado como linguista da enunciação, como ressalta Flores e Teixeira (2011, p. 2), Bréal está na origem dos estudos enunciativos da linguagem. No seu *Ensaio de Semântica*, publicado em 1897, há traços do que podemos chamar de visão enunciativa da língua, pela sua forma de discutir a significação como resultante de uma relação integrativa que é constitutiva da linguagem.

Guimarães, em suas obras⁷, sobretudo em *Os limites do sentido* (1995) e *Semântica do Acontecimento* (2002), faz referências aos postulados desse semanticista, tomando-os, como demonstra Seide (2006, p. 237), “de um lado, como contrapontos do Estruturalismo e, de outro, como fundamentação teórica para a constituição do que denominou como Semântica Histórica da Enunciação”.

A análise de Guimarães, ainda conforme essa autora, se volta para os seguintes aspectos brealinos: “o conceito de vontade humana como propulsora da mudança linguística; a concepção histórica, e não biologizante e não atomística do estudo linguístico; e o estudo apresentado por Bréal sob o título de *O Elemento Subjetivo da Linguagem*”. (p. 237)

Expliquemos esses dois primeiros aspectos. Na semântica de Bréal, a linguagem, por ser considerada como fenômeno humano, é também considerada histórica, em oposição à concepção naturalista de linguagem. Essa mudança de concepção, pontua Guimarães (1995, p. 16), se dá pela intervenção da vontade e da inteligência do homem, ou seja, há algo do sujeito que provoca essa mudança.

Acerca do último aspecto, no então mencionado capítulo *O Elemento Subjetivo*, Bréal reconhece a subjetividade da linguagem. O falante sente a necessidade de interferir naquilo

⁷ *Os limites do sentido* (1995); *Semântica do Acontecimento: um estudo designativo da designação* (2002), segunda edição de 2005, utilizada neste estudo; *História da Semântica. Sujeito, sentido e gramática no Brasil* (2004).

que diz, e é dessa necessidade que provém esse elemento subjetivo. Guimarães (1995) afirma que, para Bréal, na língua estão as unidades formais, como os pronomes pessoais, os advérbios, os modos e os tempos verbais, que marcam a presença do elemento subjetivo. O aspecto subjetivo refere-se, então, a essa intervenção que o sujeito faz na linguagem por meio do uso das formas de que dispõe a língua.

Nesse sentido, embora a palavra “enunciação” não esteja presente em seus postulados, podemos depreender que enunciar é, para Bréal (2008 [1897], p. 159), “expressar nossos desejos ou nossas dúvidas e nossas crenças” através dessas marcas. O lado subjetivo da linguagem é, portanto, a parte essencial da língua, segundo a concepção de Bréal, em razão dos motivos pelos quais o sujeito faz uso da linguagem.

Essa concepção sobre o elemento subjetivo na semântica de Bréal, como lembra Guimarães (1995), é decisiva para a concepção benvenistiana da intersubjetividade.

Seide (2006, p. 241) observa que, ao analisar Benveniste a partir de Bréal, “Guimarães percebe que o primeiro omitiu a relação da subjetividade com o mundo, omissão que, a seu ver, se deve à influência saussureana”. A passagem a seguir do prefácio do *Ensaio de Semântica*, em sua edição traduzida de 2008, explica, pelo olhar de Guimarães, essas concepções importantes para o rumo dos estudos enunciativos:

Não há como não ver nessa passagem⁸ a inspiração de Benveniste para seu estudo sobre as pessoas verbais e os pronomes. (...) A subjetividade não é intersubjetiva, como em Benveniste, é relativa ao mundo do qual o homem se destaca, e nesse corte instala-se a **primeira pessoa e a segunda** que se acha por ela (primeira) interpelada. Ou seja, para Bréal a subjetividade é uma relação homem/mundo, que instala um tu, também uma subjetividade, destacada do mundo. A subjetividade não omite o mundo, é uma relação com ele. Voltar à Bréal aqui mostra o corte benvenistiano de seu trabalho (de Bréal), a partir do corte saussuriano que exclui o mundo da linguagem, dos sentidos. Em Bréal o sentido é uma relação com o mundo. (GUIMARÃES, 2008, pp. 14-15. Grifos do autor)

Em outras palavras, para Bréal, o uso, por exemplo, de um advérbio, marca a relação do homem com o mundo. A questão é, portanto, como nós, sujeitos, nos colocamos frente ao mundo. Por outro lado, Benveniste apaga essa relação língua e mundo, e evidencia o domínio do semiótico, do sistema linguístico. Para ele, o uso dos verbos e dos pronomes não acontece em relação ao mundo, mas em relação à localização do outro.

⁸ Trata-se de uma passagem de Bréal (2008 [1897]), ao final do capítulo *O Elemento Subjetivo*, sobre as três pessoas do verbo, que é retomada por Guimarães, ainda no prefácio do *Ensaio*.

A subjetividade está inscrita na língua também segundo a concepção de Charles Bally, o primeiro linguista pós-saussuriano, como lembram Flores e Teixeira (2005), a elaborar um raciocínio voltado à enunciação.

Para Bally (1965, p. 35, tradução nossa), “pensar é reagir a uma representação sob a forma de uma constatação, de uma apreciação ou de um desejo”⁹. Essa passagem coloca o conceito de “reação” como ponto central. A ideia desse linguista é que uma enunciação não pode prescindir de um valor, de uma reação a um conteúdo, ou seja, quando se enuncia algo, apresenta-se uma reação a respeito do que se diz.

Mas essa passagem chama atenção também para outros dois conceitos: o de pensamento, remetendo àquilo que é expresso em língua, e o de representação, correspondendo a algo já dado, pensado, sobre o qual recai a reação. Uma frase flagra a reação como processo de constituição de uma representação. Sendo assim, há necessariamente uma expressão de modalidade na frase, isto é, um *modus* na relação com esse *dictum* que é tomado dinamicamente por Bally.

Em sua obra, essa relação vem assim expressa:

A frase explícita compreende, então, duas partes: uma é o correlativo do processo que constitui a representação (...); nós a chamaremos, a exemplo dos lógicos, de *dictum*. A outra contém a peça mestre da frase, aquela sem a qual não há frase, que é a expressão da modalidade, correlativa da operação do sujeito falante. A modalidade tem, por expressão lógica e analítica, um *verbo modal* (...) e seu sujeito, o *sujeito modal*; os dois constituem o *modus*, complementar do *dictum*¹⁰. (BALLY, 1965, p. 36, tradução nossa, grifos do autor)

Depreende-se daí que há sempre um gesto de um sujeito (*modus*) toda vez que se diz algo; portanto, reage-se de um modo. Enunciar é, portanto, “engajar-se”, expressão utilizada por Dias (2015) em suas reflexões sobre Bally, naquilo que está sendo dito. Em outras palavras, existe um conteúdo a ser dito, e a enunciação se dá quando o sujeito se engaja nesse conteúdo. Esse sujeito não só exprime um conteúdo representativo, mas também exprime, sobre este, uma avaliação, um juízo de valor.

⁹ No texto original: “Penser, c’est réagir à une représentation en la constatant, en l’appréciant ou en la désirant”. (BALLY, 1965, p. 35)

¹⁰ No texto original: “La phrase explicite comprend donc deux parties: l’une est le corrélatif du procès qui constitue la représentation (p. ex. *la pluie, une guérison*); nous l’appellerons, à l’exemple des logiciens, le *dictum*. / L’autre contient la pièce maîtresse de la phrase, celle sans laquelle il n’y a pas de phrase, à savoir l’expression de la modalité, corrélatrice à l’opération du sujet pensant. La modalité a pour expression logique et analytique un *verbe modal* (p. ex. *croire, se réjouir, souhaiter*), et son sujet, le *sujet modal*; tous deux constituent le *modus*, complémentaire du *dictum*.” (BALLY, 1965, p. 36, destaques do autor)

Em termos de uma Semântica da Enunciação, Dias (2015) se inspira nesse raciocínio enunciativo de Bally para sustentar a tese segundo a qual enunciar é significar frente aos objetos projetados por enunciados em um campo de pertinências enunciativas.

Expliquemos melhor isso ilustrando com o seguinte exemplo:

Figura 6 – Raça não existe.



Fonte: Revista VEJA¹¹.

Estendendo essa reflexão segundo nosso aporte teórico, consideramos que quando se olha para o mundo, olha-se a partir de um referencial. Dito isso, observemos a formação articulatória *Raça não existe*, que estampa a matéria de capa da Revista *Veja*. Consultando a matéria correspondente, vemos que se trata de uma enunciação de um biólogo geneticista sobre raça. Esse enunciado, portanto, julga a (não) existência da raça com base no conhecimento científico.

Nesse caso, diríamos que o pensamento sobre a existência ou não da raça segundo uma definição da genética, está ancorado, nos termos de Dias (2015c, p.117), em “um referencial do estado de conhecimento que se toma por verdade no tempo da enunciação”. A dinâmica do *dictum*, nessa relação com Bally, se revela na reação a uma demanda de

¹¹ Revista VEJA. Capa da edição de 06 de junho de 2007. Imagem disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/veja-4-materia-de-capa-raca-nao-existe/>> Acesso em: 25.02.2017.

pertinência para a representação de “raça”. Portanto, a asserção *raça não existe* adquire pertinência enunciativa pelo conjunto de pressupostos científicos de caráter social.

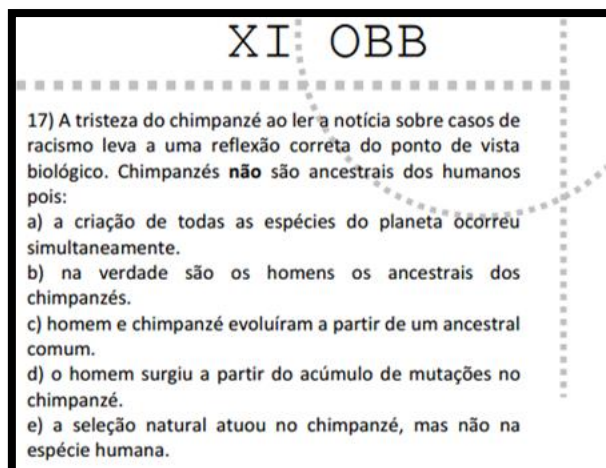
Podemos pensar de modo semelhante se direcionarmos agora o olhar para o que enuncia a Universidade de Brasília (UnB), Instituição a que se refere a matéria de capa, quanto a considerar alguém pelo sistema de cotas como negro ou branco, com base em alguns elementos. Isso implica que naquilo que se enuncia há um julgamento. Nesse caso, a enunciação que julga a existência de raça se dá, portanto, com base em outros domínios referenciais, não excludentes entre si, de representações da raça.

Outro exemplo que ilustra o que vimos discutindo faz parte de uma das provas da XI Olimpíada Brasileira de Biologia. São duas questões que constam na 1ª fase da prova aplicada em 2015. Vejamos:

Figura 7 – XI Olimpíada Brasileira de Biologia.



- 18) A análise da palavra racismo, mostra-se mal utilizadas as reações de ódio observadas recentemente. Para a biologia, nesses casos esta palavra não se aplica, pois:
- brancos e negros são espécies diferentes.
 - brancos e negros são de raças diferentes.
 - brancos e negros são da mesma raça.
 - brancos e negros evoluíram dos asiáticos.
 - os asiáticos formam uma raça mais primitiva.



Fonte: Olimpíada Brasileira de Biologia¹².

¹² Disponível em: <http://www.olimpiadasdebiologia.butantan.gov.br/provas-gabaritos/Documents/XI_OBB%20XI_1afase.pdf> XI Prova da Olimpíada Brasileira de Biologia, 1ª fase, realizada em 2015. Acesso em 26.03.2016.

Nesse exemplo, a dinâmica do *dictum* se revela na reação a uma demanda de pertinência para a representação de “racismo”. Reage-se a essa representação tendo em vista os elementos que atuam como perspectivas, nas quais os enunciadores se ancoram para julgar o que se chama de *racismo*, quais sejam, as alternativas criadas pelos elaboradores das questões, que têm como respostas corretas a letra C: a negação de que chimpanzés sejam ancestrais de humanos e a afirmação de que brancos e negros são da mesma raça. O domínio referencial da ciência assegura a pertinência da formulação *Deus me livre de ter sido o ancestral desses humanos*, e na relação dessa articulação com *mais um caso de racismo*, tais perspectivas deslocam o referencial que sustenta essa pertinência no sentido de que não há nenhuma relação entre o que, comumente, se chama de racismo e a concepção de raça do ponto de vista científico. Essa relação entre as formações nominais na charge produz, portanto, diferenças, na medida em que possibilita pensar os sentidos de *racismo*.

Portanto, esse olhar, pela via dos domínios referenciais, está, como defende Dias (2015c, p. 120), estreitamente associado com a perspectiva de Bally ao propor o conceito de “reação”.

Se, para Bally, enunciar é engajar-se naquilo que se diz, para Benveniste, enunciar é simplesmente acionar a língua, colocá-la em funcionamento, resultando em discurso. Dito de outro modo, a enunciação, segundo a concepção de Benveniste, acontece quando acionamos a língua, enquanto conjunto de formas, e transformamos essas formas em discurso. Aqui retomamos a discussão sobre essa concepção.

A linguagem, para Benveniste, é investida de uma dupla significância: o modo semiótico e o modo semântico. Compreende o domínio do semiótico tudo aquilo que está circunscrito no interior e no uso da língua. É o modo dos signos. Tentemos compreender observando a palavra:

(4) Banana.

O semiótico está no campo do reconhecimento das unidades linguísticas. Desse modo, a palavra “banana”, como aparece isoladamente no exemplo, existe enquanto signo, enquanto unidade semiótica. Segundo Benveniste ([1974] 2006, p. 227), “cada signo entra numa rede de relações e de oposições com os outros signos que o definem”. Esse é o sentido saussureano de conceber a língua que mencionamos na seção anterior. Isso significa que os valores dos elementos linguísticos (signos) se dão nas relações com outros elementos, no jogo de regras internas do sistema da língua. O semiótico está também, portanto, no campo da distintividade.

Sendo assim, “banana” se define pelo que não é, isto é, se define, por exemplo, por não ser “flor”.

A perspectiva muda na passagem do semiótico ao semântico. Este último modo, segundo Benveniste ([1974] 2006, p. 230), “resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação”. Temos como explicar melhor isso com o exemplo que segue:

Figura 8 – Capa do Metrô Jornal



Fonte: Metrô Jornal¹³.

Tomemos a frase

(5) Banana para o racismo,

estampada na capa do *Metrô Jornal*, de São Paulo. O sentido da palavra “banana”, na frase, consistirá, para Benveniste (2006 [1974], p. 232), na capacidade de ser essa palavra integrante de um sintagma particular, que é a frase, e de preencher uma função proposicional nesse sintagma. Nesse sentido, enquanto unidade semântica, “banana” vai além da referência à fruta, a unidade remete ao elemento símbolo da comida do macaco, que adquire um sentido em uma cena de racismo, e ao gesto com os braços, tido como obsceno, para demonstrar oposição a algo.

¹³ Disponível em: <https://www.metrojornal.com.br/noticias/2017/05/07/confira-100-das-melhores-capas-metro-especial-10-anos.html>. Publicado em: 07.05.2017. Acesso em 10.05.2017.

Está na frase, portanto, a expressão do semântico. Para Benveniste, é a frase que promove a ligação com as coisas fora da língua, no exemplo em questão, a ligação a uma situação de manifestação contra um ato de racismo praticado por um torcedor, ao jogar uma banana em campo, a um jogador de futebol. Isso demonstra que “o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 230).

Em síntese, além do modo semiótico, no qual o sentido é construído por uma rede de relações com outros signos que o definem, a língua comporta o modo semântico, no qual o sentido é construído pelo locutor que emprega a língua. Este nível não pertence à estrutura da língua, observa Stoean (2013, p. 36, tradução nossa)¹⁴, mas ao discurso ou sistema de comunicação.

Ambos se articulam, como pontua Barbisan (2006, p. 26), em uma de suas leituras da obra de Benveniste, “e convergem para a construção do sentido no uso da linguagem”.

Tomando essa dupla significação refletida em uma semântica da enunciação, podemos pensar a palavra “banana”, na figura 8, não só como um elemento constitutivo da frase. Ela sustenta uma dinâmica de direcionamento de significação e opera em diferença se a relacionarmos à imagem da banana na figura 9 abaixo, embora se refiram ao mesmo acontecimento histórico.

Figura 9 – Somos todos macacos



Fonte: Pure People¹⁵.

¹⁴ No texto original: “Ce niveau n’appartient pas à la structure de la langue mais au **discours** ou **système de communication**”. (STOEAN, 2003, p. 36, grifos da autora)

¹⁵ Disponível em: <http://www.purepeople.com.br/noticia/camisetas-somos-todos-macacos-lancadas-por-luciano-huck-rendem-r-20-mil_a20071/1> Publicado em: 09.05.2014. Acesso em 20.12. 2016.

Se, na figura 8, a palavra “banana” produziu uma orientação para um gesto de repúdio contra um ato de racismo, na figura 9, a mesma banana, agora em imagem, orientou para a união das pessoas em favor de uma causa, no caso, esse mesmo ato, em favor da igualdade, do respeito. Esse movimento da significação na unidade linguística “banana” (a palavra e a imagem com suas formas), segundo reflexões de Dias (2016)¹⁶, “é captada pela enunciação, isto é, é captada pela qualificação da forma linguística, tendo em vista o seu direcionamento, os seus domínios de mobilização”. Dito de outro modo, algo qualifica essas formas e as torna historicamente pertinentes, ou seja, elas adquirem uma pertinência social. Se tomássemos o termo “banana”, como no exemplo (4), apenas do ponto de vista da palavra, nos restaria dizer que não teríamos nela uma unidade de significação, ou teríamos, mas apenas em potencial. Enquanto elemento do sistema da língua, ela não daria conta de sustentar esses movimentos de significações.

A definição de enunciação para Benveniste, um dos primeiros linguistas a desenvolver um modelo de análise propriamente enunciativo de fatos da língua, decorre da distinção, em se tratando das descrições linguísticas, entre o *emprego das formas* e o *emprego da língua*, que são, para ele, duas coisas bem diferentes.

O primeiro está relacionado ao âmbito das formas linguísticas, isto é, às regras que fixam as condições pelas quais as formas podem ou devem aparecer. Mas é sobre o *emprego da língua*, relacionado a um “mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira”, que Benveniste (2006 [1974], p. 82) constrói suas reflexões acerca da enunciação como o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”.

Esse ato individual, segundo Benveniste (2006 [1974]),

introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância do discurso, que emana de um locutor (...). (BENVENISTE, 2006 [1974], pp. 83-84)

Considerando esse “antes” e “depois” da enunciação, podemos pensar em uma passagem da possibilidade da língua para uma instanciamento discursiva dela, e o que Benveniste chama de enunciação acontece nessa passagem. Então, como esclarece Dias (2009a, p. 8), enunciar é, nessa perspectiva, mobilizar a instância do possível para se situar na instância discursiva da língua, isto é, o locutor, ao enunciar, mobiliza os “indivíduos

¹⁶ Mencionamos esse pensamento de Dias (2016) sobre os domínios de mobilização a partir de suas reflexões sobre modos de enunciação na língua, nas reuniões do Grupo de Pesquisa ENUNCIAR, ocorridas em setembro e outubro de 2016.

linguísticos”, sobretudo as marcas linguísticas de pessoa (relação *eu-tu*), e enuncia sua posição por meio dessas marcas.

O enunciado é o produto desse ato do locutor e tem suas características linguísticas determinadas pelas relações que se estabelecem entre o locutor e a língua. Assim, a enunciação é, nos termos de Barbisan (2006, p. 28), “o fato do locutor, que se apropria da língua, e das características linguísticas dessa relação. A enunciação converte a língua em discurso pelo emprego que o locutor faz dela. Desse modo, a língua se semantiza”. A questão para Benveniste (2006 [1974], p. 83) é “como o sentido se forma em palavras, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação”.

Então, assim como no modelo teórico enunciativo de Bally, o conceito de acontecimento não aparece no modelo de Benveniste. Este previu a língua olhando a partir dos individuais linguísticos, especialmente os pronomes, como vimos, mas não visualizou isso como acontecimento. Como na citação acima, “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua”, isto é, ela se torna língua à medida que é enunciada.

Nesse sentido, podemos dizer que Benveniste trata da passagem da estrutura ao funcionamento. O principal foco na enunciação consiste no fato de que a própria língua tem os elementos que convidam o sujeito a ser sujeito. Este, por sua vez, não se trata de um sujeito psicológico ou pragmático, como pontua Guimarães (1995, p. 47), “mas de um sujeito que tem a capacidade de apropriar-se da língua e semantizar, e fazer significar”.

Ao buscar compreender a significação no âmbito dos estudos enunciativos, importante aqui destacar também o pensamento de Ducrot. Para esse recorte, vamos nos orientar pela leitura que Dias (2015d) faz de alguns conceitos daquele teórico, dentre eles, o de enunciação e de acontecimento, ao refletir sobre a atualidade do conceito de acontecimento na semântica.

Pensemos, inicialmente, na contraposição entre frase e enunciado. No entender de Ducrot (1984), compreende a frase o material linguístico, que é uma espécie de entidade abstrata. O enunciado, por sua vez, é aquilo que foi efetivamente pronunciado ou escrito, isto é, a realização, que ocupa, no tempo e no espaço, um lugar determinado. Portanto, a manifestação concreta de uma entidade abstrata determina a sua condição de acontecimento. Expliquemos melhor.

Segundo Dias (2015d, p. 232), a questão básica do pensamento de Ducrot (1984), da maneira como se apresentava nessa época, é a de que “a significação é concebida na instância em que uma estrutura linguística é exposta à sua *realização*”. O ponto central estaria, portanto, na concepção de realização de uma “entidade linguística”, entendida por ele como uma construção abstrata de língua.

Há, para Ducrot (1984), três possibilidades de se conceber a realização da entidade linguística, e uma delas é a concepção de que a “realização” é o acontecimento que constitui a aparição de “algo que foi realizado”, ou em outros termos, está relacionada à repercussão, ao impacto, ao acontecimento que é um enunciado ter sido produzido.

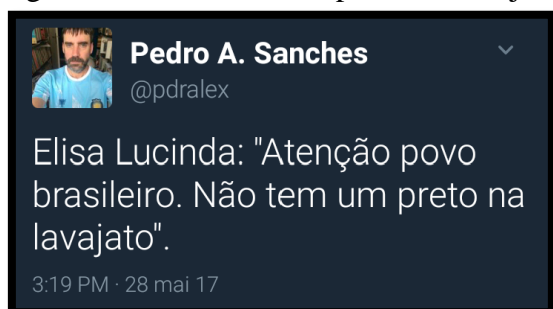
O acontecimento linguístico, associado à concepção de “realização”, é definido, portanto, como o aparecimento do enunciado ou, nos termos de Ducrot (1984, p. 379), como a “sua erupção num lugar determinado da história”, concebida de forma linear. Os dois outros sentidos para realização, isto é, como resultado da configuração da entidade linguística e como atividade psicofisiológica do dizer, só interessam para uma semântica da enunciação quando associada ao sentido de “acontecimento”.

Essa concepção de realização considerada diz respeito, segundo Ducrot (1984, p. 369), à própria existência da entidade linguística e à inserção dessa “entidade na sucessão dos fenômenos”. Um objeto linguístico surge quando ele se insere nessa “sucessão de fenômenos”. Portanto, como pontua Dias (2015d, p. 234), pelo que Ducrot propõe, “há algo a ser observado nas construções linguísticas que desvela a sua natureza histórica, isto é, demonstra que uma dada construção em língua foi percebida como existente dadas as indicações sobre a relação entre uma anterioridade e uma posterioridade dessa construção”.

Nessa perspectiva, a noção de acontecimento tem a ver com uma causalidade, indicando uma anterioridade que sustenta o enunciado, e também com uma consequência, apontando para uma posterioridade. É assim que seria explicada a enunciação para Ducrot (1984), ou seja, como a apreensão de um enunciado enquanto acontecimento, tendo em vista sua inserção na “sucessão dos fenômenos”.

Ilustremos o conceito de acontecimento relacionado a essa sucessão com o exemplo que segue.

Figura 10 – “Não tem um preto na Lavajato”.



Fonte: imagem extraída do *Twitter*¹⁷.

¹⁷ Fonte: Sanches, Pedro A. (@pedralex). “Elisa Lucinda: ‘Atenção povo brasileiro. Não tem um preto na lavajato’”. 28.05.2017, 15:19. Tweet.

Tomemos esse *tweet* com uma fala de Elisa Lucinda:

(6) Elisa Lucinda: “Atenção povo brasileiro. Não tem um preto na Lavajato”.

Resguardado o tratamento polifônico, em uma análise ducrotiana, esse enunciado torna-se um acontecimento na medida em que há uma anterioridade que o sustenta, ou seja, tomando esse dizer do sujeito Elisa Lucinda como um acontecimento, é possível pensar na existência de uma situação anterior como a configurada no enunciado seguinte:

(6a) Há poucos pretos no cenário político.

Tem-se em (6a) o que Dias (2015d, p. 235) chama de uma representação do “estado de coisas” concebido como anterioridade possível para o enunciado em questão.

O mesmo enunciado (6) também produz as condições para que se tenha uma conclusão a partir dele. Por isso, o enunciado em questão “aconteceu”, ou seja, repercutiu em uma situação dada, como em (6a), e produziu também repercussão em situações posteriores. Como conclusão passível de ser enunciada, podemos ter:

(6b) O preto é excluído em qualquer que seja a situação.

É nesse sentido que, para Ducrot (1984), um enunciado é datável, isto é, marcado em um tempo e em um espaço. Em razão disso, a noção de acontecimento está relacionada com uma causalidade, indicando uma anterioridade, e com uma consequência indicando uma posterioridade. Enunciar é, portanto, ganhar sentido pelo que o enunciado interferiu, ao se posicionar frente a um “estado de coisas”, e pelo que o enunciado provocou, como consequência desse posicionamento. Assim era explicada a enunciação.

Marcando diferenças na ancoragem, vale dizer que, para Dias (2015d), a anterioridade e a posterioridade são constituídas na trama do espaço da enunciação, e não no tempo, como para Ducrot (1984). A atualidade, para aquele, se ancora em um referencial, elemento a partir do qual se constrói a base da significação, e esse referencial é que vai produzir esse efeito de anterioridade, ou seja, é o referencial que (nos) orienta.

Numa análise segundo Dias (2015d), a formação nominal no exemplo (6) adquire pertinência em um espaço enunciativo tendo em vista o referencial histórico da (pouca) participação do negro nos cargos políticos. Esse referencial ancora a atualidade do dizer do locutor ao citar uma voz literária (a poetisa Elisa Lucinda) que procura mostrar essa pouca participação, em tom de alerta (*Atenção povo brasileiro*) por meio da associação entre o

campo político e uma operação deflagrada pela Polícia Federal para investigar o esquema de lavagem e desvio de dinheiro no país.

A inserção do enunciado na sucessão dos fenômenos, como vimos, reforçaria para Ducrot, segundo Dias (2015d, p. 236), a tese de que a argumentação está na base da significação, portanto, na língua. Em fase mais recente, Ducrot (2002) afirma que os itens lexicais já contêm traços de argumentação, de diretividade. Eles, potencialmente, apontam para uma orientação do dizer.

Observemos a figura a seguir.

Figura 10 – #NãoSejaRacista



Fonte: imagem extraída do *Twitter*¹⁸.

A associação das expressões contidas na figura, “mercado negro”; “magia negra”; “lista negra” e “ovelha negra”, à formação nominal (7) *Não seja racista* e ao negro no sentido negativo é uma relação argumentativa. Dito de outro modo, essas expressões estão associadas à “negatividade” por argumentação. Sendo assim, faz parte dessas formas linguísticas ter os referenciais do ilegal, do prejudicial, da rebeldia, operando na direção negativa. É assim que as palavras vão significar: na ocasião da sua enunciação em uma determinada direção argumentativa.

Nesse sentido, a abordagem de Ducrot (2002), contrapondo-se a uma visão referencialista, evidencia não aquilo que a linguagem apresenta no mundo, mas como nós nos colocamos discursivamente frente àquilo que dizemos. O dizer é, portanto, segundo Dias

¹⁸ Canal History Brasil (@CanalHistory). “Mercado negro”, ‘magia negra’, ‘lista negra’ e ‘ovelha negra’ associam o negro à negatividade”. 13.10.2016, 16:54. Tweet.

(2015d) abordando Carel (2012), “uma discursivização”, ou seja, toda vez que se tem uma palavra e alguém faz uso dela, esse alguém está evocando o conjunto de discursos que a afetaram, e, nesse sentido, orienta para uma determinada direção.

Resumidamente, podemos dizer que, pela argumentatividade da língua, toda enunciação relaciona o enunciado que está sendo produzido com outros discursos que estão significando, e significando em uma determinada direção.

Sendo assim, o sentido de uma entidade linguística, conforme expõe Dias (2009a, p. 9), “advém da evocação ou modificação de discursos anteriores”, isto é, palavras que foram objeto de discursos anteriormente, são tecidas novamente, porque precisam dar conta de uma futuridade, e com elas surgem mais discursos. A enunciação é, portanto, esse novo arranjo de formas, essa nova, digamos, composicionalidade em função da argumentação.

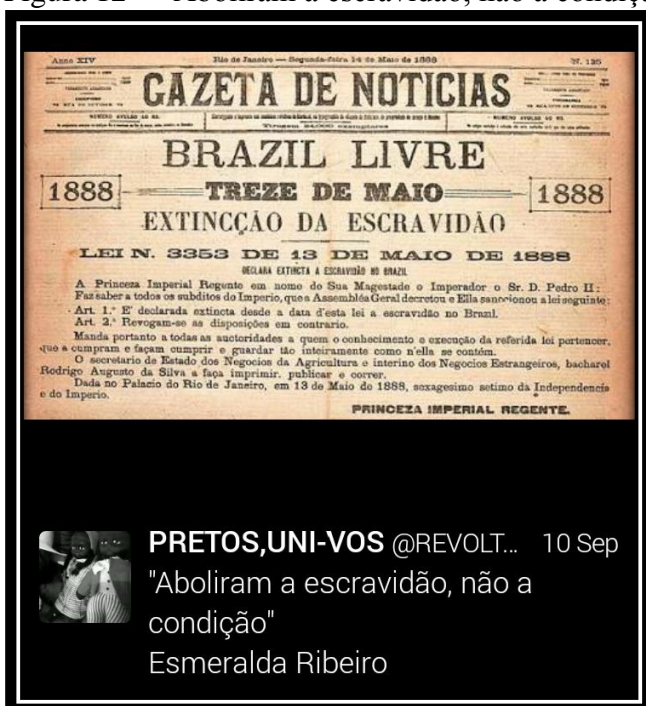
Embora a questão da relação das palavras com o mundo tenha sido posta para Guimarães (2005, p. 5) pela via dos estudos argumentativos, sua perspectiva produz variações em relação a Ducrot. Se, como vimos, a enunciação é, para Benveniste, a língua posta em funcionamento pelo locutor, e para Ducrot o evento do aparecimento de um enunciado, para Guimarães o conceito de enunciação repousa sobre princípios histórico-sociais que fundamentam a produção de sentidos das formas linguísticas.

Essas formas, constitutivas da língua, se organizam segundo regularidades, obedecendo as regras de disposição no sintagma. Quando as acionamos, temos como resultado o enunciado, que é o lugar de observação dos sentidos, do ponto de vista de uma semântica linguística. Então, para Guimarães (2005, p. 7), observar a constituição do sentido de um enunciado, considerando-o como parte de uma unidade maior que é o texto, é observar o funcionamento da forma que os constitui.

Nesse sentido, no aparecimento do enunciado, o que se observa é o acontecimento da produção de sentido, tendo como base as regularidades das formas linguísticas, acrescenta Dias (2016). A enunciação se materializa, portanto, no enunciado, que é tido como resultado de um acontecimento enunciativo.

A fim de compreendermos melhor a noção de acontecimento, acompanhemos o exemplo.

Figura 12 – “Aboliram a escravidão, não a condição”



Fonte: imagem extraída do *Twitter*¹⁹.

Uma página do *Twitter* intitulada *Pretos, uni-vos* posta a seguinte frase:

(8) “Aboliram a escravidão, não a condição”. Esmeralda Ribeiro

Associada a essa frase, a página traz um fragmento da Lei nº 3.353, de maio de 1888, que declara a extinção da escravidão no Brasil. Tomamos esse enunciado como resultado de um acontecimento enunciativo, na medida em que, na atual instância enunciativa, um dizer afirma que a condição de escravo existe, ainda que a escravidão tenha sido abolida em séculos passados. O acontecimento da produção do enunciado produziu, portanto, diferenças no modo de conceber a liberdade do negro.

O enunciado não surgiu de um sujeito enquanto ser individual isento de qualquer perspectiva histórica, seja esse sujeito em referência a Esmeralda Ribeiro, escritora que atua nos movimentos de combate ao racismo e na construção de uma literatura negra, seja em referência ao perfil do *Twitter* que se define (consta na *bio* do perfil) como “Cá na quebrada, o tema é a justiça social e variadas formas de opressão; intolerante com a masturbação ideológica – RACISMO – existente na sociedade”.

O sujeito, afetado pelas suas condições históricas, ao se utilizar da língua, coloca em relação os sentidos das unidades lexicais e as novas demandas de significação do presente.

¹⁹ Pretos, uni-vos. (@revoltapreta). “Aboliram a escravidão, não a condição”. Esmeralda Ribeiro”. 10.09.2016. Tweet.

Então, nas palavras que esses sujeitos tecem, podem ser flagradas essas perspectivas históricas que o constituem. Assumimos, portanto, que os sentidos do enunciado são históricos.

Na seção seguinte, tratamos sobre acontecimento e temporalidade na perspectiva na qual se ancora este estudo.

1.4 Acontecimento Enunciativo, História e Memória

Como vimos, a enunciação para Benveniste (1974) remete a um pôr a língua em funcionamento por um sujeito que dela se apropria, e para Ducrot (1987 [1984], p. 168), enunciação é o “acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado”, aparição esta constituída como um acontecimento histórico e caracterizada como momentânea.

Para entender esse “momentâneo” na concepção de Ducrot, podemos fazer uma analogia com o pensamento de Heráclito (540 – 470 a. C.), filósofo pré-socrático, segundo o qual, em dois dos seus 126 fragmentos preservados, “aos que entram no mesmo rio afluem outras e outras águas / Nos mesmos rios entramos e não entramos, somos e não somos”²⁰. Segundo esses fragmentos, no mesmo rio ninguém pode entrar duas vezes, pois não são as mesmas águas quando se entra novamente nele. Também podemos pensar assim em se tratando de acontecimento enquanto algo histórico. Se alguém diz a mesma coisa em um momento depois, já se tem uma diferença, porque não vai ser mais o mesmo momento. Nesse sentido, a concepção de história é temporal, ou seja, um enunciado ali aparece e deixa de existir, tem-se um outro acontecimento a cada momento. Isso reflete a concepção de Ducrot sobre o caráter único e irrepetível do acontecimento enunciativo, justamente porque, como observa Dias (2009a, p. 9), ele adquire identidade específica na sua atualização.

Guimarães (2005, p. 8), por sua vez, defende que “o tratamento da enunciação deve se dar num espaço em que seja possível considerar a constituição histórica do sentido”, ou seja, a enunciação deve ser vista historicamente. No entanto, esse histórico em Guimarães não se aproxima daquela concepção de história que é temporal, cronológica. Para ele, a significação é histórica porque é “determinada pelas condições sociais de sua existência” (p. 66). Então, de acordo com essa concepção, o sentido está posto como uma questão enunciativa e se constitui sócio-historicamente.

²⁰ Fragmentos 12 e 49a, respectivamente. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2746/1/2007_MarcusViniciusSilvaMartins.PDF>. Acesso em 17.10.2016.

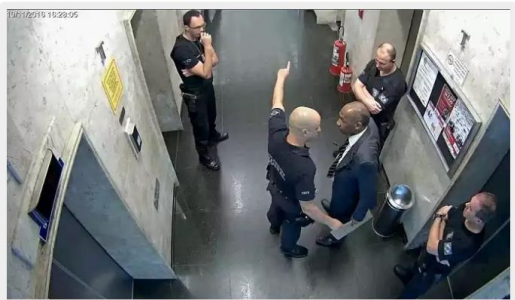
A enunciação é o próprio acontecimento de linguagem que possibilita a constituição dos sentidos, considerando, segundo Guimarães (2005), a sua relação com a história, a partir da noção de memorável; com o social; o real, “a que o dizer se expõe ao falar dele” (p. 11); o sujeito “que se constitui pelo funcionamento da língua na qual enuncia-se algo” (p. 11); e o político, sobre o qual discorreremos mais adiante.

Diante dessa perspectiva, assumimos que as formas linguísticas são constitutivas da relação estabelecida entre as instâncias de presente (do enunciar) e de anterioridade (da memória). Isso significa que ao produzir um acontecimento, a língua, exposta a um campo de memória, instala nele um reconhecimento do passado e uma projeção de futuro que possibilita outras enunciações. Desse modo, esse passado e futuro se concretizam na realização enunciativa presente.

O próprio acontecimento é que define essa temporalidade. Ela se configura, segundo Guimarães (2005, p. 12), “de um lado por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade)”, projetando sentidos no acontecimento. Por outro lado, “esta latência de futuro (...) significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável”, ou seja, há um passado que faz presente e futuro significarem.

Vejamos o exemplo extraído da página *Pragmatismo Político*, publicado em 06 de junho de 2017.

Figura 13 – Advogado negro.

<p>Advogado negro é agredido e algemado após ser impedido de usar elevador no TRT</p> 	<p>"Testemunhas avaliaram que o comportamento dos seguranças não teria sido o mesmo caso o doutor Damasco fosse branco". OAB realizou ato de desagravo em favor do advogado agredido e hostilizado quando tentava entrar no TRT para participar de uma reunião</p>
--	--

Fonte: Pragmatismo Político²¹.

Atentemos para o enunciado:

²¹ Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/06/advogado-negro-e-agredido-e-algemado-apos-ser-impedido-de-usar-elevador-no-trt.html>> Publicado em: 06.06.2017. Acesso em 08.06.2017.

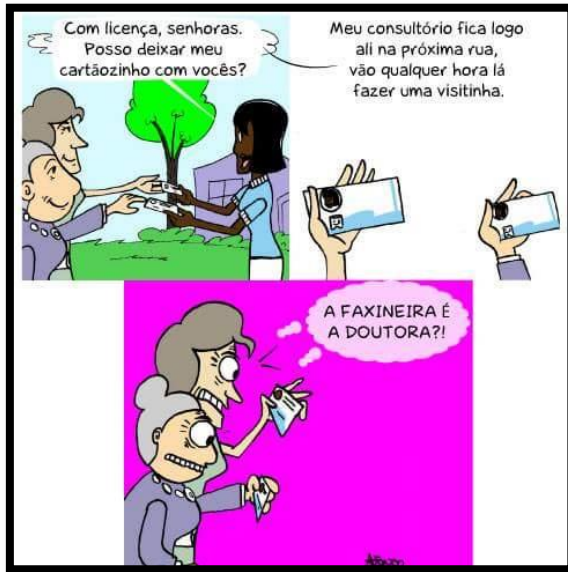
(9) Advogado negro é agredido e algemado após ser impedido de usar o elevador no TRT.

Inicialmente, podemos nos perguntar: por que é pertinente enunciativamente se dizer “negro” em relação a advogado? Teríamos o mesmo efeito de sentido se o termo “negro” não aparecesse no enunciado? O que muda com a presença dessa unidade agregada nesse enunciado a um substantivo? Para responder a essas perguntas, é preciso imaginar que outros acontecimentos precederam esse dizer, tais como: a restrição dos negros na ocupação de lugares sociais e no desempenho de papéis sociais, a sua limitação de acesso aos espaços públicos e privados, a sua imagem como alvo maior de observação e vigilância. Isso se apresenta como um rememorado, que faz significar de um certo modo, e não de outro, o que está posto no presente da enunciação.

A demanda de pertinência se dá, portanto, em razão da necessidade de marcar a diferença, isto é, não foi qualquer advogado que tentou usar o elevador, e que tentou chegar à sala de reuniões do Tribunal Regional do Trabalho sem ter sido interceptado por seguranças, foi um advogado “negro”, e isso atualiza o acontecimento. É preciso pensar que a formação nominal “advogado negro” já acontece, digamos, carregada de significação, e que isso “pesa” na instância atual para efeito de compreensão do enunciado.

A agregabilidade das unidades lexicais produz uma diferença no sentido de que a hostilização em relação ao advogado não se deu em razão de uma outra causa, senão aquela marcada pelo determinante “negro” e sua memória de enunciações. A presença desse determinante, certamente, conduz para uma significação, se considerarmos seu histórico de enunciações. Então, existe um presente nesse enunciado que invoca uma temporalização, que é essa memória, e projeta um futuro. Sendo assim, entendemos que o enunciado diz muito mais do que uma simples informação de alguém que foi surpreendido por seguranças, ao tentar entrar em um certo lugar. Esse acontecimento de linguagem projeta como sentidos, por exemplo: não há lugares sociais exclusivos para brancos ou negros, nem mesmo papéis sociais específicos de um ou de outro; a hostilização a negros é algo que deve ser combatido.

Uma rede enunciativa permite que visualizemos esses memoráveis evocados pelo acontecimento enunciativo. Vejamos um bloco de exemplos:

Figura 14 – *Sem Banzo 1*Figura 15 – *Sem Banzo 2*

Fonte: Tirinhas extraídas do perfil *Sem Banzo Oficial*, no Facebook²².

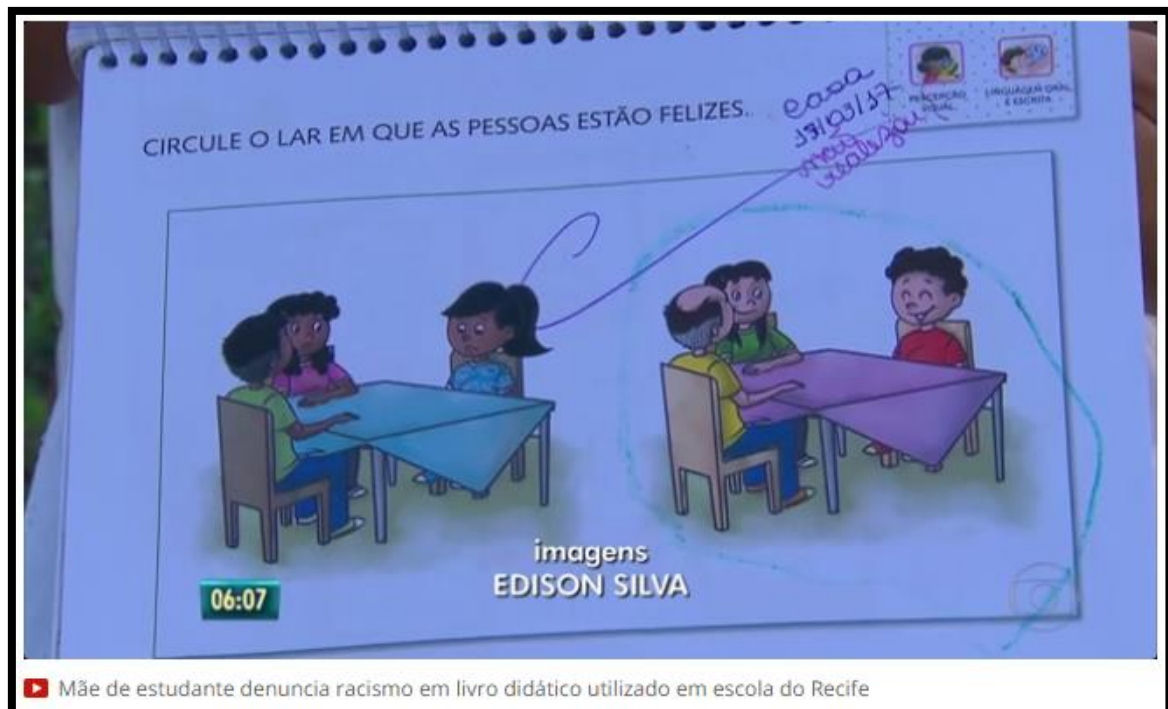
Figura 16 – Racismo em Livro Didático

PERNAMBUCO 

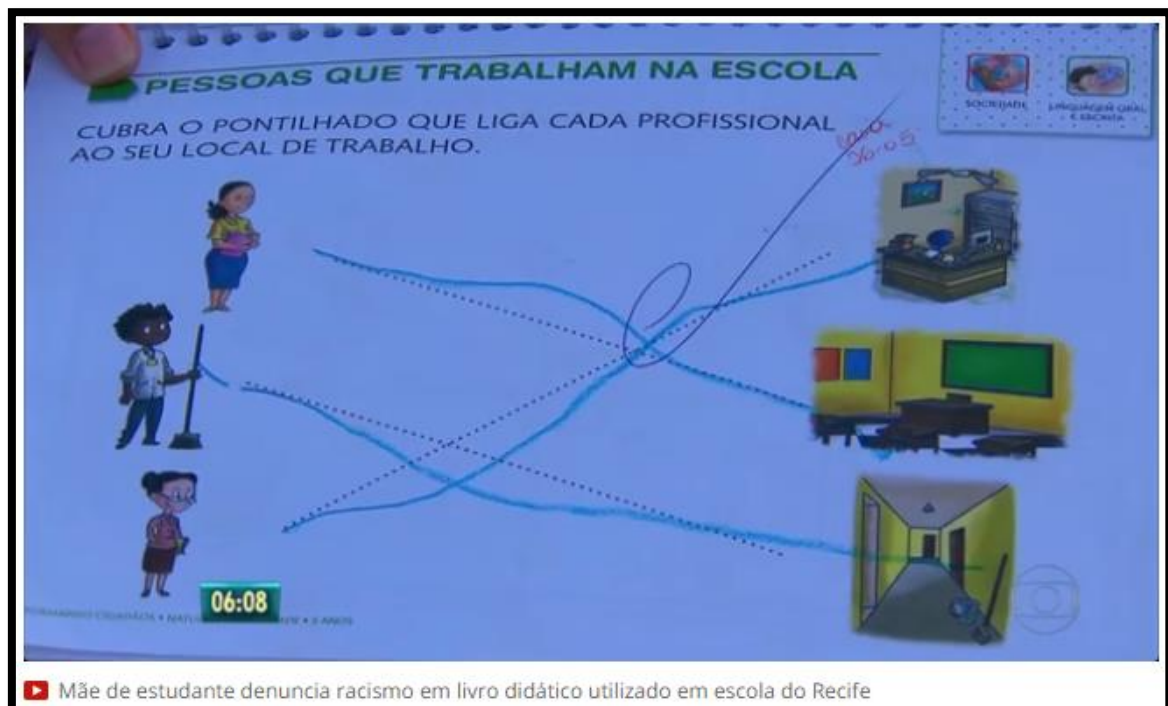
Mãe denuncia racismo em livros didáticos utilizados em escola do Recife

Publicação traz personagens negros como figuras tristes e como faxineiro em exercícios pedagógicos. Segundo Aline Lopes, conteúdo reforça estereótipos e preconceito de cor.

²² Disponível em: <<https://www.facebook.com/sembanzooficial/>> Acesso em 20.03.2017.



▶ Mãe de estudante denuncia racismo em livro didático utilizado em escola do Recife



▶ Mãe de estudante denuncia racismo em livro didático utilizado em escola do Recife

Fonte: G1 Pernambuco²³.

Na primeira tirinha, na fala (10) “A faxineira é doutora?!”, a forma “faxineira” guarda a memória dos estereótipos em relação às profissões. Logo, podemos imaginar outras enunciações como: não é comum o negro assumir algumas profissões; ou é difícil ver uma

²³ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/mae-denuncia-racismo-em-livros-didaticos-utilizados-em-escola-do-recife.ghtml>> Publicado em: 07/06/2017. Atualizado 08/06/2017. Acesso em 09.06.2017.

protagonista negra nas telenovelas brasileiras, elas são mais comuns em papéis de empregadas domésticas (em geral, aquela que é tida como membro da família, porque ajudou a criar os filhos do patrão), babás, governantas, cozinheiras, passadeiras; ou quaisquer outras enunciações que não destaquem a mulher negra nas funções que têm como precedente os pronomes de tratamento Senhor (a) ou Doutor (a), vistos historicamente como modos de estabelecer uma relação de respeito, de subserviência. Desse modo, os dizeres na tirinha são dizeres que, por sua vez, já foram enunciados por outros locutores, e se apresentam no presente do acontecimento tendo em vista essas outras enunciações. Desse modo, a projeção de sentidos do acontecimento se dá a partir da quebra de expectativa do lugar comum, dos estereótipos, o que possibilita outros sentidos, como o de uma mulher negra trabalhando não só como faxineira ou doméstica, mas no exercício de qualquer outra profissão.

No enunciado da segunda tirinha, (11) “Senhora, o elevador de serviço fica no final do corredor à direita”, “elevador de serviço” se apresenta como um rememorado, no sentido de que podemos pensar: para que a existência de um elevador de serviços? Quem desce por ele? Que diferenças ele marca? Existem outros tipos de elevador? É comum ouvirmos frases do tipo: “Tive que descer pelo elevador de serviço, pois o social estava quebrado” ou “Vou pegar o elevador de serviço, assim chego mais rápido”. Falas como essas marcam uma diferença de espaços. Na primeira fala, por exemplo, o elevador de serviços se apresenta como uma alternativa em relação ao elevador social, nesse caso, “de serviço” e “social” atualizam o sentido de “elevador”. A segunda fala marca o fluxo em razão do número de pessoas que circulam no espaço “social” (os condôminos, visitantes, hóspedes, etc.) e no espaço de “serviço” (entregadores, faxineiros, camareiras, etc.).

Então, o que nos leva a compreensão da tirinha na ocasião em que o segurança aborda uma mulher negra e sugere que ela use o elevador de serviço? Exatamente os traços do que já significou em outras enunciações, como, por exemplo, o referencial histórico das profissões exercidas pelas mulheres negras associadas aos espaços de circulação. Esses traços do que já significou no passado passam a ser reorganizados na atualidade da enunciação, reorganização essa que vai permitir que pensemos a significação.

Desse mesmo princípio, podemos analisar a figura 16. Dos referenciais históricos dos estereótipos e preconceitos de cor (lar de pessoas tristes, na primeira imagem; profissional negra com uma vassoura, na segunda imagem do livro didático) é pertinente, enunciativamente, se dizer que o que se apresenta no livro didático se configura como racismo.

Esses exemplos confirmam o que defende Guimarães (1989), segundo o qual as unidades lexicais aparecem nos nossos enunciados já afetados por discursos. Assim, é possível que haja a compreensão por parte do sujeito (locutor), uma vez que as palavras direcionadas para uma atualidade, já significaram anteriormente. Os discursos acabam, nesse sentido, se atravessando.

A significação está, como vimos com os exemplos, entre o já significado, que o acionamento da língua evoca, e o que se mostra na instância presente da enunciação para significar. Vale dizer com isso que, no acontecimento, não se repete o que já significou. A forma que temos de (fazer) entender as demandas da atualidade é trazendo significações do passado. Mas quando relemos o passado e trazemos essas significações para a instância presente, podemos dizer que elas já não são mais o passado, isto é, ganham uma outra dimensão na atualidade.

Desse modo, o memorável pode ser entendido como um passado parte de uma temporalização. Trata-se de uma rememoração de enunciações passadas. Isto não significa que o passado é trazido de volta, mas que esse passado rememorado produz uma identidade para o presente e o futuro, e até mesmo para o próprio passado.

No exemplo seguinte, um perfil do *Twitter* tece um comentário a partir dos comentários feitos na foto da filha do ator Bruno Gagliasso, postada por ele mesmo no *Instagram*. Vejamos.

Figura 17 – Racismo no Brasil.



Fonte: Imagem extraída do *Twitter*²⁴.

O autor da postagem no *Twitter* se utiliza de argumentos comumente utilizados por quem defende a não existência do racismo: o racismo é tratado de modo exagerado; racismo é “mimimi”; o racismo não existe mais; racismo é vitimização. No entanto, esses argumentos são articulados em favor de um novo direcionamento argumentativo que projeta, através da crítica, um efeito contrário, no sentido de negar aqueles argumentos e mostrar que racismo existe, sustentado por outras enunciações, como as que perpassam os comentários em relação à filha do ator. Organicamente, seríamos conduzidos a acreditar que o racismo existiu, mas hoje não mais, ou que o tratamento ao tema não é adequado, ou que racismo é para quem gosta de reclamar ou se vitimizar, ou que ele nem mesmo chegou a existir. Porém, as diferenças sócio-históricas do acontecimento enunciativo direcionam para outros sentidos que buscam convencer o interlocutor de que o racismo é real e manifestado, dada a contradição entre o que está posto materialmente no acontecimento, e o que se observa nos enunciados com os quais se relaciona.

²⁴ Machado, Pedro (@pegoncalves). “Racismo no Brasil é tratado de forma exagerada (...)”. 05.06.2017, 18:24. Tweet.

Segundo essa perspectiva de estudo da significação na qual nos inserimos, o fato de a língua ser vista como um sistema que é determinado historicamente, significa dizer que as formas da língua, nos termos de Guimarães (1996, p. 32), “são o que são pela história de suas enunciações. Uma forma é na língua o que ela se tornou pela história de seus funcionamentos na enunciação”.

Assim, podemos dizer que o acontecimento em si suscita uma memória discursiva. É nesse sentido que Dias (2009a, p. 10) afirma que as formas linguísticas devem confrontar-se com a memória discursiva e o presente do acontecimento, afim de que possam dar suporte à significação.

Essa concepção de significação é construída, segundo Guimarães (1995), ancorada no modo de tratar o sentido como discursivo, mas enquanto definido pelo que ele chamou de acontecimento enunciativo. Nesse sentido, a enunciação é definida como

um acontecimento de linguagem perpassado pelo **interdiscurso**, que se dá como espaço de **memória** no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. (GUIMARÃES, 1995, p. 70. Grifos do autor)

O termo *interdiscurso* que aparece nessa definição é fundamental para a concepção de sentido. Em seu texto, *Enunciação e História*, embora não explicitasse o termo, Guimarães (1989, p. 74) já discutia questões que remetiam para a definição de interdiscurso, como na passagem: “faz parte das condições de existência de um enunciado que existam outros. Assim, seu caráter é necessariamente relacional. Só há um enunciado se houver mais de um. Ou seja, é impossível pensar a linguagem, o sentido fora de uma relação”. Entende-se, então, por esse termo a relação de um discurso com outros discursos, isto é, os discursos são construídos por outros elementos externos a esse discurso, por outras vozes de outros sujeitos em algum lugar e tempo da história.

O interdiscurso apresenta, como vimos na citação, uma natureza relacional e, por isso, deve ser entendido, como ressaltam Dalmaschio e Jamal (2014, p. 22), “como o lugar das construções sociais de sentido, que constituem a memória dos já-ditos que vigoram na sociedade”. É possível afirmar, portanto, que há uma (re)construção discursiva que se dá na enunciação, possibilitando a retomada de qualquer enunciado, uma vez que tinha sido produzido.

A fim de compreendermos melhor como o acontecimento enunciativo é afetado pelo interdiscurso, pelo histórico de enunciações, tomemos o exemplo a seguir, publicado na página *São Paulo Antiga*, em 05 de julho de 2013, por Douglas Nascimento:

Exemplo (12):

ARTIGOS

Os repugnantes anúncios de escravos em jornais do Século 19

DOUGLAS NASCIMENTO - 05/07/2013

1.3K 38

Abolida em 1888 e considerada uma das grandes contribuições para a queda do Império do Brasil no ano seguinte, a escravidão foi o fato mais obscuro da história do Brasil onde índios e, principalmente, negros eram tratados como animais e sem qualquer direito civil. Pessoas compravam, emprestavam e até alugavam escravos, em uma atividade que movimentava a economia brasileira no século 19.

Mas como eram feitos os negócios com escravos aqui na cidade de São Paulo? Como se sabia quem vende, quem compra ou quem aluga? Como se reportava à fuga de escravos, que cansados de sofrimento tentavam desaparecer da frente de seus proprietários? Através de anúncios de jornal.

Fizemos uma seleção de 14 anúncios relacionados a escravos do jornal *Correio Paulistano* que foram veiculados entre os anos de 1857 e 1879. Considerados normais e corriqueiros naqueles tempos, os anúncios hoje causam repulsa e indignação, confira:

Anúncios de aluguel:

Havia muitos proprietários que possuíam número excessivo de escravos. Estes publicavam anúncios de aluguel nos jornais, para que interessados pudessem alugá-los por um determinado período. Também era comum que pessoas interessadas em alugar publicassem anúncios pedindo escravos, como mostram os dois anúncios abaixo.

PRECISA-SE

alugar uma criada que saiba cozinhar e fazer os arranjos de uma casa de família, e um moleque para recados, na rua da Princesa n. 1.

3-1

(...)

Anúncios de compra:

Quem estava interessado em comprar um escravo também deixava seu anúncio no jornal. Como mostra este anúncio de 8 de fevereiro de 1879.

PRECISA-SE

comprar uma escrava de meia idade sem vícios, e que saiba cozinhar. Informações à rua Direita n. 7. — Loja de ferragens. 4-4

Anúncios de fuga de escravos:

Mais comuns eram os anúncios de alerta de fugas de escravos. Na segunda metade do século 19, as fugas de escravos tornaram-se mais frequentes e os anúncios eram a maneira mais eficaz para tentar recuperar um fugitivo. Note nos anúncios a descrição das características do escravo, para facilitar a identificação dos mesmos.

Escravo fugido

No dia 8 de Outubro do anno proximo passado fugio da fazenda do Bom Retiro, propriedade do dr. Francisco Antonio de Araujo o escravo José, pardo claro, de 22 annos de idade, estatura regular, cheio de corpo, com a falta de um dente na frente do lado superior, cabellos avermelhados, orelha roxa, falla macia, e andar vagaroso. Intitula-se forro, e quando fugio a primeira vez esteve contratado como camarada em uma fazenda em Capivary.

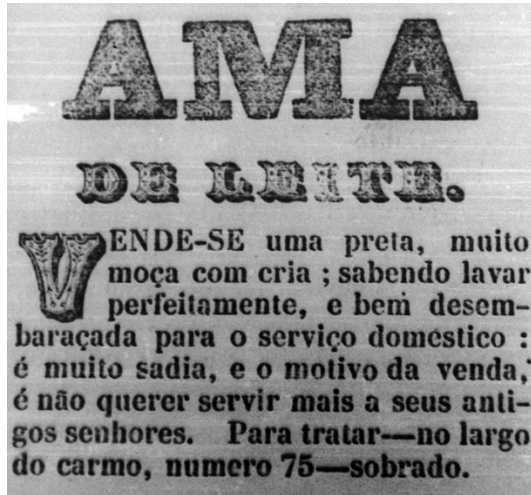
Quem o aprehender e entregar ao seu senhor no Amparo, ou o recolher a cadeia em qualquer parte será bem gratificado, e protesta-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutar.

15-9

(...)

Anúncios de venda:

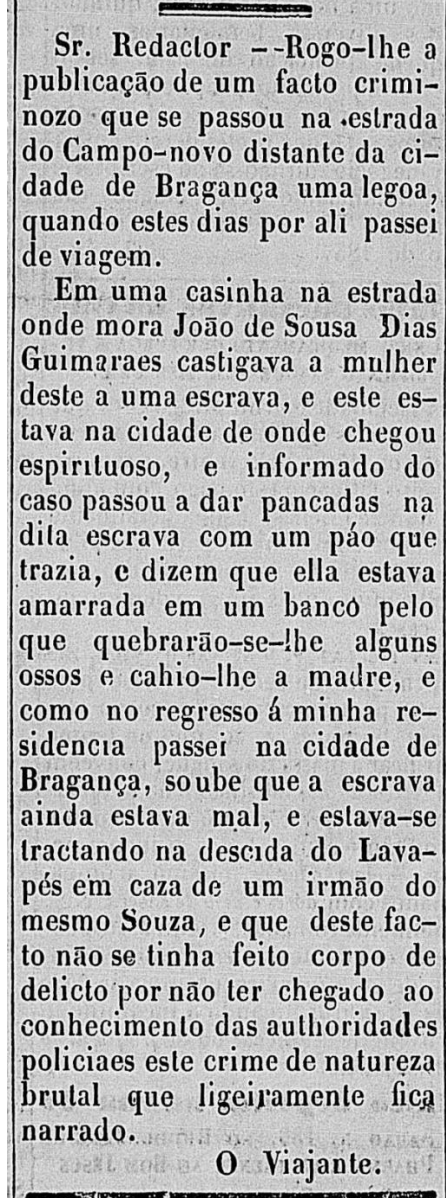
A seguir, uma seleção de anúncios de pessoas interessadas em vender seus escravos.



(...)

Abuso e violência:

Por fim, não um anúncio mas um raro relato de viajante, publicado no mesmo Correio Paulistano, em 16 de setembro de 1857, onde o anônimo relata um absurdo caso de violência contra uma escrava na cidade de Bragança Paulista. Trata-se de um ultrajante caso de agressão contra uma pessoa que, uma vez na condição de escravo, não podia fazer nada para se defender, pois se o fizesse poderia até morrer.



Estes anúncios não podem ser esquecidos, pelo contrário. São provas documentais de um passado triste da história do Brasil, cicatrizes em nossa trajetória que ainda irão demorar muitos anos para serem curadas.

Fonte: São Paulo Antiga²⁵.

Quando falamos sobre a “relação de um discurso com outros discursos”, como podemos explicar isso a partir do exemplo?

Primeiramente, lembremos de que o sentido do enunciado “Os repugnantes anúncios de escravos em jornais do século 19”, não se constrói no momento de sua enunciação, mas na

²⁵ Disponível em: <<http://www.saopauloantiga.com.br/anuncios-de-escravos/>>. Publicado em: 05.07.2013. Acesso em 10.10.2016. (Extraído e Adaptado). A adaptação se deu no sentido de não mencionarmos todos os exemplos contidos na matéria, mas apenas um, representativo de cada anúncio.

sua relação com os já-ditos. No acontecimento enunciativo, muitos são os discursos que se cruzam, sejam pelos lugares sociais nos quais se situa o locutor/sujeito falante (o autor da matéria, o jornal *Correio Paulistano*, os jornais do século 19, os anunciantes de aluguel, compra e venda, etc.), seja pelos memoráveis que se presentificam no acontecimento (memória do discurso sobre o passado escravista; o homem agressor; a mulher escrava – ama de leite, criada, cozinheira, doméstica; o homem escravo – o moleque para recados; a existência de práticas de comércio; de relações contratuais legais e ilegais; entre outros).

Observando a formação nominal “os repugnantes anúncios”, vemos que o determinante “repugnantes” desloca o efeito de sentido meramente informativo do artigo, diferenciando esses anúncios de outros tipos possíveis, como os de aluguel, compra e venda de um carro, de uma fazenda, ou até mesmo dos anúncios dos serviços de diaristas e acompanhantes, que circulam no caderno de classificados de jornais. Sem a presença do determinante nesse acontecimento, poderiam estar envolvidas outras condições de significação.

Nesse cruzamento de discursos (condições dos negros no passado, condições atuais, repercussões sociais e jurídicas do passado), não se pode tomar o acontecimento como uma simples retomada de anúncios do século 19. O que o presente do acontecimento provoca como direcionamento argumentativo é que o negro não pode mais ser tido como foi um dia, e que esse passado não pode ser refletido nas suas relações sociais atuais.

Feita essa análise, podemos dizer que o acontecimento enunciativo não é algo necessariamente único e irrepetível, isto é, o acontecimento não pode apresentar uma singularidade absoluta. Como afirma Dalmaschio (2013, p. 78), “o caminhar para a singularidade é um caminhar sempre ancorado”, em razão de como enxergamos o acontecimento, ou seja, como “algo histórico, virtual e marcado pela diferença”.

Como a enunciação se dá no interior de uma formação discursiva, como entende Guimarães (1989, p. 79), o acontecimento não é sempre novo, daí o seu caráter repetível, diferentemente do pensamento de Ducrot (1984), que defendia o caráter irrepetível (único) da enunciação. Não temos como pensar nas unidades lexicais sem a existência de “um enunciado em um domínio de enunciações”, isto é, fora de um “conjunto” de relações (de um enunciado com outros enunciados).

Tomemos outro exemplo, um texto publicado na página *Geledes.org*, em 19 de novembro de 2016, por Chrystal Méndez:

Exemplo (13):

Home ▶ Questão Racial ▶ Casos de Racismo

18 expressões racistas que você usa sem saber

Date: 19/11/2016 | in: Casos de Racismo

Por Chrystal Méndez Do *Curta Mais*

Mais de 300 anos de passado escravista não se apagam facilmente. Sinal disso é a extensa lista de expressões das quais as pessoas nem percebem a conotação racista. São tantas que, em 2009, o professor de biologia Luiz Henrique Rosa fez um levantamento no Rio de Janeiro. Junto com seus alunos, contabilizou 360 termos de cunho racista, no projeto “Qual é a graça”. Isso só na escola em que ele leciona.

Palavras dizem muito sobre a história e a cultura de uma sociedade. Quando expressões como “mulata” ou “a coisa tá preta” se tornam naturais, é indício do quanto a opressão e o preconceito estão incorporados à visão de mundo das pessoas. Entre sutilezas, brincadeiras e aparentes elogios, a violência simbólica se amplia quando expressões como estas são repetidas:

“Cor de pele”

Aprende-se desde criança que “cor de pele” é aquele lápis meio rosado, meio bege. Mas é evidente que o tom não representa a pele de todas as pessoas, principalmente em um país como o Brasil. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014, realizada pelo IBGE, 53% dos brasileiros se declararam pardos ou negros.

“Doméstica”

Negros eram tratados como animais rebeldes e que precisavam de “corretivos”, para serem “domesticados”.

“Estampa étnica”

Estampa parece ser, no mundo da moda, apenas aquela criada pelo olhar eurocêntrico. Quando o desenho vem da África ou de outra parte do mundo considerada “exótica” segundo essa visão, torna-se “étnica”.

“A dar com pau”

Expressão originada nos navios negreiros. Muitos dos capturados preferiam morrer a serem escravizados e faziam greve de fome na travessia entre o continente africano e o Brasil. Para obrigá-los a se alimentar, um “pau de comer” foi criado para jogar angu, sopa e outras comidas pela boca.

“Meia tigela”

Os negros que trabalhavam à força nas minas de ouro nem sempre conseguiam alcançar suas “metas”. Quando isso acontecia, recebiam como punição apenas metade da tigela de comida e ganhavam o apelido de “meia tigela”, que hoje significa algo sem valor e medíocre.

“Mulata”

Na língua espanhola, referia-se ao filhote macho do cruzamento de cavalo com jumenta ou de jumento com égua. A enorme carga pejorativa é ainda maior quando se diz “mulata tipo exportação”, reiterando a visão do corpo da mulher negra como mercadoria. A palavra remete à ideia de sedução, sensualidade.

“Cor do pecado”

Utilizada como elogio, se associa ao imaginário da mulher negra sensualizada. A ideia de pecado também é ainda mais negativa em uma sociedade pautada na religião, como a brasileira.

“Samba do crioulo doido”

Título do samba que satirizava o ensino de História do Brasil nas escolas do país nos tempos da ditadura, composto por Sérgio Porto (ele assinava com o pseudônimo de Stanislaw Ponte Preta). No entanto, a expressão debochada, que significa confusão ou trapalhada, reafirma um estereótipo e a discriminação aos negros.

“Ter um pé na cozinha”

Forma racista de falar de uma pessoa com origem negra. Infeliz recordação do período da escravidão em que o único lugar permitido às mulheres negras era a cozinha da casa grande. Uma realidade ainda longe de mudar no Brasil.

“Moreno(a)”

Racistas acreditam que chamar alguém de negro é ofensivo. Falar de outra forma, como “morena” ou “mulata”, embranquecendo a pessoa, “amenizaria” o “incômodo”.

“Negro(a) de traços finos”

A mesma lógica do clareamento se aplica à “beleza exótica”, tratando o que está fora da estética branca e europeia como incomum.

“Cabelo ruim”

Fios “rebeldes”, “cabelo duro”, “carapinha”, “mafuá”, “piaçava” e outros tantos derivados depreciam o cabelo afro. Por vários séculos, causaram a negação do próprio corpo e a baixa autoestima entre as mulheres negras sem o “desejado” cabelo liso. Nem é preciso dizer o quanto as indústrias de cosméticos, muitas originárias de países europeus, se beneficiaram do padrão de beleza que excluía os negros.

“Não sou tuas negas”

A mulher negra como “qualquer uma” ou “de todo mundo” indica a forma como a sociedade a percebe: alguém com quem se pode fazer tudo. Escravas negras eram literalmente propriedade dos homens brancos e utilizadas para satisfazer desejos sexuais, em um tempo no qual assédios e estupros eram ainda mais recorrentes. Portanto, além de profundamente racista, o termo é carregado de machismo.

“Denegrir”

Sinônimo de difamar, possui na raiz o significado de “tornar negro”, como algo maldoso e ofensivo, “manchando” uma reputação antes “limpa”.

“A coisa tá preta”

A fala racista se reflete na associação entre “preto” e uma situação desconfortável, desagradável, difícil, perigosa.

“Serviço de preto”

Mais uma vez a palavra preto aparece como algo ruim. Desta vez, representa uma tarefa malfeita, realizada de forma errada, em uma associação racista ao trabalho que seria realizado pelo negro.

Existem ainda aquelas expressões que são utilizadas com tanta naturalidade que muita gente sequer percebe a conotação negativa que tem para o negro. Por exemplo:

“Mercado negro”, “magia negra”, “lista negra” e “ovelha negra”

Entre outras inúmeras expressões em que a palavra ‘negro’ representa algo pejorativo, prejudicial, ilegal.

“Inveja branca”

A ideia do branco como algo positivo é impregnada na expressão que reforça, ao mesmo tempo, a associação entre preto e comportamentos negativos.

Fonte: Geledés²⁶.

Consideremos, de início, o enunciado:

(14) 18 expressões racistas que você usa sem saber.

Nesse acontecimento enunciativo, o enunciado suscita um lugar de memória dos diversos modos de manifestação do racismo, seja pelo uso de gestos, ou do uso das unidades da língua, seja em tom de piada, de elogio, seja manifestado de forma consciente ou inconsciente, etc. Na formação nominal “expressões racistas”, o determinante “racistas” marca a existência de um grupo de formas linguísticas passíveis de serem categorizadas dadas as características comuns que agrupam. Nesse sentido, na articulação “expressões racistas” está esse rememorado. O efeito de sentido projetado pelo enunciado é o de que há um discurso de reprodução do preconceito, da violência simbólica. As expressões entre aspas ao longo do texto, como “inveja branca”, “serviço de preto”, “denegrir”, “doméstica”, “a coisa tá preta”, etc. não são simples formas da língua isoladas em um tempo e em um espaço, elas comportam enunciações que já significaram no passado e que as fazem significar na instância de presente. São expressões que já foram utilizadas em outras enunciações por outros locutores, que, por sua vez, sustentam os sentidos no acontecimento atual, e que direcionarão outros discursos. Daí o caráter relacional que nos permite assumir que o sentido em um acontecimento é efeito da presença do interdiscurso.

²⁶ Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/18-expressoes-racistas-que-voce-usa-sem-saber/#gs.6FNKgas>>. Publicado em: 19.11.2016. Acesso em 20.12.2016. (Extraído e Adaptado).

Em síntese, o acontecimento enunciativo é, portanto, o lugar da atualização e virtualidade, ou, dito de outro modo, é uma virtualidade em latência de atualização. É nesse lugar que os sujeitos e os sentidos vão se constituir pelo cruzamento de dizeres, na relação com o passado de enunciações a partir do presente do acontecimento. É nessa instância em que age a memória sócio-histórica.

Essa concepção de acontecimento permite se pensar em uma história de enunciações, isto é, a cada (nova) enunciação, sentidos são (re)produzidos, circulando na contradição e, por isso, instalando conflitos, o que possibilita observarmos um outro aspecto que caracteriza esse acontecimento enunciativo, qual seja, o funcionamento político da constituição dos sentidos.

1.5 O acontecimento (político) de linguagem

Outra diferença na ancoragem de Guimarães em relação a Ducrot, é que a noção de discursividade para Ducrot não tem nenhuma relação com uma visão política da sociedade. Ao contrário de Guimarães (2005) que defende que a língua é necessariamente atravessada pelo político. Vejamos o que isso significa.

Guimarães (2005) explica o político a partir de sua inscrição no domínio do materialismo e de sua relação com outras duas concepções, igualmente do domínio materialista: a de Orlandi (1990), que trata o político como conflito; e a concepção de Rancière (1995)²⁷, que caracteriza o político como dissenso. Para ele, o político é próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem e o acontecimento da enunciação. O acontecimento é, portanto, uma prática política.

O político, ou a política, é, para o autor,

caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. (GUIMARÃES, 2005, p. 16)

Depreendemos das palavras desse teórico que o ponto-chave desse conceito não está somente na normatividade, ou simplesmente na afirmação de pertencimento, mas na contradição que gera esse conflito, que se dá porque o real é dividido de maneira normativa e desigual, e o coloca no centro do dizer.

²⁷ RANCIÈRE, Jacques. *La méésentente*. Paris, Galilée, 1995.

Podemos ilustrar isso com a discussão surgida em uma comunidade do *Facebook* chamada *Tupi Vox*, a partir de um vídeo do músico e ativista ganês radicado no Brasil, Nabby Clifford, sobre qual a palavra correta para referir: “negro” ou “preto”?

No vídeo (esse vídeo também está disponível no *YouTube*²⁸), Clifford diz o seguinte:

Exemplo (15)



“(…) No tempo da escravidão, os índios no Brasil eram chamados de negros da terra. A partir de 1755, aboliu-se a palavra *negro* para indígenas, quando foi proibida a escravidão de índios. Um país, o Brasil, usa palavras como *lista negra*, *dia negro*, *magia negra*, *câmbio negro*, *vala negra*, *mercado negro*, *peste negra*, *buraco negro*, *ovelha negra*, *a fome negra*, *humor negro*, *seu passado negro*, *futuro negro*. Não deveria chamar uma criança de negro (...). Pega o dicionário de língua portuguesa, está escrito: negro quer dizer infeliz, maldito.

Brasileiro quando valoriza alguma coisa não fala *negro*, ele fala *preto*. Ele não come feijão negro, come feijão preto; o carro dele não é carro negro, o carro dele é carro preto; ele não toma café negro, toma café preto; quando ganha na loteria, ganha uma nota preta. Se branco não é negativo, preto também não é negativo.

Mas negro não, negro é palavra 100% negativa, e atrasa, isso causa morte, causa miséria, doenças. Já que o mundo mudou, vamos mudar nossa linguagem também”.²⁹

Observemos como a discussão sobre a escolha lexical mais adequada, entre “negro” ou “preto”, é de natureza política.

A contradição se instala na medida em que se buscamos as razões enunciativas para as relações linguísticas. Para Clifford, por exemplo, não se deve dizer “negro”, mas “preto”. É pertinente se dizer “negro”, em um espaço enunciativo, em virtude do seu referencial histórico de positividade, de valorização, isto é, “preto” atualiza o sentido do nome ao qual está

²⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZD4JAaed7jY>> Publicado em: 10.04.2013. Acesso em 30.08.2016.

²⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/tupivox/videos/1036278443092530/>> Publicado em: 24.07.2016. Acesso em 30.08.2016.

agregado (*grana preta, feijão preto, carro preto, café preto, café preto, nota preta*), atribuindo valor à coisa.

Constituindo uma rede enunciativa para entender melhor o funcionamento enunciativo como político, vejamos outro exemplo:

Figura 18 – Padrões Avaliativos IFPA

Padrões Avaliativos								
Item	Fenótipo	Descrição do Negro	Compatível			Não Compatível		
			A1	A2	A3	A1	A2	A3
1	Pele	1.1. Melanoderma - Cor Preta						
		1.2. Feoderma- cor parda						
		1.3. Leucoderma - cor Branca						
2	Nariz	2.1. Curto/largo/chato (platirrinos)						
3	Boca/dentes	3.1. Lábios grossos						
		3.2. Dentes muitos alvos e oblíquos						
		3.3. Mucosas roxas						
4	Maxilar (Prognatismo)	4.1. Prognatismo saliente a acentuado						
5	Crânio	5.1. Crânio dolicocélico < 74,9 (largo 4/5 do comp)						
6	Face	6.1. Testa estreita e comprida nas fontes						
7	Cabelo	7.1. Crespos ou encarapinhados						
8	Barba	8.1. Barba pouco abundante						
9	Arcos Zigomáticos	9.1. Proeminentes ou salientes						

Fonte: Site do IFPA³⁰.

Nesse Edital para concurso público lançado pelo Instituto Federal do Pará, em 2016, consta para preenchimento dos padrões avaliativos, a descrição do “negro”, e não do “preto”, a partir do referencial histórico da manifestação visível das características de um indivíduo (pele, nariz, boca, dentes, crânio, face, cabelo, etc.). Se vislumbrarmos outros enunciados,

³⁰ Disponível em: <<http://www.ifpa.edu.br/documentos-institucionais/0000/concurso-tae-2016/2711-anexo-iv-padro-es-avaliativos/file>> Publicado em Edital para Concurso Público em 2016. Acesso em 15.01.2017.

como em documentos acadêmicos, outras razões enunciativas sustentarão seus usos, como se deu no Edital. A militância racial também assume a palavra “negro” e a usa amplamente.

Ainda em busca desse contraponto, em um artigo escrito por Marcos Sacramento, intitulado ‘*Preto’ ou ‘Branco’? O vídeo viral que levantou um debate semântico*³¹, o autor faz menção a dois *tweets* postados na ocasião em que Lewis Hamilton, piloto de automóveis britânico de Fórmula 1, venceu o Grande Prêmio (GP) da Alemanha:

(16) “E mais uma história de um **preto** que vence! Parabéns, Lewis Hamilton”.

(17) “Na boa, nunca vi um **preto** tão charmoso, deve ser o único também né...Lewis Hamilton”.

No primeiro caso, (16), esse modo de articulação que “preto” contrai na formação nominal tem o empoderamento como referencial histórico. Já em (17), observamos o deslocamento do referencial de “preto”. Na construção “nunca vi um preto tão charmoso...”, tem-se como referencial o padrão de beleza, porém, a formação articulatória “...deve ser o único também né” projeta, através da depreciação, um outro efeito, isto é, de que, via de regra, os pretos estão fora dos padrões de beleza, portanto, de exclusão.

Desse modo, os referenciais de “preto” e “negro” vão se transformando em função de novos embates na história, como defende Dias (2016), portanto no campo político, no âmbito dos espaços de enunciação.

O acontecimento de linguagem, segundo Guimarães (2005), é um acontecimento político porque se dá nos espaços de enunciação. Estes são “espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante” (p. 18). Nesses espaços estão divididos os lugares do dizer e os sujeitos com seus direitos ao (modo de) dizer. São, portanto, espaços de disputa entre línguas e sujeitos e de sentidos, o que atribui o caráter político ao funcionamento enunciativo.

Para Dias (2016a), é no espaço da enunciação que há a identificação dos enunciados. Trata-se de um lugar “no qual os falantes enunciam tendo em vista uma pertinência na relação com enunciados de outros falantes” (p. 37). Logo, a fala dos sujeitos vai repercutir de alguma maneira, nesse espaço, considerando a relação entre os enunciados desses falantes na instância do presente.

Vejamos o exemplo a seguir:

³¹ Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/preto-ou-negro-o-video-viral-que-levantou-um-debate-semantico-por-sacramento/>> Publicado em: 01.08.2016. Acesso em 01.09.2016.

Figura 19 – #LugarDoNegro



Fonte: Imagem extraída do *Twitter*³².

Nesse acontecimento enunciativo, a definição de “lugar de negro” é histórica e também política. Essa formação nominal adquire pertinência em razão do referencial histórico da agregação de pessoas em favor de uma causa. O político se instala na contradição entre os dizeres que atribuem ao negro um lugar, reforçando a segregação racial (uma espécie de voz normativa, que antecede e motiva a criação da *hashtag*, incrustada pelo racismo estrutural, aquele sutil mas que delimita “cada um no seu quadrado”), e as afirmações de pertencimento daqueles que não se sentem suficientemente incluídos nesses “lugares”, e daqueles que, mesmo incluídos, digamos, manifestam apoio à campanha.

O político está no nosso material de análise, dadas as contradições instaladas pelos conflitos nos dizeres relacionados ao tema. Considerando que há a formação de nomes no processo de nominalização, tomaremos como premissa a reflexão de Dias (2015e, p. 7), segundo a qual o substantivo, “ao condensar, expõe as marcas dos referenciais que lhe são constitutivos, e assim abre-se para a absorção, como também para o dissenso”. É partindo desse princípio de compreensão do acontecimento de linguagem como acontecimento político que vamos realizar o trabalho de análise dos dados.

³² Portal Brasil (@portalbrasil). “Faça parte da campanha #LugarDoNegro (...)”. 20.11.2015, 7:15. Tweet.

1.6 Enunciação e Materialidade Linguística

A semântica da enunciação, como esclarece Dias (2015c), produz um olhar para a língua que resulta em diferenças significativas no conceito de forma linguística e consequentemente na abordagem das unidades articulatórias. Esse conceito de língua advém de Guimarães (1996), que a vê como “um sistema de regularidades”. A concepção de regularidade aí não está centrada na concepção de regra, como pontua Dias (2015c, p. 17), mas na ideia de que aquilo que regula uma ordem de relações que sustenta as unidades, ou seja, o sistema, “não advém de propriedades do corpo de elementos desse sistema, mas são circunscrições de modos do enunciar constituídos na memória do dizer”. A língua está, portanto, exposta a essa memória.

É nesse sentido que Dias (2013a, p. 9) afirma que “as formas da língua são constitutivas da relação que se estabelece entre uma instância de presente do enunciar e uma instância de anterioridade (da memória)”, ou seja, as formas da língua carregam uma memória de dizeres e as articulações dessas formas linguísticas permitem a sua atualização. O acontecimento é concebido nessa relação entre o virtual e o atual, dito de outro modo, ele é a atualização de uma virtualidade de caráter sócio-histórico.

Vejamos um exemplo.

Figura 20 – Bossa Negra



Fonte: imagem extraída da página do *Canal Brasil* no *Facebook*³³.

33

Disponível

em:

<<https://www.facebook.com/canal.brasil/photos/a.203119026397566.48442.203064416403027/1428303623879094/?type=3&theater>> Publicado em 16.06.2017. Acesso em 18.06.2017.

Observemos a formação nominal:

(18) Bossa negra.

Atentemos, de início, para o fato de que a palavra *bossa* aparece em outras formações como, por exemplo, *bossa nova*, designando um gênero musical, *bossa de jornalista*, designando, na gíria carioca do fim dos anos 50, aquele que redige bem, ou *bossa negra* intitulado o álbum, de 1961, da cantora Elza Soares. Ou seja, a mesma palavra que parece em outros enunciados, aparece no enunciado atual *bossa negra*; contudo, a tessitura desse enunciado vai produzir diferenças na enunciação. Assim pensamos a regularidade das formas linguísticas.

Para entendermos como se dá essa atualização, observemos o elemento *negro* e como ele se situa na formação nominal. É esse termo que atualiza o sentido de *bossa*, onde está instalado o referencial histórico (musical), acrescentando algo a ele, isto é, o determinante promove uma particularização, no sentido de marcar um jeito diferente, em algum aspecto, de fazer algo, de fazer o samba. Atuando assim, é possível dizer que esse determinante, ao se articular ao núcleo *bossa*, agrega à relação entre o memorável e as demandas do presente do enunciar, novas especificações para esse núcleo, projetando, portanto, uma nova ordem de pertinência.

Agora, observemos, em rede, a mesma formação nominal em outras ocorrências.

Figura 21 – A bossa negra de Hamilton e Diogo



Fonte: O Globo³⁴.

³⁴ Figura 21 e 22 disponíveis em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/musica/a-bossa-negra-de-hamilton-de-holanda-diogo-nogueira-13724954>> Publicado em: 26.08.2014. Acesso em 10.02.2016.

Figura 22 – Fala de Hamilton de Holanda

— A gente não pensou na “Bossa negra” como um jeito de se tocar ou um estilo. Era só um nome forte, sonoro, que apareceu. Poderia ser bossa de várias outras coisas, não só negras. O ritmo vem do batuque, com certeza. Mas tem um pouco da harmonia da bossa nova e a influência do choro. Já ouvi gente dizer que tem um pouco de fado — diz o bandolinista, que faz com Diogo o show de lançamento do disco, na terça e na quarta-feira, às 21h, no Teatro Net.

Fonte: O Globo.

Na articulação *bossa negra*, o determinante *negra* é fundamental para a compreensão dos sentidos de *bossa*, isto é, de que tipo de bossa se trata. Ele atua perspectivando o nome e marcando a diferença que motiva a pertinência enunciativa *bossa negra*, ou seja, não é a bossa histórica de Vinícius de Moraes, Antônio Carlos Jobim ou João Gilberto, por exemplo, nem a bossa (negra) de Elza Soares, mas a bossa atual, atual aqui no sentido dicotômico de virtualidade e atualidade, de Diogo Nogueira e Hamilton de Holanda.

Na figura 22, atentemos para o que afirma o músico Hamilton sobre a escolha do nome *bossa negra* para o Projeto:

(19) Poderia ser bossa de várias outras coisas, não só negras.

Para nós, isso é uma questão que se resolve enunciativamente, ou seja, a convergência do elemento *negra* à *bossa* não nos parece assim uma escolha tão despretensiosa, inclusive se considerarmos o modo como *bossa negra* vai sendo determinada pelos elementos que a reescrevem como, por exemplo, *nome forte*, [nome] *sonoro*, *ritmo*, *um pouco de harmonia da bossa nova*, *influência do choro*, *pouco de fado*, *disco*. Pesa sobre esse acontecimento enunciativo o elemento histórico, e nesse sentido podemos nos perguntar: se poderia ser outra bossa, por que não foi? Por que negra apareceu aí? Por que se formulou assim, considerando-se que uma FN não surge de um vazio? Exatamente em razão de outras enunciações que atravessam essa atualidade do dizer e asseguram sua pertinência. Ou seja, o fato de bossa ser um gênero musical já existente e que implica na mistura de ritmos e estilos, provoca a pertinência para o surgimento de novas realidades, de novos nomes, como *bossa negra* com todas essas características que lhes são específicas, descritas pelo próprio músico Hamilton.

Sendo assim, não se trata de olhar para as regularidades considerando apenas as relações entre as unidades constituídas a partir de um jogo de regras internas do sistema. A significação da língua, do nosso ponto de vista, reside exatamente na relação entre o plano da

organicidade, da materialidade linguística, e o plano enunciativo, como defende Dias (2009a; 2013a).

Isso implica, ainda nos termos de Dias (2016a, p. 37-38), que a significação de um enunciado tem um duplo caráter: “de um lado, advém da pertinência enunciativa, isto é, de uma motivação do presente do enunciar. De outro lado, constitui-se pelos referenciais que proporcionam as balizas históricas para significar esse presente contraído pelas pertinências enunciativas”. Vamos entender melhor esse duplo caráter.

Quando estamos diante de uma expressão ou de uma sequência linguística, podemos nos perguntar: por que é pertinente se dizer isso? Exatamente porque há algo da atualidade do enunciado que convoca o sujeito a dizer o que se diz. É nessa relação entre o referencial histórico e a pertinência enunciativa, que pertinência vem de “pertencer”, ou seja, esse dizer pertence a algo do momento, pertence ao mundo, ao tempo e espaço em que se vive. A pertinência é, portanto, a incitação para significar um presente. Essa pertinência da atualidade tem uma relação com o referencial histórico, que, por sua vez, tem a ver com o já significado. Esses dois conceitos de Dias (2015) releem o conceito de acontecimento.

Podemos ilustrar isso que acabamos de dizer com o título de uma reportagem da revista *Carta Capital*:

(20) Falar em **racismo reverso** é como acreditar em unicórnios³⁵.

A partir do acontecimento histórico *racismo* surgem várias enunciações sobre ele, como essa, “racismo reverso”, isto é, em virtude de um histórico de enunciações sobre racismo, vão surgindo novos acontecimentos enunciativos com essa palavra. Ora ela funciona como determinante, ora como núcleo, ora ocupa o lugar sintático de complemento. Com base na perspectiva de Dias (2011), o determinante *reverso* atualiza o sentido dessa construção, estabelecendo referenciais para o nome *racismo* – que nesse caso é o referencial da possível inversão do preconceito, do negro para com o branco –, agregando um memorável de enunciados e, ao mesmo tempo, marcando uma diferença entre “racismo” e “racismo reverso”.

O acontecimento enunciativo traz consigo novas pertinências enunciativas, entendendo que há pertinência quando o enunciado adquire lugar no espaço de enunciação em função de outros dizeres (DIAS, 2015d). Então, da pertinência de se falar em racismo reverso,

³⁵ Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/racismo-reverso-e-a-existencia-de-unicornios-205.html>>. Publicado em: 05.11.2014. Acesso em: 07.05.2015.

surtem novas ordens de pertinência, que são a de dizer, por exemplo, o que não é racismo reverso, o que é a crença no racismo reverso, por que a (in)existência de racismo reverso, etc.

Pensemos nas formas de produzir pertinência observando o exemplo seguinte.

Figura 23 – “O Brasil é racista, seu futebol também.”



Fonte: Imagem extraída do *Twitter*³⁶.

Temos aí uma imagem extraída de um perfil do *Twitter*, *Observatório Racismo*, criado para monitorar e divulgar casos de racismo e ações afirmativas no futebol brasileiro. Atentemos para os enunciados que aparecem na ilustração.

Qual a pertinência de dizer (21a) “Jogador é acusado por fazer gesto racista contra jogador adversário” (FN1), e (21b) “Um torcedor é flagrado e preso por insultos racista em partida de futebol”? (FN2). Ou dito de outra forma: o que motiva essas formulações, quais suas razões enunciativas? Entendemos que há alguma demanda de pertinência desse arranjo lexical nessas duas sequências linguísticas.

Temos duas formações nominais extensivas³⁷ que versam sobre o mesmo tema, mas que são fundadas em referenciais históricos diferentes, que asseguram pertinências diferentes. Na predicação, estão instalados os elementos da pertinência enunciativa, isto é, “acusado”, na

³⁶ Extraída do perfil “Observatório Racismo” (@ObRacialFutebol). “O Brasil é racista, seu futebol também.” Publicado em 04.09.2016. Tweet.

³⁷ Considerando a divisão feita por Dias (2015c) das formações nominais em ordens, serão consideradas nas análises quaisquer dessas FNs: as de primeira ordem, constituída apenas por um substantivo, como, por exemplo, “antirracismo”; as de segunda ordem, aquelas em que os substantivos recebem determinações internas, como “racismo reverso”; e as de terceira ordem, ou seja, as FNs extensivas formadas por sentenças que ocupam o mesmo lugar de um nome nas articulações sintáticas, como em “O cancelamento da peça ‘A Mulher do Trem’ por racismo mostra que a tensão racial no Brasil chegou a um ponto inédito, cujos rumos passaram a ser ditados pela nova geração de negros que alcançaram a universidade”.

FN1, e “flagrado e preso”, na FN2, adquirem pertinência balizados pelos referenciais históricos de posição hierárquica entre um jogador em campo e um torcedor, e também pelos referenciais de comportamento. Detalhemos: *acusado* e *gesto racista* são escolhas lexicais que nos parecem menos próximas da noção de condenação (uma acusação pressupõe a ampla defesa) e de crime (um gesto pode pesar menos do que um insulto), portanto, mais apropriadas para definir um fato ocorrido entre dois jogadores, os protagonistas da partida, aqueles que fazem o jogo acontecer. Diferentemente de *flagrado*, *preso* e *insultos racista* que são escolhas mais próximas da noção de crime e mais acertadas para designar a situação do torcedor, em razão de enunciações que atravessam essa presentificação, isto é, há, dentre um histórico de enunciações, aquelas que põem o torcedor como aquele que não contém sua euforia e acaba provocando o jogador, o juiz, ou outro torcedor com xingamentos, gestos obscenos, enfim, de maneira dada como agressiva e inapropriada.

Testemos essas convergências em rede:

Quadro 1 – Ilustrativo de possíveis substituições 1

(1) Torcedor	acusado por fazer gesto racista	contra torcedor/jogador
(2) Jogador	flagrado e preso por insultos racista	contra jogador (?)

Fonte: elaborado pelo autor.

Se trocarmos os sujeitos das sentenças, veremos melhor como se deu a produção das pertinências em FN1 e FN2. Parece-nos aceitável uma situação em que um torcedor é acusado por fazer gesto racista contra outro torcedor ou contra algum jogador em uma partida de futebol, mas nos causa certa estranheza o fato de um jogador ser flagrado e preso por insultos racistas contra outro jogador em plena partida de futebol. Difícil até de vislumbrar a cena em que um agente policial invade o meio de campo e efetua a prisão em flagrante. Então, podemos dizer que é o histórico desses núcleos, *jogador* e *torcedor*, que asseguram aquelas ordens de pertinência.

Então, o objetivo é buscar as razões para as relações entre as unidades linguísticas. E o que comanda essas relações? Na perspectiva de Dias (2009a), é a forma de olhar historicamente para essas unidades, e não de pensar que cada palavra que forma o sintagma “gesto racista”, por exemplo, faz parte de um conjunto ou de uma classe de algo, e que o adjetivo “racista” está aí para aproximar o substantivo e fazer chegar na coisa. Dito de outro modo, a questão para nós, não é descrever as diferenças no mundo refletidas pelo sintagma nominal, mas olhar para as articulações como formas históricas.

1.6.1 Um parêntese sobre a questão da referência

No início deste capítulo, ao falarmos da necessidade de entender como a relação entre a linguagem e o mundo é tomada, suscitada pela própria definição de semântica, passamos brevemente pela questão da referência segundo alguns filósofos da linguagem, como Ogden e Richards, que descartaram o referente de uma teoria do significado linguístico, e também segundo Saussure, para quem a realidade fora dos limites da língua não conta para significação.

Já na concepção de Benveniste (2006 [1974], p. 231), a questão sentido/referência é posta da seguinte forma: “se o ‘sentido’ da frase é a ideia que ela exprime, a ‘referência’ da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar”. Sentido esse que se configura na língua pelo agenciamento (sintagmático) de formas e pela relação que essas formas estabelecem umas com as outras, ou seja, pela maneira como são combinadas.

No decorrer do capítulo, essa questão aparece também em Ducrot, em sua fase na década de 80, para quem “as frases são instruções de referência” (DIAS, 2009a, p. 8). Para Ducrot (1984), não é a questão das formas (como em Benveniste), nem a questão do engajamento do sujeito (como em Bally), mas uma questão que se dá na referência, ou seja, as referências se apresentam em potencial nas frases. Quando se enuncia, essas referências adquirem especificidades no tempo e no espaço. Por exemplo, pensemos na palavra “negro”. Se alguém fala “negro” em um momento e “negro” depois, nesse outro momento a referência já não é a mesma. Aquilo que é “negro” em referência potencial se torna referência particular no acontecimento enunciativo que é único (*movimento negro, câmbio negro, lista negra, atitude negra*, etc.), visto que, cada vez, fala-se de “negro” diferente, de uma outra possibilidade de “negro”.

Entendemos que não podemos desvincular a referência do caráter simbólico da linguagem, isto é, lidar com a linguagem significa, necessariamente, lidar com a referência. Contudo, isso se dá a partir de uma posição antirreferencialista (em oposição a esse modo referencialista). Vejamos:

Do nosso ponto de vista, uma semântica não pode deixar de tomar como elemento fundamental de suas considerações e análises a referência, ou seja, a relação das palavras com algo que está fora delas. No entanto, ao contrário de uma posição referencialista... a relação com o que está fora da linguagem é uma construção de linguagem. Ou seja, só é possível pensar na relação entre uma palavra e o que ocorre em virtude da relação de uma palavra com outra palavra. (GUIMARÃES, 2007, p. 77)

Então, considerando que a linguagem é simbólica porque os nomes evocam realidades, podemos afirmar que referência é evocação, no sentido de tornar presente a realidade discursivamente constituída. Nessa acepção, como explica Dalmaschio (2013), “o discurso é quem vai propiciar condições para que a referência seja produzida. Isso quer dizer que o referente não está circunscrito no mundo. É a linguagem que vai produzir a constituição da referência”. Expliquemos melhor esse nosso ponto de vista.

Em Frege (1978), há um corte nas teorias que defendem que as palavras designam as coisas. Para ele, o sentido de um termo (ou de uma expressão ou de uma frase completa) é o modo como a referência se apresenta, visto que toda referência tem um modo de apresentação. Então, como pontua Pires de Oliveira (2009), o sentido é o que nos permite chegar a uma referência no mundo. Ocorre que esse sentido em Frege repousa sobre a questão do valor de verdade e de falsidade, isto é, uma sentença assume valor de verdade se o objeto para o qual aponta o nome, que constitui essa sentença, tiver realmente uma existência no mundo. Nós não tratamos por essa via, podemos dizer que “alocamos” o sentido no referencial histórico, ou seja, é o histórico que nos possibilita ver as relações entre as palavras e as coisas.

Para buscarmos compreender melhor o que acabamos de dizer, consideremos a seguinte expressão destacada no enunciado:

(22) O aluno coloriu o desenho com um lápis **cor de pele**.

Como dissemos, na perspectiva formal, as palavras funcionam na relação entre verdade e falsidade com aquilo que elas designam. Em uma análise nessa linha de pensamento, o significado de *cor de pele*, em (30), assume valor de verdade se realmente existir no mundo uma cor para qual ela aponta, materializada em um objeto ou uma pessoa. Então, considerando que *cor de pele*, dentre suas acepções linguísticas, significa aquilo “que tem a cor bege meio rosada, como a da pele de pessoas brancas (camisa cor de carne)³⁸”, segundo o dicionário Aulete Digital, é possível associá-la, referencialmente, a:

³⁸ Disponível em: < <http://www.aulete.com.br/cor%20de%20carne> > Acesso em: 15.03.2017. Verbetes.

Figura 24 – Referente de (lápiz) *cor de pele*.



Fonte: Hyneness³⁹.

Contudo, com base nessa perspectiva, nos causaria certa estranheza se tomássemos como referente da palavra *cor de pele*, o seguinte exemplo:

Figura 25 – Referente de (lápiz) *cor de pele* (?)



Fonte: Pinterest⁴⁰.

Nesse exemplo 25, difícil seria associar referencialmente a palavra *cor de pele* à cor verde, em razão do modo como aquela é, estritamente, significada. Por outro lado, se olharmos de um ponto de vista enunciativo, como na tirinha abaixo 26, a concepção que o personagem Armandinho tem de cor de pele, ao entender que é possível usar outras cores para

³⁹ Disponível em: <<http://www.hyneness.com.br/2015/03/marca-lanca-giz-de-cera-com-varias-cores-de-pele/>>. Acesso em: 15.03.2017.

⁴⁰ Disponível em: <<https://br.pinterest.com/explore/verde/>> Acesso em: 15.03.2017.

colorir a pele, inclusive a cor verde, dilata o referencial, de modo que, aquilo que Armandinho faz seja considerado possível enquanto efeito de sentido.

Figura 26 – Tirinha de Armandinho.



Fonte: imagem extraída do Facebook⁴¹.

Análise semelhante podemos fazer observando o enunciado a seguir:

(23) Marca brasileira lança giz de cera com várias **cores de pele**.

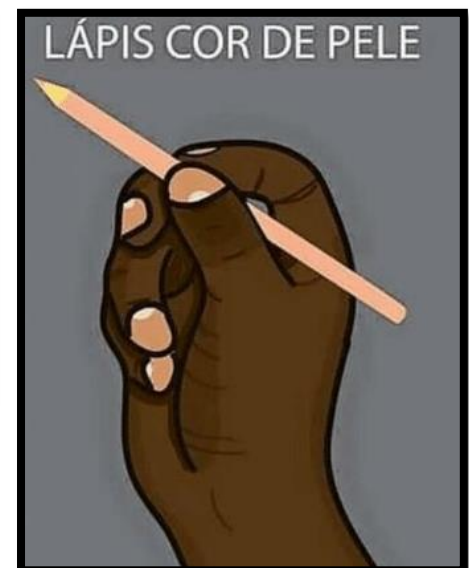
Na construção da referência, a relação de *cores de pele* e sua relação com elemento linguístico *várias*, amplia o referencial daquele termo, no sentido de que existem outros tons que designam a cor de pele, não somente o rosa claro ou o bege. Desse modo, *cor de pele* assume outros contornos referenciais, como no bloco de exemplos abaixo:

Figura 27 – Referente de (giz de cera) *cor de pele*.



Fonte: Hypeness⁴².

Figura 28 – Lápis cor de pele.



Fonte: Onsizzle⁴³.

⁴¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/tirasarmandinho>> Acesso em: 23.01.2017.

⁴² Disponível em: <<http://www.hypeness.com.br/2015/03/marca-lanca-giz-de-cera-com-varias-cores-de-pele/>>. Acesso em: 15.03.2017.

⁴³ Disponível em: <<https://onsizzle.com/i/lapis-cor-de-pele-via-ce-pires-1131043>> Acesso em: 20.03.2017.

Figura 29 – “Cor de pele”.



Fonte: Blog *Convívio com a Diversidade*⁴⁴.

A referência de *cor de pele*, nesses exemplos, vai ser produzida mediante outros discursos que propiciam condições para isso. Ou dito de outro modo, o histórico desse termo cria as condições que nos permitem enxergar as relações entre os elementos linguísticos e as coisas, ou seja, o que eles designam.

De nossa posição, podemos dizer, então, que a enunciação do nome não é determinada pela relação direta com uma entidade. Ao contrário, o enunciar se produz na tensão entre discursos anteriores, que já conceberam a entidade, e o presente da enunciação que atualiza essa concepção segundo as relações de pertinência no espaço de enunciação. Expliquemos melhor com esse último exemplo:

Figura 30 – Tira: Lápis cor de pele



Fonte: Blog *Eddie Ota*⁴⁵.

⁴⁴ Disponível em: <<http://conviviocomadiversidade.blogspot.com.br/2015/07/lapis-cor-de-pele.html>> Publicado em: 08.07.2015. Acesso em: 10.12.2016.

⁴⁵ Disponível em: <<http://eddieota.blogspot.com.br/2012/05/tira-lapis-cor-de-pele.html>> Publicado em: 17.05.2012. Acesso em 18.08.2015.

Defendemos que as palavras, a exemplo de *racista* no último quadrinho, significam porque elas nascem de tramas discursivas, dos dizeres anteriores. Então, de outras enunciações, como, por exemplo, os discursos sobre os estereótipos de raça, sobre a diversidade racial ou sobre inclusão social, surgem toda a significação presente do dizer, isto é, essa presentificação *racista filho da [...]* é atravessada por outros discursos que dão o tom da significação, dada a natureza histórica dos termos *lápiz cor de pele, burro e lápis preto*, incidindo sobre a construção da referência.

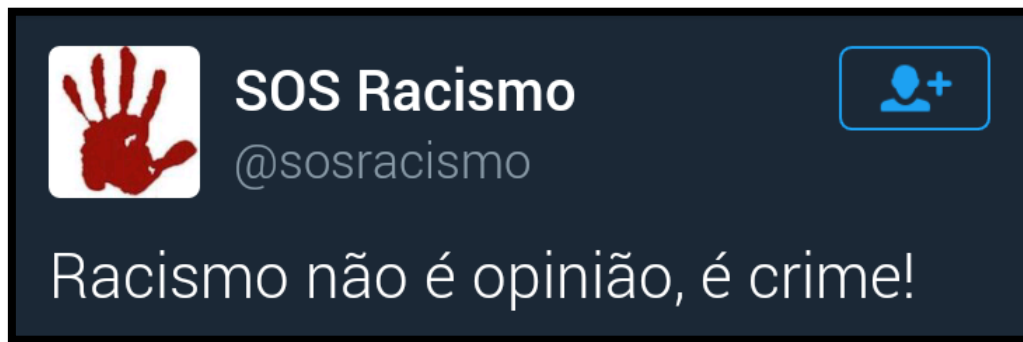
A nossa tese é de que aquilo que tem existência no mundo é de natureza histórica. Uma perspectiva histórica é aquela em que a relação entre a linguagem e o mundo não é uma relação direta, ou seja, o nome não constitui uma relação direta com a coisa, mas constitui uma relação direta com o dizer sobre a coisa, visto que o acesso a esta se dá pelo dizer. Diante disso, assumimos que o referencial é que vai nos permitir apontar, historicamente, para os referentes. É ele quem vai determinar o significado desse referente.

Por outro lado, Mondada e Dubois (2003) cunharam o termo “referenciação” para contrapor a tese de Frege de que o falar pressupõe um objeto, isto é, o nome é um modo de apresentação do objeto. A referenciação é um processo discursivo e os referentes, nesse sentido, são considerados como objetos de discurso, e não realidades independentes. Os nomes não são, portanto, desvinculados de discursos.

Nesse sentido, buscando fazer uma relação, embora o conceito de referenciação tenha sido tratado aqui bem *en passant*, podemos dizer que o conceito de referencial dialoga, em certa medida, com o de referenciação, uma vez que partem do mesmo princípio, que é o de não desvincular o nome dos discursos em que eles aparecem. Do nosso ponto de vista, as palavras se relacionam às coisas porque já significaram antes. Então, tratamos essa questão do “significar antes” como discursivo, isto é, algo que significou antes e se transformou em discurso. Em termos metodológicos, o nome para isso é referencial, e constituem as bases do domínio referencial as formações nominais.

Para compreendermos melhor isso, observemos mais um exemplo. Atentemos para a formação nominal que segue, extraída de um *tweet* do perfil *SOS Racismo*. Tentaremos explicá-lo por meio de um esquema.

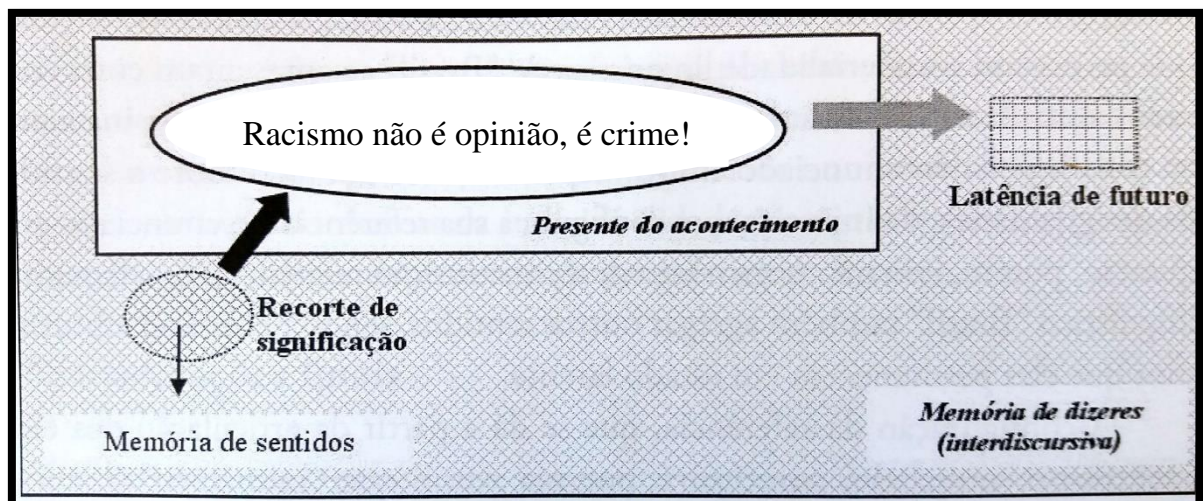
Figura 31 – SOS Racismo



Fonte: imagem extraída do *Twitter*⁴⁶.

Podemos representar o que vimos discutindo sobre a constituição da referência no acontecimento enunciativo a partir do esquema que segue:

Figura 32 – Constituição da referência na semântica da enunciação.



Fonte: Dias e Lacerda (2013e, p. 368), com adaptação⁴⁷.

O termo *racismo* constitui referência nesse acontecimento tendo em vista uma memória de sentidos que o sustenta. O histórico de enunciações culturais, sociais, políticas, etc. dão sentido e pertinência a um conjunto de práticas que passaram a ser designadas como racismo em uma sociedade. Então, levando-se em conta, que a referência se constitui, segundo Dias e Lacerda (2013e, p. 368), “na interface entre o recorte de significação que delimita a memória de sentidos na condição de unidade linguística e a atualidade do acontecimento de dizer, que tem identidade no presente da enunciação”, podemos dizer que no presente desse acontecimento, a predicação recorta a significação ao perspectivar, por meio da negação, que o racismo é uma questão de lei, e não uma questão de julgamento ou de

⁴⁶ SOS Racismo (@sosracismo). “Racismo não é opinião, é crime!”. 29.07.2016. 15:41h. Tweet.

⁴⁷ A adaptação se deu no sentido de substituir a formação nominal para análise.

parecer. Dito de outro modo, os elementos instalados na predicação atualizam o sentido do termo *racismo*, que guarda uma memória de dizeres que atribuem a ele propriedades de ser ou não ser uma questão de opinião ou de crime, na medida em que se tem dizeres como “essa é minha opinião”, ou então “é crime previsto na legislação brasileira”.

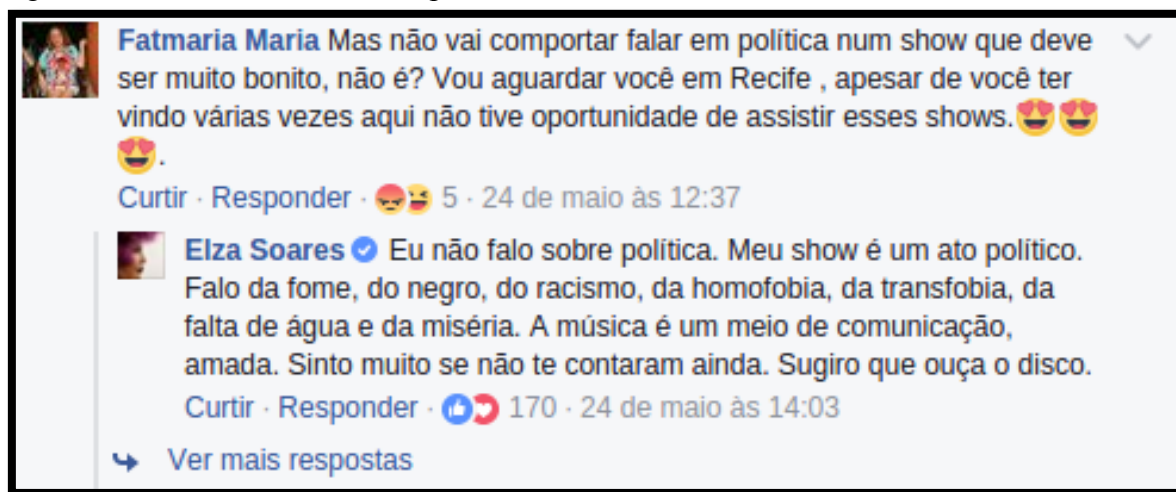
Fechemos aqui o parêntese sobre a questão da referência no estudos semânticos, e vejamos o que estamos chamando de formação nominal.

1.6.2 Significação e Formação Nominal: o olhar sobre as articulações linguísticas

Considerando que uma expressão linguística funciona por um dupla relação, que é a do locutor com aquilo que ele fala e a relação entre os elementos linguísticos, Guimarães (2009) propõe duas possibilidades de se pensar as relações semânticas: por contiguidade e não contiguidade. O procedimento de reescrituração se caracteriza por não ser necessariamente uma operação entre elementos contíguos. Esse procedimento consiste em “redizer o que já foi dito”, e se caracteriza “por fazer reinterpretar uma forma (reescriturada) como diferente de si (em virtude da reescrituração)”. (GUIMARÃES, 2009, p. 53)

É o que ocorre entre *política*, *ato político* e outros termos nas sequências abaixo:

Figura 33 – “Meu show é um ato político”



Fonte: Revista Fórum⁴⁸.

Podemos observar que *política*, em (24) “Mas não vai comportar falar em política num show que deve ser muito bonito, não é?” é o elemento reescriturado por outros elementos do dizer de Elza Soares, como *política*, *ato político*, *a fome*, *o negro*, *o racismo*, *a homofobia*, *a*

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2017/05/26/meu-show-e-um-ato-politico-diz-elza-soares-fa-que-pediu-para-que-nao-falasse-de-politica/>> Publicado em: 26.05.2017 na Revista Fórum, mas a publicação no Facebook é de 24.05.2017. Acesso em 30.05.2017.

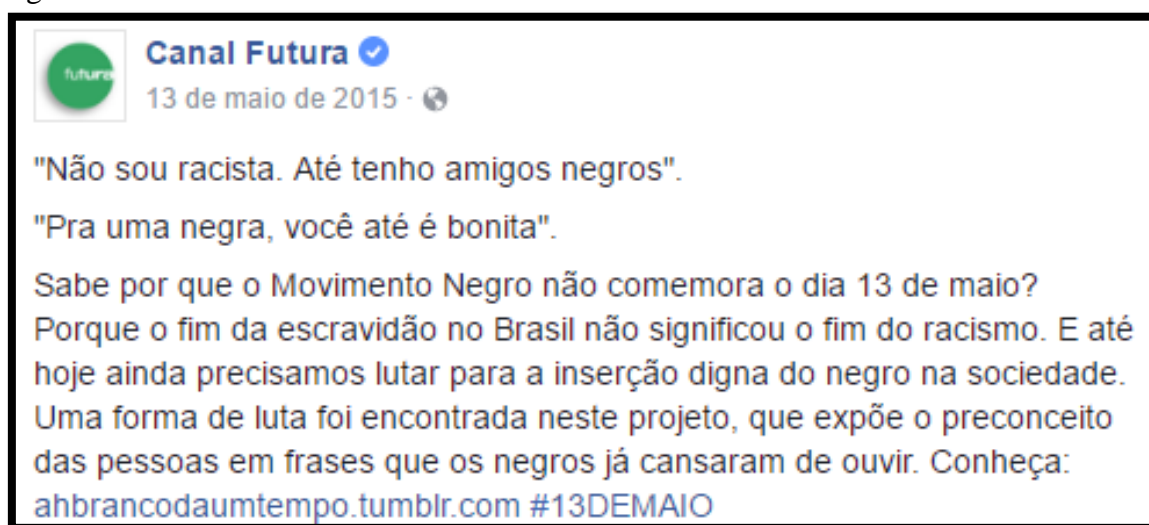
transfobia, a falta de água e a miséria. Esses elementos reescrevem *política*, mas essa relação de reescrituração não implica uma igualdade, ou seja, *ato político* não é igual a *política*, há uma mudança na enunciação. Nem mesmo a reescrituração por repetição não implica uma relação reflexiva, *política* em um enunciado não é igual a *política* no outro enunciado. Significam diferentemente.

Então, se pretendemos saber qual o sentido de uma palavra, é preciso ver como essa palavra vai parecendo no texto, e a partir daí é possível mapear as possibilidades de configuração da significação dessa palavra, tendo em vista o (sujeito) histórico. Significa dizer que, se o acontecimento é a relação entre a memória e a atualidade, é preciso que se observe efetivamente enunciados já realizados, lembrando que uma sequência linguística, na concepção de Guimarães (2009), só é enunciado enquanto uma unidade de sentido que integra um texto, o que implica que os enunciados são tomados nos textos em que aparecem. E nesses textos, é possível, então, mapear o campo do dizível.

Esse *modus operandi* pode ser confirmado nessa passagem de Guimarães (2007, p. 80): “as palavras significam segundo as relações de determinação semântica que se constituem no acontecimento enunciativo, ou seja, são relações que se constituem pelo modo como se relacionam com outra no texto”. Deprendemos daí que, para Guimarães, a questão não é o funcionamento do texto, mas o funcionamento das palavras no texto.

O processo de articulação, por sua vez, se caracteriza por uma relação de contiguidade entre os elementos. Para Guimarães (2009, p. 51), “a organização das contiguidades linguísticas se dá como uma relação local entre os elementos linguísticos, mas também e fundamentalmente por uma relação do Locutor (enquanto falante de um espaço de enunciação) com aquilo que ele fala”. Identifiquemos melhor essa relação observando o exemplo.

Figura 34 – Canal Futura



Fonte: imagem extraída do *facebook*⁴⁹.

Observemos o enunciado:

(25) Não sou racista. Até tenho amigos negros.

Essa é uma relação de articulação por incidência, uma vez que há uma relação entre elementos de naturezas distintas (*Até* que incide sobre *tenho amigos racistas*) que forma um novo elemento, no caso, *Até tenho amigos negros*. Em *amigos negros*, podemos observar uma relação de articulação por dependência em que *negro* é atribuído a *amigos*, configurando uma operação de caracterização que acaba por produzir, dentre outras coisas, segundo Guimarães (2009), uma referência, isto é, operações como essas, que se dão no agenciamento enunciativo do acontecimento, produzem sentido pelo modo como uma forma incide sobre a outra, afetando-a.

Em Dias (2009; 2013; 2015), essa noção do articular é fundamental. E nesse sentido, considerando que, para nós, o acionamento da língua está em função da necessidade de significar, a questão que é posta em cena é: como é que as formulações, as articulações vão fazer essa relação entre o já significado e o que se busca significar? É o que desenvolveremos no decorrer desta seção.

O olhar sobre a forma linguística neste trabalho segue o pensamento de Guimarães (1996, p. 32), que a vê como “uma latência à espera do acontecimento enunciativo, onde o presente e o interdiscurso a fazem significar”. Essa (re)leitura que Dias (2009) faz da noção

⁴⁹ Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/canalfuturaoficial/posts/994300283928580>> Acesso em 20.01.2016.

de acontecimento como relação entre o referencial histórico e a pertinência enunciativa, se dá pela via do procedimento da articulação.

Contudo, esse olhar sobre a forma linguística tem uma especificidade que o diferencia (ou desloca, melhor dizendo) tanto de Ducrot (2002) quanto da perspectiva de Guimarães (2005). Essa especificidade está em uma aproximação, digamos, mais refinada com a língua, com as regularidades linguísticas. Assumimos, desse ponto de vista, um modo de tratar a língua de forma muito mais sintonizada com o seu funcionamento.

Nessa direção, Dias (2013; 2015) desenvolve o conceito de formação nominal como alternativa para o conceito de sintagma nominal (SN), produzindo, para isso, um deslocamento no conceito corrente de sintagma e de forma linguística. Expliquemos melhor.

Tomemos nesse ponto da discussão algumas observações sobre o sintagma. Perini (2010, p. 252), por exemplo, afirma que no SN “o núcleo informa o tipo geral de coisa a que se quer fazer referência e os limitadores restringem a referência dessa coisa até o ponto desejado pelo falante”. Então, se o núcleo é o responsável por abrigar o modo de apresentação da entidade, e os elementos a ele agregados atuam singularizando-a, podemos afirmar que o SN é responsável pela constituição da referência de uma entidade.

Essa concepção não dá conta, para nós, de analisar, por exemplo, a construção *racismo reverso*, aqui retomando o exemplo (20), porque do nosso olhar não é simplesmente uma questão de o nome apontar para o referente, ou seja, de o substantivo *racismo* apresentar um objeto/coisa no mundo, nem de o determinante *reverso* simplesmente recortar a referência desse objeto ao modo do sujeito falante. Para nós, a questão se instala no fato de que os nomes evocam referências na medida em que se agregam, como defende Dias (2013)⁵⁰, a referenciais discursivamente constituídos.

Desse modo, na formação nominal, as relações entre os elementos não são explicadas do ponto de vista meramente formal, em que o adjetivo é determinante em relação ao substantivo, por exemplo, nem pela posição horizontal desses termos no enunciado, nem pela perspectiva da referência segundo a qual o substantivo (centro da referência) refere ao ser, e o adjetivo refere à qualidade desse ser. Pensar assim é lidar com o sintagma nominal.

Diferentemente do SN, que abriga, como vimos, o modo como se apresenta a entidade que é nomeada, a formação nominal, concebida em Dias (2015) como formação articulatória

⁵⁰ Esta afirmação de Dias consta no material referente à sua apresentação intitulada *Referência, referenciação e referencial: fundamentos na abordagem da significação*, em uma Conferência ministrada no Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no dia 01 de julho de 2013, em Teresina - PI.

por captar o processo de constituição das construções nucleadas por nomes, abriga um campo de pertinências entre o memorável e a atualidade do acontecimento.

O conceito de formação nominal não está, portanto, centrado nem em uma abordagem descritiva do segmento da sentença, que tem o nome como núcleo, nem simplesmente nos traços fonéticos e fonológicos ou gráficos da unidade, mas, como pontua Dias (2017a, p. 124), “na constituição dos referenciais da sua produção, na razão das articulações que são contraídas interna e externamente à construção nominal”.

Isso nos permite pensar que esse termo *formação* apresenta sentido análogo àquele sentido de “realização” formulado por Ducrot (1984), que vimos anteriormente e que interessa à semântica da enunciação, qual seja, a realização de uma entidade linguística enquanto acontecimento que constitui a sua aparição. A perspectiva de Dias de ver a enunciação parte também desse postulado, isto é, de pensar essa existência da entidade linguística, como ela se arquiteta (arquitetura em vez de estrutura), e o que significa pensar a inserção dessa entidade na “sucessão dos fenômenos”.

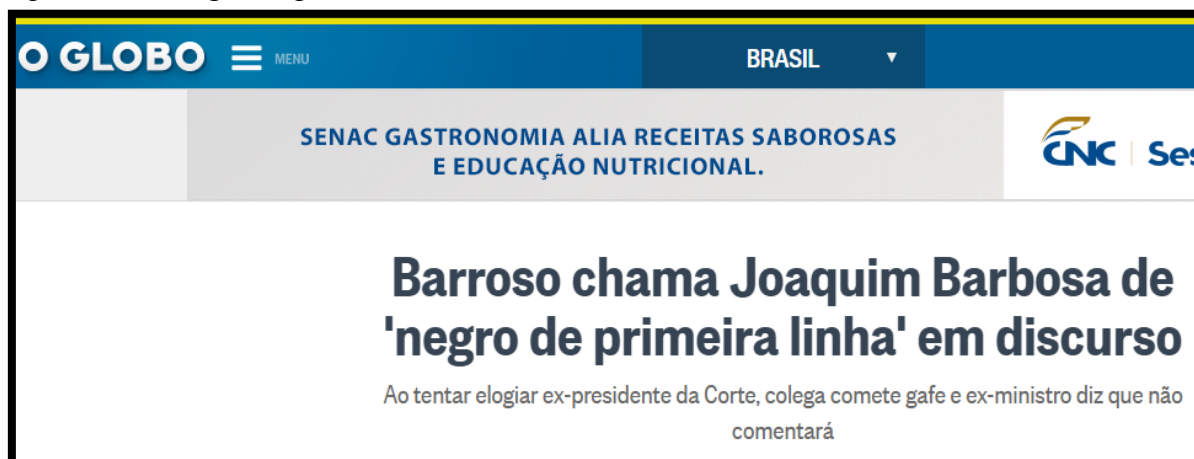
Nesse sentido, Dias propõe uma leitura⁵¹ daquilo que Ducrot (1984) formulou: se pensar a realização de uma entidade linguística é pensar a sua própria existência, os termos da existência de uma entidade na ordem do acontecimento são, para Dias (2015d), a regularidade de uma língua, que faz com que a acatemos enquanto existência, e a pertinência na “sucessão dos fenômenos”, ou seja, uma entidade linguística existiu quando ela adquiriu uma relevância, uma pertinência nessa sucessão.

Então, pensar o conceito de formação nominal como centro de nossas análises – e o conceito de formação como algo dinâmico, considerando a verticalidade das construções nominais que corresponde ao plano enunciativo e ao extrato dos porquês dada a sua natureza explicativa (e não descritiva como a do sintagma) – implica considerar que a constituição de um nome, seja ele sozinho ou agregado aos seus determinantes, advém de uma carga de discursividades anteriores que provocam a sua existência. Então, havendo um conjunto de discursos anteriores que sustentam a constituição de um nome, algo faz com que se produza uma especificidade em relação a ele. Se ocorre uma particularização do objeto é devido a um referencial.

Tomemos o exemplo.

⁵¹ Dois momentos da produção de Dias servem como referência: 1. Seu texto *Sentido e enunciação: a atualidade do conceito de acontecimento na semântica*, de 2015; 2. Sua apresentação no Simpósio *Argumentação: perspectivas da enunciação e do discurso*, no Seminário de Estudos sobre Discurso e Argumentação – SEDIAR, sediado pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2014.

Figura 35 – “Negro de primeira linha”



Fonte: O Globo⁵².

Pensar a formulação (26) *negro de primeira linha*, no plano enunciativo, é discutir suas razões enunciativas, ou seja, as razões que explicam essa articulação – cujos efeitos da significação implicaram em um mal-estar entre o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, e o ministro Luís Roberto Barroso, durante a cerimônia de aposição do retrato daquele, na galeria de ex-presidentes da Corte –, considerando que parte dessas razões está no fato de que essas palavras são historicamente constituídas.

A enunciação materializada nesse enunciado produz diferenças que nos levam a pensar sobre o que é ser e não ser de primeira linha, que atributos fazem com que alguém seja considerado de primeira linha, além de marcar a existência de um outro lugar social, de um outro *status* social, diferente daquele lugar de onde se fala (o lugar de fala do então ministro) e do lugar de quem se fala (o lugar do ex-ministro negro). Pensar na pertinência dessas formas linguísticas em um espaço enunciativo é pensar também no que sustenta a convergência de *primeira linha* a *negro*, quase que amalgamada, se, por outro lado, dificilmente encontraremos esse elemento convergente *primeira linha* acrescido à palavra *branco*, por exemplo. Historicamente, parece haver um lugar comum para os negros, de tal modo que a expressão *de primeira linha* desloca esse lugar (comum) e aloca o substantivo em outro (que não seria tão comum), produzindo esses efeitos de sentido. A existência dessa memória discursiva recorta os referenciais, ou seja, é nessa memória que os referenciais encontram suporte e se configuram como lugar de assentamento da significação da sentença.

Para Dias (2016a, p. 40), as razões enunciativas nas quais se assenta o conceito de formação nominal e que sustentam a conformação de um nome como designador sócio-

⁵² Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/barroso-chama-joaquim-barbosa-de-negro-de-primeira-linha-em-discurso-21449394>> Publicado em: 07.06.2017. Acesso em 08.06.2107.

histórico são formadas por esse referencial e pela pertinência enunciativa. Exploreemos um pouco mais esses conceitos.

Dias (2013d; 2013h) desenvolveu o conceito de *referencial* inspirado em Foucault (1969)⁵³. O pensamento deste é assim sintetizado por Dias (2013h):

Pela expressão ‘o que é dito’, Foucault considera tudo aquilo que as palavras ou sintagmas nos conduzem a perceber, imaginar, acreditar (...). Por sua vez, pela expressão ‘de que fala’, Foucault considera os domínios em relação aos quais palavras ou sintagmas significam, não pelas singularidades do que elas dizem, mas por relações que o enunciado que as absorve estabelece. Essas relações formariam um domínio de referências, ou simplesmente referencial. A constituição do referencial de um enunciado envolve, dentre outros aspectos, ‘a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado’ (FOUCAULT, 1969, p. 120-121). O principal sustentáculo desse conceito é o de que indivíduos, objetos, estados de coisas e relações não são individuais absolutos, isto é, não são ‘dados’ da natureza, mas entes, estados e relações que adquirem identidade a partir dos lugares de enunciador e das perspectivas de enunciação. (DIAS, 2013h, p. 215-216. Tradução do autor)

Nesse sentido, podemos afirmar que uma coisa só se constitui na sua relação com outra. Os nomes, por exemplo, quando entram numa formação nominal estabelecem relações com outros nomes, e ganham identidade não por sua relação com o que lhe é externo, mas pelas perspectivas de enunciação nas quais os enunciadores se ancoram, como acontece no exemplo a seguir:

Figura 36 – Isso é racismo



Fonte: imagem extraída do *facebook*⁵⁴.

⁵³ FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Tradução brasileira: *A arqueologia do saber*. 3. ed. Rio De Janeiro: Forense Universitária, [1969] 1987.

A formação (27) *Isso é racismo* ganha sentido na medida em que uma atualidade motivadora dessa articulação adquire pertinência (a associação entre um acessório com a finalidade de lavar pratos e um cabelo afro por meio dos elementos *esponja de cozinha e cabelo afro*) na relação com outras enunciações (como aquelas sobre o negro na cozinha, ou como as que comparam o cabelo de origem africana à palha de aço, etc.), concebidas como traços do que já significou no passado, reorganizados no então acontecimento enunciativo. É nessa perspectiva de enunciação que se ancora o sujeito ao enunciar *Isso é racismo*. O pronome catafórico *isso* abriga esses traços da memória discursiva, instalando-se nele, portanto, o referencial histórico.

O termo referencial designa, segundo Dias (2015c, p. 119-120) “o domínio no qual as nomeações, designações ou descrições se ancoram para constituir sentido e pertinência em um espaço de enunciação”. Desse modo, o domínio referencial produz as condições para os recortes de sentido.

Em relação à referência ao mundo extralinguístico no conceito de enunciado para Foucault, Dias (2016a) esclarece que ele, o enunciado, não é concebido na relação com aquilo que particulariza ou individualiza no mundo extralinguístico, isto é, há que se buscar aspectos da enunciação em um agrupamento de signos, pensando não simplesmente na sua relação com os objetos referentes, mas na relação que esse agrupamento estabelece com um espaço de enunciação. É somente em decorrência dessa relação, segundo Dias (2016a, p. 36), “que os nomes podem particularizar entidades na relação que estabelecem com um espaço de enunciação”.

Desse modo, no acontecimento enunciativo, o sentido de um enunciado é construído na sua relação com outros enunciados, balizado, nos termos de Dias (2015d), pelos referenciais, na circunscrição de espaços de enunciação. Quando o enunciado adquire lugar no espaço de enunciação em função de outros dizeres, submetido a um referencial, dizemos que ele adquiriu pertinência. O que Dias (2015d) chama de pertinência não tem relação com a apropriação ou relevância, mas com o fato de que o enunciado ganhou lugar no espaço de enunciação, e nessas condições, “há uma presentificação dos dizeres que circularam em outros lugares do espaço de enunciação (...). A presentificação é algo da atualidade na relação com a memória”.

⁵⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/profile.php?id=100010370538288>> Acesso em 10.02.2016.

A matéria do *site* Buzzfeed sobre a esponja de cozinha do BBB foi publicada em 19.01.2016, e está disponível em: <https://www.buzzfeed.com/clarissapassos/casa-do-bbb-tem-esponja-de-cozinha-em-formato-de-cabelo-afro?utm_term=.wd1Y3GOIKZ#.gjWKd9vQZ8> Acesso em 10.02.2016.

Figura 37 – Do Blog *Negro Belchior*.

Fonte: *Negro Belchior* (Carta Capital)⁵⁵.

A formação nominal

(28) Sou negro, não presto e amo a polícia.

nos confirma que as enunciações ganham lugar nos espaços de enunciação porque agem em resposta a outros dizeres que se atualizam no presente do enunciar. Essa agregabilidade de dizeres, garantida, inclusive, pelo recurso das aspas, se dá nesse acontecimento na medida em que o dizer de um sujeito (o adolescente negro) reproduz um outro dizer, constituído historicamente, de um outro sujeito (a polícia que tortura) sobre aquele, marcando, então, o imbricamento de vozes nessa presentificação.

Ainda analisando a sentença, observemos os elementos convergentes à palavra *adolescente*:

Quadro 2 – Ilustrativo de possíveis substituições 2

(a)	ADOLESCENTE	-----	torturado (?)	PELA POLÍCIA
(b)		branco	torturado (?)	
(c)		negro	torturado	

Fonte: elaborado pelo autor.

⁵⁵ Disponível em: <Disponível em: <http://negrobelchior.cartacapital.com.br/sou-vagabundo-nao-presto-e-amo-a-policia-grita-adolescente-negro-enquanto-e-torturado-pela-pm-em-sp/>> Publicado em: 16.05.2016. Acesso em 01.06.2016.

Do nosso ponto de vista, a ausência do elemento de determinação, em (a), ou a presença das unidades branco (b) e negro (c), não geram o mesmo de sentido. O traço *negro* ancora o limite de sentido para *adolescente torturado pela polícia*, ele age no sentido de atualizar um memorável. Ele instala uma diferença. Nesse sentido, podemos dizer que a FN adquire pertinência na relações com outras enunciações, como essas abaixo, resultados de buscas no *Google*, concebidas como traços da memória discursiva:

Figura 38 – Resultados de busca no *Google*



Fonte: imagens obtidas por meio do *Google*.

Em síntese do que vimos discutimos, assumimos como lugar de observação as formações nominais, e como olhar teórico aquilo que vem pela pertinência enunciativa, que é da ordem da atualidade, do presente do enunciar, e pelo referencial, que é histórico-discursivo.

Neste estudo, um tipo de formação nominal nos chama mais a atenção, qual seja, aquela que é resultado de um processo de nominalização. Na sequência, discorreremos sobre esse fenômeno.

1.7 Síntese do capítulo

Nesse capítulo, empreendemos uma discussão sobre os fundamentos da Semântica de Enunciação, proposta por Eduardo Guimarães. Para dar consistência a essa discussão, consideramos oportuno trazer, logo de início, algumas concepções de significado/significação de natureza formalista. Isso nos permitiu, por exemplo, pensar a questão da referência e como ela vinha sendo marcada no sentido de apontar o referente. Vimos, portanto, que essa concepção ganha sentido quando a relação entre linguagem e mundo é uma relação direta.

Ao longo do capítulo, fomos traçando diferenças e assumindo uma perspectiva histórica que marca um outro olhar, isto é, a relação entre linguagem e mundo não é uma relação direta; daí concebemos não o referente, mas o referencial como aquilo que permite a referência. Esse olhar vai ganhando amparo nas discussões sobre Enunciação e Acontecimento. A essa altura, trazemos para a discussão Bally (1965), Benveniste (1974), Ducrot (1984; 2002) e Guimarães (1995; 2005) estabelecendo pontos de contato e deslocamentos entre seus postulados.

Fazendo esse percurso, foi possível chegar ao conceito de formação nominal, buscando entender de que modo e com base em que princípios ele foi elaborado por Dias (2009; 2013). Vimos que uma formação nominal é o lugar de observação de conceitos como pertinência enunciativa e referencial histórico. Esses conceitos são importantes porque é a partir deles que Dias (2013) faz a sua leitura de acontecimento enunciativo.

Tendo sido apresentado o aparato teórico-metodológico, seguimos com a apresentação do objeto de estudo.

CAPÍTULO II – A NOMINALIZAÇÃO

ABORDAGENS SOBRE O OBJETO

2.1 Introdução do capítulo

No capítulo anterior, apresentamos o nosso aparato teórico já observando-o, de modo geral, nos dados. Agora, queremos observar, iluminados por esse mesmo aparato, algumas formações nominais em particular que nos chamaram a atenção, aquelas que apresentam nominalizações, um elemento bastante recorrente nos dizeres sobre racismo.

Antes de adentrarmos nos princípios de análise voltados para as formações nominais contendo formas nominalizadas, achamos pertinente apresentar, nesse capítulo, esse fenômeno linguístico que constitui o foco principal de nosso estudo, ou seja, o que de fato é esse fenômeno, suas peculiaridades, e sob que perspectivas (algumas, pelo menos) ele vem sendo estudado.

Nesse percurso de apresentação, optamos por traçar um breve histórico, segundo a perspectiva Gerativo-Transformacional, e transitar, em seguida, por algumas outras abordagens importantes que, em alguma medida, acabam nos servindo como ponto de partida para a nossa leitura enunciativa da nominalização.

2.2 Da Hipótese Transformacionalista à Hipótese Lexicalista: breve histórico

Neste breve percurso histórico, tomamos a Teoria Gerativa como ponto de partida de nossas abordagens. Em um dos primeiros estágios dessa Teoria, a chamada Hipótese Transformacionalista, os estudos derivacionais, aqueles com foco nas unidades de caráter derivacional e inseridos no modelo de análise morfológica, perderam a atenção que tinham, de modo mais consistente, no Estruturalismo Americano.

Segundo a tese principal do estruturalismo bloomfieldiano⁵⁶, a língua, nas palavras de Borges Neto (2004, p. 105), “possuía uma ‘estrutura’, entendida como a conjugação de **níveis estruturais**, dos quais os mais importantes eram o nível **fonológico**, em que as unidades eram os fonemas, e o nível **morfológico**, em que as unidades eram os morfemas” (grifos do autor). Sendo assim, era foco, nesse período, o estudo da estrutura interna das palavras. Já do ponto de onde queremos partir, as nominalizações, entendidas como processos derivacionais, são

⁵⁶ Em referência a Leonard Bloomfield, expoente da linguística estrutural norte-americana.

consideradas, mas do ponto de vista sintático, como lembra Basílio (1980, p. 26). Vejamos os exemplos⁵⁷:

(29) João não quer que Pedro **participe** da reunião.

(30) João não quer a **participação** de Pedro na reunião.

Para os gerativistas, haveria uma estrutura formada por uma transformação, no caso a sentença (30), a partir de uma outra estrutura previamente existente, a sentença (29). Esta seria entendida como a estrutura profunda⁵⁸ sobre a qual seriam aplicadas as regras transformacionais que gerariam a segunda sentença. Nesse sentido, para Basílio (1980, p. 26), ambas seriam derivadas da mesma estrutura profunda. Essa leitura sobre as sentenças confere à nominalização (*participe* / *participação*) um tratamento transformacional. Utilizaremos outro exemplo mais adiante.

Esse tratamento apresenta algumas vantagens em relação a modelos anteriores, dentre as quais destacamos o fato de que esse modelo, segundo Basílio (1980, p. 27), resolve a questão problemática para os estudos estruturalistas, que é o significado do morfema – uma vez que este, no estruturalismo, era entendido como uma unidade de forma, em oposição a significado ou a função –, além de “dar conta da correspondência semântica entre sentenças verbais e seus correlatos nominais”.

Por outro lado, esse modelo apresenta alguns problemas. Embora esse tratamento transformacional dê conta da correspondência semântica entre estruturas verbais e nominais, ele não consegue explicar os casos em que formas nominalizadas deverbais apresentam extensões de sentido, quer generalizadas, quer idiossincráticas. Outro problema elencado por Basílio (1980) advém do fato de que esse modelo leva ao estabelecimento de itens lexicais hipotéticos, em razão de não haver para algumas formas nominalizadas a sua estrutura verbal correspondente. Então, esses itens lexicais hipotéticos seriam criados apenas para estabelecer um verbo de origem e a correspondência entre este e o nome.

Em razão disso, Chomsky (1970) propõe um tratamento de processos derivacionais gerais dentro do próprio léxico, o que significa que a nominalização passa a ser objeto de

⁵⁷ Exemplos retirados de BASÍLIO, Margarida. **Estruturas lexicais do português**: uma abordagem gerativa. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 26.

⁵⁸ De modo *en passant*, estrutura profunda pode ser definida, segundo Nivette (1975, p. 84), “como um conjunto de funções e de relações gramaticais entre dois elementos lexicais, o que lhe dá o poder de exprimir o conteúdo semântico da frase”. Segundo o autor, é na distinção entre estrutura profunda e estrutura superficial, um dos axiomas que fundamentam a gramática gerativa, que se fundamenta a introdução do **componente transformacional**. (Grifo do autor)

estudo também no nível lexical. A morfologia derivacional, nesse sentido, ganha uma nova perspectiva com a chamada Hipótese Lexicalista proposta por Chomsky (1970).

Segundo essa hipótese, a relação existente entre uma sentença e o seu correlato nominal é uma relação de natureza lexical e não transformacional. Isso significa que as estruturas com “nominais derivados de verbos não são obtidas por meio do subcomponente transformacional⁵⁹, mas são geradas diretamente pelo subcomponente de base” (FARACO, 1983, p. 61).

A exemplo das análises⁶⁰ feitas por Faraco (1979), em seu texto *Considerações sobre a nominalização em português*, tentaremos, de modo semelhante, compreender as diferenças entre essas hipóteses a partir desses exemplos do nosso *corpus*:

(31) **A luta** do negros (marcou um avanço dos direitos).

(32) **A criminalização** do racismo pela legislação brasileira (marcou um avanço dos direitos).

(33) Os negros lutaram.

(34) A legislação brasileira criminalizou o racismo.

Para lidar com estruturas como (31) e (32), Chomsky (1970), em seu artigo *Remarks on Nominalization*, propõe duas hipóteses:

Poderíamos expandir as regras da base para acomodar diretamente o nominal derivado (proposta que chamarei de ‘postura lexicalista’), simplificando assim o componente transformador; ou, alternativamente, poderíamos simplificar as estruturas da base, excluindo tais formas e derivando-as mediante uma ampliação do aparelho transformacional (a ‘postura transformacionalista’). (CHOMSKY, 1970, p. 188, tradução nossa)⁶¹

Nesse sentido, analisando esses arranjos com foco nessa citação, podemos dizer que, segundo a hipótese transformacionalista, a estrutura profunda que subjaz a uma frase nominal

⁵⁹ Segundo Mora ([1994] 2004, p. 2.921), em seu *Dicionário de Filosofia*, “regras de transformação gramatical, de um modo geral, trata-se de regras mediante as quais se passa de certas expressões a uma ou várias estruturas subjacentes. Especificamente, na linguística gerativo-transformacional, as regras transformacionais constituem o subcomponente transformacional do componente sintático”.

⁶⁰ Nesse artigo, Faraco discute, a partir de dados em português, as relações entre itens lexicais, entre constituintes de uma sentença, e entre estruturas dos seguintes exemplos: (1) A vinda dos meninos (atrapalhou nossos planos). (2) A destruição da cidade pelos inimigos (atrapalhou nossos planos). (3) Os meninos vieram. (4) Os inimigos destruíram a cidade. (FARACO, 1979, p. 112)

⁶¹ No texto original: “We might extend the base rules to accommodate the derived nominal directly (I will refer to this as the ‘lexicalist position’), thus simplifying the transformational component; or, alternatively, we might simplify the base structures, excluding these forms, and derive them by some extension of the transformational apparatus (the ‘transformationalist position’).” (CHOMSKY, 1970, p. 188)

(FN)⁶² como (31) e (32) é idêntica, segundo Faraco (1979, p. 113), à que subjaz a uma sentença (S) como (33) e (34). Ou seja, as estruturas superficiais assim configuradas,

(31) Art. – N – de + FN

(32) Art. – N – de + FN – por + FN

são derivadas de uma mesma estrutura profunda. Ao passo que, segundo a hipótese lexicalista, ambas as estruturas superficiais são derivadas de estruturas profundas diferentes, embora aquelas contenham itens lexicais relacionados, ou nos termos de Faraco (1979), “aparentados”, no léxico, o que implica dizer que há semelhanças entre FN e S. Então, a diferença está no fato de que, na hipótese lexical, os nominais derivados teriam estruturas profundas próprias geradas pela base.

Ao analisar as palavras *destruction* e *refusal*, Chomsky afirma que é em suas formas primitivas, *destroy* e *refuse*, que elas deveriam ser inseridas no léxico, e, então, o componente fonológico se encarregaria de especificar a forma que elas assumiriam quando surgissem em sequências nominalizadas.

Assim, Chomsky (1970) sugere entradas lexicais “neutras”, “no sentido de que não haveria procedência para o verbo ou para o nome [...], e dessa maneira, a correspondência sintática entre verbos e suas formas nominalizadas seria captada, porquanto a entrada lexical básica seria especificada em termos de traços contextuais”, como observa Basílio (1980, p. 28).

Vejamos o que diz Chomsky (1970) acerca disso:

Podemos introduzir *refuse* no léxico como um item dotado de certos traços de seleção e de subcategorização estrita fixa, item que estará livre dos traços categoriais [nome] e [verbo]. As regras morfológicas bastante idiossincráticas determinarão a forma fonológica de *refuse*, *destroy*, etc., quando esses itens aparecerem como nomes. O fato de que *refuse* toma um complemento nominal ou um complemento sentencial reduzido e *destroy* toma somente um complemento nominal, tanto como nome quanto como verbo, é expresso pela estrutura de traços da entrada lexical ‘neutra’, assim como, do mesmo modo, propriedades seletivas”. (CHOMSKY, 1970, p. 190, tradução nossa)⁶³

⁶² FN aqui como Frase Nominal na linguística Gerativo-Transformacional, diferente de FN (Formação Nominal) que adotamos na Semântica da Enunciação.

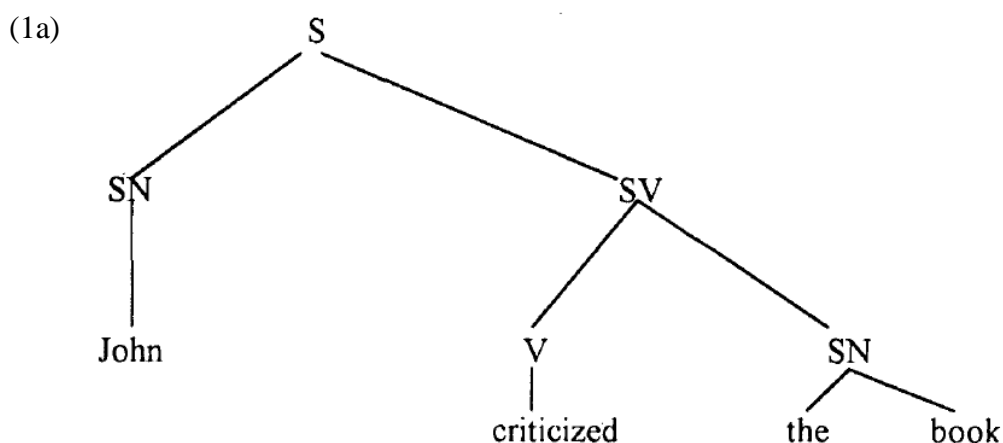
⁶³ No texto original: “We can enter *refuse* in the lexicon as an item with certain fixed selectional and strict subcategorization features, which is free with respect to the categorial features [noun] and [verb]. Fairly idiosyncratic morphological rules will determine the phonological form of *refuse*, *destroy*, etc., when these items appear in the noun position. The fact that *refuse* takes a noun phrase complement or a reduced sentential complement and *destroy* only a noun phrase complement, either as a noun or as a verb, is expressed by the feature structure of the ‘neutral’ lexical entry, as are selectional properties”. (CHOMSKY, 1970, p. 190)

Se tomarmos que uma palavra pode receber o traço “neutro”, significa que podemos estabelecer entradas lexicais livres, no que se refere aos traços pré-categoriais [+N] ou [+V], e marcadas em relação a traços contextuais. São esses últimos traços que determinarão a categoria na qual uma palavra deverá ser inserida. É o que acontece com a palavra *refuse*, que pode deixar de pertencer a uma categoria do léxico e pode passar a exercer outros papéis sintáticos (funcionar como nome na sentença ou como verbo), e assim ser analisada, contextualmente, segundo esses papéis. A inserção lexical é, portanto, dependente do contexto.

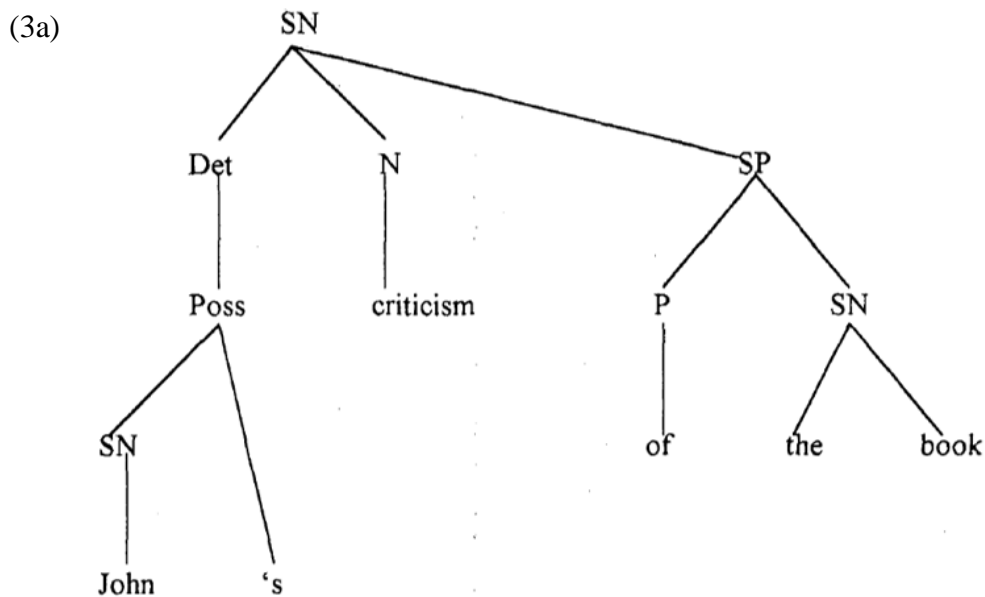
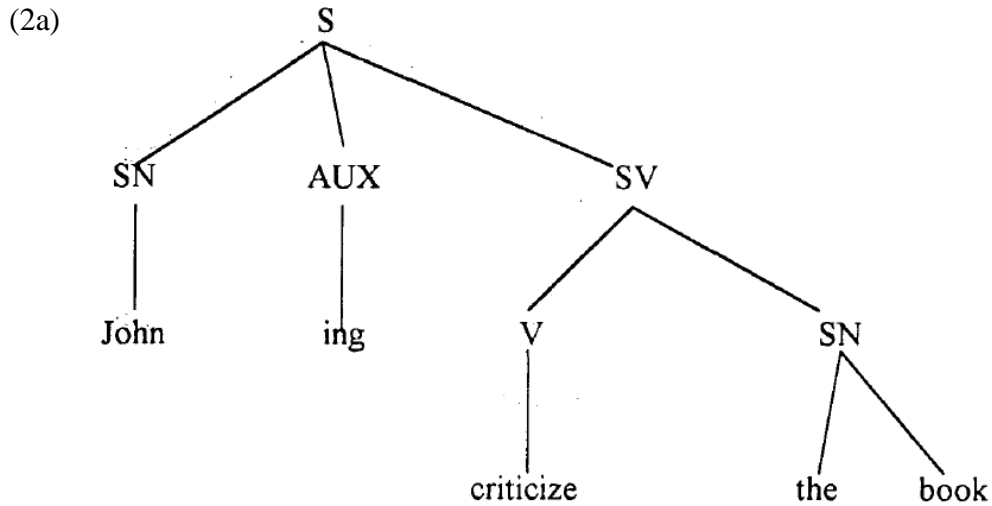
Essa possibilidade de um mesmo item lexical assumir esses dois papéis, significa, nos termos de Strogenski (1997), “que ele [o item lexical] terá a possibilidade de dupla inserção na estrutura profunda: tanto no nóculo N quanto no nóculo V. Quando estiver inserido no nóculo V, *refuse* terá a forma *refuse*, e quando estiver inserido no nóculo N, através do uso de regras morfológicas, terá a forma *refusal*”.

Podemos também trazer como ilustração dessa questão, a leitura que esse mesmo autor faz dos exemplos, (1a) *John’s criticized the book*, (2a) *John’s criticizing the book*, (3a) *John’s criticism of the book*, utilizados por Chomsky (1970) em seu artigo⁶⁴. Vejamos essas três estruturas representadas em árvores:

Figura 39 – *Criticize* e *criticism* em esquemas arbóreos.



⁶⁴ Esses exemplos, no artigo de Chomsky (1970), são encontrados na página 187, com numerações diferentes.



Fonte: Strogenski (1997, p. 48-49).

Como podemos observar nas representações, *criticize*, na sentença primitiva (1a) e no nominal de gerúndio (2a), está inserido no nóculo V da estrutura profunda, e no nominal derivado (3a), se apresenta no nóculo N. Strogenski (1997, p. 49) ressalta que a única diferença entre (1a) e (2a) é a presença do índice de nominalização do verbo, qual seja, *-ing* na posição de auxiliar. Essas duas sentenças se apresentam, portanto, de modo semelhante, e de modo diferente em relação a sentença (3a), na qual *criticism* assume tal forma por estar inserido no nóculo N.

No português, lembra Strogenski (1997, p. 54), não há um nominalizador gerundivo, uma vez que, na maioria dos casos, o gerúndio vai funcionar como advérbio, como é o caso de

(35) Eles agem lutando sempre,

em que *lutando* assume a função de advérbio. Por outro lado, no português há o nominal de infinitivo, como em

(36) Correr é bom à saúde⁶⁵.

A questão que esse autor coloca é como deve ser tratado esse nominal de infinitivo. Para a gramática tradicional, ele seria o resultado de um processo de derivação imprópria, em decorrência da mudança de classe gramatical. Esse item lexical seria, nessa perspectiva, um nominal. Ocorre que, como lembra Strogenski (1997, p. 55), para Faraco, boa parte dos infinitivos não se apresentam no dicionário com possibilidade de dupla inserção, “logo seria difícil tratá-los como derivados lexicalmente”, razão pela qual os infinitivos deveriam ser analisados segundo a hipótese transformacional.

Além disso, os infinitivos não compartilhariam de algumas características possíveis de serem observadas nos derivados, como por exemplo: os nominais derivados (seja em inglês ou em português) permitem ser modificados por adjetivos (ex.: *luta árdua*) e não por advérbios (como é o caso dos infinitivos que aceitam advérbios, como em *Lutar incansavelmente para a conquista de direitos*), podem ser pluralizados (ex.: *luta / lutas*), determinados por artigo (ex.: *a luta*), além de aceitarem expressões partitivas (ex.: *boa parte da luta*).

No âmbito de uma semântica da enunciação, assumimos que o nominal de infinitivo abriga uma potencialidade no sentido de que, mesmo estando no infinitivo, há algo nele que mobiliza a saída dessa forma linguística do seu estado infinitivo. Vejamos um exemplo a partir do vídeo *Emicida fala sobre racismo para a #pontejornalismo*, produzido pela *Ponte Jornalismo*.

⁶⁵ O exemplo (36) foi extraído de Strogenski (1997, p. 54).

Figura 40 – Emicida fala sobre racismo.



Fonte: *YouTube*⁶⁶.

(37) Entrevistadora: Pra você, qual a melhor forma de atuar no enfrentamento ao racismo?

Emicida: **Levantar** a cabeça!⁶⁷

Se ao sair do estado infinitivo esse nominal *levantar* ganhasse finitude com a forma *levant(e)*, por exemplo, poderíamos dizer que ele adquiriu pontos de referência no tempo da enunciação e ganhou, nesse sentido, uma demanda de pertinência na predicação, isso considerando-se que uma forma linguística, nos termos de Dias (2015c, p. 119), “constitui-se como tal na conformação das palavras à regularidade sintática, tendo em vista o acionamento enunciativo da língua”.

Desse modo, podemos dizer que há no nominal *levantar* uma pulsação referencial, isto é, pulsa, enunciativamente, algo nele que possibilita explorar aspectos dos domínios referenciais na formação nominal, de modo que ele não vai sair do infinitivo simplesmente por sair, essa saída vai acontecer motivada por algo que está agindo sobre o modo infinitivo.

Retomando a discussão sobre os princípios da hipótese lexicalista, outro argumento que a fundamenta consiste nos dados envolvendo relações semânticas. Segundo Faraco (1983), devemos considerar as relações semânticas tanto entre a frase nominal (FN) e a sentença (S), quanto entre o nominal e o verbo. Sobre a primeira relação, é preciso considerar

⁶⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=n7DcbOpKUw8&feature=share&app=desktop>> Vídeo publicado em: 10.09.2014. Acesso em 20.01.2016.

⁶⁷ Não inserimos a imagem com o turno de fala do entrevistado Emicida, ao responder a pergunta, em razão de no vídeo, só conter a legenda nas ocasiões da fala da entrevistadora do *Ponte Jornalismo*.

que as relações gramaticais possíveis de apreensão nessas estruturas são idênticas. Isso, nos termos de Faraco (1983, p. 64), “parece justificar a postulação duma estrutura profunda idêntica para elas (FN e S), i. e., há um bom motivo para se propor uma análise transformacionalista” de estruturas como em (31) e (32), por exemplo.

Quanto à relação entre o verbo e o nominal derivado, é possível que nesse último haja um traço de regularidade, qual seja, “o fato de ele fazer referência a **ato de**”. Retomemos o exemplo (32): ao verbo *criminalizar* (tornar algo crime) corresponde um nominal (*criminalização*), que tem como conteúdo semântico **o ato de criminalizar**. Há, portanto, uma correspondência semântica entre esses elementos.

Além desse, outros aspectos podem ser levados em conta nessa relação, dentre eles, Faraco (1983) destaca o fato de que os nominais em português podem ter outros significados, e acabam, portanto, se relacionando com o verbo correspondente de maneira peculiar e bastante accidental. É o caso do exemplo abaixo⁶⁸:

(38) a. A **direção** do curso por João é pouco provável.

(**direção**: ato de dirigir)

b. A **direção** do carro está estragada.

(**direção**: instrumento com que se dirige um carro)

Na ocorrência em (38)b, percebemos que a relação semântica entre o nominal e o verbo se dá, digamos, de modo diferenciado. O que parece, nesses casos, mais adequado, segundo Faraco (1983, p. 66), é “tratar a forma em b como lexicalizada, i. e., formas que, embora derivadas de um verbo, recebem uma entrada específica no léxico, considerando que são sintática e semanticamente pouco relacionadas com o verbo”.

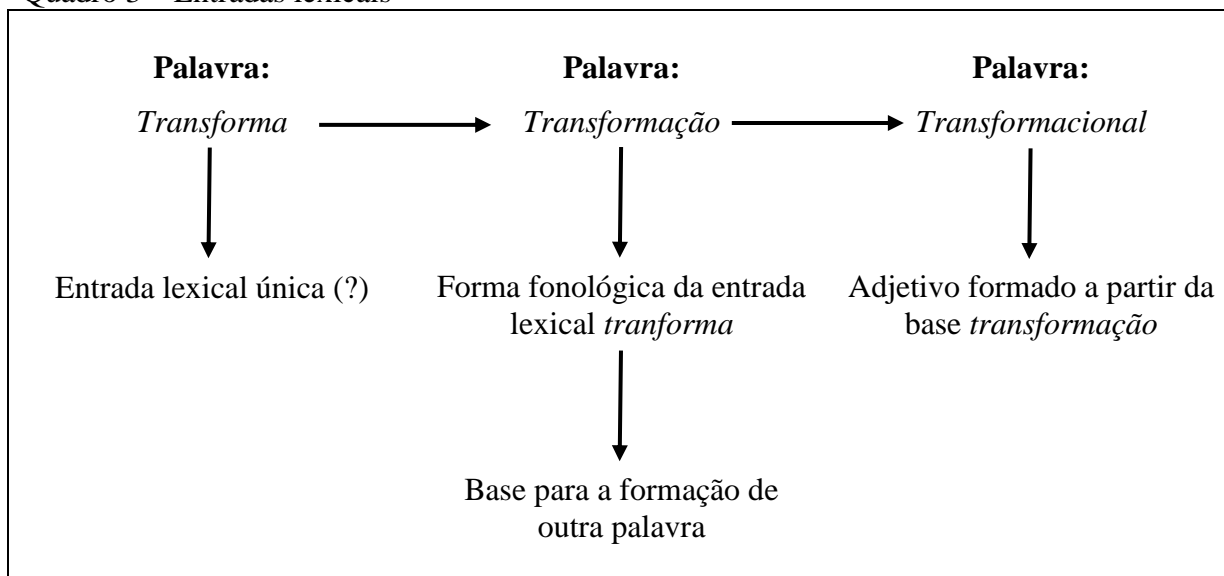
É nessa direção que Basílio (1980) propõe discutir alguns dos problemas em torno da proposta de Chomsky, dentre os quais está a concepção de entrada lexical (única, correspondendo a pares N / V), que ela define como “vaga e irrestrita”.

Para a autora, o maior problema reside no fato de que “a proposta não leva em conta o fato de que formas nominalizadas de verbos têm uma existência independente no léxico, no sentido de que podem servir como bases para formações derivacionais posteriores” (BASÍLIO, 1980, p. 30).

Com base nos exemplos que a autora discute, elaboramos os quadros que seguem a fim de entendermos melhor essa questão.

⁶⁸ Exemplo extraído de Faraco (1983, p. 65).

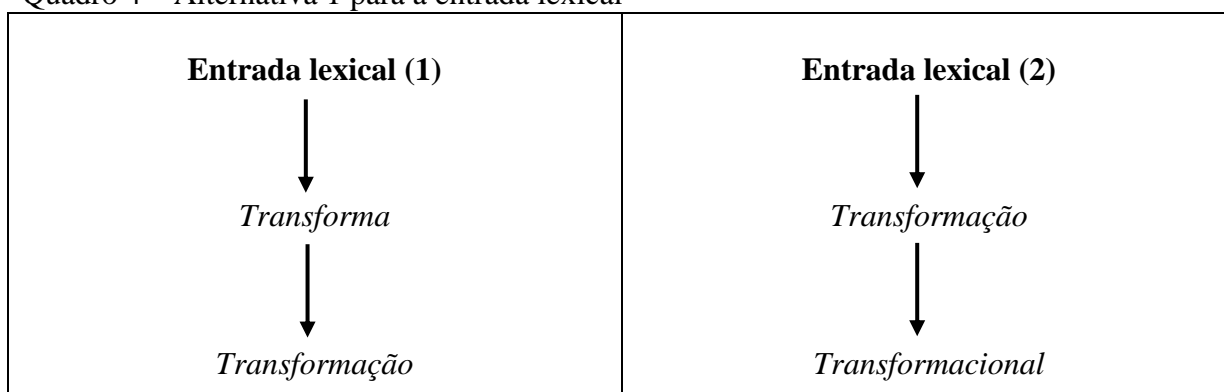
Quadro 3 – Entradas lexicais



Fonte: elaborado com base nos exemplos discutidos por Basílio (1980, p. 30).

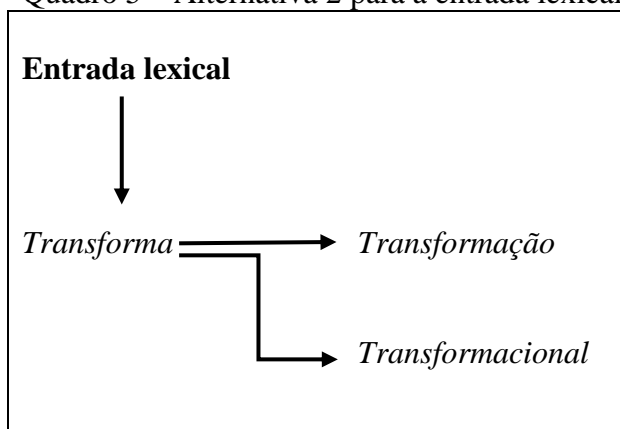
Como vemos nesse primeiro quadro, segundo a hipótese de Chomsky, haveria uma entrada lexical única (*transforma*), base que poderia assumir a forma fonológica *transformação*, quando aparecesse como nome. Ocorre que essa última palavra também pode servir de base para outras formações derivacionais, como é o caso do adjetivo *transformacional*. Nesse caso, para Basílio (1980), as alternativas seriam:

Quadro 4 – Alternativa 1 para a entrada lexical



Fonte: elaborado com base nos exemplos discutidos por Basílio (1980, p. 30).

Quadro 5 – Alternativa 2 para a entrada lexical



Fonte: elaborado com base nos exemplos discutidos por Basílio (1980, p. 30).

Conforme a alternativa 1, assim como *transforma*, a palavra *transformação* se constituiria também em uma entrada lexical, o que comprometeria a noção de entrada lexical “neutra”; além disso, implicaria, segundo Basílio (1980, p. 30), “a repetição da regra morfológica que adiciona o sufixo *-ção*, assim como a repetição de traços comuns a *transforma* e *transformação*, o que é justamente o que Chomsky pretende evitar ao propor o estabelecimento de entradas lexicais únicas”.

Para a alternativa 2, *transformacional* seria considerada uma subforma da entrada lexical *transforma*. Então, se várias formas derivadas forem incluídas na mesma entrada lexical, a proposta de Chomsky, no que se refere à correspondência de significado e traços contextuais entre os pares N / V, tomaria um outro sentido, especialmente em relação ao conceito de entrada lexical, que segundo Basílio (1980, p. 31), iria “corresponder ao conceito tradicional de ‘raiz subjacente a famílias de palavras’”.

Apresentada essa perspectiva histórica, vejamos, agora, como algumas abordagens tratam a nominalização.

2.3 Transitando por Abordagens

A nossa intenção nesta seção não é a de fazer um levantamento de todos os (muitos) trabalhos que se tem até agora sobre a nominalização sob diversas perspectivas, mas de passar, dentre essas perspectivas, por aquelas que consideramos mais representativas e que nos fornecem o aparato de que necessitamos para constituirmos as nossas categorias de observação.

É um fenômeno que tem sido estudado sob diferentes aspectos, por diversos autores. Mas nesse panorama, optamos por tornar evidente alguns aspectos morfossintáticos e também

aspectos semântico-discursivos da nominalização, com base, sobretudo, em Basílio (1980); Meyer (1991); Sériot (1985; 1986); Rezende (2000; 2008) e Dahlet (2015).

2.3.1 Aspectos morfossintáticos da nominalização

A relação entre itens lexicais, como a que se dá entre *lutar* / *luta* em (31), tem sido tratada, tradicionalmente, no âmbito dos estudos sobre a formação de palavras, mais especificamente em relação ao processo de derivação, definido, segundo Cunha (1970, pp. 42-53), como o processo pelo qual se obtém uma palavra a partir de outra já existente, seja por meio do acréscimo de um afixo ao radical da palavra (derivação afixal, no caso do exemplo 26), seja por meio da redução da palavra primitiva para a formação da palavra derivada (derivação regressiva, no caso do exemplo 31), ou por meio da mudança de classe gramatical da palavra (derivação imprópria, como em *dizer* / *o dizer*).

Para Basílio (1980), a nominalização (doravante NML⁶⁹) é um processo de formação de palavras responsável pela expansão do léxico, fazendo uso de diferentes Regras de Formação de Palavras (RFP's). A autora trata dessa relação N/V observando os nomes como deverbais e como morfologicamente básicos associados a verbos. Desse modo, a autora rejeita o sentido tradicional de nominalização segundo o qual o nome é um simples derivado do verbo, e assume que, como processo derivacional, esse fenômeno é determinado por uma relação paradigmática geral entre verbos e nomes no léxico, tendo de abranger tanto os nomes morfologicamente básicos quanto os nomes deverbais.

Dizer que a nominalização se trata de uma relação paradigmática entre verbos e nomes é se referir a “relações sistemáticas entre um conjunto de palavras no léxico” (BASÍLIO, 1980, p. 18). No caso da nominalização, a relação se dá entre um conjunto de verbos e um conjunto de nomes, de modo que, para cada verbo, existe um nome associado morfologicamente a este.

Vale dizer que dois aspectos básicos diferenciam a NML de outros processos de formação de palavras, quais sejam, o fato de que os traços contextuais da forma nominalizada podem ser determinados pelos traços contextuais da base, e o fato de que a forma nominalizada não depende, a princípio, do sufixo responsável por sua forma fonológica. Os sufixos nominalizadores, no dizer de Basílio (1980), são, portanto, apenas marcadores sintáticos.

⁶⁹ Utilizamos a abreviação NML em referência ao fenômeno da nominalização, assim como Faraco (1979, p. 115) a utilizou como símbolo para morfema de nominalização.

Em nominalizações, além do significado lexical, aquele segundo o qual uma forma nominalizada é semanticamente relacionada ao verbo correspondente, “já que nome e verbo partilham, ao menos parcialmente, um significado lexical”, a autora chama a atenção também para o significado sintático, segundo o qual “nomes podem ser interpretados num sentido nominal ou num sentido verbal, dependendo do contexto de ocorrência”. (BASÍLIO, 1980, p. 74)

Então, assim como no caso de nomes morfológicamente básicos⁷⁰, a exemplo do par *lutar/luta* em que as evidências morfológicas mostram que o verbo é derivado do nome, os nomes deverbais também podem ter uma interpretação verbal ou nominal, dependendo do contexto em que ocorrem.

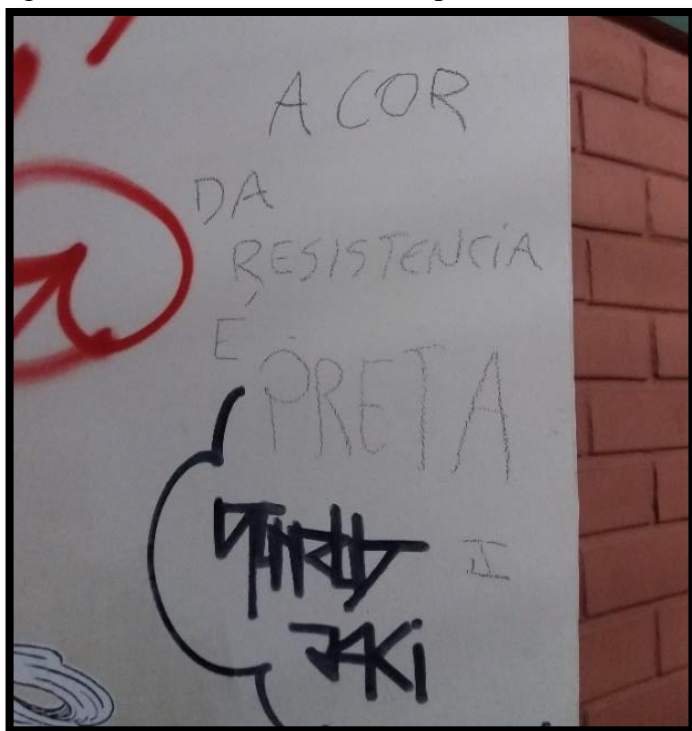
Utilizemos exemplos do nosso *corpus* para entender melhor esse significado sintático.

- (39) a. O negro **resistiu** ao preconceito histórico.
 b. A **resistência** do negro às decisões contrárias ao sistema de cotas nas universidades refletiu nas políticas afirmativas.

Em (39) b, podemos observar que a forma nominalizada *resistência* apresenta uma interpretação verbal, estando sua estrutura relacionada semântica e sintaticamente com a estrutura (39) a, isto é, a forma nominalizada deverbal mantém certa relação semântico-sintática com o verbo. Além disso, essa forma nominalizada admite ser pensada como equivalente a *ato de resistir*. Agora, se temos:

⁷⁰ Melhor representados pela descrição $[X]_N \rightarrow [[X]_N \ a]_V$. (BASÍLIO, 1980, p. 78)

Figura 41 – A cor da resistência é preta.



Fonte: imagem fotografada na UFPI⁷¹.

(39) c. A cor da **resistência** é preta,

a forma nominalizada *resistência* apresenta uma interpretação nominal, tendo em vista que se aproxima das características semântico-sintáticas do substantivo. Além disso, pode ser parafraseada da seguinte forma: *a cor do movimento é preta*. Nesse contexto, o termo *resistência* admitiu ser substituído por um nome, no caso *movimento*, sem alteração de sentido.

Desse modo, podemos dizer que a interpretação verbal de uma forma nominalizada implica em uma relação dos elementos que acompanham essa forma, como acontece com o verbo. No caso de uma forma nominalizada apresentar uma interpretação nominal, significa que há referência aos elementos do universo, o que implica uma nomeação.

A nominalização, tomada como um conjunto de processos que formam substantivos a partir, sobretudo, de verbos, é, para Basílio (1987, p. 73), “um dos casos mais complexos de formação de palavras no que respeita à determinação da função, no sentido de que vários processos de nominalização parecem apresentar funções múltiplas simultâneas”.

Então, considerando essas “funções múltiplas” mencionadas na citação, Basílio (1996, p. 25) estabelece uma função gramático-textual, segundo a qual a NML do verbo se dá para

⁷¹ Inscrição na parede do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em Teresina – PI. Foto tirada em 27.06.2017, às 14:09h.

fins de enquadramento deste em uma estrutura nominal, e uma função semântica designadora, na qual a semântica de um verbo é utilizada para fins de designação de uma entidade. Ainda segundo a autora, a primeira função corresponde a nominalizações deverbais predicadoras, que exigem argumentos visíveis ao nível de discurso, enquanto a segunda, a nominalizações que funcionam apenas como argumentos.

Tentemos compreender recorrendo a Meyer (1991). Quando apresenta a função de predicador, explica essa autora, a forma nominalizada se constitui como núcleo semântico de uma predicação, funcionando como elemento que estabelece ali relações ou atribui valores; e quando apresenta a função de designadora, essa forma ocupa um lugar semântico referencial na estrutura, funcionando como substantivo.

Retomemos o exemplo (39) para ilustrar essas funções.

- (39) a. O negro **resistiu** ao preconceito histórico.
 b. A **resistência** do negro às decisões contrárias ao sistema de cotas nas universidades refletiu nas políticas afirmativas.
 c. A cor da **resistência** é preta.

Em (39) b, há uma relação entre a forma nominalizada *resistência* e a estrutura verbal correspondente (39) a. Nessa estrutura, *resistência* funciona como argumento do predicador *refletir* em uma predicação complexa, mas assume, também, a função de predicador em uma predicação encaixada de dois lugares, cujos argumentos são: *o negro* e *as decisões contrárias ao sistema de cotas nas universidades*. Já na estrutura (39) c, não observamos em *resistência* qualquer função que atue relacionando elementos gramaticais ou atribuindo valor a outro elemento, segundo uma análise conforme Meyer (1991). Essa forma preenche um lugar na sentença, mas com a função de núcleo do argumento de uma predicação simples.

Desse modo, podemos dizer que, quando a forma nominalizada apresenta uma interpretação verbal, essa forma assume uma função predicadora. E quando essa forma apresenta uma interpretação nominal, ela assume uma função designadora.

Em termos de estrutura argumental, o que podemos observar na leitura da estrutura (39) b, é que, embora a forma nominalizada apresente argumentos, a presença destes não é obrigatória, ou seja, o termo apresenta uma certa completude de sentido, prescindindo, portanto, da utilização de argumentos. Assim também podemos pensar em relação à forma nominalizada com interpretação nominal em (39) c. Nessa estrutura, *resistência* não apresenta obrigatoriedade de argumento, visto que, já na condição de argumento, não tem estrutura

semântica predicativa, ou seja, nos termos de Meyer (1991), tal função não institui espaços, não pressupõe argumentos.

Assim como os verbos selecionam seus argumentos, como na sentença seguinte:

(40) a. A legislação brasileira **criminalizou** as práticas de racismo,

os nomes deverbais também podem selecionar seus argumentos. O que instaura a diferença nessa seleção é o fator obrigatoriedade, que se aplica ao verbo, ou seja, ele exige um complemento, como em (40) b, mas não se aplica em muitos dos casos dos nominais, que possuem “sentido completo” em si, conforme ilustram estruturas em (40) c, d e e:

(40) b. A legislação brasileira **criminalizou** *

c. A **criminalização** do racismo pela legislação brasileira.

d. A **criminalização** do racismo.

e. A **criminalização**.

Além de observarmos se uma forma nominalizada apresenta uma interpretação verbal ou nominal, possibilitando pensar melhor sobre as demandas de saturação, cabe-nos, no âmbito de uma semântica da enunciação, observarmos os lugares sintáticos que essa forma pode ocupar no enunciado. Para isso, lançamos mão da noção de predicação desenvolvida por Dias (2915c), segundo o qual, sendo a formação nominal um potencializador de incompreensões, a predicação age sobre o (lugar) sujeito, não simplesmente para informar algo sobre esse sujeito, mas para produzir uma certa intelegibilidade sobre ele.

Segundo Dias (2015c, p. 121), “por força do sistema de regularidades, as sentenças apresentam lugares de recepção das unidades lexicalmente conformadas”, são eles: lugar sujeito, lugar objeto e lugares direcionais. E continua:

Tendo em vista que os nomeáveis participam na conformação em FN como agregador de perspectivas, potencializador de referenciais, e convergente de reações, a predicação incide no lugar sujeito colocando em pauta essas perspectivas, referenciais ou reações das formações nominais ali constituídas. Em outros termos, a predicação traz à luz e ao presente da enunciação parte daquele potencial de inquietude enunciativa que aos nomes se associaram, tendo em vista os espaços do dissenso que os afetaram em outras predicções nas relações sociais. (DIAS, 2015c, p. 121)

Depreende-se dessa fala que o predicado vai explorar as potencialidades referenciais da formação nominal no lugar sujeito. A FN, ao entrar nesse lugar, retira o verbo do estado infinitivo e chama para si a predicação. Então, do ponto de vista semântico, podemos pensar

que um verbo é retirado do seu estado infinitivo e constitui uma predicação com a finalidade de explorar aspectos do referencial nas FNs. Nos exemplos abaixo, as nominalizações ocupam o lugar sujeito:

(41) **O cancelamento da peça *A Mulher do Trem*** por racismo mostra que a tensão racial no Brasil chegou a um ponto inédito, cujos rumos passaram a ser ditados pela nova geração de negros que alcançaram a universidade

(42) O racismo e **a discriminação racial** são muitas vezes usados para descrever a discriminação com base étnica ou cultural, independente se essas diferenças são descritas como raciais. (Wikipédia)

Quanto à FN no lugar objeto, na medida em que se instala o verbo, o lugar objeto se instala com ele. Esse lugar é, portanto, enunciativamente posterior e pode ser tomado como um balizador na questão dos referenciais agindo sobre o sujeito. Diferentemente do lugar sujeito, que não pode servir como balizador, visto que o referencial tomado nesse lugar é que vai ser explorado, desenvolvido.

São exemplos de algumas nominalizações que permitem, dado o lugar que ocupam na formação extensiva, explorar os referenciais das formações nominais no lugar sujeito, o lugar de “inquietude enunciativa”:

(43) O dia da consciência negra é a oportunidade de afirmar **a luta** contra o racismo (*Twitter* de Dilma Rousseff)

(44) O racismo é **o debate** sempre adiado pela sociedade brasileira. (Carta Capital)

(45) O racismo é a forma de **manutenção do capitalismo** à brasileira. (Carta Capital)

Esse aspecto da teoria nos ajuda a entender melhor a concepção de predicação que estamos adotando, segundo a qual predicar é dizer, e ao dizer, produz-se uma diferença, porque o outro também tem que dizer. Então, a predicação tem a ver com uma insuficiência constitutiva. Mas quando falarmos das demandas de pertinência das nominalizações no acontecimento enunciativo, no próximo capítulo, não vamos explorar os grupos nominais e suas relações com o verbo, como mostramos nos enunciados de (41) a (45), em que grifamos a nominalização ou ocupando o lugar de sujeito ou o lugar de objeto na formação extensiva,

na condição de argumentos. Nesse trabalho, nos limitamos a observar a FN nucleada por uma nominalização com os seus determinantes.

2.3.2 Aspectos semântico-discursivos da nominalização

Essa dupla interpretação que uma forma nominalizada pode assumir, como vimos em Basílio (1980), ganha uma elasticidade em sua fronteira de classificação se vista sob um olhar enunciativo, a exemplo dos estudos de Rezende (2000; 2008), desenvolvidos com base na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOE), do linguista francês A. Culioli.

A polarização desses dois valores, nominalização com interpretação verbal e nominalização com interpretação nominal, tem pouca importância na reflexão teórica que faz essa autora, já que a teoria, a TOE, na qual Rezende se ancora, não lida com classificações ou com categorias construídas, mas com operações⁷², com processo de construção de categorias. Dito de outro modo, interessa o processo de construção de valores⁷³, e, nesse caso, nos termos de Rezende (2008, p. 55), “não temos apenas dois valores, mas um contínuo entre ‘a existência de uma representação estabilizada’ (nome) e ‘a instabilidade na construção da existência de uma representação’ (predicado), marcando um jogo de força entre a “existência da representação” e a “não-existência da representação”.

Nesse sentido, Rezende (2000) apresenta um terceiro tipo de nominalização, a nominalização mista, que põe em evidência o conceito culioliano de noção⁷⁴, um nível anterior à categorização “nome” e “verbo”, e, por outro lado, o conceito de léxis, referente a um nível assertivo zero, ou seja, o ponto zero de construção do enunciado, um esquema primitivo subjacente a todo ato de linguagem e que permite a passagem do extralinguístico (mundo) para o linguístico (língua).

⁷² Segundo Flores (2009), “a expressão *operação enunciativa* designa as operações que, no modelo de Antoine Culioli, são responsáveis pela constituição dos enunciados na em que constroem a significação pela atribuição de valores referenciais. O termo *operação* se justifica pela hipótese de que o valor referencial do enunciado não é dado, mas construído. Isso significa que as formas organizadas que o materializam remetem a operações de constituição do valor referencial”.

⁷³ Associar um valor a uma unidade significa, nas palavras de Franckel ([1998] 2011, p. 51), “projetar sobre essa unidade o resultado de uma outra interação na qual ela é suscetível de ser posta em jogo, bem como lhe atribuir componentes interpretativos da sequência particular na qual é apreendida”. Nesse sentido, ainda segundo o autor, “nunca observamos nos enunciados o valor próprio ou primeiro de uma unidade, visto só existirem unidades cujo sentido se constrói no e pelo enunciado”.

⁷⁴ A noção compreende uma forma de representação ainda não-linguística, ligada ao estado de conhecimento e à atividade de elaboração de experiências de cada um. A noção não é nem o léxico, nem um elemento gramatical, mas um elemento abstrato, constituído no empírico, situando-se, portanto, no nível da representação mental. Para cada indivíduo, segundo Valentim (1998, p. 36), “a noção forma-se através da sua experiência com o mundo. É pelo contato que vai tendo, direta e indiretamente, com ocorrências fenomenais de um objeto ou de um estado de coisas que o indivíduo constrói uma representação cognitiva que é a sua noção desse objeto ou desse estado de coisas”.

Utilizando um exemplo do nosso *corpus*, tentaremos explicar o que a autora propõe sobre os valores para uma mesma unidade lexical representada por uma nominalização. Vale ressaltar que a proposta de Rezende faz parte de um trabalho muito maior e mais complexo, que é o que ela propõe em seu trabalho de livre-docência, então o que mostramos aqui é só um recorte bem breve mesmo dessa proposta. Outro ponto a ser ressaltado é que a amplitude da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas nos impede de aprofundar as discussões, já que, para isso, teríamos de discorrer sobre muitos de seus conceitos, como o de operações de quantificação, de qualificação, o das propriedades das noções *discreto*, *denso* e *compacto* que auxiliam na montagem e desmontagem de valores, enfim, não cabendo em um capítulo (breve) cuja pretensão maior é de apresentação do objeto.

Ainda assim, busquemos com o enunciado a seguir, evidenciar alguns aspectos:

(46) **O combate ao racismo** deve fazer parte, de modo frequente, das pautas de discussão da Confederação Brasileira de Futebol. (Do *twitter* @ObRacialFutebol)

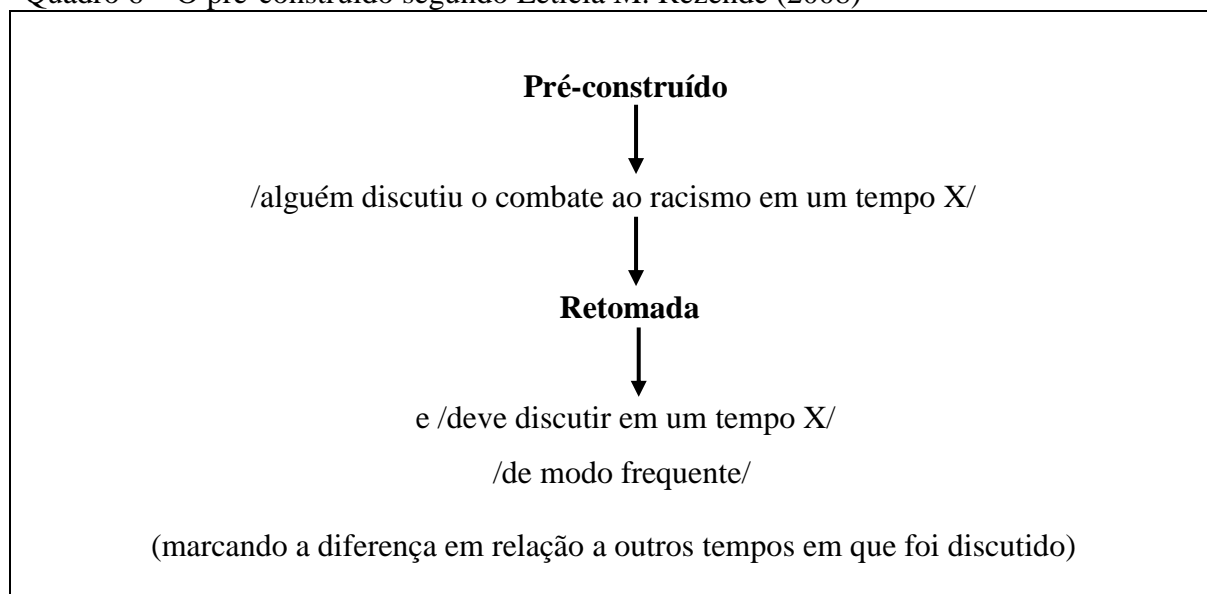
A nominalização /o combate/⁷⁵ corresponde à noção cuja existência, segundo Rezende (2008, p. 59), está sendo construída neste enunciado, ligada, no sintagma nominal ao artigo definido, que acompanha uma predicação de existência.

O enunciado põe em evidência o modo como a existência de /um combate/ está sendo colocada, mas ele não enfatiza se /um combate/ faz parte ou não das pautas, ou se /um combate/ poderá vir a fazer parte das pautas de discussão da CBF. Dito de outro modo, nesse enunciado, com a nominalização /o combate/, não se enfatiza nem o estado resultante, nem o possível estado resultante, mas o “modo” como o estado resultante ou a existência deveriam ser conduzidos.

No plano do pré-construído ou da classe imaginária de eventos linguísticos, temos:

⁷⁵ Nesse exemplo, optamos por utilizar os símbolos representativos como faz Rezende (2008) em seu artigo, em referência à Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas. Os sinais < > indicam que se trata de uma predicado ou de uma relação predicativa, e as barras / / indicam que se trata de uma noção.

Quadro 6 – O pré-construído segundo Letícia M. Rezende (2008)



Fonte: elaborado com base na proposta de Rezende (2008).

Isso significa que as marcas de aspecto /de modo frequente/ e de modalidade /deve fazer/ são resultados do processo de varredura (ou operação de *parcours*)⁷⁶ feito pelo sujeito enunciador, percorrendo a classe de ocorrências imaginárias.

A modalidade deôntica entra em cena na medida que a marca de modalidade /deve fazer/ não evidencia nem o estado resultante ou a existência de /o combate ao racismo é discutido pela CBF/, e nem o possível estado resultante ou a eventual existência de /o combate ao racismo será discutido pela CBF/. Nesse caso, a marca modal afasta a modalidade da certeza.

Desse modo, para Rezende (2008), o enunciado apresenta uma situação entre a existência e a não-existência, ou entre o caráter nominal e o caráter verbal (predicativo) da nominalização. Isso porque não temos a predominância do caráter nominal, uma vez que /alguém discutir o combate ao racismo/ mais as marcas de aspecto /de modo frequente/ e de modalidade /deve fazer/ não são um processo que nos conduza a um estado resultante que seria /a CBF discute o combate ao racismo/. Do mesmo modo que também não se trata somente de uma nominalização verbal, porque esta é caracterizada, sobretudo, nos termos de Rezende (2008, p. 61), “pela impossibilidade de se estabelecer pontos de referência no tempo e conseqüentemente no espaço”, e o processo em questão <alguém discutir o combate ao racismo> mais a marca de modalidade e a marca aspectual /de modo frequente/ estabelecem pontos de referência no tempo e no espaço.

⁷⁶ Operação de *parcours* em referência a um conceito do linguista francês A. Culioli (1999b), que “consiste em percorrer todos os valores assinaláveis no interior de um domínio sem poder se obter a valor distinto”.

Perpassam nesses trabalhos, tanto o de Rezende (2000) quanto o de Dahlet (2015) que discutimos mais adiante, os pressupostos teóricos de Patrick Sériot (1985⁷⁷; 1986) a partir de seu notável estudo sobre as nominalizações no discurso soviético. Aquela autora ressalta que Sériot parte do princípio de que o sentido não é transparente, e de que a “verdade” é uma ilusão. Nesse sentido, para ele, tanto a posição política dos “políticos soviéticos” quanto a dos “dissidentes russos” seriam, como lembra Rezende (2000, p. 270), “pontos de vista parciais, que se afrontam em uma batalha por ‘palavras’ e por ‘posições’, em busca de uma ‘verdade’ externa aos indivíduos, que não existe”, negando, portanto, a transparência do significado em língua.

Nesse combate à abordagem da “transparência da linguagem”, nominalização é tida como

uma construção gramatical que bloqueia esse espaço para ‘checagem’ da relação linguagem e mundo feita pelos interlocutores, e oferece-se a ‘língua’ como ‘mundo’. Enquanto qualquer enunciado tem um preconstructo não assertado a ser confirmado em várias possíveis direções, quer dizer, no preconstructo tem-se sempre um ponto de partida em relação ao mundo que vai ser mantido ou mudado, nas nominalizações desliga-se do mundo e propõe-se uma orientação em direção a uma possibilidade de ‘existência’ (não se trata nem de manutenção nem de mudança, pois não se tem o mundo como ponto de partida). (REZENDE, 2000, p. 273)

Isso posto na citação, ou melhor dizendo, o modo como é vista a nominalização justifica a presença de verbos de estado e ausência de “resultados”, relações de posse e de hierarquia entre os agentes (traços da modalidade deôntica), e aspecto e modalidade se articulando na modulação de um enunciado.

Nesse sentido, no entendimento de Sériot (1985), há uma relação unívoca entre um enunciado verbal e seu correspondente nominal. Há, entre eles, “inúmeras ambiguidades que ficam como resultado de neutralização de certas marcas” (REZENDE, 2000, p. 283). Elas, as ambiguidades, são fenômenos normais da língua, assim como a não-especificação, a até necessárias, uma vez que dão conta da complexidade das situações extralinguísticas. Ainda no dizer dessa autora, “uma não-especificação obrigatória em uma construção sintática (nominalização) corresponderá a uma distinção que se exprime obrigatoriamente em uma outra construção: o enunciado verbal”.

Um outro trabalho que consideramos bastante oportuno mencionar, com características específicas, mas seguindo essa mesma linha que vimos discutindo, é o de Patrick Dahlet

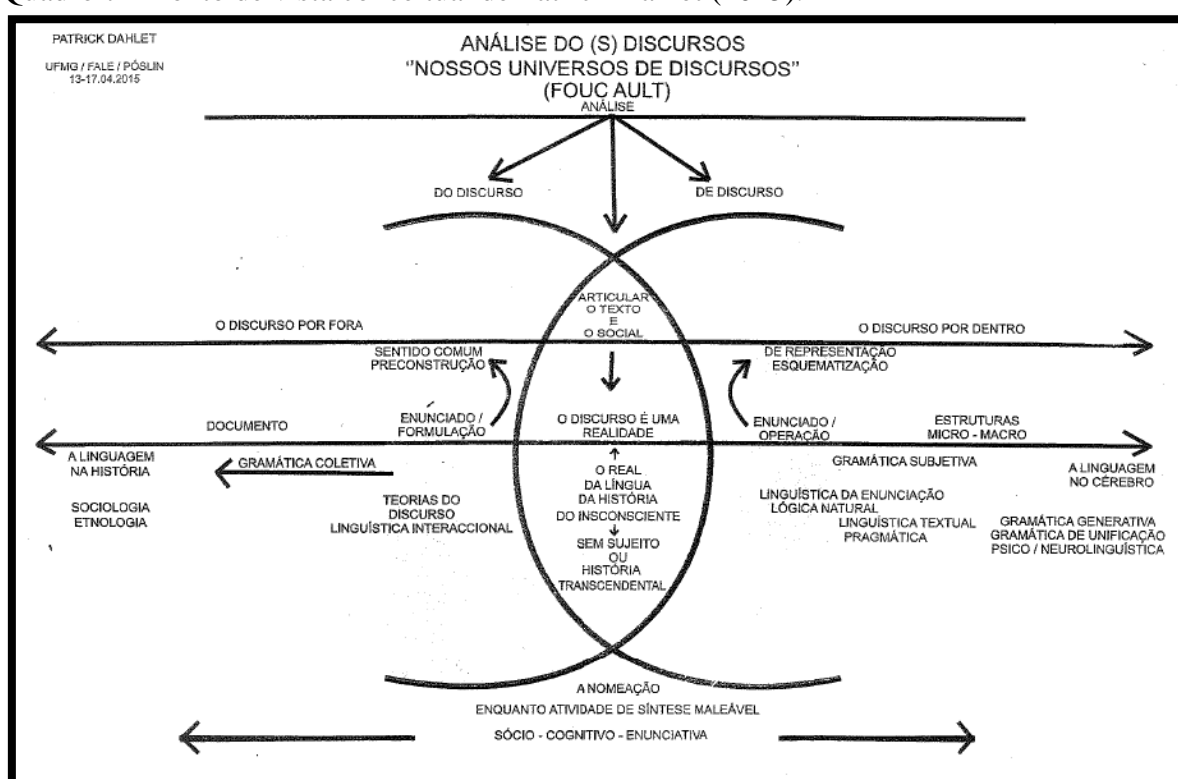
⁷⁷ SERIOT, P. *Analyse du discours politique soviétique*. [Tese de doutorado: Relations prédictives non verbales] Paris: L'Institut d'études slaves, 1985.

(2015) sobre as formas e os efeitos da operação enunciativa de nominalização no discurso neoliberal.

Esse fenômeno é tido por ele como uma operação linguística na qual se centra para rastrear o que elas (as nominalizações), e a sua economia implícita em particular, fazem existir sem parecer fazê-lo, em referência ao que ele chama de “generalização” e “naturalização” do discurso neoliberal. Ao apresentarmos essa síntese, vamos costurando a discussão com outros estudos que, em certa medida, dialogam com essa perspectiva.

O esquema abaixo representa o ponto de vista conceitual de Dahlet (2015):

Quadro 7 – Ponto de vista conceitual de Patrick Dahlet (2015).



Fonte: Dahlet (2015)⁷⁸.

O autor se reconhece nesse ponto central do esquema, ou melhor dizendo, nesse ponto de intercessão entre duas tendências de análise: a de discurso e a do discurso. Essas tendências têm algo em comum que é articular o texto e o social, e dentro disso o que é a realidade. Para ele, o discurso é, então, uma realidade baseada em três dimensões constitutivas: o real da língua, da história e do inconsciente, em referência a Pêcheux.

⁷⁸ Patrick Dahlet apresentou esse esquema ao ministrar a disciplina *O discurso e a fabricação do mundo – análise da nomeação*, na Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no período de 13 a 17 de abril de 2015.

Essas tendências implicam, segundo o esquema, o discurso visto por fora e por dentro. Para o primeiro modo de ver o discurso, os enunciados, unidades de análise, não estão relacionados a uma atividade operatória, mas a uma atividade de formulação. Enunciar é, então, visto como uma fórmula, isto é, um enunciado que, depois de ser repetido, recordado, recorrente nas mídias, se transforma em uma fórmula, e desta podemos buscar saber por que ela apareceu, por que foi possível. Segundo essa perspectiva, essas formulações estão relacionadas com as condições sócio-históricas, através da noção de formação discursiva que permite explicar a emergência na aparição desse enunciado. Dito isso, podemos pensar que a pergunta-chave para um olhar dessa natureza é: como o enunciado se enuncia?

Por outro lado, para o discurso visto por dentro, as significações dos enunciados são construídas e reconstruídas a partir de uma referência às operações de produção e reconhecimento desses enunciados. Nesse contexto, operações de representação, de esquematização significam que qualquer discurso fabrica o seu mundo esquematizando as representações desse mundo. Qualquer discurso constrói, segundo Dahlet (2015), o que Grize⁷⁹ chama de “microuniversos”, isto é, o discurso fabrica mundos, mas que correspondem a microuniversos. Desse modo, a atividade discursiva é fundadora de mundo ao produzir esquematizações desse mundo.

Ancorado, então, nesse ponto de intercessão, Dahlet assume que todo discurso, toda nomeação particular (re)constrói seu objeto sob um certo ponto de vista.

Com relação, especificamente, às nominalizações, ele afirma em seu texto que consistem em um fenômeno morfossintático que desloca uma unidade gramatical ou um sintagma de sua função prototípica para a função de substantivo, ou seja, forma substantivos a partir de verbos ou de adjetivos. Dahlet (2015, p. 209) lembra que, “em todos os trabalhos, sejam de orientação gramatical e/ou linguística, a nominalização aparece como um lugar de passagem entre um verbo e um nome, que reduz uma oração a uma palavra ou a um grupo de palavras”.

Nesse sentido, o termo nominalização é usado para designar tanto o processo de formação de um nome ou expressão nominal a partir de uma base verbal ou adjetival, quanto o produto, aquilo que resulta desse processo, isto é, essa “transformação”, segundo Agustini e Alferes (2010, p. 12), “que a torna um derivado de algo interno ou externo à instância enunciativa que a (com)porta”.

⁷⁹ Dahlet (2015) faz referência à obra de GRIZE, Jean-Blaize. *Logique et langage*. Paris: Ophrys, 1990.

Essas autoras ressaltam que, se vista por uma perspectiva estruturalista, a nominalização parece não apresentar diferença sequer em relação ao enunciado verbal subjacente que parafraseia. Por outro lado, “para um semanticista que trabalhe o sentido como relativo à língua, à história e ao sujeito que (se) enuncia (naquilo que diz), a nominalização apresenta diferenças semânticas importantes” (AGUSTINI e ALFERES, 2010, p. 13).

Ao discutir a nominalização no discurso neoliberal, Dahlet (2015) destacou três propriedades desse fenômeno, com fundamento nos estudos de Sériot (1986). Para ele, a nominalização

é antes de tudo a cristalização de uma relação entre uma forma e outra, sendo o produto de um enunciado que ela condensa. É esta função de condensação que, ao permitir articular várias ideias numa única forma, explica sua recorrência na escrita, sobretudo no discurso teórico (devido a sua obrigação de densidade conceitual) e no discurso midiático (onde cada signo tem seu preço). E é esta mesma função de condensação que leva a qualificar a nominalização como sendo constitutivamente **paráfrase, equivalência e ligação do discurso a um exterior**. (DAHLET, 2015, p. 209. Grifos nossos)

Essa é, então, a primeira propriedade da nominalização a ser destacada. Ela seria uma espécie de parafrase, conforme a citação, e teria relação com outro enunciado. Na concepção de Sériot (1986), como lembra Pacchi Filho (2008, p. 315), “as nominalizações seriam o resultado de operações efetuadas anteriormente à realização do texto no qual elas ocorrem”. A problemática das nominalizações estaria nesse ponto, ou seja, no fato de que ela é o resultado (transformado) de algo, remetendo a um enunciado verbal subjacente. Parece haver, nos termos de Agustini e Alferes (2010, p. 13), “uma relação daquilo que está sendo articulado na presente instância enunciativa, o texto, com um exterior específico, apresentado como independente e já existente anteriormente”.

Nesse sentido, assumiremos que a nominalização, com base no que propõe essas autoras, seria o produto de operações que se deram no processo (político) de textualizações. Essa referência ao político no texto das autoras nos permite rememorar a discussão de Guimarães (2005) acerca do funcionamento político da linguagem no acontecimento da enunciação. Para o autor, como vimos no capítulo anterior, o político é próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem e o acontecimento da enunciação.

A segunda propriedade é relativa a essa “ligação do discurso a um exterior”, passagem grifada na citação. Para Dahlet (2015, p. 209), “trata-se de uma ligação que é mascarada, ao mesmo tempo enquanto tal e no plano da significação singular daquele exterior que se vê inserido no discurso pela nominalização”.


Fazendo aqui um parêntese, se pensarmos essa exterioridade na nossa concepção de estudo, precisamos considerar que a postura de perceber a significação a partir da exterioridade da língua implica prever a inserção de elementos excluídos do processo de constituição dos sentidos, exclusão que acontece, por exemplo, nas semânticas de base formal, que não têm os aspectos externos à língua como foco. Recorrendo aos dizeres de Dalmaschio e Jamal (2014, p. 23), falar dessa exterioridade do nosso ponto de vista, “não significa desconsiderar o sistema linguístico, e sim associar a ele elementos enunciativos (o mundo, o sujeito, o referente, a história) para a construção do sentido”.

Em razão desse mascaramento, a forma nominalizada, segundo Dahlet (2015), está caracterizada pela desaparecimento mais ou menos integral das marcas da enunciação, isto é, há um apagamento seja dos agentes e dos pacientes do processo, seja do momento, das causas e consequências. O efeito disso, total ou parcial, é de

assimilar a nova formação nominal apenas a um vestígio de uma antiga formulação, por isso ao mesmo tempo legitimada a não remeter ou a remeter só parcialmente ao enunciado original, deixando indeterminada a posição de sujeito e possibilitando, portanto, também uma posição diferente de sujeito diferente daquela do desaparecido sujeito da enunciação de origem. (DAHLET, 2015, p. 210)

Utilizando um exemplo do nosso *corpus*, vamos tentar explicar isso. Uma observação: a figura segue na página seguinte em razão de sua extensão.

Figura 42 – Ata de Mesa Entendimento


MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO PAULO

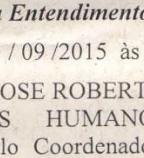
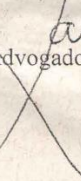
**COMISSÃO DE IGUALDADES DE OPORTUNIDADES DE GÊNERO, DE RAÇA E ETNIA,
DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO.**

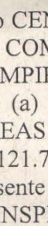
Ata de Mesa Entendimento Processo nº 47940 – 000087 - 2015/53

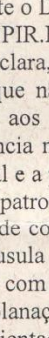
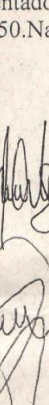
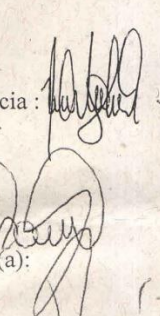
São Paulo -11 / 09 /2015 às 11:00 horas

Denunciante: JOSE ROBERTO DOS SANTOS, assistido pelo CENTRO DE REFERENCIA EM DIREITOS HUMANOS NA PREVENÇÃO E COMBATE AO RACISMO representada pelo Coordenador de Ações de Afirmativas- SMPiR- Nilton Silva –OAB/SP 308.888- Instituto INSPIR representado pelo(a) advogado (a) Regina Célia Silveira Santana –OAB/SP 123.014. Denunciada TAM LINHAS AEREAS S/A representado(a) pelo (a) advogado(a) Luiz Antonio dos Santos Junior-OAB/SP 121.738 e o (a) preposto (a) Milena Itri Amadeo-RG-33.924.644. Apregoadas as partes. Presente o Denunciante. Presente a Denunciada. Presente o Centro de Referência. Presente INSPIR. Em continuidade aos trabalhos, nos termos da Audiência anterior, a denunciada declara, que neste momento, institucionalmente não tem interesse nas Ações apresentadas; que não concorda com atos descritos na exordial; que houve providências com relações aos fatos relatados; que o denunciante está trabalhando normalmente. O Centro de Referência nestes termos, reitera a necessidade destas ações, procurando desta forma a inclusão social e a prevenção com relação à discriminação no ambiente de trabalho. No mesmo sentido a patrona do Inspir reitera as boas práticas por parte da empresa, reforçando inclusão social e de combate à discriminação no ambiente de trabalho, tendo como sugestão a inclusão de cláusula de convenção coletiva de promoção de igualdade racial. A denunciada junta documento com relação ao convênio médico e o valor da participação do denunciante. Após as explanações de praxe, as partes dão **continuidade à relação de trabalho**. O denunciante fica orientado, se assim, o desejar buscar a Justiça do Trabalho. Termina da presente Audiência às 12:50. Nada mais.

Coordenador e Mediador:
Jaudenir da Silva Costa

Denunciante (s)  Centro Referencia: 

INSPIR 

Denunciada (s):  Preposto (a):  Advogado (a): 

SRT-SP R. Martins Fontes, 109-10º andar. Sala 1012- São Paulo-Capital- CEP 01050-000
Telefones (11) 3150 8069
E-mail- Discriminacao.drtspp@mte.gov

Fonte: Alma Preta⁸⁰.

Observemos as seguintes formações nominais:

(47) A inclusão e a prevenção com relação à discriminação no ambiente de trabalho.

⁸⁰ Disponível em: <<http://almapreta.com/realidade/tam-acusada-racismo/>> ou em: <<https://www.geledes.org.br/latam-e-acusada-de-racismo/>> Publicada em: 10.08.2016. Acesso em: 10.09.2016.

(48) Inclusão social e combate à discriminação no ambiente de trabalho.

(49) A inclusão de cláusula de convenção coletiva de promoção de igualdade racial.

Em construções como essas, não há especificações claras sobre quem deve incluir (ou quem incluiu), prevenir, combater, promover, ou quem discriminou, o que induz, segundo Dahlet (2015, p. 210), a uma operação de *parcours*. No caso em questão, significa percorrer os (possíveis) agentes, pacientes, causas e consequência de tal *inclusão, prevenção, discriminação, combate e promoção*.

Com a leitura integral da *Ata de Mesa Entendimento*, é possível arriscar alguns elementos que podem preencher essas indeterminações, como por exemplo: no exemplo (47), a *inclusão* e a *prevenção* seriam resultados daquilo que propõe o Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo, que é um serviço público municipal, responsável por receber, encaminhar e acompanhar toda e qualquer denúncia de discriminação racial e/ou violência que tenha por fundamento a intolerância racial. E a *discriminação* teria sido praticada por alguém que trabalha na empresa TAM Linhas Aéreas contra o denunciante, José Roberto dos Santos. Nos exemplos (48) e (49), a *inclusão*, tanto *social* quanto *de cláusula de convenção coletiva*, seria por parte da empresa em questão, mas como sugestão da advogada do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial.

Ocorre que outras saturações semânticas são possíveis, tendo em vista que, como defende Dahlet (2015, p. 210), esta significação resulta de uma inferência não analítica. Sendo assim, podem ser protagonistas dessas formas nominalizadas: o empregado, branco, amparado pela empresa que discriminou o negro desassistido, hipossuficiente ou mais vulnerável na relação de trabalho; o Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), como órgão administrativo do Governo Federal, responsável em regulamentar e fiscalizar todos os aspectos referentes às relações de trabalho; a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), como órgão do MTE; o representante do Centro de Referência em Direitos Humanos, o Coordenador de Ações Afirmativas e a advogada do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial de um lado; e o advogado da empresa TAM, assim como seu preposto, de outro lado, cada um assumindo um papel nessa polarização de interesses.

Para Agustini e Alferes (2010), “a (re)constituição de uma nominalização pode fazer parte de uma prática de leitura que se (im)põe como um modo de restabelecer (os) implícitos textuais ou como modo de relacionar formas diferentes em pontos diferentes do texto” (p. 18). Nesse sentido, elas entendem que para se reconstituir uma nominalização é necessário analisar

o enunciado verbal a ela subjacente, considerar que ela, por ser uma transformação de um elemento verbal, adquire um valor anafórico, e que coloca em evidência a heterogeneidade do dizer. Isso significa buscar compreender a direção de significação que a nominalização toma.

Do nosso ponto de vista, vamos levar em conta que esses vácuos podem ser ainda maiores, porque, por exemplo, entre aquilo que o Centro de Referência em Direitos Humanos aconselha e a efetiva inclusão social e a prevenção, acreditamos que haja outros agentes e pacientes. Não nos parece, em razão da presença da nominalização, que seja uma relação que se dê diretamente, ou seja, que o Centro de Referência tenha ele mesmo incluído e prevenido. Isso significa que pode haver outros elementos nesses modos de enunciar. Isso vai nos permitir construir um contínuo de predicação envolvendo outros modos de enunciação que perpassam essas construções, além do modo de enunciação específico e genérico.

Em razão de remeter a enunciados subjacentes, como comentamos em relação à primeira propriedade, aquilo que a nominalização afirma na instância enunciativa presente apresenta-se como já dito. Estamos nos referindo à terceira propriedade, que pode ser sintetizada na citação abaixo:

Tudo acontece assim como se a nominalização emergisse sempre implicitamente acompanhada de uma instrução de identificação a um **já dito** em outro lugar que, embora seja indeterminado, orienta a leitura e determina, sem que o sujeito se dê conta desta (in)determinação, a significação do que está dito, agora, no momento da enunciação. (DAHLET, 2015, p. 210. Grifo do autor)

É o que acontece com esse exemplo simples:

(50) **A criminalização** das práticas de racismo⁸¹.

A nominalização situa a predicação em um pré-construído, isto é, está implícita uma predicação do tipo “as práticas de racismo são criminalizadas”. Já está dito que existem práticas de racismo e que estas, por sua vez, são (ou devem ser) criminalizadas. Significa então que a nominalização assegura a obviedade do dito e, portanto, sua incontestabilidade, porque, nas palavras de Dahlet (2015),

ela (a nominalização) subtrai literalmente a qualquer contra-argumentação os termos de sua argumentação, uma vez que pertencem a um pré-construído invisível, e é altamente aleatório, e até impossível, reencaixar sua significação, para avaliá-la em relação aos enunciados dos quais a nominalização aflorou e, portanto, de incorporar as predicações

⁸¹ Disponível em: <<http://www.portaldoservidor.ba.gov.br/sites/default/files/Racismo%20-%20texto%20do%20Peck.pdf>>. Acesso em 03.07.2015.

remanescentes dos enunciados subjacentes em questão. (DAHLET, 2015, p. 211)

Considerando essas propriedades, Dahlet (2015) elege quatro procedimentos para explicar a operação de nominalização em exemplos extraídos do discurso jornalístico brasileiro. Faremos uma síntese desses procedimentos e dos resultados a partir de um exemplo do nosso *corpus*. Vejamos.

Figura 43 – Contra o extermínio da juventude negra.



Fonte: De Fato *online*⁸².

Nesse exemplo,

(51) Contra o extermínio da juventude negra,

a nominalização resulta da redução de *A juventude negra é/está sendo exterminada*. Essa transformação nominal, segundo Dahlet (2015, p. 213), “zera literalmente a formulação desta predicação, e cria estruturalmente uma agregação necessária, qualificada pela união orgânica de seus termos”, o que impede qualquer contra-argumentação da predicação verbal subjacente. Essa forma condensada pressupõe a existência de um grupo de pessoas que realmente são exterminadas. Então, seria mais difícil negar que o extermínio realmente acontece entre os jovens negros naquela fórmula condensada, do que quando se tem *A juventude negra pode ser alvo de extermínio*, que nos leva a pensar: pode acontecer que um jovem negro seja exterminado, mas ainda não é o caso. Soma-se a isso, a presença do termo *contra* e seu semantismo que expressa fundamentalmente oposição à existência de algo. A nominalização faz existir, portanto, uma significação enquanto “verdade óbvia”.

⁸² Disponível em: <www.defatoonline.com.br> Acesso em 27.08.2016.

Isso faz parte do primeiro procedimento, que Dahlet (2015, p. 212) denomina de “interpretação globalizante”, que “corresponde a uma reclassificação dos pontos de vista sobre o acontecido através da construção de uma nova entidade referencial procedente do percurso de homogeneização de dois objetos anteriormente dissociados”.

O segundo procedimento utilizado pelo autor para analisar as ocorrências é o da “determinação definida”, ou seja, essas operações se encontram assim “para fazer crer que se trata de um fenômeno já confirmado e de cuja necessidade não se pode divulgar” (DAHLET, 2015, p. 215). É o caso do artigo *o* em *O extermínio da juventude negra*, que indica, segundo ele, que uma pessoa ou coisa já foi identificada. Nesse caso, a ocorrência *O extermínio* é extraída de *existe um extermínio*, como se pudéssemos pensar: *existe um extermínio e é esse extermínio que está recaindo sobre a juventude negra*.

O terceiro procedimento está relacionado a uma configuração deôntica, ou seja, à nominalização implicando um “dever fazer”. Se retomarmos o exemplo *Contra o extermínio da juventude negra*, somos levados a elaborar, diante pressuposto de existência *a juventude negra é exterminada*, a conclusão de que *a juventude negra não deve ser exterminada*, ou seja, é acrescentada a essa pressuposição uma obrigação de (não) dever fazer.

Não nos alongando no último procedimento, ele está ligado aos aspectos conflituosos camuflados pela nominalização. Trata-se da “naturalização das classificações operadas pela nominalização”, isto é, na tentativa de conter a evidência desses aspectos conflituosos ou antagônicos “no percurso consensual globalizado pelo jogo sem marcas de enunciação de suas nominalizações é que o dispositivo midiático controla os efeitos configuracionais das tensões que ele esconde” (DAHLET, 2015, p. 216), implicando uma naturalização das significações.

Fizemos aqui uma breve exposição de natureza morfossintática, semântica e discursiva dos aspectos a partir dos quais queremos (re)pensar o fenômeno da nominalização com base nos pressupostos da semântica da enunciação. Como parte do recorte do nosso estudo, as nominalizações são analisadas como integrante de uma formação articulatória concebida como um espaço de referência onde se projetam referenciais. No capítulo que segue, tratamos de estabelecer as relações entre nominalização e acontecimento enunciativo.

2.4 Síntese do capítulo

Aqui apresentamos o objeto de estudo e elegemos como ponto de partida dessa apresentação as perspectivas de tratamento da nominalização trazidas pela teoria gerativa transformacional, pela abordagem lexicalista (Chomsky, 1970), e por Basílio (1980).

Avançamos nessa apresentação trazendo aspectos do tratamento Morfossintático e Semântico-Discursivo do tema.

Das abordagens morfossintáticas, focamos na possibilidade de a nominalização assumir uma interpretação verbal ou uma interpretação nominal no enunciado, implicando numa função predicadora ou designadora. Isso nos leva a falar sobre sua estrutura argumental, e sobre sua herança transitiva enquanto função predicadora. Daí, temos condições de, no Capítulo 4, direcionar o nosso olhar para um outro caminho, que é o da requalificação dos lugares sintáticos.

Das abordagens semântico-discursivas, focamos, sobretudo, nas propriedades da nominalização destacadas por Dahlet (2015), com fundamento nos estudos de Sériot (1986), e nos procedimentos que, segundo ele, explicam a operação de nominalização. Foi possível, a partir dessa discussão, pensar em alguns princípios de análise no âmbito de uma semântica da enunciação, como, por exemplo, a virtualização da predicação pela forma nominalizada, a determinação definida como traço de evidência da pertinência enunciativa, a configuração deôntica, própria das nominalizações, marcando uma projeção de sentidos no acontecimento, dentre outros, trabalhados no Capítulo 3.

Milico: – *Por que a senhora gravou essa música ‘Black is Beautiful’?*

Elis Regina: – *É só uma música que eu acho muito bonita...*

Milico: – *É uma música ligada ao movimento subversivo de negros americanos. Não traz esse sentimento de ódio racial pra cá, aqui não tem disso não!*

Elis Regina: – *É uma música que fala sobre a beleza negra...*

Milico: – *A gente simplesmente não fala dessas coisas aqui.*

(Trecho do filme *Elis*, adaptado e dirigido por Hugo Prata, novembro de 2016).

O silêncio é assim a ‘respiração’ (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é ‘um’, para o que permite o movimento do sujeito.

(Eni Orlandi)

CAPÍTULO III – NOMINALIZAÇÃO E ACONTECIMENTO

AS DEMANDAS DE PERTINÊNCIA DAS NOMINALIZAÇÕES

3.1 Introdução do capítulo

Considerando que há uma razão (enunciativa) para a existência de uma formação nominal, visto que ela surge por uma demanda do presente da enunciação, a pergunta que norteia este capítulo é: por que é pertinente formular utilizando-se de uma forma nominalizada? Em outros termos, de que modo uma nominalização se coloca pertinente na enunciação?

Neste capítulo, pretendemos buscar as razões enunciativas que explicam uma articulação que abriga uma forma nominalizada. Isso significa buscar as pertinências que um nome adquire na relação entre uma atualidade de seu uso e os referenciais que o situam historicamente.

Para isso, organizamos este capítulo de modo que fossem contemplados alguns princípios, seguidos de análises, que pudessem nos mostrar o funcionamento das nominalizações nas formações nominais, tendo como base esses mesmos princípios. Então, discorreremos, inicialmente, sobre as configurações enunciativas das quais uma nominalização faz parte e a partir das quais se orientam as convergências enunciativas; em seguida, discutimos sobre o memorável como o pré-construído de uma perspectiva teórica, mostrando pelas análises que o pré-construído pode garantir a reconstrução de uma memória discursiva; e na última seção, analisamos alguns dados com base no que defendemos sobre a força de atualização da forma nominalizada na formação nominal. Na primeira seção, consideramos necessário retomar alguns aspectos de ordem metodológica. Vamos a eles.

3.2 Retomando algumas questões de ordem metodológica

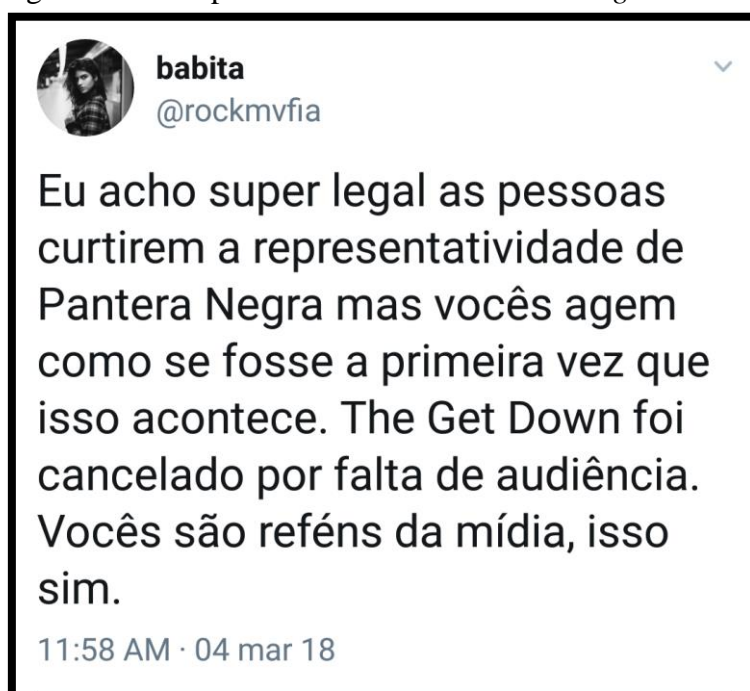
Como dissemos na Introdução, do nosso ponto de vista, a enunciação é apreendida, metodologicamente, a partir da releitura do conceito de acontecimento, como relação entre referencial histórico e pertinência enunciativa. Então, a busca pelo que estamos chamando de razões enunciativas se assenta nesse modo de apreender metodologicamente a enunciação.

Isso implica que fazer uma análise enunciativa, segundo Dias (2017)⁸³, é observar palavras, construções nominais e sentenças em relação com outras palavras, construções nominais e sentenças, efetivas ou virtuais, mobilizando, para isso, os conceitos de formação nominal e rede enunciativa, como lugares de observação, portanto, operatórios em uma análise. Nesse sentido, entendemos ser importante pontuar algumas questões relacionadas à identificação do objeto de estudo e à seleção das unidades de análise. Para a descrição desses aspectos metodológicos que ora propomos, vamos retomar brevemente esses conceitos operatórios para que possamos adentrar nessas questões.

Tomemos, inicialmente, uma fala de Guimarães (2010, p. 2018) na qual ele afirma que “um semanticista analisa funcionamentos de expressões linguísticas e, comumente, um semanticista toma, como unidade de análise, enunciados”. É uma afirmação direta, que parece óbvia, mas que permite que alguns aspectos sejam explorados para melhor entendimento de como se fazer uma análise no âmbito de uma semântica da enunciação. Um primeiro aspecto a ser considerado é que o sentido dessa expressão linguística, de que fala Guimarães, se constitui pelo acontecimento de enunciação. Isso significa que uma análise enunciativa não é nem uma análise puramente das formas da língua, nem uma análise do discurso, mas uma análise da transformação das formas da língua em discurso, e isso, para nós, se dá no acontecimento enunciativo, espaço onde os nomes evocam referências na medida em que se agregam a referenciais discursivamente constituídos. Um outro aspecto é que, considerando-se as possibilidades de se pensar as relações semânticas, o funcionamento dessas ditas expressões no enunciado pode ser analisado por contiguidade ou não contiguidade.

Vejamos um exemplo.

⁸³ Essa reflexão faz parte do suporte para estudo *Análise semântica do grupo ENUNCIAR 1*, utilizado na reunião do Grupo de Pesquisa *Núcleo de Estudos da Enunciação*, coordenado pelo Prof. Dr. Luiz Francisco Dias, no dia 13/03/2017.

Figura 44 – A representatividade de *Pantera Negra*

Fonte: imagem extraída do *Twitter*⁸⁴.

Se tomarmos o primeiro período composto, (52) *Eu acho super legal as pessoas curtirem a representatividade de Pantera Negra, mas vocês agem como se fosse a primeira vez que isso acontece*, podemos observar uma relação de articulação entre uma forma nominalizada (*representatividade*) e seu complemento (*de Pantera Negra*), em (53). Esse processo de articulação se caracteriza por uma relação de contiguidade entre os elementos, como dissemos no primeiro capítulo, exatamente como no nosso trabalho de pensar as formas linguísticas, as categorias sintáticas, as sentenças, etc., isto é, de pensar como um elemento linguístico ao lado do outro vai determiná-lo e em que medida, ou se há uma determinação interna, por exemplo.

Como procedimento de análise, faremos dessa forma, isto é, na medida em que trabalhamos com relações linguísticas, nós nos obrigamos a buscar as razões enunciativas de elementos contíguos, como no exemplo (53), isto é, uma unidade (sendo uma dessas unidades uma forma nominalizada) ao lado da outra, porque um elemento determina o outro que está ao lado, determinação essa que se constitui, enunciativamente, como marca de atualização, um registro de atualização no acontecimento, a partir de mobilizações de um sujeito que é histórico, ou melhor, que é afetado pelas suas condições históricas.

⁸⁴ Babita (@rockmvfia). “Eu acho super legal as pessoas curtirem a representatividade de Pantera Negra, mas vocês agem como se fosse a primeira vez que isso acontece (...)”. 04.03.2018, 11:58. Tweet.

Retomemos a fala de Guimarães. Segundo ele, o enunciado é tomado pelo semanticista como unidade de análise. O acontecimento da produção de um enunciado se dá no acionamento da língua, isto é, toda vez que acionamos a língua, temos a produção de enunciados. Nesse acontecimento, temos a relação entre uma memória de significações e uma pertinência do significar atual da produção do enunciado, ou dito de outro modo, trabalhamos com a perspectiva de pensar o conceito de enunciação como acontecimento da relação entre uma memória e uma atualidade. Pensando assim, somos levados a refletir sobre que acontecimento é esse que preside a constituição e o uso de unidades nominalizadas? É preciso tratar essas unidades nominais a partir da ideia da formação nominal, portanto, da ideia de processo, e não de produto. As FNs, nesse sentido, são a base material do referencial.

Então, chamamos (53) *A representatividade de Pantera Negra* de formação nominal, entendida como um espaço que serve para discutir tanto a constituição dessas unidades, quanto a relação entre as unidades nominais e os seus componentes em termos de grupo, isto é, o que chamamos de sintagma nominal: o nome + os seus determinantes à esquerda e à direita.

Do nosso ponto de vista, as convergências enunciativas se orientam a partir das posições, ou melhor dizendo, a partir de como se configuram, enunciativamente, as formas linguísticas. No caso de formações nominais contendo nominalizações, são elementos imediatamente convergentes a elas os determinantes (à esquerda), artigos, pronomes, etc., e os complementos (à direita), também determinantes, constituintes relativos à condição sintática do enunciado.

Tomando essa configuração como nosso objeto de análise, é preciso deixar claro que temos três possibilidades de estudar a formação nominal, quais sejam: a FN interna ao nome, no caso uma nominalização (a constituição enunciativa de um vocábulo como, por exemplo, *representatividade*); a FN do nome (uma nominalização) com os seus determinantes (por exemplo: *A representatividade de Pantera Negra*); e a do sintagma que se forma com essa FN em relação à predicação (o grupo nominal, nucleado por uma nominalização, e sua relação com o verbo), como no exemplo (52). Nesta pesquisa, detemo-nos, sobretudo, à segunda possibilidade, representada, neste breve demonstrativo, pelo exemplo (53), ou seja, como é que explicamos a relação entre um termo nominalizado e os termos que se articulam com ele? Isso, levando-se em conta que a FN é parte do acontecimento enunciativo, o que significa que outros elementos do enunciado também poderão ser importantes para a análise da significação.

Ainda em relação aos procedimentos de análise, utilizamos também as chamadas redes enunciativas. Como antecipamos na Introdução, a noção de redes advém do conceito, proposto por Dias (2006b), de exemplo-colmeia. O autor percebe, por esse estatuto dado ao exemplo, a exemplificação como algo que deve constituir uma rede de ocorrências. Desse modo, com as redes enunciativas, Dias (2018) quer explicitar o acontecimento da enunciação, que é uma relação entre o pertencimento do enunciado nos referenciais históricos e a pertinência desses enunciados nas demandas da atualidade. Nesse sentido, podemos então criar um enunciado e testá-lo com outros para ver o seu funcionamento, e assim se constrói uma rede. Isso significa que podemos fazer análise não só de enunciados já produzidos, mas também de elementos virtuais.

Sobre essa perspectiva de trabalho com a criação dessa rede de ocorrências, recorremos a Dalmaschio (2013) que a define bem:

A perspectiva que adotamos é a de que não podemos construir exemplos indiscriminadamente, mas também a de que não podemos supor que uma base de dados construída a partir do corpus selecionado seja capaz de apresentar elementos suficientes para uma ampla sistematização do fato linguístico em análise. (...) Ou seja, ofereceremos ao nosso estudo um grupo de exemplos que se organizará em cadeia: a partir de ocorrências previstas em determinado *corpus*, outras serão criadas, a fim de que possamos testar os parâmetros linguísticos que tais exemplos apresentam. (DALMASCHIO, 2013, p. 17).

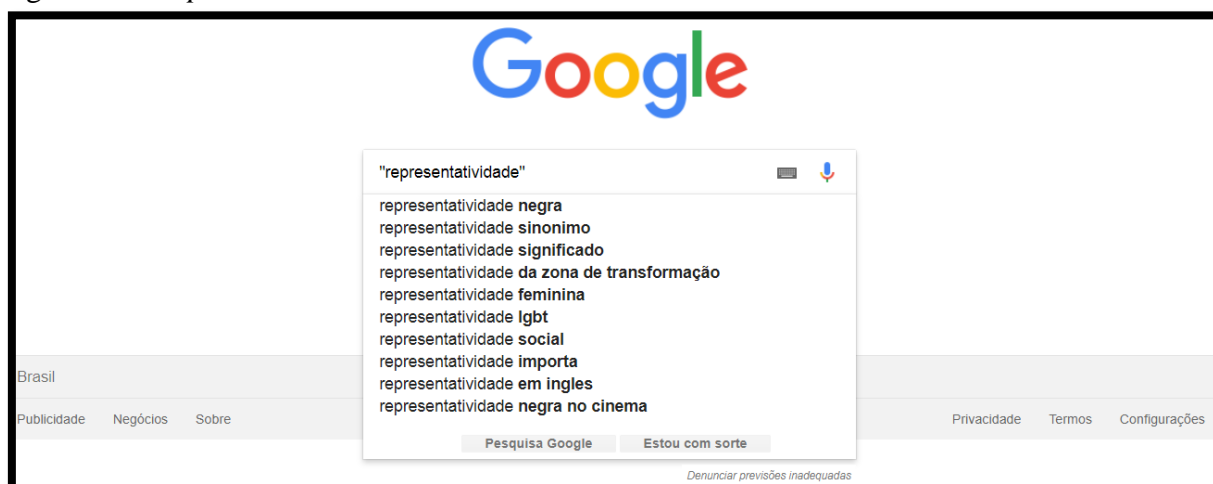
Constituem o nosso *corpus* textos sobre racismo e antirracismo, como já dissemos, retirados da mídia e integrantes dos mais diversos gêneros discursivos, considerando-se as mais distintas formas e modos de apresentação utilizados na construção linguística de uma dada mensagem, como disse Dionísio (2011) referindo-se à multimodalidade. Por isso, apresentamos os nossos dados do modo como os capturamos na mídia, e só então selecionamos deles o enunciado a ser analisado, como fizemos no primeiro e segundo capítulos. Desses textos extraímos as ocorrências previstas e, a partir dessas, outras foram sendo ser criadas, em rede. Como lidamos com o sentido das expressões linguísticas em uma temática específica, consideramos importante delimitar o período das ocorrências. Sendo assim, selecionamos textos para análise compreendidos entre 2007 e 2018, ou seja, um pouco mais de uma década.

Para ilustrar uma rede enunciativa, tomemos um exemplo de formações possíveis com a forma nominalizada *representatividade*, no nível da formação nominal (FN):

Representatividade (X). Ressaltamos que a constituição de uma rede pode se dá a partir de formações virtuais (as criadas pelo pesquisador) e formações efetivas (as de usos reais, sejam parte do próprio *corpus*, sejam resultados de busca no *google*, etc.).

Vejamos.

Figura 45 – *Representatividade* em rede.



Fonte: pesquisa *Google*. Captura da imagem em: 10.01.2018.

Destaquemos as construções:

- (54) **Representatividade** negra.
- (55) **Representatividade** da zona de transformação.
- (56) **Representatividade** feminina.
- (57) **Representatividade** LGBT.
- (58) **Representatividade** importa.
- (59) **Representatividade** negra no cinema.

Ou outras que não constam nessa pesquisa do *Google*, mas são criadas pelo pesquisador, como:

- (60) **Representatividade** não importa.
- (61) **Representatividade** nula.

Trata-se de uma rede enunciativa na medida em que as construções nominais estão em relação. É um lugar onde se confronta semelhanças e diferenças. Como dissemos na Introdução, uma rede enunciativa vai permitir que façamos, sobretudo, uma análise melhor do referencial histórico, por exemplo: a relação de determinação que temos entre as unidades em (53) *A representatividade de Pantera Negra é a mesma* nessas outras ocorrências de (54) a

(61)? Em qual dessas convergências o referencial histórico de *representatividade*, uma forma condensadora de um histórico de enunciações, é preservado, e em qual delas há um deslocamento ou uma ampliação desse referencial? Em quais convergências, quando relacionadas à *representatividade de Pantera Negra*, a força de atualização da nominalização na convergência enunciativa é maior ou menor? Como podemos lançar mão do referencial histórico de *representatividade* para formar uma expressão cuja força histórica se dá (mais) em convergência? Por que *representatividade*, enquanto forma nominalizada, “cai bem”⁸⁵ nessas convergências? O que tem antes, ou melhor, que anterioridade, que referenciais históricos fazem gerar uma nominalização ou, de outro modo, sustentam essas demandas de pertinências? As redes enunciativas também auxiliam no entendimento das demandas de saturação dos lugares de sujeito e de complemento, analisadas no quarto capítulo.

Utilizamos, ainda, a metodologia dos *contínuos* em nossas análises. Essa recorrência ao contínuo tem como base algumas das pesquisas desenvolvidas em sintaxe de bases enunciativas, por alguns integrantes do Grupo de Pesquisa *Núcleo de Estudos da Enunciação*, da Universidade Federal de Minas Gerais. Os contínuos representam os modos de constituição de referência nas formações nominais. Recorremos a Lacerda (2013) para explicarmos, ainda que brevemente, em que consiste essa metodologia dos contínuos.

No trabalho com a interface entre as dimensões material e simbólica da língua,

tem-se recorrido com frequência à proposição de contínuos para representar o modo como se dá essa constituição da referência no escopo dos lugares sintáticos, passando pela relação entre a memória histórica de dizeres e atualidade do acontecimento enunciativo ao produzir o necessário efeito de apontamento para uma realidade extralinguística. (LACERDA, 2013, p. 87)

Procedendo assim, esperamos alcançar os objetivos desses dois capítulos de análises, que são buscar os motivos para as relações entre as unidades linguísticas, uma delas sendo uma forma nominalizada, e propor um estatuto de completude dos nomes, produzindo, assim, elementos que nos assegurem descrever, no âmbito de uma semântica da enunciação, o funcionamento das nominalizações.

⁸⁵ Expressão utilizada por Dias (2018), em nossos encontros do Grupo de Pesquisa *Núcleo de Estudos da Enunciação*, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, ao explicar, de modo mais simples, em que consiste a pertinência enunciativa. O “cair bem”, nesse sentido, tem a ver com o modo como os elementos se situam no enunciado.

3.3 A configuração (enunciativa) das unidades linguísticas: o olhar sobre a construção nominalizada

Sendo o foco deste capítulo a busca pelos motivos para as relações entre as unidades linguísticas, isso nos faz pensar nas formas linguísticas e como estas se organizam sob regularidades. Como mostramos no início da seção *Enunciação e materialidade linguística*, no Capítulo 1, a regularidade das formas linguísticas é a base para o surgimento de um enunciado enquanto acontecimento. Tomemos um exemplo:

Figura 46 – Racismo é crime!



Fonte: imagem extraída do *Facebook*⁸⁶.

Podemos dizer que sobre a sentença⁸⁷

(62) **A prática do racismo** constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei,

⁸⁶ Imagem extraída da página do Conselho Nacional de Justiça, no *facebook*, publicada em 2015. Disponível em: <fb.com/cnj.official> Acesso em 15.10.2015.

⁸⁷ Aqui ressaltamos que, por vezes, chamaremos uma construção de sentença, em razão de, em alguma medida, estarmos nos referindo também a aspectos sintáticos. Outro ponto que gostaríamos de ressaltar é que, a partir deste Capítulo, destacaremos em negrito a formação nominal para análise que contém a forma nominalizada (elementos linguísticos contíguos), não ignorando o fato de que o enunciado em sua completude é, também, considerado uma formação nominal, extensiva nesse caso, segundo a divisão das formações nominais proposta por Dias (2015c), como explicamos em nota de rodapé no primeiro capítulo, na seção 1.5.

se aplicam as regras que caracterizam o sistema linguístico, dados os morfemas e os lexemas que a constituem, possíveis na gramática do português, sequenciados e organizados em arranjos previstos pela sintaxe dessa língua. De modo mais específico, essas regras se aplicam dadas, por exemplo, a presença do artigo antecedendo o nome (*A prática do racismo*, nessa ordem), a formação de uma palavra derivada por meio da redução da palavra primitiva (*prática* / praticar), a flexão em número dos adjetivos (*crime inafiançável e imprescritível*), a especificação do verbo na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo (*constitui*), a disposição do adjunto adverbial (*nos termos da lei*).

Contudo, nessa abordagem, o surgimento desse enunciado é observado de outro ponto de vista. Para entendermos, por exemplo, como a enunciação perpassa a forma linguística que sofreu um processo de derivação regressiva, como se apresenta nesse enunciado, será preciso evidenciar o que estamos chamando de regularidade, que é mais do que as regras internas do sistema da língua. As regularidades são construídas a partir do ordenamento dos elementos linguísticos, conduzidos também por essas regras da língua, mas organizados em função das condições enunciativas que determinam os recortes de significação dos enunciados. Analisemos.

Como dissemos na metodologia, no acionamento da língua, temos o acontecimento da produção de enunciados. Não é difícil percebermos o enunciado (62) como resultado de um acontecimento enunciativo. A enunciação materializada nesse enunciado envolve o estabelecimento de um marco, produzindo diferenças nos enunciados sobre o racismo e suas práticas no Brasil, isto é, entre enunciados daqueles que, por um lado, reconhecem a existência do racismo e de práticas que se configuram como racistas, e concebem o racismo como crime previsto em lei, e enunciados daqueles que, por outro lado, não reconhecem essa existência.

O acontecimento da produção desse enunciado produziu diferenças também nas possibilidades que envolvem as relações entre falantes⁸⁸. Então, a enunciação poderia envolver, por exemplo, uma expectativa anterior, de prevenção por parte de uma instituição pública, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tem como função aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, o que nos permite pensar em formulações como: *antes de agir de modo racista, lembrem-se de que a prática de racismo é crime prescrito em Lei*.

⁸⁸ Falante é tomado aqui não como indivíduo que domina um idioma ou como pessoa das ações de linguagem, como explica Dias (2018, no prelo), mas como sujeito da enunciação, o que significa que “estaremos tomando como foco a sua condição de sujeito que assume a linguagem de acordo com fatores sociais”.

Resguardado o tratamento polifônico⁸⁹ que deve ter essa formação nominal, podemos dizer que o CNJ, enquanto locutor X na cena enunciativa, cumpriu, no mínimo, um papel coercitivo sobre os indivíduos de uma sociedade, ao inscrever o outro, qual seja, a Constituição Federal de 1988, no dizer atual, determinando os modos de produção da pertinência.

Agora, imaginemos outras construções nominais em relação:

Quadro 8 – Enunciados virtuais em rede 1

(62) **A prática do racismo** constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

(a) **Praticar racismo** é crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

(b) **O João praticou** racismo, crime inafiançável e imprescritível, estando sujeito, portanto, à pena de reclusão, nos termos da lei.

(c) **Ele praticou** racismo, crime inafiançável e imprescritível, estando sujeito, portanto, à pena de reclusão, nos termos da lei.

(d) **Aquele que pratica racismo**, crime inafiançável e imprescritível, está sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

(e) **Quem pratica racismo**, crime inafiançável e imprescritível, está sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Fonte: elaborado pelo autor.

Nesses enunciados virtuais em rede, se olharmos o funcionamento de uma regularidade que se instala nesse lugar de sujeito, segundo um contínuo que redefine os conceitos de definitude, especificação e indeterminação⁹⁰ (Ladeira, 2010), podemos perceber

⁸⁹ Sem fazer mão aqui de todo o arcabouço teórico sobre a Polifonia, vamos tentar explicar, resumidamente, do nosso ponto de vista, o que estamos chamando de “tratamento polifônico”. Quando utilizamos essa expressão, estamos considerando que esse “falar com as palavras do outro” é um dos modos de enunciar na língua brasileira, que nos leva a acionar, em sua análise, conceitos como, por exemplo, o de cena enunciativa e de memória discursiva (Guimarães, 2005). No âmbito de uma perspectiva que trata o enunciado como um acontecimento histórico, considerar o aspecto polifônico, significa buscar refletir sobre o lugar do outro no acontecimento enunciativo e as diferenças que a presença desse outro produz na enunciação, ou, dito de outro modo, refletir sobre a pertinência (Dias, 2015) das palavras do outro constituindo um dizer atual. Nesse sentido, assumimos que os modos de inscrição do outro no discurso vão determinar os modos de produção da pertinência.

⁹⁰ Aqui recorreremos a Ladeira (2010) para analisarmos essa relação entre modos de enunciação e configuração do lugar de sujeito. A autora desenvolveu uma pesquisa no âmbito de uma semântica da enunciação sobre o lugar

enunciados: com um alto grau de indeterminação, como o nominal de infinitivo em (a), *praticar racismo*, em razão da ampla abrangência do seu campo de referência; com um alto grau de definitude, em (b), *O João praticou*, caso em que a referência se encontra no próprio termo ao se constituir uma formação nominal; com um menor grau de definitude, em (c), *Ele praticou*, por estar a referência ancorada em algo que não está propriamente no pronome, mas, certamente, em algo que lhe seja anterior, na própria cena enunciativa, como em uma situação em que duas pessoas estejam conversando sobre João e uma delas afirma: *João está bastante nervoso esses dias. Ele praticou racismo, que é crime inafiançável e imprescritível*; com uma grande possibilidade de especificação, em (d), *Aquele que pratica*, cujo escopo de referência pode ser delimitado pela classe de ocorrências imaginárias possíveis de serem percorridas quando se enuncia “aquele que”; com um nível menos específico, em (e), *Quem pratica*, em razão de uma abrangência maior do escopo de referência.

Esse quadro demonstra, portanto, a importância do papel da regularidade da língua no acontecimento enunciativo, de tal modo que se tivéssemos qualquer um desses enunciados de (a) a (e), poderiam estar envolvidas outras condições de significação, em razão, como vimos, da relação entre o modo de enunciação e a configuração do lugar de sujeito, relação essa compreendida como uma regularidade da língua, constituindo, portanto, diferenças na enunciação.

Na medida em que o enunciado se apresenta como um arranjo de formas que faz sentido, importante dizer que esse sentido, segundo Dias (2018, p. 33), “se dá nas relações entre uma dimensão anterior ao seu proferimento, a dimensão presente ao seu proferimento, em que a forma do enunciado obedece às regularidades da língua, e uma dimensão futura, dado que o dizer repercute no espaço de enunciação”. Tomando essa afirmação como princípio de análise, podemos dizer que o enunciado (62) emerge de um espaço de enunciação no qual a formulação linguística no modo da regularidade nominalizada (a nominalização *prática*) marca, antes de tudo, o reconhecimento da existência de atos que se configuram como prática racista. Nesse reconhecimento, um marco é estabelecido entre o antes da afirmação (a não criminalização de prática racista), o durante a afirmação (a formação nominal que tem o termo *crime* como núcleo, atualizado pelas determinações *inafiançável* e *imprescritível*, define, juridicamente, o *status quo* da prática de racismo), e um depois da afirmação (a criminalização de prática racista).

do sujeito indeterminado, com base, também, em Guimarães (2005) e Dias (2002; 2003; 2005; 2006; 2007; 2009). No último capítulo, detalharemos esse contínuo proposto pela autora e o utilizaremos mais em nossas análises.

Nesse sentido, a enunciação invoca uma temporalização na medida em que rememora a condição da prática de racismo de não criminalizada por muitos séculos. Dizemos, então, que essa enunciação imprime sentidos sobre essa prática anteriormente, quando não era tipificada como crime, e projeta um futuro que possibilita outras enunciações a partir desse acontecimento.

Ampliemos a discussão analisando a Figura 47.

Figura 47 – Movimento Brasil Livre.



Fonte: Band.com.br⁹¹

Temos aí uma imagem publicada por Fernando Holiday, ao assumir o cargo na Câmara Municipal de São Paulo, resultado das eleições de 2016, destacando suas primeiras medidas como vereador.

Observemos as seguintes formações nominais:

(63) **Combate** ao vitimismo.

(64) **Revogação** do dia da consciência negra.

O falante enquanto categoria linguística e enunciativa, tal como conceitua Guimarães (2005, p. 18), é uma figura constituída pelos espaços de enunciação. Isso significa que aquilo

⁹¹ Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/noticias/100000829868/vereador-negro-quer-acabar-com-cotas-e-feriado.html>>. Acesso em 20.11.2016. Figura também disponível na página do *Facebook* do vereador eleito à época, Fernando Holiday, publicado no dia 03.11.2016.

que enunciamos é parte desse espaço, sendo afetado, portanto, por uma rede de envolvimento social e suas diversas implicações, na medida em que envolve, segundo Dias (2018, p. 33), “sentimentos, compromissos, alianças, tensões entre quem diz e a comunidade implicada nesse dizer”. Nesse sentido, enunciações como (63) e (65) ganham lugar nos espaços de enunciação porque reagem ou dialogam com outros dizeres que se presentificam, gerando, assim, uma ordem de pertinência para novos dizeres nesses espaços, seja para concordar, discordar, redizer.

Entendemos que esse exercício das regularidades linguísticas se dá nesses espaços, assim como o domínio de uma mobilidade das formas linguísticas, ou mais precisamente, de uma mobilidade do dizer, que nos leva a pensar em questões como: Qual a necessidade de dizer enunciados como *combate ao vitimismo e revogação do dia da consciência negra*? Qual a necessidade de tecer um enunciado desse modo e não de outro? Por que uma forma nominalizada em lugar de outras formas possíveis? Dito de outra forma, que domínios de mobilização são motivadores desse dizer?

Há um domínio de mobilização dessas formas na direção do enfrentamento, ou melhor dizendo, uma ideia de enfrentamento condensada nas nominalizações *combate* e *revogação* constitui o domínio de mobilização desses arranjos de formas. Essa noção de mobilidade, de ser móvel, autoriza esses arranjos a se desprenderem do compromisso de estabelecer uma relação direta com o mundo, isto é, de retratar o mundo. Isso significa que não é a relação entre essas formas de expressão linguísticas⁹² e o que elas provavelmente representam, e o mundo que constitui esses arranjos, mas um domínio de mobilização que lhes fornece uma qualificação e, desse modo, lhes atribui uma pertinência social.

Essa motivação que faz um enunciado adquirir uma pertinência social não é puramente individual, como ressalta Dias (2018). Se assim fosse, a noção de intencionalidade⁹³, segundo a qual as formas surgiriam da intenção de quem as produz, bastaria, uma vez que ela somente daria conta de orquestrar a significação. Do nosso ponto de vista, as formas de expressão linguísticas não se devem tão somente à intenção de quem as expressa. Elas são vistas considerando-se as cenas, isto é, especificações locais nos espaços de enunciação e, por isso, “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala”, retomando aqui elementos da cena

⁹² Esse termo “formas de expressão” ou “modos de expressão” advém da reflexão proposta por Dias (2018) ao desenvolver o conceito de *domínio de mobilização*. O autor chama de “formas de expressão” as formas (movimentos, gestos, traços, contornos, cores, posições) pelas quais as figuras são apresentadas. A reflexão tem início com a análise de figuras como desenhos, pinturas, estátuas, caricatura, contemplando a multiplicidade e heterogeneidade dos meios. Ao passar para a análise da expressão linguística, utiliza “formas de expressão linguística”, na mesma direção conceitual, mas a partir daí envolvendo as unidades lexicais.

⁹³ Dias (2018, no prelo) vem construindo esse conceito de *domínio de mobilização* sob a crítica às concepções correntes de “intencionalidade” e de “contexto”.

enunciativa desenhada por Guimarães (2005, p. 23), não são pessoas, donas de seu dizer, “mas uma configuração do agenciamento enunciativo”. Isso não significa que apagamos a ideia da individualidade, mas que concebemos o seu exercício a partir de visões sociais.

O domínio de mobilização advém, portanto, nos termos de Dias (2018, p. 27), “da ideia de que as ações e expressões simbólicas individuais são mobilizadas pelas diferentes visões sociais sobre o mundo e sobre o próprio homem”. Nesse sentido, podemos dizer que, na Figura 47, não se trata da pessoa, do indivíduo Fernando Holiday, produzindo algo a partir de sua própria intenção, mas de um enunciador – constituído na relação com a sociedade e, portanto, afetado pelas diferenças de pensamento que essa relação abriga –, produzindo um acontecimento a partir de um lugar enunciativo constituído pelos dizeres.

Quando tomamos *enfrentamento* como um dos domínios de mobilização dessas formações nominais em análise, estamos afirmando que esse é um modo social pelo qual é possível agir em relação a algo no mundo. Essa perspectiva social, historicamente⁹⁴ definida, determina, então, o modo como nos expressamos e como organizamos nossos dizeres de uma determinada maneira e não de outra.

Em razão de essas formas articuladas serem, para nós, históricas, temos de considerar que, se por um lado elas direcionam para um sentido, por outro, encontram reações sociais contrárias. Vejamos, nos exemplos a seguir, a revogação do dia da consciência negra sendo concebida pela diferença.

Exemplo (65)

Vereador negro quer acabar com cotas e feriado

(...) Já sobre propor a revogação do dia municipal da Consciência Negra, para o vereador do DEM, “significa alertar a sociedade de que não devemos nos dividir em classificações e que devemos preservar a consciência humana, independente de etnia ou cor da pele. Isso sim é combater o racismo”, explicou. (...)

Fonte: Band.com.br⁹⁵. Ano: Novembro de 2016.

⁹⁴ Nessa abordagem, os sentidos são históricos. O histórico aqui não é o criado *ad hoc*, ou criado no momento, para o momento; o histórico, nessa concepção, é sempre social.

⁹⁵ Esse trecho analisado faz parte da mesma matéria de onde foi extraída a imagem da Figura 2, disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/noticias/100000829868/vereador-negro-quer-acabar-com-cotas-e-feriado.html>>. Acesso em 20.11.2016. A matéria intitulada *Vereador negro quer acabar com cotas e feriado* foi publicada no site *Band.com.br*, na página *Notícias*, por Karen Lemos em 04.11.2016, e atualizada no mesmo dia às 19:45h.

Exemplo (66):

Consciência Negra: lei que revoga feriado é assinada

O prefeito de Americana, Omar Najjar (PMDB), assinou ontem a lei que transfere o Dia Municipal da Consciência Negra de 20 de novembro para o terceiro domingo do mesmo mês. O Executivo informou que a publicará oficialmente hoje. A lei revoga o feriado e institui uma “data comemorativa”, conforme consta no projeto. (...)

Fonte: Portal Todo Dia⁹⁶. Ano: Novembro de 2017.

Exemplo (67):

Por determinação do STF, Governo de MS encaminha fim do Dia da Consciência Negra no Estado

O Governo do Estado enviou mensagem para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul com o Projeto de Lei (PL) 112/2017, que revoga a lei do feriado estadual dia da Consciência Negra e as Leis 2.131, de 2 de agosto de 2000 e a Lei 4.824, de 10 de março de 2016. (...)

A Lei 3958 que instituiu o Feriado do dia da Consciência Negra em 20 de novembro, foi proposta pelo Deputado Estadual Amarildo Cruz e passou a valer em 2010. Entretanto, a Fecomercio (Federação do Comércio do Estado do Mato Grosso do Sul), na época entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), alegando que segundo a Lei Federal 9093 de 12 de setembro de 1995, os Estados não podem estipular seus feriados além da data magna estadual e que a instituição de um novo feriado civil estadual interfere diretamente nas relações trabalhistas e salariais. Em 2011, foi declarada inconstitucional pelo TJMS.

Fonte: Topmídia News⁹⁷. Ano: Junho de 2017.

Como se tratam de exemplos que exigem um tratamento polifônico em suas análises, tomamos um certo cuidado no sentido de perseguir a formação nominal em (64), de tal modo que, se elegêssemos, por exemplo, a formação nominal *Vereador negro quer acabar com cotas e feriado*, no exemplo (65), teríamos outras possibilidades de análises, considerando a cena enunciativa. Então, como nosso interesse, trazendo essas construções como exemplos, é o de mostrar uma mesma formação articulatória sendo concebida em um espaço de diferenças, vamos considerar a formação nominal que estamos analisando, qual seja, *revogação do dia da consciência negra* em diferentes situações.

Se observarmos, o mote dos exemplos (65), (66) e (67) é a revogação do dia da consciência negra, elemento reescriturado nos textos por *feriado*, no sentido de torná-lo sem

⁹⁶ Disponível em: <http://portal.tododia.uol.com.br/_conteudo/2017/11/cidades/151438-consciencia-negra-lei-que-revoga-feriado-e-assinada.php> Publicado em: 10.11.2017. Acesso em: 01.12.2017.

⁹⁷ Disponível em: <<http://www.topmidianews.com.br/politica/governo-envia-projeto-de-lei-para-revogar-feriado-do-dia-da/71012/>> Publicado em: 15.06.2017. Acesso em: 30.08.2017.

efeito. Contudo, a enunciação não é a mesma tendo em vista duas questões. Expliquemos. A primeira é que esse procedimento de reescrituração, como vimos no primeiro capítulo, não implica necessariamente uma igualdade no escopo de referência na relação entre o elemento reescriturado (*dia da consciência negra*) e o elemento que reescreve (*feriado*). No exemplo (65), já podemos perceber essa assimetria, por assim dizer. Entendemos que, antes mesmo de haver a negação do feriado, há a negação do próprio elemento reescriturado, isto é, a revogação é, antes de tudo, da data em que se comemora a consciência negra. Já no exemplo (66), essa negação não existe e outro elemento, *data comemorativa*, surge reescrevendo *dia da consciência negra*. Também não há essa negação no exemplo (67), e a discussão sobre a eliminação não envolve necessariamente esse dia, mas sim o elemento que o reescreve, isto é, o fim não seria propriamente do dia da consciência negra, mas daquilo que o atualiza, *feriado*, segundo determinou uma lei estadual. Desse modo, *dia da consciência negra* vai sofrendo determinações diferentes, isto é, em um exemplo, ele é a data que deve deixar de existir; em outro, ele é o feriado que deve sofrer uma mudança de *status*; já em outro exemplo, ele é o feriado que deve ser eliminado.

A segunda questão é que os exemplos são motivados por domínios de mobilização diferentes. No primeiro exemplo, a ideia de *enfretamento*, como dissemos, constitui um domínio de mobilização das formas de expressão linguísticas; no exemplo seguinte, a *discordância*, a *distinção*, assentadas na crença da mudança, da substituição, levam a outro domínio de mobilização; e no último exemplo, tem-se como um dos domínios de mobilização a *ilegalidade*. Nesse sentido, podemos dizer que a significação da formação articulatória em análise está em função de um domínio de mobilização constituído no espaço da diferença, do conflito.

Retomemos os enunciados (63) e (64). Se tivéssemos as formas nominalizadas *combate* e *revogação*, apenas do ponto de vista dos processos de derivação de palavras, fora desse espaço de conflito, não teríamos duas unidades linguísticas qualificadas na enunciação. Acreditamos que a nominalização é capaz, inclusive, de potencializar esses espaços de conflito na medida em que instauram um estado de tensão entre os apagamentos e as possibilidades de saturação. É o que o ocorre na Figura 47.

As FNs *Combate ao vitimismo* e *Revogação do dia da consciência negra* estão entre as primeiras medidas de Fernando Holiday, elemento reescriturado no dizer atual por outros elementos que estão no entorno dos enunciados, como *vereador*, uma figura do legislativo municipal, e *Movimento Brasil Livre (MBL)*, um movimento político brasileiro dito de direita. Ocorre que a nominalização, mesmo nesse entorno de atualizações, ao não especificar um

sujeito, abre espaço para outras saturações semânticas desse lugar. Isso significa que quem combate e quem revoga são entidades do “sentido-acontecimento” (explicamos essa expressão no próximo parágrafo), apreensíveis, portanto, como presença virtual.

Sobre essa virtualidade, cabe uma explicação. Dias (2009a) ao investir no conceito da dupla apreensão da unidade do dizer, seja ela apreendida relativamente à memória da língua, seja relativamente aos aspectos da sua articulação na sentença, orienta esse modo de apreensão no sentido de captar a oposição entre o virtual e o atual, tendo em vista o conceito de virtual idealizado na obra filosófica de Deleuze (1976)⁹⁸. Segundo Dias (2009a, p. 12), o acontecimento em Deleuze é apreendido como “sentido-acontecimento, que, atravessando a instância do atual, se situa na órbita do virtual. Ele é compreendido na realidade do virtual pela relativa estabilidade do sentido, que ultrapassa os limites da temporalidade constituída na atualidade”. Isso significa que algo faz sentido porque está associado, antes mesmo de se associar a uma atualidade, a um campo de possíveis, ou nos termos de Dias (2009a, p. 12), “a uma dimensão pressuposta da realidade objetiva”.

Então, voltando à análise, não nos parece que ele [Fernando Holiday], sozinho, vai combater ou revogar, outros agentes são possíveis aí preenchendo essa indeterminação parcial, como por exemplo: aqueles que apoiam suas medidas; aqueles que também reconhecem a existência de vitimismo; aqueles que compõem o MBL; outros membros do poder legislativo municipal que comungam dessas medidas, etc. Temos aí uma questão que se resolve enunciativamente, porque, se por um lado essas nominalizações não apontam, como vimos, em um primeiro olhar, para um sujeito + determinado, + específico⁹⁹, por outro elas são capazes de evocar domínios de mobilização e, assim, sustentar direções de significações, por condensar um domínio referencial em virtude do qual se dão suas pertinências em um espaço de enunciação.

Ainda sobre as formas de expressão linguísticas e sua constituição nos espaços de diferença, analisemos um trecho da própria matéria, que nos dá a possibilidade de criar uma rede com enunciados efetivos. Vejamos.

⁹⁸ DELEUZE, G. *Différence et répétition*. 3. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.

⁹⁹ Em referência ao contínuo proposto por Ladeira (2010), detalhado no próximo capítulo.

Figura 48 – Trecho da matéria publicada por Karen Lemos.

Em uma publicação na quinta-feira (3) na sua **página** do Facebook, o vereador eleito – que é membro do Movimento Brasil Livre (MBL) – afirmou que, entre as “primeiras medidas” como parlamentar, irá lutar para “combater o vitimismo”, “acabar com as cotas raciais em concursos públicos municipais” e “revogar o dia da consciência negra em São Paulo”, celebrado no dia 20 de novembro.

Fonte: Band.com.br¹⁰⁰

Atentemos para os enunciados efetivos em rede:

Quadro 9 – Enunciados efetivos em rede 1

(68) O vereador eleito – que é membro do Movimento Brasil Livre (MBL) – afirmou que, entre as “primeiras medidas” como parlamentar, irá lutar para (...)	(a) Combater o vitimismo.
	(b) Acabar com as cotas raciais em concursos públicos municipais.
	(c) Revogar o dia da consciência negra em São Paulo.

Fonte: elaborado pelo autor.

Observemos como a autora da notícia reescreve os enunciados da imagem publicada pelo vereador. Essas formações articulatórias produzem condições para outros domínios de mobilização. As FNs (a), (b) e (c), se analisadas separadamente, desvinculadas do enunciado (68), têm o seu lugar de sujeito indeterminado, em decorrência dos nominais de infinitivo (*combater, acabar, revogar*). Agora, se as observamos no lugar de objeto, percebemos que elas constituem uma predicação e, nesse sentido, vão assumir o papel de balizador de referenciais, isto é, vão explorar aspectos do referencial do lugar de sujeito que é + determinado, sobretudo, o referencial da legitimidade.

Se os itens lexicais estão assim dispostos em (68), é porque eles são qualificados por algo que lhes atribui uma pertinência social. Nesse caso, há um domínio de mobilização dessas formas linguísticas na direção da *permissibilidade*, no sentido de que cabe a esse sujeito + determinado nesse acontecimento, isto é, *lhe é permitido*, enquanto *o vereador*

¹⁰⁰ Antes da referência, uma observação: Na intenção de melhor tratar e discutir os dados, optamos por organizá-los ora como exemplo, ora como figura, como é o caso dessa notícia. Esse trecho analisado também faz parte da mesma matéria de onde foi extraída a imagem da Figura 47, disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/noticias/100000829868/vereador-negro-quer-acabar-com-cotas-e-feriado.html>>. Acesso em 20.11.2016. A matéria intitulada *Vereador negro quer acabar com cotas e feriado* foi publicada no site *Band.com.br*, na página *Notícias*, por Karen Lemos em 04.11.2016, e atualizada no mesmo dia às 19:45h.

eleito, enquanto o membro do MBL, enquanto o parlamentar, lutar para combater, acabar e revogar.

Como formas linguísticas qualificadas na enunciação, entendemos que os enunciados assumem uma configuração enunciativa. Essa configuração é que lhes atribui uma identidade institucional. Segundo Dias (1999a, p. 188), visto a partir de uma configuração, o enunciado “se institucionaliza, se destaca como dizer, se ‘descola’ do particular, caindo nos campos da recorrência”. Recorrência essa que caracteriza as regularidades da língua.

Nessa demanda de institucionalização do dizer, os traços da memória ganham atualidade na linearização sintática. Pensar essa linearização é importante porque ela acaba exercendo um duplo papel, isto é, funciona, de um lado, como pontua Dias (1999a, p. 185), acomodando aquilo que antes foi objeto em outros campos discursivos (pensemos nos traços daquilo que *embranquecer*, na Figura 49, já significou no passado) e, de outro, imprimindo novas formas de convergência enunciativa, como nos exemplos a seguir.

Vejamos.

Figura 49 – Nivea no centro da polêmica.



Fonte: BBC Brasil¹⁰¹.

¹⁰¹ Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/salasocial-41686093>> Publicado em: 19.10.2017. Acesso em: 30.10.2017.

Se concebemos o enunciado como resultado de um acontecimento enunciativo, significa que temos em (69) *Creme para embranquecer pele coloca Nívea no centro de polêmica em países da África*, uma relação entre uma memória de significações de *embranquecer pele*, nesse caso, envolvendo resistência à cor da pele, negação à cor negra, supremacia e simbolismo da cor branca, e uma pertinência do significar atual da produção do enunciado. O efeito de anterioridade no fato de existir uma empresa de cosméticos no centro de uma polêmica em países da África em razão de um creme para embranquecer pele, é de ordem histórica. Desse modo, entendemos que não é o referencial estético, mas sim o referencial identitário o responsável por essa formulação agenciada por sujeitos conduzidos por uma ordem de pertinência social em um espaço de enunciação.

Os traços do que *embranquecer pele* já significou no passado são reorganizados na atualidade da enunciação, reorientando outros direcionamentos de significação, como nos enunciados a seguir. Vejamos algumas formulações efetivas em rede.

Figura 50 – Racismo de quem?



Fonte: Imagem extraída do *Twitter*¹⁰².

E mais outras formulações extraídas do exemplo (70) para compor a rede:

¹⁰² Benedito, Ailton. (@AiltonBenedito). “Racismo de quem vende o creme embranquecedor ou de quem o compra e usa?”. 19.10.2017, 16:54. Tweet.

Exemplo (70):

A cultura do branqueamento

O Estado brasileiro desde o final do império, até muito recentemente, teve um pacto de silêncio e negação do racismo. A nova república, proclamada e controlada por ex-senhores inconformados com a abolição da escravidão, desprezou os negros, que foram apontados como responsáveis pela indolência e pelo atraso do país.

A elite brasileira passou toda a primeira república assombrada pelas teorias racistas pseudocientíficas do século XIX que preconizavam uma rígida hierarquia das “raças” em que os brancos tinham a responsabilidade de dominar e de civilizar as “raças” tidas como inferiores.

Assim, temendo um possível contingente majoritário de não brancos; financiou e desenvolveu com recursos públicos, vários projetos de atração de imigrantes europeus, não só em busca de mão de obra que considerava mais desejável, mas também em perseguição de um fantástico ideal de “**embranquecimento nacional**”.

A Revolução de 30, destinada a substituir no poder as velhas oligarquias da “velha república”, não trouxe nenhuma mudança na visão das elites ou na postura do Estado sobre a questão racial.

Foi nesse período que apareceu uma reação intelectual com o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre contra o racismo “científico” que, no entanto, buscou a mestiçagem, como forma de **branquear a população**. Sua obra é inteiramente impregnada por uma visão idílica da escravidão benevolente ou cordial, e constitui, até hoje, o grande pilar intelectual do mito da democracia racial no Brasil.

O mito da democracia racial sufocou a construção de uma identidade racial e a consciência de grupo entre os negros brasileiros, e conseqüentemente uma mobilização por parte dos dominados, apesar das evidentes desigualdades socioeconômicas e de oportunidades.

A democracia racial brasileira, diferentemente da discriminação e da dominação com restrições legais de “raça” estabelecidos nos Estados Unidos e na África do Sul, não incentivou a solidariedade entre os negros, nem gerou uma mobilização significativa em torno das questões especificamente raciais.

Com o início da redemocratização, e um pouco mais tarde com a Constituição Federal de 1988, a questão racial começou a fazer parte da agenda nacional, porém nenhuma admissão ou divulgação das desigualdades raciais, que até a presente data permeia o país.

Esses problemas penetraram profundamente no psiquismo do negro e do branco: no negro sob a forma de **branqueamento estético, biológico e social**; com um modelo de beleza, comportamento, moral, mentalidade, etiqueta assimilados a partir de um modelo branco europeu; e no branco, o medo do Outro e o desejo de eliminação simbólica e/ou física desse Outro e/ou Outros.

Nesse aspecto, a teoria de Freud expõe que nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formadas com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente. Nesse sentido, a imagem do eu como inteiro e unificado é algo que o indivíduo

aprende gradualmente na sua relação com os outros. Para Lacan, a formação do “eu” no olhar do Outro, inicia a relação da criança com os sistemas de representação simbólica, incluindo a língua, a cultura e a diferença sexual.

Segundo essas interpretações, a identidade é formada ao longo do tempo por meio de processos inconscientes. Ela permanece sempre incompleta, uma vez que a interação com o meio é um processo contínuo, portanto toda identidade é provisória. A identidade surge de uma falta de inteireza que é preenchida a partir do nosso exterior, pelas formas como nós imaginamos sermos vistos por outros. Nesse sentido, a sociedade brasileira enxerga os negros como pessoas desprovidas de bondade, sucesso, criatividade, genialidade, beleza e civilização. **Esse processo de embranquecimento** foi e continua sendo uma tentativa de redefinir para os negros, o que significa ser uma pessoa humana. Nesse sentido, ser negro é ser menos humano e, por meio do **processo de embranquecer**, os negros poderão ser mais humanos.

Em 2010, 97 milhões de pessoas se declararam negras ou pardas, e 91 milhões brancas, no entanto, apesar de serem maioria, os negros continuam ausentes dos espaços de visibilidade e poder, dificultando a formação da identidade negra.

Essa cultura de branqueamento constitui-se em ataque psicológico aos negros. De acordo com Larkin Nascimento, 2009, esse processo de embranquecimento, que vem ocorrendo há mais ou menos 124 anos, tem causado mais danos psíquicos aos negros do que os 400 anos de escravidão.

Perante o mencionado, cabe destacar que o racismo produz diferentes formas de adoecimento e provoca distorções na construção da identidade de negros e brancos. Assim, compreender como ele atua no psiquismo das raças envolvidas e encontrar formas de superação é uma tarefa e um dos estágios na reconstrução de uma sociedade mais justa e igualitária.

Fonte: O Miraculoso¹⁰³. Ano: Junho de 2012.

Agora, observemos as formações nominais em rede:

- (71) o creme **embranquecedor**.
- (72) a cultura do **branqueamento**.
- (73) **embranquecimento** nacional.
- (74) **branquear** a população.
- (75) **branqueamento** estético, biológico e social.
- (76) esse processo de **embranquecimento**.
- (77) o processo de **embranquecer**.

Essas formulações nos fazem pensar no modo específico de ver a relação do enunciado com a exterioridade, isto é, da forma como a exterioridade é, nessa abordagem,

¹⁰³ Disponível em: <<http://www.miraculoso.com.br/brasil/314-a-cultura-do-branqueamento>> Acesso em: 20.03.2017. Matéria publicada em: 30.06.2012.

apreendida. Segundo Dias (1999a), a tensão entre uma especificidade e uma demanda institucionalizada da qual resulta o enunciado é relativa a um lugar externo, que já produziu efeito em outros acontecimentos enunciativos. Nesse sentido, todo nome ou expressão são constituídos de falas que vão, digamos, se acumulando. Toda vez que utilizamos *branqueamento* ou *embranquecimento*, por exemplo, esse nome particulariza a fala. Por entendermos que as convergências são de natureza enunciativa, e não de natureza representacional, não estamos operando com a ideia de que os enunciados (72), (73) e (75) estão apontando para um mesmo objeto configurado em uma instância de mundo. Isso significa que o escopo de referência desses enunciados não é determinado a partir de uma relação direta entre linguagem e mundo, mas a partir de um referencial, que nos parece estar reverberando na nominalização. Não é o referencial da cor, por exemplo, que sustenta a constituição das palavras *embranquecimento* (76) e *embranquecer* (77), mas o referencial da agregação de atributos. Já em (72) e (73), o ambiente de constituição da palavra *embranquecimento* é o de mudança, de transformação recorrente. E em *branquear* (74) e *branqueamento* (75), os referenciais de uniformização e efeito, respectivamente, é que vão determinar o significado desses referentes constituídos como objetos de discurso.

Em decorrência do modo como é tomado esse lugar externo enunciativo, o espaço do representável não é necessariamente marcado pelas categorias da forma, como pontua Dias (1999a). Isso significa que podemos apreender as unidades *branquear*, *embranquecimento* e *embranquecer* tanto, relativamente, do ponto de vista dos aspectos referentes à sua organização na linearização sintática, quanto, relativamente, à memória da língua. Observemos as formações (72), (76) e (77):

Quadro 10 – Possíveis ocupações do lugar sintático de complemento 1

(74) Branquear [a população]	
(72) A cultura do branqueamento []	[o cabelo]
(76) Esse processo de embranquecimento []	[a pele]
(77) O processo de embranquecer []	[os dentes]
	[dos desfavorecidos]
	[do negro sem emprego]
	[do negro sem beleza]
	[do negro sem inteligência]
	[o menos humano]...

Fonte: elaborado pelo autor.

Se podemos apreender essas unidades relativamente à memória da língua e das enunciações, o espaço do representável, não marcado materialmente, assume uma particularidade, que é a de projetar outras possíveis ocupações. Em (74), o lugar de complementação aparece ocupado organicamente (*a população*). Por outro lado, em razão de o dizer adquirir identidade em um espaço institucionalizado, não há uma obrigação formal ou orgânica de preenchimento desses espaços em (72), (76) e (77). No quadro acima, tentamos representar isso que vemos dizendo. A seta representa um eixo de possibilidades, onde estariam as demandas de pertinência, e à sua direita, estariam as possibilidades de ocupação do lugar de complementação. Desenvolveremos essa representação mais adiante.

No caso do exemplo (71), temos de considerar que a formação nominal (78) *Racismo de quem vende o creme embranquecedor ou de quem o compra e usa?*, Figura 50, tem sua demanda diretamente relacionada a um outro dizer, em razão de ser um *tweet* comentando uma outra postagem. Então, podemos dizer que há um domínio de mobilização dessas formas na direção da contestação, da crítica. Agora, um fato interessante é que, se observarmos a formação nominal *o creme embranquecedor*, ao mesmo tempo em que nos parece simples recuperar o termo que possivelmente ocupe o lugar de complementação (*O creme embranquecedor []*), em uma outra instância da cena, como *embranquecedor [de pele]*, essa ocupação nos parece relativa, isto é, não tão fixa nesse acontecimento. Dados o domínio de mobilização dessas formas e o referencial histórico da eficiência que sustenta a constituição da palavra *embranquecedor*, nos parece que não estão excluídas desse lugar sintático outras possibilidades de saturação, no sentido de que a compra e venda seja de um creme embranquecedor cujos efeitos não se limitam somente à [pele], mas que, em razão de possuir um princípio ativo que altere uma situação – lembremos do referencial da eficiência – venha a atuar em uma mudança além da pele, ou seja, uma mudança em outros aspectos da vida de quem o usa.

Desse modo, o acontecimento é a atualização de uma virtualidade, de um campo de possíveis, como nos exemplos que acabamos de analisar, de caráter sócio-histórico. Como vimos no primeiro capítulo, é sócio-histórico porque a enunciação não se restringe ao momento do acontecimento, que inclui, necessariamente, no entendimento de Dias (1992), a reconstrução de uma memória discursiva, através de um pré-construído.

Essa exposição da língua a um campo de memória, isto é, a um campo do dizível, é essencial para a configuração das regularidades das suas formas. Na seção seguinte, ao

analisarmos os dados, vamos tentar entender melhor o que estamos chamando de pré-construído.

3.4 O estatuto de uma instância do “já-enunciado”: o memorável como pré-construído de uma perspectiva teórica

Nessa seção, procuramos entender esse espaço de regularidades linguísticas a partir das relações que são estabelecidas com um lugar de memória, ou dito de outro modo, entender a relação entre configuração enunciativa e lugar de memória, isto é, um campo discursivo historicamente configurado.

Assumimos aqui que uma nominalização, enquanto objeto do dizer, adquire pertinência na relação entre a memória e as demandas do presente no acontecimento enunciativo. Isso significa que uma ocorrência nominalizada encontra esteio em um dizer atual em razão de outros dizeres, em outras instâncias, que lhe asseguram a pertinência, isto é, ela surge como efeito de um pré-construído, como um domínio de pensamento anterior à sua própria formalização no enunciado.

Julgamos pertinente, nesse momento, revisitar, ainda que brevemente, algumas noções de pré-construído, para compreendermos melhor em que se fundam nossas análises, especialmente aquelas noções cujos construtos teóricos tenham sido abordados, em alguma medida, no segundo capítulo.

Se tomarmos o pré-construído como um já enunciado, para Foucault ([1969] 1987), esse “já-dito” seria o esteio sobre o qual repousaria todo o discurso manifesto. Esse já-dito não seria tão somente uma frase já pronunciada ou escrita, mas que teria uma amplitude sócio-histórica, implicando, portanto, ao mesmo tempo, “jamais-ditos”, isto é, “uma escrita que não é senão o vazio do seu próprio rastro”. Nesse sentido, tudo o que se formula discursivamente, “já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar”. Embora Foucault acreditasse que o discurso devesse ser tratado no jogo da sua instância, não precisando, portanto, remeter o discurso à longínqua presença da origem, é desse modo que ele descreve essa, por assim dizer, continuidade ou ligação entre um discurso atual e sua anterioridade.

Pêcheux ([1975] 1995, p. 99) lembra que “pré-construído” é um termo proposto por Paul Henry para designar aquilo que remete a uma construção, anterior e exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado. Na origem do pré-construído está sua ligação com a sintaxe, mas uma ligação que se dá em nível discursivo, isto é, um

encaixe sintático de natureza discursiva. Segundo ele, a característica marcante do pré-construído está no fato de que há uma separação entre o pensamento e o objeto do pensamento, que preexiste, isto é, há a existência do real independente do pensamento. Essa concepção é a que se refere à terceira propriedade da nominalização destacada por Dahlet (2015), e discutida no nosso segundo capítulo.

Antes de continuarmos, consideramos oportuno fazer uma observação. Quando nos propomos, nesse momento das análises, a abordar o tratamento do já enunciado em diferentes perspectivas que nos fornecessem, seja por contraste ou por associação, elementos para uma compreensão um pouco mais detalhada sobre a nossa concepção, tínhamos em mente que não escaparíamos da obrigação de esclarecer pontos importantes desses pressupostos abordados. É o que acontece com a abordagem do pré-construído na teoria de Culioli. Utilizamos algumas notas para explicar alguns outros aspectos da teoria, fundamentais na constituição dessa noção, sem os quais restariam pontos de incompreensão.

Retomemos. Segundo alguns estudos, como os de Valentim (1998), que se apoiam no quadro enunciativo de Culioli, o conceito de pré-construído implica a existência, em Sit_0 (situação de enunciação), de uma outra situação de enunciação. O estatuto da existência se associa, nessa perspectiva, a uma ocorrência da noção¹⁰⁴ situada em relação a um sistema de referência cujos parâmetros são S (sujeito enunciador) e T (índice espaço-temporal). A existência linguística é tomada, assim, enquanto acontecimento enunciativo que delimita uma porção de espaço/tempo. Essa delimitação não remete nem para o mundo físico exterior nem para os objetos materiais desse mundo. Isso significa que o modo de conceber essa (pré) existência, nessa teoria, está circunscrito no próprio enunciado, isto é, a existência, seja falando em termos de construção linguística da existência, seja em termos de pré-construção linguística da existência, ocorre necessariamente no contexto de significação que é o enunciado.

Desse modo, uma ocorrência é determinada não por apresentar um referente extralinguístico explícito, conhecido pelos interlocutores, mas por resultar de operações que a particularizam e a diferenciam das demais ocorrências. Dentre essas operações, está em causa, na predicação de existência de noções linguísticas lexicalizadas em N , a determinação nominal, compreendida como um conjunto de operações das quais resulta o nome e que

¹⁰⁴ O sentido de *noção* como uma representação cognitiva construída pelos indivíduos através de suas experiências com o mundo, anterior, portanto, a qualquer categorização, conforme explicamos em nota no Capítulo 2.

permitem a presença de determinantes (como os artigos definido e indefinido) dando-lhe especificações diferentes.

Os determinantes ligam-se às ocorrências atribuindo-lhes graus de especificidade qualitativa e quantitativa¹⁰⁵. No caso dos artigos definido e indefinido, são eles que fornecem as indicações das diferentes condições de validação da referência do argumento¹⁰⁶. Vejamos um exemplo:

(79) Um índio da tribo Tupinambá foi condenado à morte por ser homossexual¹⁰⁷.

(80) O extermínio do índio Tibira da tribo Tupinambá foi documentado pelo próprio missionário francês Yves d'Evreux¹⁰⁸.

No enunciado (79), há a introdução de um termo, *índio*, em num espaço previamente dado, *a tribo Tupinambá*, que é um pré-construído. Nessa operação de construção, o artigo indefinido é fundamental porque marca, linguisticamente, nos termos de Valentim (1998, p. 53), “uma operação de extração de uma ocorrência qualquer da classe de ocorrências abstratas associadas à noção”. Visto que a operação de extração, segundo Culioli (1999b), corresponde à singularização de uma ocorrência, é possível isolar uma determinada ocorrência da noção /índio/ a que se atribui referência, isto é, que se localiza em relação à situação de enunciação. *Índio* não é apenas uma ocorrência qualquer de uma classe abstrata, é agora, pela presença do marcador indefinido *um*, uma ocorrência específica com propriedades situacionais. Desse

¹⁰⁵ Segundo Culioli (1999b, p. 82), *Quantificação* remete não à quantificação lógica, mas à operação pela qual se constrói a representação de alguma coisa que se pode distinguir e situar em um espaço de referência. A partir do momento em que um sujeito constrói a representação de uma ocorrência da noção e a localiza em uma situação de enunciação, tem-se a quantificação desta noção. A operação de *Qualificação*, por sua vez, entra em jogo cada vez que se efetua uma operação de identificação/diferenciação que incide sobre alguma coisa. Trata-se de uma operação associada, nos termos de Flores *et al.* (2009, p. 195), “à estruturação nocional pela qual são construídas diferenciações qualitativas entre ocorrências de uma mesma classe”.

¹⁰⁶ Como estamos falando de validação de argumentos no nível do predicado, importante fazermos uma consideração que situa, na teoria, esse nível que é o da relação predicativa. Expliquemos. Segundo essa teoria, a atividade de linguagem tem início com a escolha de uma noção, que através de operações chega-se a um nível linguístico, o das ocorrências, resultando na sua materialização que nos permite reconstruir e reconhecer sua origem. Isso ocorre durante a constituição do enunciado, que se desenvolve em três momentos básicos: a construção de uma *lexis* (relação primitiva); a relação predicativa (representada por Sit₁, é o momento em que o sujeito aparece como o responsável pelo enunciado, pois cabe a ele organizar o conteúdo do pensamento, isto é, escolher o argumento que será o ponto de partida de seu enunciado); e a relação enunciativa (terceira e última etapa da constituição de um enunciado, representada por Sit₂. É o momento em que o sujeito, depois de ordenar os argumentos e predicado, lhes atribuirá outras operações das quais resultam as categorias gramaticais – tempo, aspecto, modalidade e determinação nominal – e que permitirão a passagem de um pré-enunciado a um enunciado, pois este será agora localizado em relação à situação de enunciação), sendo todos compostos por operações de *repérage* (localizações).

¹⁰⁷ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/relacoes-homoafetivas-entre-indios-eram-comuns-antes-da-colonizacao-21541630#ixzz56SxPdSHY>> Publicado em: 03.07.2017. Acesso em: 30.07.2017.

¹⁰⁸ Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/565787-indios-gays-amor-e-odio-na-colonia>> Publicado em: 15.03.2017. Acesso em: 05.04.2017.

modo, opera-se, segundo Valentim (1998, p. 55), através da operação de extração, a passagem à materialidade e, ao mesmo tempo, a um sistema de referenciação.

No exemplo (80), a ocorrência da mesma noção lexical /índio/ já corresponde a um pré-construído. A ocorrência definida *o índio* corresponde à existência pré-construída de uma identidade referencial comum aos interlocutores. A ocorrência *o índio* não corresponde, desse modo, à construção de uma nova ocorrência quantitativa, mas sim a uma especificação qualitativa. Fazendo um novo apelo a Valentim (1998, p. 55-56), a esta operação enunciativa de retomada de uma ocorrência antecedente, supondo uma extração prévia, Culioli chama de *fléchage*. Corresponde a ocorrência *o índio* uma “identificação qualitativa de uma segunda ocorrência cuja existência se encontra já perfeitamente estabilizada”.

O pré-construído no exemplo (80) se dá nesse sentido, ou seja, o artigo definido singular *o* marca, explicitamente, a identificação referencial da segunda ocorrência (*o índio*) com uma primeira ocorrência (*um índio*) extraída previamente e recuperada enunciativamente, de modo que podemos pensar em uma glosa como: *existe um índio* (primeira ocorrência extraída) *na tribo Tupinambá e foi esse índio* (segunda ocorrência especificada) *que foi exterminado*. Se levarmos em conta que esse pré-construído pode ser observado também na ocorrência *o extermínio*, também podemos pensar assim: *houve um extermínio na tribo Tupinambá e foi esse extermínio que matou o índio Tibira*.

Então, segundo Valentim (1998, p. 54), o artigo indefinido singular é, pois, um marcador de quantificação, isto é, de construção de existência; e o artigo definido, por sua vez, um marcador de identificação referencial entre ocorrências, associado a uma especificação. Esse modo de pensar o fenômeno da predicação de existência encontra esteio no amplo estudo desses dois termos da gramática, definido e indefinido, associados à referência.

No estruturalismo já se descrevia as propriedades dos artigos, a exemplo da formulação de Guillaume (1975) e seu “estruturalismo de arcabouço psicológico”, como definiu Mattoso Câmara (1967), segundo a qual as expressões com um artigo definido denotam um objeto já conhecido, enquanto que as expressões com um artigo indefinido introduzem novos objetos no discurso.

Dentre as abordagens mais recentes, destacamos a de Perini (2010), segundo a qual os elementos que compõem o sintagma nominal funcionam para singularizar uma entidade, como já mencionamos na seção *Significação e formação nominal*, no primeiro capítulo, mas agora focando na questão da referência. Estão entre esses elementos os artigos, definido e indefinido. Vejamos um exemplo.

Figura 51 – Oprah no Globo de Ouro



Fonte: MdeMulher¹⁰⁹.

Observemos os enunciados:

(81) Oprah, a mulher mais poderosa da TV americana, fez um discurso emocionante contra assédio e racismo ao receber o maior prêmio do Globo de Ouro.

(82) Oprah Winfrey fez o discurso mais poderoso do Globo de Ouro 2018.

A indeterminação, para Perini (2010, p. 83), compreende “o fenômeno que consiste em entender mais ou menos esquematicamente a referência de um sintagma”. Segundo essa concepção, os sintagmas nominais *um discurso emocionante*, em (81), e *o discurso mais poderoso*, em (82), encontram-se determinados, pois o núcleo *discurso* é particularizado com o apoio dos artigos, *um* e *o*, e dos adjetivos *emocionante* e *poderoso*. Essas expressões forneceriam ao receptor meios de identificar o objeto [discurso] em questão. Por outro lado, se tivéssemos um sintagma nominal composto apenas pelo núcleo, como (83) *Discurso contra o racismo*, a referência seria menos determinada em razão da ausência de limitadores, podendo, nesse caso, referir-se a qualquer discurso contra o racismo. Portanto, segundo o linguista, “quanto menos individualizada for a referência, mais indeterminado será o sintagma respectivo” (p. 83).

Nesse sentido, os artigos são considerados como determinantes por atribuírem ao nome uma especificidade e, assim, contribuírem para a construção de seu valor referencial.

¹⁰⁹ Disponível em: <<https://mdemulher.abril.com.br/famosos-e-tv/oprah-winfrey-fez-o-discurso-mais-poderoso-do-globo-de-ouro-2018/>> Publicado em: 08.01.2018. Acesso em: 20.01.2018.

Há uma concepção semelhante na gramática de Mira Mateus (2003, p. 345). Segundo a autora, “quer os determinantes quer os quantificadores podem ser concebidos como operadores que ligam uma variável correspondente ao nome e que, desse modo, permitem criar, a partir do nome, uma expressão referencial”. Isso significa que os determinantes apresentam como propriedade restringir a extensão do núcleo nominal.

Então, se observarmos de perto o que demonstram essas concepções, podemos dizer que não há uma reflexão sobre o funcionamento enunciativo dos determinantes, visto que, ou se limitam ao posicionamento desses elementos em relação ao nome, ou estão simplesmente relacionadas à forma de exposição de conteúdo, no sentido de que quando este for identificável pelos enunciadores, deve-se considerá-lo determinado e, assim, utilizar expressões definidas, como o artigo definido, e para situações em que o referente for desconhecido ou impreciso, utilizar os indefinidos. Vemos essa perspectiva como uma escolha apoiada em uma concepção de referência vista como uma correspondência entre o texto e o fragmento da realidade.

Em perspectivas mais próximas da que assumimos, como a abordagem de Ducrot (2002), o estatuto de uma instância do “já-enunciado” tem relação com o modo de conceber o enunciado. Segundo essa abordagem, como vimos no primeiro capítulo, o acontecimento que proporciona existência ao enunciado inclui uma evocação ou uma modificação de discursos anteriores. O “já enunciado” se instala, desse modo, no acontecimento da enunciação, e como pontua Dias (2009a, p. 9), “constituiria a instância dos discursos evocados ou modificados na enunciação”. Nesse sentido, a anterioridade, se daria na sua relação, digamos, de dependência com o que está posto, uma vez que a noção de acontecimento diz respeito à sucessão, isto é, um antes e um depois na cronologia. Esse é um ponto de diferença em relação ao conceito de memorável que assumimos aqui. A anterioridade, para nós, se apresenta com uma relativa independência em relação ao posto, na medida em que aquilo que se diz (o enunciado) provoca repercussão no entendimento do passado.

Expliquemos com um exemplo.

Figura 52 – Geração tombamento



Fonte: imagem extraída do *Twitter*¹¹⁰.

Observemos o enunciado:

(84) A repulsa da classe média branca intelectualizada à geração **tombamento**.

Entendemos que a FN permite construir propriedades que antes não estavam. Se atentarmos para a formação *geração tombamento*, podemos dizer que *tombamento* evoca referenciais que vão fazer com que *geração* ganhe a identidade presente e passada, isto é, ela também produz a identidade do passado, marcando, portanto, uma diferença entre uma geração que não é *tombamento* e uma geração *tombamento*. Desse modo, essa formação nominal modifica ao produzir uma identidade para o antes dela. Uma geração que não é *tombamento* é uma geração cujos atributos não parecem coincidir com aqueles relacionados à autodefinição, emancipação, libertação, subversão ou protagonismo. O memorável de enunciados agregados pela forma nominalizada *tombamento* assegura a pertinência enunciativa da formação nominal, ou dito de outro modo, por existir uma geração cujas características estejam relacionadas a aspectos como aceitação, passividade, subordinação ou alienação, é possível formular *geração tombamento* e situá-lo dessa maneira no enunciado.

O memorável, portanto, reconstrói o passado. E como vimos em Ducrot (2002), “realizar”, em termos de enunciado/enunciação, é suceder – lembremos que sobre a noção de

¹¹⁰ Geledés Mulher Negra (@geledes). “A repulsa da classe média branca ‘intelectualizada’ à geração *tombamento*” 30.09.2017, 12:55. Tweet.

acontecimento repousa uma causalidade indicando anterioridade e uma consequência indicando uma posterioridade –, e isso vai na contramão de nossa leitura para o conceito de memorável.

O estatuto de uma instância do “já enunciado” é, também, objeto de uma abordagem de Achard (1999) sobre memória. Ele afirma que a materialidade de uma memória social é constituída pela estruturação do discurso, e, a partir do papel que desempenha essa memória, é possível entender os implícitos que o enunciado coloca. Esses implícitos não estariam acessíveis explicitamente, mas através da retomada, isto é, da repetição, e formação de um efeito em série de uma regularização. Desse modo, nessa formulação, a entrada dos implícitos da memória na atualidade enunciativa, segundo Dias (2009a, p. 11), “encontra na regularização das formas linguísticas a condição para a retomada e a circulação do discurso”.

De nossa parte, assumimos o pré-construído como um elo que possibilita articular, no nível do discurso, o linguístico, isto é, o que está materialmente posto, com suas condições sócio-históricas, considerando que na abordagem de Guimarães (1995) a qual nos filiamos, o enunciado tem como suporte um dizível historicamente constituído. Nessa perspectiva, a memória da língua comporta uma latência, condição, nos termos de Dias (2009), para o confronto entre essa instância do dizível histórico e a instância de um presente. É na relação entre essas duas instâncias da enunciação, a memória discursiva e o presente do acontecimento, que devem ser situados os aspectos relativos às regularidades da língua.

Analisemos.

Figura 53 – Por dentro da África



Fonte: Por dentro da África¹¹¹.

¹¹¹ Disponível em: <<http://www.pordentrodaafrica.com/educacao/unilab-repudio-ao-corte-da-assistencia-para-estudantes-estrangeiros>> Publicado em: 09.07.2017. Acesso em: 30.07.2017.

Atentemos para a formação nominal e observemos o funcionamento da nominalização *repúdio*:

(85) UNILAB: **Repúdio** ao corte de assistência para estudantes estrangeiros.

Falar em *repúdio*, no enunciado (85), só faz sentido, isto é, só ganha uma pertinência social porque o antes afirma que existe alguém que repudia, ou alguém que é capaz de repudiar, e existe algo que se possa repudiar, algo que é passível de repúdio. Nesse acontecimento enunciativo, o enunciado suscita um lugar de memória dos discursos de não concordância, de sentimento de rejeição sobre algo, isso porque a forma nominalizada *repúdio* parece guardar a memória de percursos enunciativos, isto é, está condensado nela um histórico de enunciações anteriores. Desse modo, é a nominalização que parece ajustar os direcionamentos de significação. Evidente que os elementos convergentes à forma nominalizada são também historicamente constituídos (*UNILAB* e *o corte de assistência para estudantes estrangeiros*) e, portanto, afetados pela relação entre o passado e o presente da enunciação, de tal modo que é possível que o corte de assistência se articule com repúdio, isto é, é possível enunciarmos que o corte é algo que se repudia, exatamente em razão de um histórico de enunciações que atravessam o dizer *o corte de assistência para estudantes estrangeiros*. Mas, com a presença da nominalização, entendemos que há direcionamentos de significação mais pontuais, na medida em que é ela que vai promover uma certa atualização, ou seja, repúdio é o que se diz sobre o corte de assistência para estudantes estrangeiros, é uma forma de olhar para esse corte de assistência, de concebê-lo, de perspectivá-lo. Esse corte poderia ser visto sob outras perspectivas, como a perspectiva da redução de custos para o governo, por exemplo, mas nessa construção, a nominalização *repúdio* atua como perspectivação de uma atualidade pertinente na relação com a memória concebida. Perspectivação essa entendida nos moldes da descrição de Costa (2016, p. 51-51), segundo a qual as FNs ganham identidade não por sua relação com o que lhe é externo, mas nas perspectivas nas quais os enunciadores se ancoram.

Essa diferença fica ainda mais clara quando pensamos em um enunciado virtual do tipo:

(85a) Na UNILAB, houve um corte de assistência para estudantes estrangeiros.

Sem a forma nominalizada *repúdio*, pela maneira como agora estão dispostas as unidades da língua, os sentidos dessas unidades estão sendo colocados em relação tendo em vista essa nova demanda de significação do presente. Uma outra análise seria possível agora

focando na nominalização *corte* conduzindo os direcionamentos de significação. Isso confirma que a forma *repúdio*, ao ser inserida no dizer, produz diferenças na enunciação.

Sob o mesmo referencial histórico, *repúdio* pode projetar outras possíveis ocupações, isto é, outros complementos podem convergir à forma nominalizada em lugar do *corte de assistência para alunos estrangeiros*. Com enunciados do próprio texto é possível construirmos uma rede. Vejamos primeiro o texto.

Exemplo (86):

A Unilab nasceu baseada nos princípios de cooperação solidária. Em parceria com outros países, principalmente africanos, a Unilab desenvolve formas de crescimento econômico, político e social entre os estudantes. Em 20 de julho de 2010, o então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 12.289 instituindo a UNILAB nos estados da Bahia e Ceará.

Por meio desta nota, repudiamos o lançamento do edital aditivo III do edital 17/2017, lançado pela da PROGRAD/UNILAB no dia 05 de Julho, no qual cancela a demanda orçamentária que garantia a assistência financeira do programa PNAES para estudantes internacionais ingressos na universidade, através do processo seletivo em andamento em seus países de origem.

O cancelamento dessa política de permanência é o desmonte do projeto de cooperação, integração e relações diplomáticas constituintes do projeto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, pois não garantirá a participação dos estudantes dos países parceiros nas futuras seleções do referido programa e dificultará ainda mais a cooperação entre os países da CPLP e da Cooperação Sul-Sul.

Fonte: Por dentro da África¹¹².

Agora, vejamos outras possibilidades de saturação do lugar de complemento:

Quadro 11 – Possíveis ocupações do lugar sintático de complemento 2

<p>(85) UNILAB: repúdio ao []</p>	<p>[Edital que cancela a demanda orçamentária]</p> <p>[cancelamento de uma política de permanência]</p> <p>[desmonte do projeto de cooperação, integração e relações diplomáticas constituintes do projeto da UNILAB]</p>
--	---

Fonte: elaborado pelo autor.

¹¹² Disponível em: <<http://www.pordentrodaafrica.com/educacao/unilab-repudio-ao-corte-da-assistencia-para-estudantes-estrangeiros>> Acesso em: 30.07.2017.

No enunciado (85), mesmo esse lugar de complemento estando ocupado organicamente, outros elementos, intercambiáveis numa rede enunciativa, poderiam preencher esse lugar de complementação. Esses elementos à direita da seta equivaleriam ao modo como *o corte de assistência para alunos estrangeiros* vem sendo determinado no texto, portanto, articuláveis com a forma *repúdio*. Essas pertinências advêm de uma carga de dizer já marcada anteriormente sobre medidas do governo de natureza econômica que afetam a educação.

Enquanto memorável, a nominalização vai fazer o elemento que ocupar esse lugar aberto a convergências significar de um certo modo e não de outro. Também enquanto memorável, ela guarda em si uma latência de futuro que permite novas construções conforme novos acontecimentos. Analisemos especificamente a formação nominal *nota de repúdio* na figura abaixo.

Figura 54 – Nota de repúdio OAB

The image shows a screenshot of the OAB website. The header includes the OAB logo and the slogan 'ADVOGADO VALORIZADO, CIDADÃO RESPEITADO!'. Below the header is a navigation menu with categories like 'INSTITUCIONAL', 'NORMAS', 'JURISPRUDÊNCIA', 'SERVIÇOS', 'EVENTOS', 'IMPRESA', and 'PUBLICAÇÕES'. The main content area is titled 'NOTÍCIAS' and features a news item with the headline 'Contra racismo, OAB assina protocolo e divulga nota de repúdio'. The article text reads: 'A Diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a Comissão Nacional de Promoção da Igualdade vêm a público repudiar o ato de discriminação racial e a conduta do policial civil Waldemiro Antunes de Freitas Junior, da 11ª DP (Rocinha), que abordou e apresentou a ocorrência à 25ª DP (Engenho Novo), e do delegado de plantão William Lourenço Bezerra, responsável pelo flagrante, que levou injustamente à prisão o psicólogo e ator de 27 anos Vinicius Romão. Acusado de ter cometido o crime de roubo na zona norte do Rio de Janeiro, o ator ficou preso durante 16 dias em condições desumanas. Diante disso, solicitamos à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro apuração dos fatos em razão da conduta dos envolvidos no caso em tela, com as respectivas sanções, a fim de evitar novos casos. Por fim, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a Comissão Nacional de Promoção da Igualdade, se solidarizam com o Sr. Vinicius Romão e repudiam veementemente qualquer ato de racismo em nosso País.' The article is signed by Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, and Cicero Borges Bordalo Júnior, Presidente da Comissão Nacional de Promoção de Igualdade.

Fonte: OAB¹¹³.

Em (87) *Contra racismo, OAB assina protocolo e divulga nota de repúdio*, o termo *repúdio* aparece agora como elemento convergente em relação a *nota*, promovendo uma especificação da entidade representada por esse substantivo *nota*, na medida em que o atualiza. Essa especificação é garantida pelo memorável de *repúdio* como uma manifestação contra aquilo que é repelível, inaceitável, e que faz o enunciado projetar sentidos como, por exemplo: a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como personalidade jurídica exercendo o papel de representante da sociedade civil, de defensora da Lei, da Justiça e dos Direitos Humanos, se manifestando contra o racismo; e o racismo como algo que deve ser repudiado. Essa configuração deôntica do *dever ser* em razão da presença da nominalização, que na

¹¹³ Disponível em: <<http://www.oab.org.br/noticia/26755/contra-racismo-oab-assina-protocolo-e-divulga-nota-de-repudio>> Publicado em: 07.03.2014. Acesso em: 30.08.2017.

concepção de Dahlet (2015) implica uma conclusão diante de uma pressuposição de existência, como vimos no capítulo anterior, para nós, marca uma projeção de sentidos, isto é, a futuridade do acontecimento. Então, podemos dizer que ao mesmo tempo em que a nominalização *repúdio* está aí como um passado neste acontecimento, como um rememorado que faz significar de um certo modo, ela comporta também uma latência de futuro.

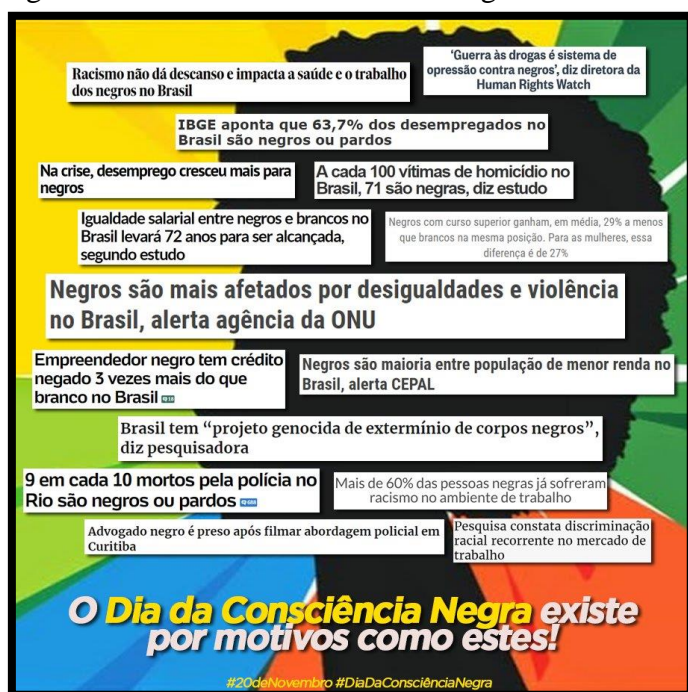
Nesse sentido, entendemos que, quando se convergem, esses elementos passam a ter um efeito designador – se considerarmos que um nome designa algo, nos termos de Dias (2015e, p. 13), “na medida em que se associa a esse nome uma história de enunciações na qual ele está envolvido em outro tempo e outro lugar” –, de modo que aquilo que se encaixa na nota, passa a ser predicado, ou dito de um modo mais específico, a maneira de referir o ato de discriminação, o ato de racismo, a conduta dos envolvidos, a abordagem policial, a apresentação da ocorrência, o flagrante, a prisão injusta, e as condições desumanas, passam a ser determinados, isto é, perspectivados por *repúdio*. Em razão de um passado que faz o presente (e futuro) próprio do acontecimento funcionar e significar, não seria possível nomear essa nota como, por exemplo, *nota de esclarecimento*, *nota de pesar*, *nota de apoio*, ou *nota de culpa*. Isso marca a diferença que motiva a pertinência enunciativa *nota de repúdio* no acontecimento.

Entendemos também que essa convergência *nota de repúdio*, tomada como um gênero discursivo, ou seja, uma entidade orientada para um fim específico, possui uma capacidade de circunscrição por aquilo que ela condensa e abriga, promovendo, portanto, uma saturação mais pontual do enunciado. Isso não significa dizer que não possa haver outras saturações semânticas potenciais. Expliquemos. Se a nominalização é capaz de projetar sentidos que podem movimentar outras enunciações, no tocante à regularidade que se instala no lugar de sujeito, podemos pensar que caibam aí outros enunciadores, possíveis de se apreender virtualmente, como, por exemplo, quaisquer outros órgãos ou entidades ou mesmo membros da sociedade civil pública que, por meio do gênero, possam demonstrar o sentimento de repulsa, além da Diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de Marcus Vinícius Furtado Coêlho, da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade, de Cícero Borges Bordalo Júnior e da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí. Do mesmo modo que, de início, sem a leitura da nota, é possível considerar outros elementos além da prisão injusta do psicólogo e ator de 27 anos, do ato de discriminação racial, da conduta do policial civil e do delegado de plantão, no lugar de complemento. Portanto, o que se rememora como repúdio, faz a formação nominal *nota de repúdio* projetar sentidos a partir dos elementos que se convergem, atual e virtualmente, a essa articulação.

Nessa discussão sobre o estatuto do “já-enunciado”, falamos sobre a importância dos artigos definido e indefinido, associados à questão da referência, no modo de pensar o fenômeno da predicação de existência, especialmente segundo a abordagem enunciativa de estudos embasados em Culioli. No trabalho de descrição do funcionamento das nominalizações, vamos tentar trazer essa concepção da “determinação definida”, com os devidos deslocamentos, para a nossa abordagem.

Tendo em vista como assumimos o pré-construído, entendemos que os determinantes definidos, dispostos organicamente, podem se constituir como pistas, por assim dizer, de que há algo que antecede essa presentificação, isto é, que apontam para a existência de outras enunciações. Esse traço de evidência não se dá simplesmente no sentido de alertar para a existência de uma estrutura verbal subjacente à nominalização, mas no sentido de garantir uma pré-existência de enunciados, em outra instância, que nos permite assumir que o sentido em um acontecimento é efeito da presença de um interdiscurso, ou melhor dizendo, são efeitos do cruzamento de discursos diferentes no acontecimento. Podemos analisar a figura a seguir com base nisso.

Figura 55 – O Dia da Consciência Negra



Fonte: imagem extraída do *Twitter*¹¹⁴.

¹¹⁴ Hoffman, Gleisi (@gleisi). “O dia da consciência negra existe por motivos como estes”. 20.11.2017, 17:15. Tweet.

O artigo definido em (88) *O dia da Consciência Negra existe por motivos como estes!* assegura a existência de um dia que é destinado à consciência negra, ou seja, há um dia já confirmado, atualizado pela convergência *consciência negra*, atravessado, portanto, por outras enunciações, como as que se constituem, na figura, em motivos para a sua existência. Se partimos da premissa de que as formas da língua aparecem na atualização carregada de uma memória de dizeres, não podemos dizer que esse traço de evidência do artigo definido se esgota no reconhecimento de um fenômeno no sentido de simplesmente confirmá-lo, isto é, não podemos nos limitar em dizer que a sua única função seja a de reconhecer uma anterioridade. Se olharmos para esse traço do nosso ponto de vista, entendemos que ele possibilita uma recuperação, nesse reconhecimento, dos outros enunciados que estão em relação com ele, concebidos como traços da memória discursiva.

Nesse sentido, se assumimos que a pertinência enunciativa se dá de um modo em virtude do seu referencial histórico, podemos dizer que essa determinação definida é um traço de evidência, inclusive, da pertinência, isto é, formulou-se assim porque essa existência prévia, esse já dito em outra instância, em outro tempo e lugar, permitiu. Marcar essa anterioridade com artigo definido só é possível porque a partir da década de 70, foi instituída a Consciência Negra em homenagem ao líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi, assassinado no dia 20 de novembro pelas tropas coloniais brasileiras, em 1695; em 2003, inserida no calendário escolar nacional; e, em 2011, oficializada pela Lei Federal 12.519. Antes da década de 70, não havia motivações para falar sobre isso, porque não havia um acontecimento histórico que estabelecesse não somente o dia, mas todas as vitórias e comemorações encapsuladas no dia da consciência negra.

De modo semelhante, analisemos um outro dado.

Figura 56 – Um festival de pretos



Fonte: *Negro Belchior* (Carta Capital)¹¹⁵.

Consideremos essas duas formulações:

(89) Um festival de pretos e o **separatismo** na cabeça de cada um.

(90) Seria um evento fomentado por pretos, em celebração às vertentes musicais de origem africana, o estopim da **segregação**?

Esses são outros exemplos em que o traço de evidência, como estamos chamando o artigo definido enquanto elemento da formação nominal, é também um traço que explica a demanda de pertinência de uma nominalização no enunciado. O definido determina a existência de uma segregação e de um separatismo, ou seja, é uma segregação e um separatismo já existentes em outras instâncias, que condensam, portanto, no acontecimento enunciativo, um conjunto de enunciações, outros acontecimentos históricos – como, por exemplo, os movimentos de separação de grupos em razão da sua raça, etnia, religião ou qualquer outra categoria que seja utilizada como motivo de discriminação espacial ou ideológica de seus membros –, que, por sua vez, passam a dar espaço a novas pertinências.

Feitas essas considerações sobre a determinação definida no estatuto do já-enunciado, ampliemos agora a discussão sobre o funcionamento da nominalização nessa exposição ao fluxo da relação entre memória e atualidade no acontecimento enunciativo.

¹¹⁵ Disponível em: < <http://negrobelchior.cartacapital.com.br/festival-de-pretos-e-separatismo-na-cabeca-de-cada-um/>> Publicado em: 23.05.2017. Acesso em: 02.06.2017.

3.5 A força de atualização da nominalização

Como vimos no capítulo anterior, no fenômeno da nominalização, um sintagma é deslocado de sua função prototípica para a função de substantivo. Considerando que há a formação de um nome nesse processo, analisamos aqui as razões enunciativas da condensação desse nome ou da relação de determinação da qual ele participa quando se articula com outras unidades no âmbito do grupo nominal. Nesse sentido, defendemos que essas razões se assentam no fato de que há uma força de atualização na nominalização. Expliquemos isso que estamos defendendo.

Se voltarmos em Chierchia (2003), e observarmos como ele pensa as relações linguísticas, ou, mais especificamente, a relação linguística entre substantivo e adjetivo, vamos perceber que, para ele, substantivos e adjetivos proporcionam meios para que possamos nos referir a classes de objetos¹¹⁶. Isso pode ser confirmado quando ele afirma: “a palavra ‘cachorro’ nos permite falar de uma certa classe de mamíferos domésticos, a palavra ‘vermelho’ nos permite falar das coisas que refletem a luz de uma certa maneira” (p. 325-326). Essa palavra *classe* é utilizada por Chierchia em razão de sua semântica ter “como *background* uma teoria matemática, a teoria dos conjuntos” (p. 272), empregada informalmente, como ele mesmo ressalta, nessa sua obra específica. Então, nessa concepção da teoria dos conjuntos, se eu tenho, por exemplo, um conjunto de cachorros, esse conjunto pertence à classe de mamíferos domésticos. A citação remete, também, à classe de objetos vermelhos. O que acontece é que quando associamos essas classes, estamos conhecendo melhor *cachorro*, por assim dizer.

Desse modo, os adjetivos, nessa teoria de conjuntos, servem para estabelecer uma aproximação em alguma medida, ou seja, *cachorro* parece uma ideia longe, uma noção distanciada, mas o olhar muda quando dizemos *cachorro vermelho*, essa associação aproxima mais e permite mostrar *cachorro* mais de perto. Se uma outra informação é acrescentada, como, por exemplo, *cão vermelho farejador de droga*, chegamos ainda mais perto, ou melhor, há uma maior aproximação de *cachorro* com essa informação *farejador de droga* agregada. É para isso que servem as determinações, na visão de Chierchia (2003), isto é, é isso que explica a relação linguística entre substantivo e adjetivo.

¹¹⁶ Dias suscita essa reflexão ao ministrar o minicurso *Metodologia de análise semântica*, no Centro de Educação e Ciências Humanas (Departamento de Letras), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no dia 07 de novembro de 2016, em São Carlos - SP. No material referente ao minicurso, essa abordagem consta no seu plano de trabalho na parte destinada a tratar da perspectiva de Katz e Chierchia.

No âmbito de uma semântica da enunciação, isso se dá de maneira diferente. Analisemos um exemplo.

Figura 57 – Racismo Ostentação



Fonte: BBC Brasil¹¹⁷.

Consideremos a formação nominal:

(91) Racismo **ostentação**.

Dias se aproxima de Chierchia no ponto em que coincidem os objetos de estudo, ou seja, as articulações linguísticas, sintáticas, gramaticais, mas se distancia na medida em que não trabalha essas articulações voltadas para a teoria de conjuntos. Então, não se trata de uma classe de racismos e uma classe de ostentações, cujo ponto de intercessão permitira conhecer melhor *racismo*, como se fosse possível assim pensar: agora que chegamos mais próximos do racismo, podemos ver que ele era do tipo ostentação. Ao se enunciar *racismo ostentação* não se enriquece o conhecimento sobre esse *racismo*¹¹⁸. Nesse sentido, a questão aí segundo Dias (2015e), é que o termo nominalizado *ostentação* perspectiva diferente, isto é, perspectiva não a partir de uma propriedade de *racismo*, mas a partir de um modo que se elege para vê-lo, ou

¹¹⁷

Disponível

em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151211_salasocial_operacao_racismo_ostentacao>

Publicado em: 11.12.2015. Acesso em: 05.05.2017.

¹¹⁸ Uma observação importante: embora o termo *racismo*, assim como as formas nominalizadas em sua maioria, não designe nenhum ser no mundo facilmente identificável, como no caso do exemplo anterior *cachorro*, existem formulações extensivas que confluem, sob o viés histórico, para o termo *racismo* ou para o termo *ostentação*, por exemplo, de modo que os tornam igualmente analisáveis.

mais especificamente, elege-se a expressão do exibicionismo, do exagero e da superioridade para ver o *racismo*. O racismo não é ostentação, isto é, ele é dito ostentação, na enunciação. Isso significa, para nós, que o olhar sobre *ostentação* é histórico, e não visto como propriedade da entidade ou do ato.

Se retomarmos os enunciados (89) e (90), vemos que as formas nominalizadas *separatismo* e *segregação* não estão articuladas diretamente a um nome como complemento, ou pelo menos organicamente não ocupam o lugar sintático, ou a um determinante adjetivo, como no exemplo *racismo ostentação*, no qual foi possível ver essa relação de determinação mais claramente. Ainda assim, podemos proceder de modo semelhante na análise se percebermos que essas nominalizações perspectivam diferente no enunciado, ou dito de outro modo, com a presença dessas nominalizações, nós não conhecemos melhor festival de negros enquanto festival de negros ou evento fomentado por negros enquanto evento fomentado por negros. O que queremos dizer com isso é que o separatismo e a segregação são olhares históricos eleitos pelo locutor X na cena para avaliar esse *festival de pretos*, ou esse *evento fomentado por pretos*. Nesse sentido, *um festival de pretos*, em (89), ganha pertinência não somente em razão de um referencial que envolve agregação, mas também em razão de um referencial que permite pensá-lo sob a perspectiva do desmembramento. Nessa mesma direção, dado o modo como *segregação* perspectiva, a enunciação materializada no enunciado (90) produz diferenças em outros enunciados sobre as condições políticas de representação, de afirmação ou de apropriação dos negros.

Então, do nosso ponto de vista, a determinação nominal faz parte, nos termos de Dias e Trindade Guimarães (2013i, p. 46), “de uma necessidade enunciativa de estabelecer referenciais para os nomes, agregando um memorável de enunciações”. Nesse sentido, determinar um nome significa atualizá-lo no acontecimento enunciativo. Considerando esse fundamento enunciativo da determinação nominal, passemos a analisar alguns grupos nominais, divididos em grupos nominais do tipo NML + Adjunto e NML + Sintagma preposicionado (complemento)¹¹⁹.

¹¹⁹ Essa forma de nomear os grupos nominais é puramente sintática, apenas para efeito de organização de análise dos dados. Consideramos importante fazer essa observação, porque tratar Adjunto e Complemento Nominal sob um ponto de vista semântico-enunciativo, pode implicar outras questões. Estamos nos referindo ao trabalho desenvolvido por Dias e Trindade Guimarães (2013i), sobre a complementação e a adjunção como dois procedimentos de determinação nas formações nominais. Nesse artigo, os autores defendem que adjuntos adnominais “são determinantes que regulam enunciativamente um núcleo nominal, tomando-o em sua unidade referencial. São determinantes que produzem especificação, sem, contudo, alterar o domínio referencial do nome nuclear”, e que complementos nominais, por sua vez, “são a categoria de determinação nominal responsável por agregar diferenças aos núcleos nominais”. Então, como nosso foco está no funcionamento da nominalização, optamos por nomear esses complementos pelo viés sintático, mas considerando a existência de uma abordagem

3.5.1 Análise de grupos nominais NML + Adjunto

Tomamos a palavra *ostentação* como uma forma nominalizada, tendo em vista que é formada por meio do acréscimo de um sufixo ao radical de uma palavra, que no caso é o verbo *ostentar*. Nessa articulação, como vimos, ela não assume uma posição de núcleo, mas de determinante vinculado ao nome *racismo*. De modo semelhante, podemos analisar a figura (68), mas agora temos de observar que a forma nominalizada *humilhação* se constitui em objeto temático. Expliquemos.

Figura 58 – Relato de professora negra ofendida



Fonte: G1 (Triângulo Mineiro)¹²⁰.

Atentemos para o enunciado:

(92) “**Humilhação** irreparável”, relata professora negra ofendida por mãe de alunas em MG.

Nessa formulação, *humilhação* é um nome condensativo para uma situação. Na própria notícia, podemos observar que ele abriga toda a sequência que adquire as condições enunciativas para isso, qual seja: áudios com ofensas racistas a duas servidoras compartilhados por *WhatsApp*. Nesse sentido, a forma nominalizada pode se constituir em objeto temático no enunciado, e isso permite que enunciemos sobre algo que é captado socialmente, condensado, e serve, historicamente, nos termos de Dias (2015e, p. 17), para representar uma experiência que os enunciadores nessa cena enunciativa sabem qual é pelo substantivo que a encapsula, e em função do qual vamos nos situar.

semântico-enunciativa desses procedimentos de determinação, e que, inclusive, podem coincidir com o nosso posicionamento, neste trabalho, em termos de resultados.

¹²⁰ Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/humilhacao-irreparavel-relata-professora-negra-ofendida-por-mae-de-alunas-em-mg.ghtml>> Publicado em: 25.08.2017. Acesso em: 02.09.2017.

O elemento *irreparável*, que se articula ao núcleo, aparece como especificador do tema na formação nominal. Em outros enunciados efetivos podemos ver melhor como se dá essa especificação:

(93) **Humilhação** racial: dominação e angústia¹²¹.

(94) “Nunca sofri uma **humilhação** dessa”, diz conquistense vítima de racismo¹²².

Esses especificadores, em alguma medida, se fazem mais ou menos necessários na convergência, tendo em vista que alguns deles parecem atuar também como parte desse histórico que o núcleo carrega. É o caso de *racial* em (93), que também enquanto elemento histórico se articula com o nome constituindo-se em tema. Nesse caso, as especificações formam perspectivas efetivamente de diferenciação no conceito abstrato de *humilhação*, produzindo novas derivações dessa palavra, como mostram outras formulações virtuais em rede, como *humilhação familiar*, *humilhação doméstica*, *humilhação de chefe*, *humilhação de companhia aérea*, *humilhação de funcionário de banco*. Um referencial de *humilhação* trazido pela memória vai se transformando em função de novas demandas no âmbito dos espaços de enunciação.

Em (94), o elemento *dessa* abriga as condições que especificam *humilhação*. O que nos parece é que, nesse caso, o especificador age não somente no sentido de determinar um tipo de humilhação, como numa formulação assim: *nunca sofri esse tipo de humilhação de cunho racista*. Parece-nos que no rol de humilhações que podem sofrer uma pessoa vítima de racismo, essa humilhação é escalar, ou dito de outro modo, ao eleger esse termo, o enunciador está distinguindo a humilhação pela qualificação desse ato, nesse caso como sendo excessivo, diferenciado de todos os outros pela sua grandiosidade, digamos, e também pelos seus efeitos.

Em uma outra rede, agora com enunciados virtuais, podemos ver como outros especificadores participam em uma convergência, de modo semelhante, no nível da formação nominal *humilhação (X)*:

¹²¹ Disponível em: <<http://www.ammapsique.org.br/baixar/MiniCurso%20-%20Humilha%C3%A7%C3%A3o%20Racial.pdf>> Acesso em: 18.05.2017.

¹²² Disponível em: <<http://www.blogdorodrigoferraz.com.br/2014/09/09/nunca-sofri-uma-humilhacao-dessa-diz-conquistense-vitima-de-racismo/>> Acesso em: 18.05.2017.

Quadro 12 – Enunciados virtuais em rede 2

(Uma) humilhação	Superável
	impagável
	inesquecível
	Revoltante
	embaraçosa
	degradante
	Pública
	Gratuita
	incontestável
	deprimente

Fonte: elaborado pelo autor.

Com essa rede, situamos o referencial histórico de *humilhação* inerente. Esse modo de articulação que *humilhação* contrai na FN preserva o referencial, pois apenas produz uma perspectiva de identificação, reconhecimento.

Nesse sentido, podemos afirmar que é a nominalização que evoca determinada orientação de pertinência social. Vejamos como ela pode perspectivar, sem a presença de especificadores articulados diretamente a ela, em outras formulações efetivas:

(95) Noelia sofre racismo e **humilhação** em loja da PBKids em Shopping de São Paulo¹²³.

(96) Racismo: 100 mil para reparar **humilhação**¹²⁴.

Essa possibilidade de se constituir em tema torna a nominalização, enquanto substantivo, o elemento básico da designação na maioria dos casos, como em *ostentação* e *humilhação*, que não é exatamente uma designação de um ser no mundo. Desse modo, por carrear um histórico de enunciações socialmente pertinentes e condensá-los, podemos afirmar, com base na concepção de Dias (2015e, 18) sobre substantivo, que a nominalização “expõe as marcas dos referenciais que lhe são constitutivas”, o que reforça a nossa tese de que a nominalização carrega consigo uma força de atualização que lhe permite orquestrar as relações de convergência no nível da formação nominal.

¹²³ Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/noelia-sofre-racismo-e-humilhacao-em-loja-da-pbkids-em-shopping-de-sao-paulo/>> Acesso em: 18.05.2017.

¹²⁴ Disponível em: <<http://feminismo.org.br/racismo-r-100-mil-para-reparar-humilhacao/>> Acesso em: 18.05.2017.

Com esses exemplos (91) e (92) pudemos demonstrar essa relação de determinação entre as unidades convergentes. Seja na condição de núcleo, como em *humilhação irreparável*, ou não, como em *racismo ostentação*, a nominalização assume uma força de atualização. Isso parece mais claro, nesta última FN, quando a forma nominalizada opera como determinante agregado ao nome, ocasião em que ela atualiza o memorável de *racismo*. Mas como núcleo, enquanto elemento condensador, ela não nos parece ser um nome à espera de uma diretriz de atualização, porque entendemos que, antes mesmo de receber qualquer atualização que lhe é externa, ou melhor, de um elemento com o qual se articula, a nominalização guarda uma parcela dessa força determinação, em razão desse seu potencial condensador, o que significa, como dissemos, que ela não está na FN simplesmente para sofrer uma atualização. Em grupos nominais do tipo NML + Sintagma preposicionado (complemento), vamos ver que essa força de atualização da nominalização é ainda mais evidente, em razão de uma predicação que foi apagada no processo de nominalização.

Explicaremos melhor, primeiramente, sobre essa determinação interna da forma nominalizada, analisando outros dados pertencentes ao grupo nominal NML + Adjunto.

Figura 59 – A luta e resistência negra por Diretas Já!



Fonte: imagem extraída do *Twitter*¹²⁵.

¹²⁵ Pretos, Uni-vos (@revoltapreta). “A luta e resistência negra por Diretas Já!” 20.05.2017, 09:00. Tweet.

Observemos o enunciado:

(97) **A luta e resistência negra** por Diretas Já!

Entendemos que há uma dispersão de enunciados que são condensados pelos substantivos *luta* e *resistência*, razão pelo qual o domínio de mobilização dessas formas se constitui na direção do enfrentamento. Então, na medida em que há uma série de enunciados em uma direção, isto é, que há uma recorrência de enunciados de diversas maneiras, o fato de que, na história dos movimentos políticos no Brasil, a sociedade civil organizada passou a reagir a algo no cenário das Diretas Já, a partir do início da década de 80, torna-se pertinente socialmente e permite que se tenham formas como *luta* e *resistência*. Essas formas nominalizadas não se constituem na relação entre elas e um ser no mundo, uma entidade, mas entre elas e um conjunto de enunciados constituídos numa mesma direção, isto é, na direção do enfrentamento, da reação.

Embora pareça que o determinante *negra* seja, sozinho, responsável pelo recorte de sentidos, os nomes *luta* e *resistência*, não parecem simplesmente passíveis de uma diretriz de determinação. São palavras historicamente constituídas e, por essa razão, acabam definindo suas relações de convergência na enunciação. Dificilmente veremos: *A luta e resistência branca*, por exemplo. *Luta negra* e *resistência negra* são arranjos possíveis em razão seus referenciais históricos.

Além disso, acreditamos que o termo *negra* não esteja simplesmente cumprindo um papel de determinante na relação que ele mantém com o substantivo em uma construção nominal para além de uma função delimitadora ou especificadora, como dissemos. Esse termo, em alguma medida, é tomado como parte do que o substantivo condensa sob dois aspectos. Expliquemos melhor isso.

O primeiro é referente ao que condensa a formação nominal *luta e resistência negra*, isto é, podemos dizer que ela é uma condensação de dizeres em que recorrentemente alguém fala *a luta que é negra*, *a resistência que é negra*, marcada, inclusive, pelo traço de evidência da determinação definida do artigo *a*, que nos permite pensar: *existe uma luta que é negra*, *uma resistência que é negra*, *atuando em prol do movimento das Diretas Já*. Na medida em que isso se torna recorrente, há uma necessidade de virtualizar o predicado, ou melhor, o predicado não aparece marcado organicamente e se tem, então, essa condensação na FN. Nesse sentido, *negra* é parte dessa predicação condensada. O segundo aspecto está relacionado ao que marca esse termo na condensação. Nesse espaço de regularidade, *negra*

passa a pressupor o agente de uma luta e de uma resistência, quando a tomamos como parte daquela predicação, de modo que podemos construir enunciados virtuais do tipo: *os negros lutam por Diretas Já!* e *os negros resistem por Diretas Já!* Então, virtualmente, o termo age também no funcionamento de uma regularidade que se instala no lugar de sujeito.

Nessa mesma direção, podemos também analisar a Figura 60.

Figura 60 – Ascensão social negra.



Fonte: Geledés.org¹²⁶.

Na construção,

(98) Não é **ascensão social negra** que aumenta o racismo, ela só desnuda o discurso falacioso de que não somos racistas, por Maria Frô,

entendemos que o determinante *negra*, bem diferente do que ocorre com *irreparável* em *humilhação irreparável*, tem uma maior participação junto ao potencial temático do substantivo *ascensão*, ou dito de outro modo, ele é mais necessário nessa convergência, no sentido de se articular ao substantivo para formar uma construção temática. Dizer *ascensão social negra* convoca-se um referencial de deslocamento na medida em que o determinante toca no memorável de *ascensão social* promovendo uma diferenciação desse conceito e produzindo novas derivações de *ascensão*.

Então, essa determinação, em um enunciado sobre racismo, não é redundante, tendo em vista que ela produz pertinência no acontecimento enunciativo, na medida em que sua existência abre espaços para construções como essas. Desse modo, entendemos que na medida em que esse determinante tem uma maior atuação na mudança de domínio referencial, há uma descentralização de sua função delimitadora ou especificadora, porque, ao se articular com o substantivo, ele compartilha com *ascensão social* a função condensadora desta. Não se

¹²⁶ Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/nao-e-ascensao-social-negra-que-aumenta-o-racismo-ela-so-desnuda-o-discurso-falacioso-de-que-nao-somos-racistas-por-maria-fro/> > Matéria publicada em: 20.11.2012. Acesso em: 20.10.2017.

trata de entender essa convergência somente no nível orgânico, mas de pensar que, mesmo se o determinante não estivesse ali, materialmente, como no enunciado efetivo (99) *Ascensão social faz aumentar casos de racismo em shoppings e universidades*¹²⁷, poderíamos pressupor que o que aumenta ou não casos de racismo, ou se desnuda ou não o discurso falacioso de que não somos racistas, não é qualquer ascensão social, mas uma ascensão social que é negra.

Podemos observar um determinante ainda mais agregado como parte do potencial temático do substantivo no exemplo a seguir.

Figura 61 – Intervenção militar



The image shows a screenshot of a news article from the website Almapreta.com. At the top left is the logo 'ALMA PRETA' and the website name 'ALMAPRETA.COM'. Below this is a red navigation bar with links for HOME, SOBRE, EDITORIAS, ASSINATURAS, SERVIÇOS, and ANUNCIE. The main image shows two young Black people holding a sign that reads 'MAIS EDUCAÇÃO MENOS CAVEIRÃO'. Below the image is the article title: "Ninguém fala quem são os verdadeiros alvos dessa intervenção militar". The author is listed as Pedro Borges, the category is Realidade, and the date is 19 February 2018. There are social media sharing buttons for Twitter, Salvar, Curtir 0, and Compartilhar. The article text begins with: "O Alma Preta conversou com duas pesquisadoras do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) sobre a intervenção militar no Rio de Janeiro. Para elas, os maiores prejudicados da medida serão negras e negros". At the bottom left, it says 'Texto / Pedro Borges' and 'Imagem / Ellan Lustosa'.

Fonte: Almapreta.com¹²⁸.

Observemos o enunciado:

¹²⁷ Enunciado efetivo, título de uma matéria da *Rede Brasil Atual*, disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/11/queda-na-desigualdade-reflete-situacoes-de-discriminacao-racial>> Publicado em: 19.11.2012. Acesso em: 25.10.2017. Essa matéria deu origem ao artigo de opinião cujo título estamos analisando no exemplo (54).

¹²⁸ Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/realidade/ninguem-fala-quem-sao-os-verdadeiros-alvos-dessa-intervencao-militar>> Publicado em: 21.02.2018. Acesso em: 25.02.2018.

(100) “Ninguém fala quem são os verdadeiros alvos dessa **intervenção militar**”.

O núcleo *intervenção* na formação nominal *intervenção nominal* significa, na virtualidade de suas ocorrências, um ato de intervir, de interceder, de interpor autoridade (sobre). Essa acepção, interpretada em sua historicidade, sofre deslocamentos de sentidos pelos determinantes que são agregados ao nome. Nesse caso, um referencial de *intervenção* trazido pela memória é transformado em função da especificação *militar* que, quando agregado ao nome, produz uma nova derivação de *intervenção*, cuja força histórica não está nem em *intervenção* sozinho, nem em *militar* sozinho, mas na junção, numa estabilidade vinda de suas enunciações.

Então, entendemos que a entrada de *militar* nessa convergência enunciativa dilata o referencial histórico de *intervenção*, de modo que faz caber, dentre aquilo que essa formação condensa, memórias – por exemplo, da força militar atuando em outras épocas, como na ditadura militar, ecos da perseguição a negros nessa época, a exemplo da epígrafe que abre a segunda parte desta pesquisa; memórias da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro, da ocupação dos morros pelas forças de segurança, da instituição de polícias ditas comunitárias em favelas – que vão gerar uma demanda de pertinência e, assim, permitir que alguém diga que negros e negras são os verdadeiros alvos da intervenção militar e que ninguém fala sobre isso, ou seja, abrir espaço para outros acontecimentos enunciativos.

Nessa mesma direção, podemos analisar:

Figura 62 – Intolerância religiosa



Fonte: Brasil 247¹²⁹.

¹²⁹ Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/revista_oasis/319801/Intoler%C3%A2ncia-religiosa-Terreiro-de-M%C3%A3e-Rosana-foi-incendiado-na-madrugada.htm> Publicado em: 02.04.2018. Acesso em: 05.10.2017.

Observemos o enunciado:

(101) **Intolerância religiosa.** Terreiro de Mãe Rosana foi incendiado na madrugada.

Consideramos, do ponto de vista que temos defendido, que há um cenário de constituição de sentidos que precede e antecipa um nome. Isso significa que o nome *intolerância religiosa* resume uma história enunciativa da percepção de situações como a que o locutor X se refere nessa cena enunciativa. Então, *intolerância religiosa* constitui-se como pertinente para condensar a descrição em caráter extensivo, a saber, *Terreiro de Mãe Rosana foi incendiado na madrugada*. Podemos dizer que essa descrição adquiriu uma estabilização social, na relação entre referencial histórico e pertinência enunciativa, de modo que possa ser condensada em um nome, a ponto que seja perfeitamente possível alguém dizer: *aquilo que aconteceu no terreiro de Mãe Rosana podemos chamar de intolerância religiosa*.

Se criarmos uma rede com enunciados efetivos, podemos mensurar essa capacidade de condensação de descrições em caráter extensivo da formação nominal *intolerância religiosa*. Vejamos.

Quadro 13 – Enunciados efetivos em rede 2

Situações	FN condensativa
(102) “Quebra tudo, quebra tudo!” A ordem partia de um suposto traficante, em Nova Iguaçu (RJ), e era dirigida a uma mãe de santo ¹³⁰ .	Intolerância religiosa
(103) “Invadiram e quebraram meu sagrado”, protestou a mãe Cíntia de Ayara, dirigente do Centro Espírita Unidos pela Fé ¹³¹ .	
(104) Uma mãe-de-santo obrigada a destruir objetos de sua fé sob a mira de um revólver ¹³² .	
(105) Frequentadores de terreiro alvejados por pedradas.	
(106) Locais de culto de crenças afro-brasileiras invadidos e depredados.	
(107) Protestos contra o uso de figuras de orixás no espaço público.	
(108) Repúdio ao ensino do papel das religiões de matriz africana na história do Brasil.	

¹³⁰ Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/09/sociedade-se-mobiliza-contragressoes-as-religoes-de-matriz-africana>> Acesso em: 30.10.2017.

¹³¹ Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/09/sociedade-se-mobiliza-contragressoes-as-religoes-de-matriz-africana>> Acesso em: 30.10.2017.

¹³² Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/10/11/Como-a-intoler%C3%A2ncia-religiosa-tem-se-manifestado-no-Brasil>> Acesso em: 30.10.2017. Uma observação: os demais enunciados da rede também estão disponíveis neste mesmo endereço.

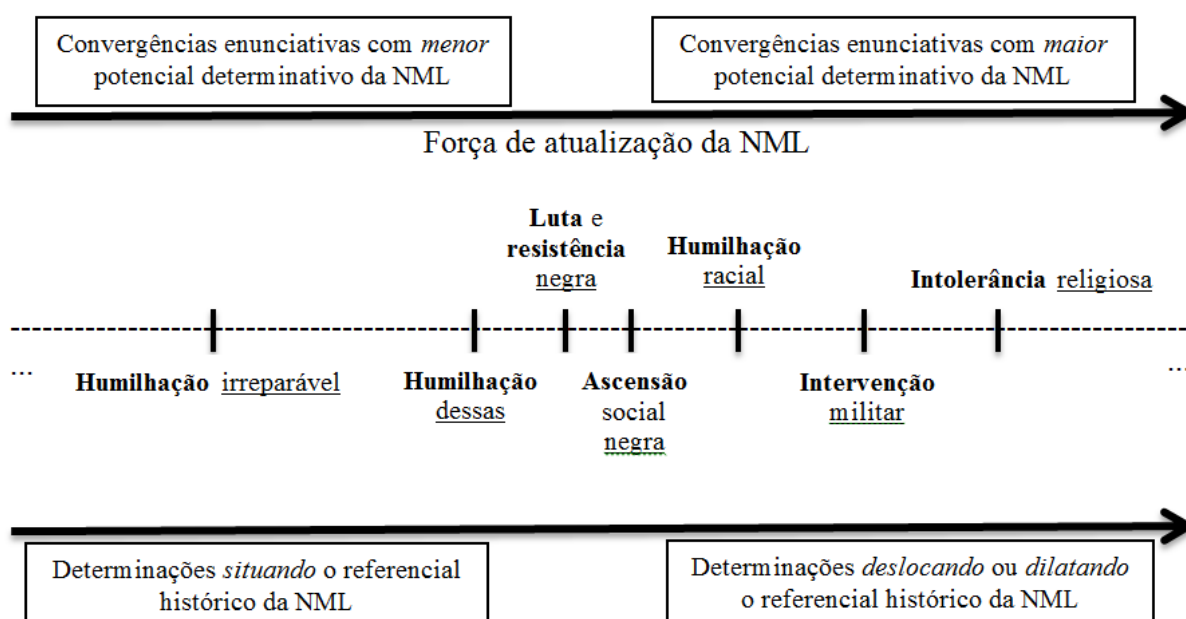
(109) A vinculação do samba ao “culto ao demônio”.	
--	--

Fonte: elaborado pelo autor.

A constituição desse nome, *intolerância religiosa*, tem esteio na tese segundo a qual a formação nominal e até mesmo o substantivo advêm do fato de que há uma dispersão de enunciados que são condensados por ele. Nesse sentido, em razão da virtualização do predicado, podemos pensar, por um lado, em *uma intolerância que é religiosa*, e por outro, considerando a força de determinação da nominalização, podemos construir formulações como, por exemplo, *religiões de matriz africana não são toleradas*. Explicando de outro modo, na medida em que tiramos essa predicação do estado de virtualização, o termo *religiosa*, pensada enquanto relativa à religião, sofreria uma perspectivação histórica que o situa como passível de intolerância, isto é, seria atribuída à religião, na enunciação, a possibilidade de ser ou não tolerada, aceita ou respeitada. Assim como, também, o determinante *religiosa* assumiria, na sua articulação com *intolerância*, no âmbito da convergência enunciativa, uma força de perspectivação, por motivar, como defende Costa (2016, p. 115), pertinências enunciativas para diferentes designações. Então, entendemos que, nessa formulação, a força de perspectivação está tanto na forma nominalizada *intolerância*, quanto no seu determinante *religiosa*. Isso significa que o potencial temático não está concentrado em um só termo, mas está no nível da articulação.

A fim de representar o que discutimos nessas análises, propomos um contínuo tomando por base o que defendemos sobre a força de atualização da nominalização na convergência com um elemento reconhecido como determinante, em outras palavras, sobre o potencial de agregação da nominalização e sua atuação sobre a relação de determinação, no nível da formação nominal FN: NML (X).

Figura 63 – Contínuo das convergências (NML + Adjunto) e suas escalas de determinações no espaço de enunciação.



Fonte: elaborado pelo autor.

Distribuímos na linha tracejada as formações nominais analisadas nos exemplos (92), (93), (94), (97), (98), (100) e (101). As setas representam os critérios pelos quais alocamos essas FNs no contínuo, a saber: quanto mais o determinante situar o referencial histórico da nominalização, menor será a força de atualização da nominalização na convergência, isto é, não podemos falar exatamente de uma nova derivação, porque nesse modo de articulação das unidades o referencial é preservado, cabendo ao determinante produzir uma identificação desse referencial, e à nominalização evocar determinada orientação de pertinência social. Por outro lado, quanto mais o determinante deslocar ou dilatar o referencial histórico da nominalização, maior será a força de atualização da nominalização na convergência, ou dito de outro modo, à medida que vão sendo possíveis novas derivações, há uma reconfiguração de um lugar de dizer, o que significa que é mais difícil tomar o núcleo isoladamente com sua estabilidade geral de dizeres. Eles (o núcleo e seu determinante) vão produzir diferenças na enunciação, mas agora concebidos em junção.

Vale ressaltar que essas setas não estão dispostas de modo polarizado, porque a nossa intenção não é a de mostrar que, pelos critérios, uma FN só é uma coisa ou outra, ou que elas significam em oposição, mas que uma FN pode “caminhar para” ou “seguir em direção a”, considerando, inclusive, as possibilidades do entremeio, e, nesse sentido, nosso contínuo não

se fecha. Nas extremidades situamos reticências que abrem para outros acontecimentos enunciativos.

3.5.2 Análise de grupos nominais NML + Sintagma preposicionado (complemento)

Vimos, nesses exemplos, a forma nominalizada atuando em uma relação de determinação nominal dada suas condições de convergência na linearização sintática com um elemento adjunto. Agora, quando temos, por exemplo, dois substantivos, sendo que um é resultado de um processo de nominalização e outro não? Como podemos analisar essa relação de determinação nominal entre eles? Vamos proceder algumas análises nesse sentido com grupos nominais NML + Sintagma preposicionado (complemento).

Vejamos.

Figura 64 – 129 anos de abolição



Fonte: imagem extraída do *Twitter*¹³³.

Observemos o exemplo:

(110) Aos 129 anos de abolição, ainda buscamos **a eliminação do racismo**.

¹³³ Geledés Mulher Negra (@geledes). “Aos 129 de abolição, ainda buscamos a eliminação do racismo”. 22.05.2107, 10:42. Tweet.

Se tomássemos a nominalização *eliminação* do ponto de vista morfossintático, diríamos que ela apresenta uma interpretação verbal, em razão de sua forma deverbal manter, nesse contexto em que ocorre, certa relação semântico-sintática com o verbo *eliminar*. Sendo assim, essa forma assumiria uma função predicadora e, por isso, herdaria a estrutura semântica da sua base, quanto ao estado-de-coisas referido e quanto à estrutura argumental. Ao assumir essa função, funcionaria como elemento que estabelece relações ou atribui valores.

Do nosso ponto de vista, a nominalização *eliminação* é uma forma linguística qualificada na enunciação capaz de sustentar direções de significação, de evocar domínios de mobilização, tendo em vista que nela se concentra o potencial referencial, ou dito de outro modo, essa forma carrega para si um histórico de enunciações socialmente pertinentes que confluem para práticas consideradas socialmente como passíveis de serem retiradas do conjunto onde estão inseridas, de serem cortadas, excluídas. Em termos de linearização sintática, horizontalmente, essa forma, enquanto exercendo uma função predicadora, está apta a receber um sintagma preposicionado como argumento. Olhando para essa articulação *a eliminação do racismo* de modo vertical, isto é, sob o viés explicativo, esse complemento *do racismo* reorienta o potencial de referência do núcleo. Quanto à função deste, aquilo que horizontalmente seria uma questão de atribuir valor, para nós, é uma questão de agir em certo nível de determinação na convergência. Expliquemos melhor.

De modo semelhante ao que ocorre com grupos nominais do tipo NML + Adjunto, acontece com os grupos NML + Sintagma preposicionado (complemento). Essa forma condensada, marcada pela determinação definida do artigo definido, isto é, acompanhada, implicitamente, de uma instrução de um já-dito, em um outro lugar, pressupõe a existência de um racismo após 129 anos de abolição, e é esse racismo que deve ser eliminado. Ao tirarmos a predicação de seu estado de virtualização nessa FN, temos que a nominalização resulta da redução de *o racismo deve ser eliminado*.

Observando essa predicação que foi apagada, ou melhor, virtualizada no processo de nominalização, entendemos que o termo nominalizado *eliminação* age também atualizando o termo *racismo*. A nominalização diz algo sobre o termo a ela agregado, ela explora elementos do referencial desse termo, ou dito de outro modo, a NML perspectiva, nesse caso, um aspecto de *racismo*, dentre outros que poderiam aí ser evidenciados e não foram. Então, *ser eliminado* é algo possível em relação a *racismo*, ou seja, eu posso olhar o racismo como algo que pode ser eliminado, assim como nessas outras formulações virtuais, no nível da formação nominal *Racismo (ser) X*, em que *racismo* assim pode ser perspectivado:

Quadro 14 – Enunciados virtuais em rede 3

Racismo (ser)	Atenuado
	Perpetuado
	Ocultado
	Reproduzido
	Propagado
	Combatido
	Criminalizado

Fonte: elaborado pelo autor.

Essa força deôntica de projeção de sentidos em *o racismo deve ser eliminado* flagra a força histórica da convergência *a eliminação do racismo*, perante a nominalização. Então, não se trata de pensar em termos de estrutura argumental, de modo que a questão seja a necessidade ou não, ou a obrigatoriedade desse complemento no sintagma, mas de pensar que a linearização dessas unidades, ao abrigar aquilo que antes foi objeto em outros campos discursivos, já que entendemos que essa expressão é constituída de falas que vão se acumulando, imprime, como dissemos em momento anterior, novas formas de convergência enunciativa, razão pela qual esse modo de observação sobre os termos de *a eliminação do racismo* não pode acontecer de modo isolado, ou seja, é preciso vê-los na convergência. É nessa linearização sintática que os traços do que uma busca pela eliminação do racismo significou no passado ganham atualidade. Expliquemos melhor.

Se defendemos que o acionamento da língua tem a ver com uma demanda da atualidade para significar, a forma de que dispomos para entender essas demandas está no trazer significações do passado, ou seja, pensar no que significa uma busca pela eliminação do racismo antes da abolição, considerando-se que antes temos um outro tipo de busca por essa eliminação, ou seja, são modos de eliminar diferentes, dadas as condições em que se tem o racismo, ou até mesmo depois da abolição, quando o racismo ganha outros contornos e o modo de eliminá-lo também.

O memorável, nesse sentido, reconstrói o passado, isso significa dizer que, nessa FN analisada, pelo modo como buscamos a eliminação do racismo hoje, compreende-se o como se buscava a eliminação do racismo no passado, seja um passado mais próximo, à época mesmo do mito da democracia racial, seja um passado mais remoto, antes da abolição. Contudo, quando relemos esse passado para entender essas demandas da atualidade, fazemos

reassignificar. Por isso, dizemos que não repetimos aquilo que já significou, isto é, a busca pela eliminação do racismo na atualidade desse dizer não está simplesmente repetindo o que essa busca por essa eliminação significou num passado.

No nosso entender, a nominalização está exposta a esse fluxo da relação entre memória e atualidade no acontecimento enunciativo. Por ser fruto de uma condensação de um histórico de enunciações, a forma nominalizada, fazendo um apelo aos termos de Dias (2015e, p. 7) para explicar o que acontece, “produz uma visibilidade para novos enunciados que o atingem, tornando-se fulcro nos novos acontecimentos enunciativos”. Por isso, estamos falando, no caso de grupos nominais como esse, tendo a nominalização como núcleo da convergência, em um potencial temático para mais, se analisado em uma escala.

De modo semelhante podemos analisar:

Figura 65 – Cultura de denúncia do racismo



Fonte: UOL Notícias Cotidiano¹³⁴.

Observemos a formulação:

(111) Não há cultura de **denúncia do racismo** no Brasil, dizem especialistas.

Esse é outro exemplo em que podemos ver, na formação nominal *denúncia do racismo*, um nome, *denúncia*, com sua estabilidade geral de dizeres, sendo atualizado por um complemento, *do racismo*. Ao mesmo tempo, ao recuperarmos a predicação apagada no processo de nominalização, podemos ver, também, a nominalização agindo sobre a articulação, na medida em que a nominalização resulta da redução de *o racismo devia ser denunciado*. Desse modo, a nominalização acaba por dizer algo sobre *racismo*, que é a

¹³⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/10/20/nao-ha-cultura-de-denuncia-do-racismo-no-brasil-dizem-especialistas.htm?utm_content=geral&utm_campaign=twuol&utm_source=t.com&utm_medium=social> Publicado em: 20.10.2017. Acesso em: 25.10.2017.

possibilidade de ser denunciado ou não, dentre outras que se elege para dizer sobre algo, não como sendo uma propriedade de uma entidade ou de uma situação, como nesse caso, mas algo possível de ser dito na enunciação, dada as condições sócio-históricas que favorecem esse dizer.

Essa força de atualização que acreditamos existir na forma nominalizada determina mais ou menos o potencial temático de sua agregação na formação nominal, como vemos dizendo. Adotando os critérios daquele contínuo, podemos dizer que complementos como *do racismo*, nas FNs (110) e (111), ampliam o referencial histórico da nominalização. Observemos a rede a seguir para entendermos melhor.

Quadro 15 – Enunciados virtuais em rede 4

Núcleo (NML)	Complemento virtual	Complemento efetivo
Denúncia	séria	do racismo
	formal	
	mediática	
	pungente	
	expressiva	

Fonte: elaborado pelo autor.

Nessa rede enunciativa, criamos um complemento virtual para mostrar, por diferenciação, que o complemento *do racismo* está mais para dilatar o referencial de denúncia, do que simplesmente situá-lo, como fazem os complementos virtuais nessa rede. Complementos como *séria*, *formal*, *mediática*, *pungente* e *expressiva* preservam o referencial, produzindo um olhar de identificação sobre o núcleo. Por outro lado, sobre o complemento *do racismo*, não entendemos que ele haja deslocando um referencial do núcleo nominalizado, mas ampliando as marcas dos referenciais que lhe são constitutivos. O ampliar, nesse sentido, é de criar uma derivação dentre outras possíveis de serem produzidas, considerando-se os modos de articulação, em sua virtualidade, orquestrados pelas nominalizações, como, por exemplo, em formulações virtuais *a eliminação do trabalho escravo*, *a eliminação do assédio no trabalho*, *a eliminação da segregação no ambiente escolar*, ou *cultura de denúncia do estupro*, *cultura de denúncia do abuso doméstico*, *cultura de denúncia do assédio*.

Ainda para mostrar essa diferença, vejamos outro exemplo, com a sequência NML + Sintagma preposicionado, em que o complemento preposicionado atua mais no sentido de identificar os referenciais:

Figura 66 – Apropriação cultural



Fonte: Super Interessante¹³⁵.

Observemos o enunciado:

(112) **A apropriação cultural destes signos** ser vista como algo estiloso, enquanto seu uso por pessoas negras ser visto com preconceito é, além de racista, hipócrita.

No exemplo anterior, *denúncia do racismo*, acrescentamos determinantes imediatamente após *denúncia*, para mostrar que o papel de ampliador dos referenciais do núcleo cabia ao complemento preposicionado, *do racismo*, e não a esses determinantes (*séria, formal, midiática*, etc.) que agregamos virtualmente, cuja função era a de identificação de referenciais. No exemplo (112), entendemos que ocorre o contrário. É o complemento imediatamente ligado à forma nominalizada, *cultural*, que agrega, na convergência enunciativa, uma força temática ao núcleo *apropriação*, justificada pela sua função de dilatação na articulação. Ao complemento preposicionado, *destes signos*, encapsulando aí *dreads, turbantes e tranças*, cabe agir na identificação de referenciais constitutivos da forma

¹³⁵ Disponível em: <<https://super.abril.com.br/comportamento/um-dia-na-vida-de-uma-pessoa-negra/>> Publicado em: 02.12.2016. Acesso em: 20.01.2017.

nominalizada. Isso implica que a formação nominal *a apropriação cultural*, simplesmente, carrega um histórico de enunciações socialmente pertinentes.

Ainda nessa direção, analisemos a figura 67.

Figura 67 – Perseguição contra muçulmanos



Fonte: Metrôpoles¹³⁶.

Atentemos para a construção:

(113) Papa Francisco condena **perseguição contra muçulmanos**.

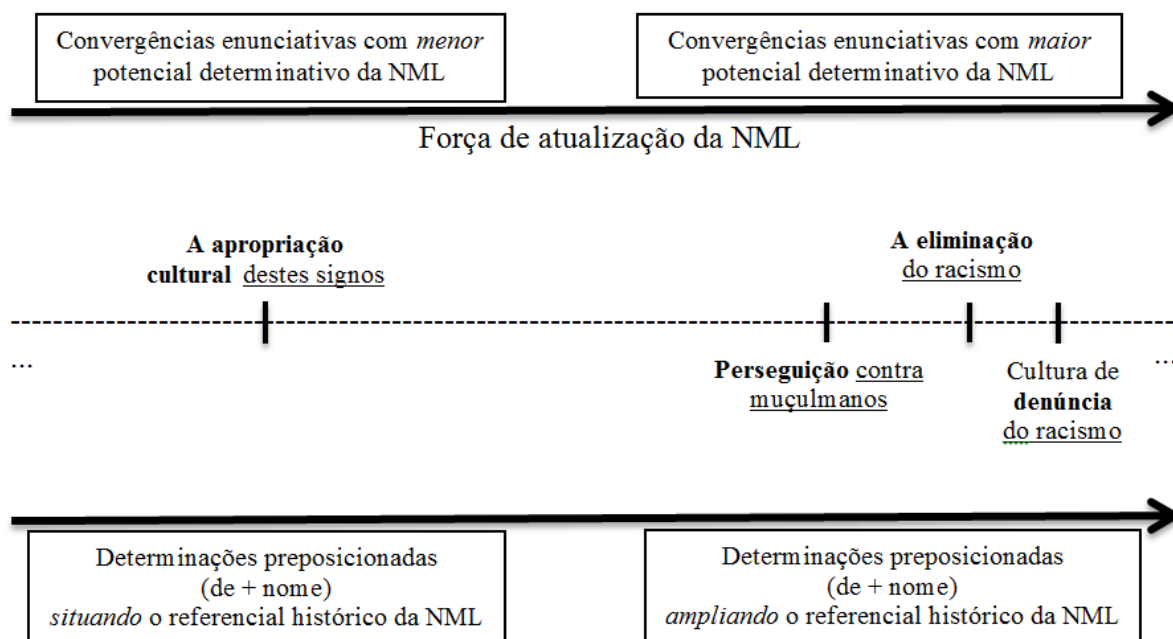
É pertinente usar uma nominalização na medida em que há algo anterior que provoque uma demanda e assegure esse dizer atual. Em uma perspectiva da verticalidade, a pergunta que nos conduz é: o que tem antes para gerar uma nominalização? Há uma predicação de existência em torno de *perseguição contra muçulmanos*, do tipo *os muçulmanos estão sendo perseguidos*, e isso nos leva a “aceitar” uma nominalização, isto é, uma forma que encapsule um histórico de enunciações sobre disputas entre tradições religiosas, entre as crenças defendidas por cristãos de um lado e muçulmanos de outro, conflitos internos com mortes, torturas, etc., expondo, portanto, as marcas dos referenciais históricos que lhe são constitutivos.

Nesse sentido, seria difícil pensar que a enunciação de *perseguição* acontece de modo isolado, porque os sentidos, para nós, são históricos. A atualidade desse dizer se ancora em um referencial que é histórico e em uma ordem do dizer que assegura que essa forma nominalizada esteja ali, naquele acontecimento enunciativo, situada daquele modo na sentença e se articulando com o sintagma preposicionado *contra muçulmanos*, funcionando em convergência.

¹³⁶ Disponível em: <<https://www.metrosoles.com/mundo/religiao-int/papa-francisco-condena-perseguiacao-contra-muculmanos>> Publicado em: 27.08.2017. Acesso em: 30.08.2017.

Assim como fizemos com os grupos nominais NML + Adjunto, tentamos aqui distribuir no contínuo os grupos nominais NML + Sintagma preposicionado analisados, para melhor entendermos as demandas de pertinência dessas convergências enunciativas e suas escalas de determinações.

Figura 68 – Contínuo das convergências (NML + Sintagma preposicionado) e suas escalas de determinações no espaço de enunciação.



Fonte: elaborado pelo autor.

Nesse contínuo, distribuimos na linha tracejada as formações nominais analisadas nos exemplos (110), (111), (112) e (113), utilizando os mesmos critérios, ou melhor, categorias de análise, que utilizamos para os grupos NML + Adjunto, mas com pequenas adaptações. Ressaltamos que quando posicionamos a FN *A apropriação cultural destes signos* em uma altura da seta cujo potencial determinativo da nominalização na convergência é menor, não estamos nos referindo à articulação do determinante imediatamente ligado ao núcleo, mas à articulação entre o complemento preposicionado e o núcleo, como analisamos. Uma outra observação é quanto à distribuição das outras três formações nominais numa altura da seta em que o potencial determinativo da nominalização é bem maior. Elas não estariam em um único ponto dessa altura, porque entendemos que, mesmo sendo convergências com maior potencial temático, algumas articulações se mostram mais obrigatórias ou necessárias. Configurações enunciativas como *perseguição contra muçulmanos* e *a eliminação do racismo*, ocupam, na formulação extensiva um lugar de objeto, que lhes permite explorar as potencialidades

referenciais da formação nominal no lugar de sujeito. Isso significa que há uma certa relação (temática) entre as FNs no lugar de sujeito e complemento. Então, em (113) *Papa Francisco condena (...)* esperamos que o locutor X ocupe esse lugar de objeto em referência a alguma minoria passível de ser perseguida, e em (110) *Aos 129 de abolição, ainda buscamos (...)*, esperamos algo relacionado ao racismo, ou seja, o entorno antecipa um traço de significação. Um pouco diferente em (111) *Não há cultura de denúncia do racismo no Brasil*. Como não há um sujeito marcado organicamente, cujos referenciais possam ser explorados pelo predicado, esse predicado também não sofre um mínimo de direcionamento de seu entorno. Por essa razão, entendemos que essa FN em lugar de objeto deva se apresentar de modo mais necessário na convergência, a fim de que possa fazer sentido, e, por isso, a situamos em uma altura a mais na seta.

Em síntese, entendemos que a nominalização, enquanto fato linguístico se constitui no espaço em que cruzam, de um lado, uma memória de regularidades, segundo Dias (2005a, p. 118), “demarcadas pelas condições formais de organicidade da língua”, e de outro, as condições de pertinência enunciativa dessas unidades linguísticas “num movimento de agregação temática, tendo em vista um domínio de sentidos”.

3.6 Síntese do capítulo

Esse capítulo teve como objetivo a busca pelas razões enunciativas que explicam uma convergência enunciativa nucleada por uma forma nominalizada. Nessa busca, vimos que a nominalização assume uma força de atualização nos grupos nominais, NML + Adjunto e NML + Sintagma Preposicionado, de modo que essa força da forma nominalizada pode definir os modos de convergência enunciativa, e essa convergência ter um menor potencial temático, quando os determinantes com os quais se articula situarem o referencial histórico dessa nominalização, ou um maior potencial temático, quando os determinantes deslocarem ou dilatarem o seu referencial histórico.

Isso significa que, pelo seu nível de atuação na determinação nominal, uma forma nominalizada ganha pertinência social na medida em que algo anterior que ela condensa lhe assegura essa pertinência, faz com que ela caiba ali no enunciado, ou dito de outro modo, ela, enquanto atuante no processo de determinação na FN, pode condensar, em alguma medida, uma memória de enunciações, porque ela tem um potencial condensador, e, desse modo, evocar domínios referenciais que asseguram que ela esteja situada naquele enunciado daquela forma, e não de outra. Tendo em vista essas conclusões, defendemos, ao longo do capítulo,

que uma nominalização é capaz de ajustar as direções de significação, ora “sozinha”, ora articulada com o seu determinante.

CAPÍTULO IV – AINDA SOBRE O FUNCIONAMENTO ENUNCIATIVO DAS NOMINALIZAÇÕES

POR UM ESTATUTO DE COMPLETUDE DOS NOMES

4.1 Introdução do capítulo

Neste capítulo, buscamos ampliar a leitura semântico-enunciativa das nominalizações, trazendo uma discussão sobre a completude dos nomes, seja essa completude em relação ao lugar sintático do sujeito, seja em relação ao lugar sintático de complemento, ancorando-nos não na ideia de complementação das abordagens tradicionais ligada ao sentido da forma nominalizada, mas na noção de requalificação de lugares sintáticos, o que implica uma mudança no olhar sobre o sujeito e sobre o objeto.

Quando dissemos “completude”, não estamos associando esse termo à noção de falta, propriamente, mas ao fato de que existe um lugar sintático ligado à nominalização cujas implicações de sentido se dão para além do nível orgânico. Sendo assim, o uso desse termo não implica pensar que uma nominalização seja uma forma que “exige complemento” para ter um sentido “completo”. Iniciemos, então, descrevendo esses planos, orgânico e enunciativo, sobre os quais repousa a noção de completude a qual estamos defendendo, associada à noção de lugares sintáticos.

4.2 As dimensões material e simbólica da linguagem

A análise dos dados que fizemos até aqui tem sustentação no fato de que a linguagem se produz na relação constitutiva entre uma dimensão material e uma dimensão simbólica, conforme Dias (2002, p. 52). Não teríamos condições de analisar as pertinências das construções nominalizadas somente pelo viés de sua constituição na linearidade sintática, isto é, no plano da organicidade sintática, porque a atuação de uma forma nominalizada ultrapassa as relações lineares que se estabelecem entre as unidades com as quais se convergem à sua direita ou à sua esquerda. É preciso considerar, também, um outro plano, que é o do enunciável, isto é, o plano do que pode ser dito, ou já foi dito, em outras instâncias discursivas.

Essa perspectiva de Dias sobre o orgânico e o enunciativo tem esteio na concepção de Pêcheux (1998, p. 25), para quem a língua comporta um “fato estrutural implicado pela ordem

simbólica”. O simbólico seria, portanto, inerente à linguagem, ou seja, constitutivo da natureza da língua. Desse modo, a linearidade sintática seria o lugar em que se manifesta uma tensão entre essas duas dimensões, a orgânica e a simbólica, que passam a ganhar visibilidade na relação de interdependência que se estabelecem uma com a outra na constituição da língua. É daí que as línguas produzem seus recortes e adquirem suas identidades segundo Dias (2005b, p. 115), isto é, “exatamente a partir de um processo em que, por um lado, o simbólico de ‘historiciza’ e, por outro, o material se faz articulável”.

Esses são, portanto, os dois planos de constituição do fato linguístico. Na dimensão orgânica, podemos conhecer unidades que se articulam, formando núcleos que, por sua vez, também contraem relações com outros núcleos. Nos termos de Dias (2005b, p. 115), “articulação é uma relação na qual unidades de um extrato da materialidade linguística formam sequência linear com unidades de outros extratos”. Para ele, esta é a base dos processos de coordenação e de subordinação não só entre sentenças, mas também entre sintagmas e vocábulos. Entretanto, essa dimensão puramente orgânica não nos fornece todas as condições para conhecermos uma língua. Ela requer uma interligação necessária com a dimensão que denominamos de dimensão enunciativa, a qual é regulada pelo discurso que arregimenta, segundo Dias (2002, p. 53), as forças de representação simbólicas (de natureza histórica).

Ocorre que essas duas dimensões, apesar de operarem numa relação constitutiva, são discrepantes, uma vez que não podemos dizer que há entre elas uma correspondência exata. O que estamos querendo dizer com isso é que nem todas as modulações do representável (dimensão simbólica) encontram correspondência nas formas de representação (dimensão material), como afirma Dias (2002, p. 52), as quais, por outro lado, ora se mantêm aquém, ora ultrapassam a sua capacidade de representação. Então, é possível encontrarmos formações simbólicas não projetadas nas unidades e em suas articulações, assim como formas articuladas que projetam formações simbólicas dispersas. Em (53) *A representatividade de Pantera Negra*, considerando que, nesse espaço de regularidades, ao recuperarmos a predicação suspensa (*Pantera Negra representa*), *Pantera Negra* passa a pressupor o agente que representa algo. Com isso, podemos dizer que, de certo modo, a projeção da identidade do sujeito está na dimensão material. Por outro lado, não podemos dizer o mesmo quanto ao lugar de complemento, uma vez que a projeção da identidade desse lugar não está na sua dimensão material, mas numa formação simbólica. É possível identificar uma representatividade negra, cultural, de costumes, de raça e resistência, de causas e histórias reais, de direitos dos negros americanos, da ancestralidade africana, de uma unidade africana

construída de forma igualitária, como complementos dessa nominalização. Sendo assim, podemos dizer que há o preenchimento do lugar de complemento no plano do enuncíavel, contudo, essa identidade não ganha forma no plano material. É nesse sentido que falamos em discrepância entre essas duas dimensões.

De modo semelhante podemos observar em rede, na Figura 69, uma saturação no plano do enuncíavel, mas agora em relação à identidade do sujeito. Vejamos:

Figura 69 – Resistência à representatividade de *Pantera Negra*



Fonte: imagem extraída do *Twitter*¹³⁷.

Em (114) *Queria entender qual o motivo de tanta **resistência** à representatividade de Pantera Negra*, o lugar do sujeito da forma nominalizada *resistência* não está na sua dimensão material, mas na simbólica. É possível pensar em um “alguém” que resiste a essa representatividade, um “alguém” que tenha algumas características que o leva a assumir essa resistência, como, por exemplo, a de ser racista.

Essa discrepância constitutiva entre o material e o simbólico produz o que Dias (2002, p. 53) denomina de demanda de saturação. Sendo assim, o fato linguístico é definido, segundo o autor, “de acordo com uma tensão entre uma estabilidade da unidade, marcada na linearidade, isto é, pontuada na horizontalidade da ordenação do arranjo sintático, de um lado,

¹³⁷ Muds (@pedrohamud). “Queria entender qual o motivo de tanta resistência à representatividade de Pantera Negra”. 25.02.2018, 20:23. Tweet.

e a verticalidade própria de um domínio de forças a ser representado, de outro”. A demanda de saturação diz respeito, portanto, a uma relação constitutiva entre essa unidade estabilizada, ou não, e um domínio do representável, ou dito de outro modo, ela pode ser entendida como um ajustamento entre a dimensão material e a dimensão simbólica.

Sendo assim, essas unidades chamadas de sujeito e de complemento, antes de serem uma palavra, são um lugar sintático. Se fosse apenas palavra, quando ela não aparecesse lexicalmente materializada, como em (114), por exemplo, não teríamos a unidade sujeito. Embora não esteja ali a palavra para ocupar, existe o lugar do sujeito, cujas condições de ocupação estão no nível enunciativo.

Para entendermos melhor aquilo que nomeamos lugar sintático, é preciso elucidar algumas questões importantes. A primeira diz respeito às condições de sustentação do fato gramatical. Elas são, no mínimo, três, e, como explica Dalmaschio (2013, p. 91), “caracterizam-se de forma diversa, de modo a direcionar o foco de análise para uma ou outra vertente da língua, podendo, algumas vezes, agirem juntas dentro de uma mesma orientação de gramática”. Dias (2007d) as nomeia como distributivas, atributiva e operativas. Vejamos, brevemente, a que se refere cada uma dessas condições. As distributivas são aquelas que se referem à conformidade dos itens lexicais na sequência e na relação de interdependência que esses elementos ou termos estabelecem entre si. Nessa conjuntura, segundo Dias (2007d, p. 86, tradução nossa), “o sujeito e o objeto adquirem o *status* de seres (pela confluência entre o pensamento e o real) ou de termos (pela distribuição de unidades na estrutura)”¹³⁸. Forma, portanto, a base dessas condições distributivas a relação de dependência entre as categorias funcionais de sujeito e predicado em razão da expressão do pensamento na representação da realidade e da disposição dos elementos na sentença.

O foco das condições atributivas não é mais a existência de termos ou de seres na configuração da sentença, mas sim de lugares sintáticos, ou melhor, da projeção de lugares das unidades na sentença. Então, do ponto de vista atributivo, a sentença é concebida como um “lugar-suporte” para os termos. Dalmaschio (2013, p. 93-94) lembra que “essa noção de ‘lugares-suporte’ equivale àquela proposta pela teoria gerativa que se refere a essas projeções sintáticas como ‘posição’”, concepção segundo a qual os lugares são estudados a partir de “seus preenchimentos ou de seus não-preenchimentos na cadeia que se estabelece na sentença”. O suporte atributivo é a base comum entre o modelo de linha gerativista e o modelo de linha funcionalista. Isso implica que, ao se postular um SN-argumento que se

¹³⁸ No texto original: “Sous ces conditions, le sujet et l’objet acquièrent le statut d’êtres (par la confluence entre la pensée et le réel) ou de termes (par la distribution d’unités dans la structure)”. (DIAS, 2007d, p. 86)

constituiria como um lugar projetado pelo caráter argumental do verbo, explicar o (não) aparecimento desse SN no plano da organicidade sintática torna-se um fator de coerência interna ao modelo, como ressalta Dias (2002).

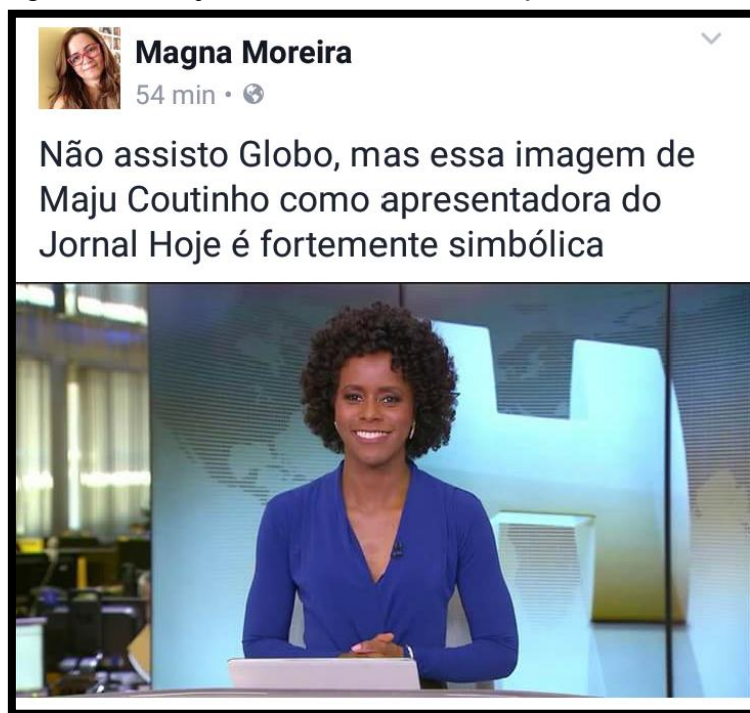
Quanto às condições operativas, destacamos, nos termos de Dias (2007d, p. 87, tradução nossa), que elas, além de preverem a existência de lugares sintáticos, “referem-se à ocupação desses lugares e às repercussões dessa ocupação fora da cadeia”¹³⁹. Acrescenta-se, também, segundo essas condições, no âmbito dessas “repercussões”, a possibilidade de que essa ocupação não efetive e que não se tenha, com isso, como ressalta Dalmaschio (2013, p. 95), nenhum prejuízo à produção de efeito de sentido do enunciado. Isso significa que a busca pelo sentido não tem relação somente com a organicidade a qual uma língua comporta, mas também com o potencial das enunciações nas quais uma sentença é proferida. Nossas análises se ancoram, portanto, sobre a natureza dessas duas condições, quais sejam, das atributivas e das operativas, na medida em que reconhecemos a existência de lugares sintáticos e as possibilidades de (não) ocupação desses lugares.

Uma segunda questão importante nessa altura de nossas análises diz respeito aos fundamentos que sustentam a noção de lugar sintático. Buscamos em Milner (1989), mais precisamente na sua abordagem sobre a concepção de lugar, alguns pontos de ancoragem. Expliquemos.

Segundo Dias (2009a, p. 13), a sentença dispõe de uma geografia de lugares sintáticos nos quais a memória do dizível e uma demanda de atualidade encontram pontos de contato. Sendo assim, o olhar sobre a sentença não escapa do olhar sobre esse ponto de contato. É essa visão que permite que a sentença seja apreendida pela sua virtualidade. Esse modo de conceber a regularidade da sentença passa pelo conceito de *sites*, conforme desenvolveu Milner (1989). O *site* corresponde às propriedades relacionais determinantes da configuração sintática. Ele equivale, para nós, ao *lugar sintático*, na medida em que é um *lugar qualificado*, e não o lugar da sentença, ou a posição geográfica. A esta corresponderia o conceito de *place*, que é o *lugar não qualificado*. Expliquemos melhor analisando alguns dados.

¹³⁹ No texto original: “Enfin, les *conditions opérationnelles* du fait grammatical réfèrent à l’occupation de ces places et aux répercussions de cette occupation en dehors de la séquence”. (DIAS, 2007d, p. 87).

Figura 70 – Maju Coutinho no *Jornal Hoje*



Fonte: imagem extraída do *Facebook*¹⁴⁰.

Observemos a construção:

(115) Não assisto Globo, mas essa imagem de Maju Coutinho como apresentadora do *Jornal Hoje* é fortemente simbólica.

Foquemos no grupo nominal *Essa imagem de Maju Coutinho como apresentadora do Jornal Hoje*, da segunda oração. Podemos dizer que se trata de uma formação extensiva que ocupa o *place* sujeito e, por isso, pode mudar de local no fio da sentença, como em (115a), por exemplo, em que ela passa para o final da sentença:

(115a) Fortemente simbólica é essa imagem de Maju Coutinho como apresentadora do *Jornal Hoje*.

Apesar de sua alteração de lugar no fio da sentença, ou seja, da mudança do lugar não qualificado, o grupo nominal mantém-se exercendo a mesma função, que corresponde ao sujeito da oração em questão. Acreditamos que o deslocamento foi realizado em função do *site*, isto é, é essa ação de atrair, nos termos de Dalmaschio (2013, p. 97), “o sintagma para

¹⁴⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/profile.php?id=100010370538288>> Publicado em: 15.06.2017. Acesso em: 16.06.2017. Uma observação: a jornalista Maju Coutinho assumiu a bancada do *Jornal Hoje*, da Rede Globo de Televisão, no dia 10 de junho de 2017.

dentro de uma nova localização sintática que faz com que esse lugar receba o título de *qualificado*”. Pensar em termos de *lugares sintáticos*, é pensar que esses lugares qualificam os termos lexicais a contraírem funções. Observemos outro dado:

Figura 71 - Discriminação



Fonte: Carta Capital¹⁴¹.

Analisemos, em rede, a formação extensiva a seguir e outros enunciados virtuais a partir dela:

(116) **Quilombolas e deputados** denunciam Bolsonaro à PGR por racismo.

(116a) Denunciam Bolsonaro à PGR, por racismo, **quilombolas e deputados**.

(116b) Bolsonaro é denunciado por **quilombolas e deputados** à PGR, em razão de racismo.

Ao observarmos os enunciados (116) e (116a), é possível dizer que, mesmo com localizações distintas, os núcleos *quilombolas e deputados* continuam exercendo a função de sujeito. O que não ocorre em (116b). Os termos *quilombolas e deputados* mudam sim de *place*, mas também mudam de *site*, isto é, mudam de lugar sintático, assumindo não mais a função de sujeito, mas agora de agente da passiva.

Agora, comecemos a pensar esses fundamentos direcionando-os aos nossos propósitos de pesquisa, isto é, levando-se em conta formações extensivas contendo formas nominalizadas. Tomemos como exemplos:

¹⁴¹ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/quilombolas-e-deputados-denunciam-bolsonaro-a-pgr-por-racismo>> Publicado em: 16.04.2018. Acesso em: 16.04.2018.

(117) **Quilombo** é sinônimo de **resistência à escravidão**, enquanto Bolsonaro defende o trabalho precarizado e semiescravo¹⁴².

(118) **A resistência dos quilombos** na poesia de José Carlos Limeira¹⁴³.

Em função da presença da nominalização, vamos olhar para a noção de lugar sintático de um modo mais específico. Lembremos, inicialmente, de que o *site* não depende, como vimos, de um lugar fixo, ele pode, inclusive, na perspectiva de estudo que adotamos, não aparecer configurado materialmente na sentença. Desse modo, considerando a nossa tese de que no processo de nominalização há o apagamento de uma predicação, ou melhor, essa predicação é virtualizada, entendemos que o lugar de sujeito, em (118), não está organicamente ocupado, mas não se trata de dizer, simplesmente, que *quilombo(s)*, relacionando esses dois exemplos, muda de lugar sintático. Levando-se em conta o funcionamento da nominalização, é preciso descortinar algumas prováveis aparências.

Poderíamos dizer, num súbito olhar, que *quilombo* sai, em (117), da condição de sujeito, e passa, em (118), à condição de complemento. Ocorre que, num nível semântico-enunciativo, essa questão é permeada pelo papel potencializador da nominalização. Sendo assim, o plano da virtualidade nos permite dizer que *quilombos*, em (118), assume um papel (orgânico) de complemento, mas também de agente daquele lugar de sujeito não ocupado materialmente, ou dito de outro modo, em decorrência da predicação virtualizada, *quilombos*, dentre outros termos, pode assumir também o papel de agente nesse lugar de sujeito que antecede *resistência* (*Os quilombos resistem*) e que está lá, latente, potencialmente pronto para ser ocupado, em decorrência de uma história de seus usos que resultou num lugar, nesse acontecimento enunciativo, já preparado para receber um sujeito.

Como vimos, o *site* pode não aparecer configurado materialmente na sentença. No exemplo a seguir, temos outro caso em que o nível de virtualidade é ainda maior. Vejamos:

¹⁴² Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/bolsonaro-lugar-de-racista-como-voce-e-na-cadeia/>> Publicado em: 15.04.2018. Acesso em: 16.04.2018.

¹⁴³ Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/28-critica-de-autores-masculinos/296-a-resistencia-dos-quilombos-na-poesia-de-jose-carlos-limeira-critica>> Publicado em: 07.02.2018. Acesso em: 20.02.2018.

Figura 72 – Resistência sempre



Fonte: CNTE.org¹⁴⁴.

Observemos a construção:

(119) Somos a razão das lutas dos nossos ancestrais. **Resistência** sempre!

No grupo nominal *Resistência sempre*, o termo *resistência* passa a representar a predicação. Daí o efeito generalizante, isto é, a expressão nominal, ao virtualizar uma predicação, deixa de falar de um caso A ou B e acaba, nesse sentido, se tornando uma palavra que serve para vários casos. Sendo assim, os lugares de sujeito e complemento são lugares enunciativos. Eles não estão, no exemplo, preenchidos, mas é possível, mantendo o enunciado, ir ocupando-os na enunciação, em razão dos seus níveis de virtualidade. Muitas vezes, a ocupação orgânica acaba circunscrevendo os limites referenciais. Como é da natureza da nominalização esse efeito generalizante, é bastante comum, nas formações nominais em que uma forma nominalizada esteja presente, não ocupar organicamente esses lugares, e deixar girar as possibilidades.

O que estamos dizendo é que podemos pensar em ocupações do lugar sintático projetado pelo nome *resistência* com expressões como, por exemplo, *à escravidão*, *ao preconceito*, *àquilo que impede o avanço dos direitos dos negros*, *aos limites de atuação profissional*, *ao assédio*. Cada complemento desses, possível de ser encaixado nesse lugar projetado pelo nome, corresponde a um domínio referencial, ou seja, de *resistência à escravidão* a *resistência ao assédio*, vão-se mudando os referenciais para que se possa dizer

¹⁴⁴ Disponível em: <<https://cnte.org.br/index.php/comunicacao/noticias/17324-jornal-mural-dia-da-consciencia-negra.html>> Publicado em: 04.11.2016. Acesso em: 20.01.2017.

como é que essa resistência se apresenta ao mundo, ou dito de outro modo, como é que essa resistência passa pelo mundo como um gesto que passa pelos referenciais de luta, de não aceitação, de busca, de reconhecimento e de imposição. Nesse sentido, mudam-se os referenciais para ganhar pertinência enunciativa. Como vemos, essa ausência não compromete a significação da campanha porque, na nossa perspectiva, a significação resulta, nesse caso, da sentença e da memória de dizeres do nome *resistência*.

Em termos de requalificação dos lugares sintáticos, ou requalificação das categorias gramaticais, sujeito e complemento deixam de ser entidades e termos. A ideia é ver como é que se significa no lugar do sujeito e como se significa no lugar de complemento perante uma nominalização, ou em outros termos, como é que se dá, na relação entre pertinência enunciativa e referencial histórico, a (não) ocupação do lugar de sujeito e de complemento em formações nominais cujas convergências tenham uma forma nominalizada como núcleo. Desse modo, estamos pensando os lugares sintáticos como lugares de funcionamento da enunciação.

Iniciemos falando sobre a constituição do lugar de sujeito tendo em vista demandas de saturação.

4.3 As demandas de saturação do lugar sintático de sujeito

Se relacionarmos algumas das concepções de sujeito mais representativas àquelas condições de sustentação do fato gramatical aqui brevemente discutidas, podemos entender melhor sobre o sujeito de que estamos falando segundo uma perspectiva enunciativa. Expliquemos.

Uma concepção de sujeito apresenta suporte distributivo quando ela se ancora na própria distribuição ou arranjo de uma unidade na cadeia, assim define Dias (2002, p. 47). Então, nessas condições, o sujeito é um “termo” que cumpre algumas especificidades formais nessa cadeia como, por exemplo, a posição em relação ao sintagma verbal e a concordância com o verbo. Por outro lado, quando se apoia na atribuição do lugar de sujeito pela estrutura argumental do verbo, essa concepção de sujeito apresenta suporte atributivo. O sujeito já passa à condição de “lugar” determinado pela configuração lexical do verbo. No caso de uma concepção que apresenta suporte operativo, o sujeito é colocado como uma informação determinada pelas condições de operação ou funcionamento da sentença no processo de interação entre os interlocutores. Dias (2002, p. 48) afirma que, nesse quadro, “o sujeito é

uma ‘informação’ delineada como foco de atenção pelo falante e determinada pela necessidade de se apontar algo como relevante na interação, real ou virtual”.

Desse modo, propondo uma reflexão em torno dos fundamentos do conceito de lugar de sujeito, temos de caminhar no sentido de redefinir o suporte atributivo, e pensá-lo não mais em relação à natureza argumental do verbo, mas como algo relativo à enunciação, ou dito de outra forma, se o conceito de lugar de sujeito é situado em relação à demanda de saturação, o suporte atributivo não seria algo da ordem da natureza argumental do verbo, mas da ordem da enunciação. Em decorrência disso, Dias (2002, p. 51) ressalta que aquilo que corresponde ao suporte distributivo e ao suporte operativo tem de ser abordado como “condições de materialização lexical do lugar de sujeito”.

Como dissemos, é em relação à demanda de saturação que situamos o conceito de “lugar” de sujeito. Podemos entendê-lo como o ponto de convergência de uma demanda de saturação, em que o sujeito aciona o verbo, ou melhor, retira-o do “estado de dicionário”. Nesse sentido, é esse sujeito que definirá a conjugação verbal, como possibilidade de acionamento do verbo, e que determinará a ocupação ou não desse lugar.

No caso das nominalizações, pensadas enquanto participantes de formações nominais foco de nossas análises, esse olhar sobre a redefinição do suporte atributivo se potencializa, uma vez que não temos um verbo de natureza argumental, mas formas nominalizadas de natureza predicadora ou designadora, segundo ensinamentos morfossintáticos. Então, a ocupação ou não desse lugar se dá em torno não de um verbo, mas de um nome.

Nessa conjuntura, podemos inserir o caso das nominalizações naquilo que Dias (2002, p. 53) chama de *sujeito base*, ao lado de mais outros três tipos de sujeito, definidos conforme as configurações enunciativas de constituição do ponto de convergência. Nesse tipo, temos o sujeito cuja base é constituída a partir do núcleo do sintagma nominal, ou melhor, no sintagma nominal que tem como núcleo o substantivo, este se caracteriza por ser um ponto de apoio, de estabilidade, na demanda de saturação.

Observando sob esse viés, podemos dizer que uma forma nominalizada possui um papel projetivo na formação nominal. Antes de entendermos melhor isso, precisamos ancorar essa noção de projeção. Para nós, essa ancoragem se dá na concepção de definitude segundo Dias (2003), que condiciona a ocupação do lugar de sujeito a esse fator, ao lado de outros fatores como indefinição e generalização. É através da definitude, afirma Dias (1993b, p. 748), que se constitui o lugar do enunciador nas demandas socialmente constituídas. Nesse sentido, é possível que identifiquemos uma ocupação ou não desse lugar na dimensão orgânica. E ainda assim, mesmo sendo ocupado, esse sujeito pode se apresentar com

características de indefinição, isto é, assume-se, na própria enunciação da sentença, o caráter indefinido do sujeito, como no exemplo explicado por Dias (2003, p. 65), *Alguém esqueceu uma bolsa na sala*. Já em situações como *Esqueceram uma bolsa na sala*, não se tem as condições de recuperação textual da definitude do sujeito, nem muito menos um termo que ocupe formalmente esse lugar, como no caso do termo *alguém*, no exemplo anterior. Em outras situações, a ocupação do lugar do sujeito na sentença, como em *Quem esquece de onde veio esquece quem é*, se dá através de um termo, um pronome, no caso, que projeta ao máximo a generalização, cujos domínios referenciais se dão em torno de verdades universais, válidas, portanto, para todos e nas mais diversas situações.

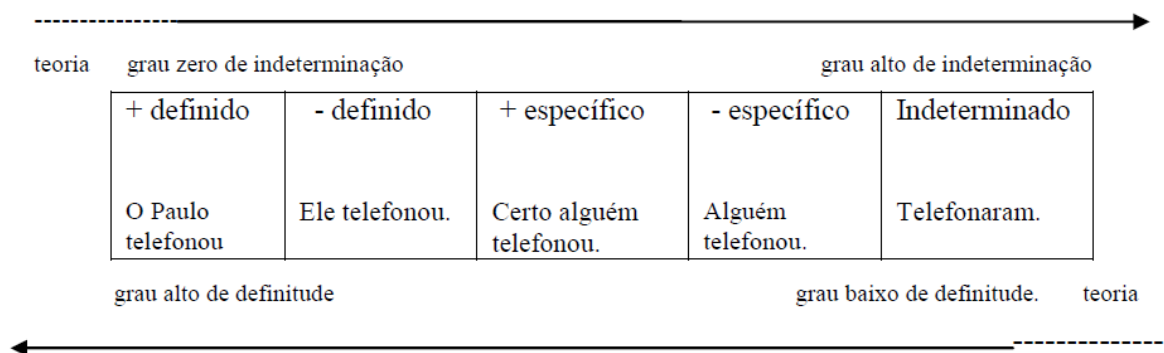
No âmbito dessa discussão, Ladeira (2010, p. 80) faz uma importante ressalva que é a diferença entre *definido* e *específico*. Segundo a autora, um termo ou conceito não pode ser simplesmente tomado por outro quando se trata de FN-sujeito, uma vez que é possível ter especificidade sem ter definitude na FN. A definitude, para ela, está relacionada com a capacidade de condensar, de fechar a referência, enquanto que a especificação não tem uma pontuação do sentido em si mesma, e, por isso, não chega a nomear algo.

Agora pensemos essas questões em termos de nominalização. Recordemos que está ligado a esse fenômeno efeitos de apagamento, como discutimos segundo as propriedades descritas por Dahlet (2015), no segundo capítulo. Então, partindo dessa premissa de que a forma nominalizada está caracterizada pelo apagamento, total ou parcial, de marcas da enunciação como agentes e pacientes, passa sempre pela noção de lugar de sujeito os traços de + definido ou – definido. Se nos apoiamos na concepção de *sujeito base*, temos que uma forma nominalizada se apresenta, em geral, como núcleo da FN e, em torno dela, é que se pode analisar essa escala do que estamos chamando de definitude referencial. Então, não é somente uma questão de olhar o fato de que esse lugar do sujeito está marcado lexicalmente na FN, mas de entender que esse referido núcleo, nessa formação, se caracteriza por ser um ponto de apoio na demanda de saturação, como dissemos anteriormente. Em outras palavras, o sujeito que estamos perseguindo, em alguma medida, (des)aparece em razão da virtualização da predicação, e aquilo que ocupa o lugar de sujeito, segundo essa concepção de *sujeito base*, é um ponto de estabilidade nessa demanda de saturação. A definitude, localizada em relação a esse ponto de ancoragem, vai estar relacionada, portanto, à pertinência que os objetos de memória vão contrair na instância de enunciação da sentença. Nos termos de Dias (2002, p. 55), “as condições de definitude do núcleo são, na verdade, as condições de formulação desses objetos de memória”.

Quanto à diferença entre *definido* e *específico* pensada em relação à nominalizações, entendemos que a forma nominalizada, enquanto núcleo na FN, deve ser pensada em termos de definitude, como vemos defendendo, porque mesmo que uma forma nominalizada não feche a referência ou não chegue a nomear algo propriamente, a capacidade de condensar parte dela, em alguma medida está nela, então é dela, da forma nominalizada, para os determinantes convergentes. Isso inclusive impulsiona a compreensão daqueles critérios utilizados nos contínuos do capítulo anterior, *convergências enunciativas com menor potencial determinativo da NML* e *convergências com maior potencial determinativo da NML*, ou seja, há uma maior medida ou uma menor medida, mas o potencial de condensação está nela, parte dela. É bem verdade que em enunciados como (110), *Aos 129 anos de abolição, ainda buscamos a **eliminação** do racismo*, a nominalização *eliminação*, sozinha, não fecha o referencial de definitude, mas não vamos tratá-la somente do ponto de vista da especificidade, porque entendemos que ela guarda um potencial de encapsulamento que permite que a marcação de sentido comece no próprio termo quando se constitui a FN.

Mesmo no caso desse exemplo, em que o núcleo, *eliminação*, marca a sua dependência em relação ao determinante para que se produza uma unidade referencial no sintagma, ainda assim, o núcleo se mantém com o seu papel projetivo. Nesse ponto, retomamos o papel projetivo das formas nominalizadas. Além de ancorarmos essa noção de projeção nos aspectos relacionados à definitude, indefinição e generalização, elegemos, também, como ponto de referência, o contínuo elaborado por Ladeira (2010) ao tratar dos conceitos de definido e específico, numa proposta enunciativa de estudo do sujeito indeterminado, ou melhor, do fenômeno da indeterminação do sujeito, e seu lugar na formação nominal. Com esse contínuo, a autora chega a uma reformulação dos conceitos de definitude, especificação e determinação, o que implica em um novo conceito para o sujeito indeterminado. Vejamos o contínuo.

Figura 73 – Contínuo entre as definições de definitude, especificação e indeterminação e o conceito de sujeito indeterminado.



Fonte: Ladeira (2010, p. 85).

Como vemos no contínuo, a autora analisou enunciados como *O Paulo telefonou*, *Ele Telefonou*, *Certo alguém telefonou*, *Alguém telefonou* e *Telefonaram* em uma escala de cinco níveis cujos extremos são a definitude de um lado e a indeterminação de outro, e, em um nível intermediário, a especificidade. A partir desse contínuo, Ladeira (2010, p. 86) conclui que definido é o referente possível de ser recuperado e plenamente identificado no nível da sentença, e indeterminado é o referente cuja identidade é projetada na sentença, podendo vir na sentença representado materialmente ou não, em função da necessidade de o falante deixar esse referente + ou – especificado.

Com base nessa discussão, propomos uma identidade para a projetividade das nominalizações, inicialmente, em relação ao lugar do sujeito, a partir de três concepções referenciais sobre esse papel projetivo que passamos a descrever agora.

A primeira concepção de projeção opera na sustentação de uma anterioridade na instância da atualidade na enunciação. Estamos nos referindo ao fato de que, tomado como ponto de estabilidade na demanda de saturação, o núcleo projeta um agente que não aparece exatamente como tal na instância presente. Ele decorre da suspensão da predicação em uma outra instância enunciativa. É o caso de:

(84) **A repulsa da classe média branca intelectualizada** à geração tombamento.

(97) **A luta e resistência negra** por Diretas Já!

(99) Não é **ascensão social negra** que aumenta o racismo, ela só desnuda o discurso falacioso de que não somos racistas, por Maria Frô.

(100) “Ninguém fala quem são os verdadeiros alvos dessa **intervenção militar**”.

(118) **A resistência dos quilombos** na poesia de José Carlos Limeira.

Nesses exemplos, as formas nominalizadas direcionam para possibilidades de saturação mais específicas, uma vez que ao tirarmos a predicação do seu estado de virtualização, poderíamos ter formações como: *a classe média branca intelectualizada repulsa; o negro luta, resiste; o negro ascende socialmente; o militar intervém; os quilombos resistem*. O traço de determinação do sujeito se dá, portanto, no âmbito das articulações na convergência enunciativa. Nesse caso de projeção, dizemos que há o traço de definitude da ocupação, ou melhor, um traço que caminha para + definido, caracterizando o modo de enunciar, nesses exemplos, como menos indeterminado.

Por outro lado, algumas formas nominalizadas podem, enquanto ponto de estabilidade na demanda de saturação, não marcar um sujeito + determinado, + definido, mas, ainda assim, elas são capazes de sustentar direções de significações ao evocar diferentes domínios de mobilização. Essa é a segunda concepção de projeção, a qual se assenta no fato de que o traço de definitude da ocupação se dá em função do que a forma nominalizada acumulou no decorrer da história do seu uso, isto é, em função de uma memória das enunciações de que esse nome fez parte. Analisemos algumas ocorrências que, em alguma medida, se inserem nessa noção de projeção.

Figura 74 – Desumanização da mulher negra



Fonte: Carta Capital¹⁴⁵.

Observemos o enunciado:

(120) “Vai trepar muito no quartinho”: Paes e a **desumanização** da mulher negra.

¹⁴⁵ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cvai-trepar-muito-nesse-quartinho201d-paes-e-a-desumanizacao-da-mulher-negra>> Publicado em: 29.08.2016. Acesso em: 07.07.2017.

Analisando o funcionamento de uma regularidade que se instala no lugar do sujeito na formação nominal *Paes e a desumanização da mulher negra*, entendemos que não seria ele, Eduardo Paes, aquele político filiado ao Partido Democratas, prefeito do Rio de Janeiro à época dessa publicação, sozinho, o responsável pela desumanização da mulher negra, na ocasião da entrega de casas populares aos moradores. Se assim fosse, bastaria que o locutor X, na cena enunciativa, construísse mais ou menos assim: *Paes desumaniza a mulher negra*, ou *Paes desumanizou uma mulher negra*. Há uma demanda de pertinência para o uso de *desumanização* que está em função da necessidade de apagamentos, ou melhor, de virtualização de outros agentes. Reforça essa tese o fenômeno da predicação de existência nos traços de evidência da determinação do artigo definido ao marcar a pré-existência de mulheres negras que são desumanizadas por determinados agentes. Essa demanda de dizer atual é assegurada, ou até mesmo provocada, por uma anterioridade, isto é, a recorrência do uso do nome *desumanização*, que passou por um processo de nominalização, resultou num lugar já preparado para abrigar sujeito(s) e complementos(s), de modo que cada vez que criamos uma nova sentença com esse nome, a enunciação sofre uma coerção de natureza histórica, projetando esses lugares.

Então, nesse exemplo, ao tempo em que temos um traço de definitude referencial, temos também um traço de indefinição em razão da generalização marcada pela forma nominalizada. Assume-se na própria enunciação da sentença uma parcela de indefinição do sujeito, ou seja: quem desumaniza a mulher negra? É possível pensar nessa saturação e, nesse sentido, assumimos aqui que em *a desumanização da mulher negra* há uma virtualização dos agentes de *desumanizar* que, do nosso ponto de vista, pode ser resolvida levando-se em conta a reconstrução de uma memória discursiva. A fala de Eduardo Paes, *Vai trepar muito nesse quartinho*, seria apenas um referencial de desumanização dentro desse domínio de generalização, o que não exclui outros agentes e outras formas de desumanizar constituídas historicamente.

Analisemos outro exemplo.

Figura 75 – Primeira muçulmana a posar para a Playboy



Fonte: imagem extraída do *Twitter*¹⁴⁶.

Observemos o enunciado:

(121) Daqui a pouco vai ter coleguinha de religião dela querendo **apedrejamento**.

Seguindo as mesmas premissas do exemplo anterior, nessa formação extensiva observamos, também, uma parcela de indeterminação, tendo em vista que não há uma relação que se dê de modo direto entre *coleguinha de religião* e *apedrejamento*. Parece-nos que a ação de apedrejar a primeira muçulmana a posar de véu para a revista Playboy não vai partir, especificamente, do coleguinha de religião dela, um outro muçulmano, aquele indivíduo que aderiu ao Islã, uma religião monoteísta centrada na vida e nos ensinamentos de Maomé. Entendemos que entre coleguinha de religião e essa ação há outros agentes projetados por essa personificação de *coleguinha*. Nesse sentido, podemos dizer que há uma certa generalização quanto ao modo de enunciar marcada pela forma nominalizada.

O nome *apedrejamento* acumulou, no decorrer da história do seu uso, uma memória das enunciações de que fez parte. Os traços do que essa palavra já significou no passado como, por exemplo, o memorável de *apedrejamento* segundo uma passagem bíblica, em que uma mulher, surpreendida em adultério, seria apedrejada por fariseus e escribas e salva por

¹⁴⁶ Fonseca, Kleber (@kffonseka). “@g1 daqui a pouco vai ter coleguinha de religião dela querendo apedrejamento”. 06.10.2016, 21:56. Tweet.

Jesus, passam a ser reorganizados na atualidade da enunciação. O lugar de sujeito existe, portanto, enquanto projeção histórica da enunciação desse nome. Como núcleo na demanda de saturação, ele vai fornecer as pistas da determinação do sujeito a partir não exatamente do processo de textualização de que faz parte a sentença, porque não se trata de um sujeito facilmente recuperável no texto, mas da capacidade que *apedrejamento* tem de condensar uma memória de enunciações.

A fim de compreender melhor como se configura esse segundo referencial de projeção, analisemos mais um exemplo:

Figura 76 – “Perpetua o racismo”



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*¹⁴⁷.

Observemos a formação extensiva:

(122) Em nota, estudantes pedem **cancelamento do trabalho** que previa projetar imóvel de 800 m² com área de serviço, quartos e banheiros para oito empregados.

Na FN extensiva *estudantes pedem cancelamento do trabalho*, a forma nominalizada *cancelamento* funciona como argumento do predicador *pedir*, em uma predicação complexa,

¹⁴⁷ Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/27/interna_gerais,887221/alunos-de-arquitetura-da-ufmg-se-recusam-a-projetar-casa-com-area-para.shtml> Publicado em: 27.07. 2017. Acesso em 30.07.2017.

mas assume, também, a função de predicador em uma predicação encaixada de dois lugares. Desses dois lugares, apenas um está ocupado materialmente com o argumento *do trabalho*. Enunciativamente, essa não ocupação, na dimensão orgânica, não invalida, como dissemos, essa articulação. Ocorre que, nesse caso, há, também, uma certa parcela de indeterminação acerca desse agente que vai atuar nesse cancelamento. Expliquemos.

A FN *cancelamento do trabalho*, tomado como argumento em uma predicação complexa, em termos morfossintáticos, ou como elemento que ocupa o lugar de objeto, em termos de sintaxe de bases enunciativas, seria um balizador de domínios referenciais que agiria sobre o sujeito *estudantes*. Contudo, essa nominalização presente no lugar de objeto virtualiza um outro agente que não *estudantes*, aquele sujeito do outro argumento da predicação complexa, ou seja, a nominalização guarda, por assim dizer, um outro agente, ou outros agentes. Ela teria um lugar de sujeito próprio a ser ocupado, o que significa que não podemos tomar o primeiro argumento da predicação complexa, *estudantes*, como o mesmo sujeito que poderia ocupar aquele lugar de sujeito do segundo argumento, *cancelamento do trabalho*, quando este assume sua função de predicador em uma predicação encaixada de dois lugares. Isso justifica o fato de formações extensivas como essa estarem inseridas nessa segunda perspectiva de projeção do núcleo nominalizado, isto é, na perspectiva cujo traço de definitude caminha para menos.

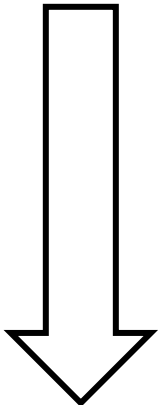
Temos de ressaltar que, em razão de o núcleo do *sujeito base* apresentar uma capacidade menor de concentração de possibilidades de definitude, haja vista a forma nominalizada *cancelamento* ser mais dependente de seus determinantes do que, por exemplo, as formas *desumanização* e *apedrejamento*, a fim de que se tenha uma unidade referencial, a possibilidade de incluir aí outros agentes é também menor. Embora a definitude do sujeito não possa ser recuperada, assim de modo tão preciso, por meio do processo de textualização de que faz parte a sentença (122), as possibilidades de saturação são mais pontuais, permitindo-nos pensar em agentes do cancelamento como *o professor da disciplina*, *idealizador do projeto* ou *a Escola de Arquitetura*, e as virtualizações mais circunscritas.

Ao falarmos de possibilidades de definitude condensadas pelo núcleo do *sujeito base*, somos levados a tratar de uma outra questão, ainda com relação à segunda concepção do papel projetivo da nominalização. Trata-se de uma gradação que acreditamos existir nessa concepção de projetividade. Vamos tentar explicar melhor isso tomando como parâmetros os exemplos (120), (121) e (122).

Como dissemos, partimos da premissa de que o que estamos chamando de condições de definitude do núcleo, na verdade, trata-se das condições de formulação dos objetos de

memória e sua pertinência na instância de enunciação da sentença, conforme Dias (2002). Nessa formulação, o núcleo pode condensar mais ou menos as possibilidades de definitude, tendo em vista sua capacidade para mais ou para menos de condensar um histórico de enunciações. Isso coloca a forma nominalizada em uma gradação, isto é, quanto mais o núcleo condensar as possibilidades de definitude, mais ele será independente na composição orgânica da sentença e, conseqüentemente, suas possibilidades de projeção na demanda de saturação também serão maiores. Quanto menos condensar as possibilidades de definitude, mais dependente dos seus determinantes (ou do processo de textualização que auxilie na recuperação do traço de definitude) o núcleo vai se apresentar e, conseqüentemente, suas possibilidades de projeção na demanda de saturação serão bem mais pontuais. Outros elementos participam da composição da definitude referencial. Em um breve contínuo podemos representar isso:

Quadro 16 – Gradação do núcleo do *sujeito base* na definitude referencial.

<p>O núcleo condensa as possibilidades de definitude referencial</p> <div style="text-align: center;">  <p>(-)</p> <p>(+)</p> </div> <p>Possibilidades de projeção nas demandas de saturação.</p>	<p style="text-align: center;">Núcleo do Sujeito Base/NML</p> <p>(122) ...Estudantes pedem <i>cancelamento</i> do trabalho...</p> <p>(121) ...coleguinha de religião dela querendo <i>apedrejamento</i>.</p> <p>(120) ...Paes e a <i>desumanização</i> da mulher negra.</p>
--	--

Fonte: elaborado pelo autor.

Temos de ressaltar que a generalização no modo de enunciar permanece nos três casos. O que queremos mostrar com esse contínuo é que a forma nominalizada pode mais ou menos condensar a definitude referencial, implicando nas possibilidades de abrigar um número de agentes nessa ocupação. Em (120), o termo *Eduardo Paes* não fecha a definitude referencial de *desumanização*, isso significa que outras saturações semânticas são possíveis como, por exemplo, podem figurar como protagonistas dessa nominalização o homem branco que ofende a mulher negra, pobre, ou o homem dotado de poder, de autoridade. De

modo quase semelhante, podemos pensar o enunciado (121), isto é, *coleguinha de religião dela* não completa a definitude da ação de *apedrejar*. Se comparado ao exemplo (120), podemos dizer que o núcleo *apedrejamento* é um pouco menos condensando, o que significa que as saturações semânticas potenciais estão mais reduzidas, em razão do próprio histórico de enunciações que *apedrejamento* acumula, muito embora acreditemos que os agentes em potencial ultrapassem o referencial de *coleguinha de religião*, e alcance outras pessoas de outras religiões, que não só o Islamismo, dado o domínio de mobilização desse dizer na direção, inclusive, da ironia. Por outro lado, no exemplo (120), embora o termo *estudantes* não se configure como o traço de definitude da ocupação do sujeito de *cancelamento*, esse traço de definitude está circunscrito no próprio acontecimento enunciativo por elementos no entorno da NML que indiquem quem pode realizar o ato de cancelar. Como dissemos, é o professor da disciplina ou idealizador do projeto, isto é, as saturações semânticas potenciais são mais pontuais.

Nesses casos em que o traço de ocupação do lugar de sujeito vai se configurando de um modo menos definido, podemos dizer que esse lugar opera sob o regime da foricidade, dado que as propriedades relativas a ele podem ser definidas fora dos limites da sentença. Dito de outro modo, o lugar do sujeito é o lugar da forização. As propriedades podem estar fora da cadeia sintática, visto que os sentidos anafórico e catafórico não estão presos à sentença, mas não fora dos limites da enunciação. O sentido vem de outro lugar que não é o sintático, ou, recorrendo a Milner (1989), aquele “geograficamente” posicionado, mas de fora, como, por exemplo, do nosso ponto de vista, de traços da memória, da historicidade dos dizeres. Nessa direção, esse traço de ocupação do núcleo de um *sujeito base* que estamos perseguindo se daria em lugar sintático dentro do qual se pratica uma maneira de significar, significação essa constituída além do âmbito da sentença.

Além dos exemplos (120), (121) e (122) analisados, outros podem se inserir nessa segunda perspectiva de projeção da nominalização enquanto núcleo do *sujeito base*. Vejamos:

(95) Noélia sofre racismo e **humilhação** em loja da PBKids em Shopping de São Paulo.

(101) **Intolerância religiosa**. Terreiro de Mãe Rosana foi incendiado na madrugada.

(110) Aos 129 anos de abolição, ainda buscamos **a eliminação do racismo**.

(112) **A apropriação cultural destes signos** ser vista como algo estiloso, enquanto seu uso por pessoas negras ser visto com preconceito é, além de racista, hipócrita.

(113) Papa Francisco condena **perseguição contra muçulmanos**.

(119) Somos a razão das lutas dos nossos ancestrais. **Resistência** sempre!

Aqui, também, se assume, na própria enunciação da sentença, uma parcela de indefinição do sujeito. O traço de definitude da ocupação se dá em função da pertinência que a memória de significações contrai na instância de enunciação. Isso significa que a forma nominalizada, enquanto ponto de estabilidade na demanda de saturação, mesmo não marcando um sujeito + determinado, + definido, vai condensar, em alguma medida (para mais ou para menos), as possibilidades de definitude, em razão exatamente dessa historicidade de dizeres que ela abriga, como é o caso das formas *humilhação*, em (95), e *perseguição* contra muçulmanos, em (113). Há um memorável desses agentes que agem humilhando negros em lojas e daqueles que perseguem muçulmanos. As possibilidades de saturação semântica vão estar ancoradas nesse memorável atualizado, isto é, na relação entre essa memória de significações e uma pertinência do significar atual. Assim também se dá em *intolerância religiosa*, em (101), e *apropriação cultural*, em (112). Não está marcado lexicalmente quem não tolera uma religião ou quem se apropria culturalmente de alguns signos, mas a forma nominalizada parece abrigar esses possíveis sujeitos, uma vez que condensa as possibilidades de definitude. O “nós”, oculto em (110) e (119), sujeitos ocupando outros argumentos, outro lugar, não fecham a definitude de *eliminação* e *resistência*. Essas formas nominalizadas, em alguma medida, vão condensar as possibilidades de definitude em relação a quem vai eliminar e a quem vai resistir.

Em outros casos, o traço de ocupação pode se caracterizar como ainda + indeterminado, em razão de uma dispersão da definitude referencial. Não há limites rígidos entre essa terceira concepção de projeção do núcleo do *sujeito base* e a segunda concepção. Optamos por inserir algumas formações nominais nesse grupo, em razão de essas formações apresentarem um traço maior de indefinição, incluindo aí, por exemplo, o caso dos nominais de infinitivo, que, para nós, não estaria nem no grupo primeiro, nem no segundo papel projetivo. Dito de outro modo, a definitude referencial das formações nominais que estão nesse grupo assenta-se no fato de que o núcleo, ou melhor, a forma nominalizada, condensa mais as possibilidades de definitude. Vejamos:

(111) Não há cultura de **denúncia do racismo** no Brasil, dizem especialistas.

(114) Queria entender qual o motivo de tanta **resistência à representatividade de Pantera Negra**.

Tentemos explicar essa questão estabelecendo uma diferença entre os exemplos (114) e (119). Observando, nas duas ocorrências, a mesma forma nominalizada, *resistência*,

podemos enxergar, ainda que sutilmente, uma questão que as separa. Em (119), ainda que um outro sujeito – no caso *nós*, ocupando um outro argumento, ou melhor, um outro lugar que não o projetado pela nominalização –, não feche a definitude referencial de *resistência*, esse outro sujeito parece compor, ainda que indiretamente, o quadro de agentes potenciais. Não se trata de recuperar um termo capaz de ocupar o lugar do sujeito *resistência* no processo de textualização, até porque, como dissemos, não é ele que vai fechar a definitude desse núcleo, mas de considerá-lo como possibilidade em relação a *quem deve resistir sempre?* O que não acontece com *resistência*, em (114), visto que a definitude da ocupação está ainda menos marcada lexicalmente, ou seja, não há nenhum traço na formação extensiva que aponte para algum agente, além da historicidade de dizeres condensada pelo núcleo, que vai ser capaz de projetar os agentes potenciais. É nesse sentido que afirmamos que o núcleo vai concentrar mais as possibilidades de definitude, ou seja, o núcleo tem uma responsabilidade maior quanto a essa definitude, já que o sujeito se apresenta mais indeterminado. Ainda que, por vezes, estendida ao seu determinante, como em *denúncia do racismo*, em (111), no qual o determinante *do racismo* é parte essencial desse núcleo na projeção, essa possibilidade de condensação da definitude cabe a ele, o núcleo.

Como dissemos, entendemos o caso dos nominais de infinitivo como um exemplar dessa concepção de projeção. Consideremos o exemplo a seguir:

Figura 77 – Um livro para refletir e mobilizar



Fonte: Revista Fórum¹⁴⁸.

Observemos a formação nominal:

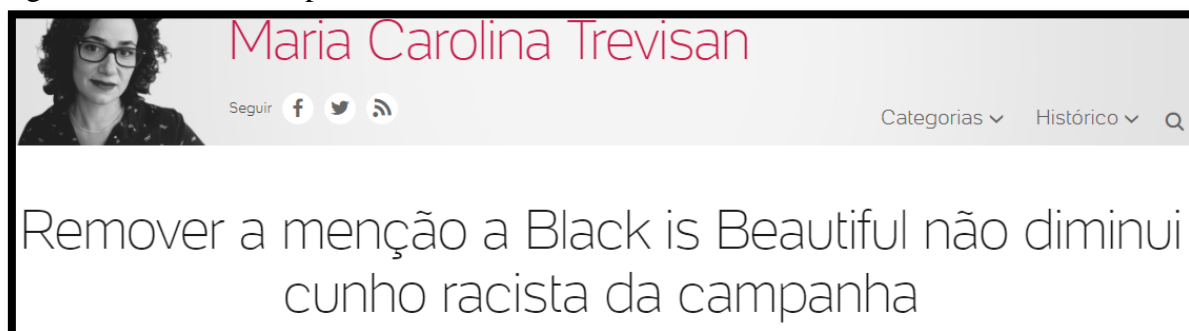
(123) Um livro para **refletir** e **mobilizar**.

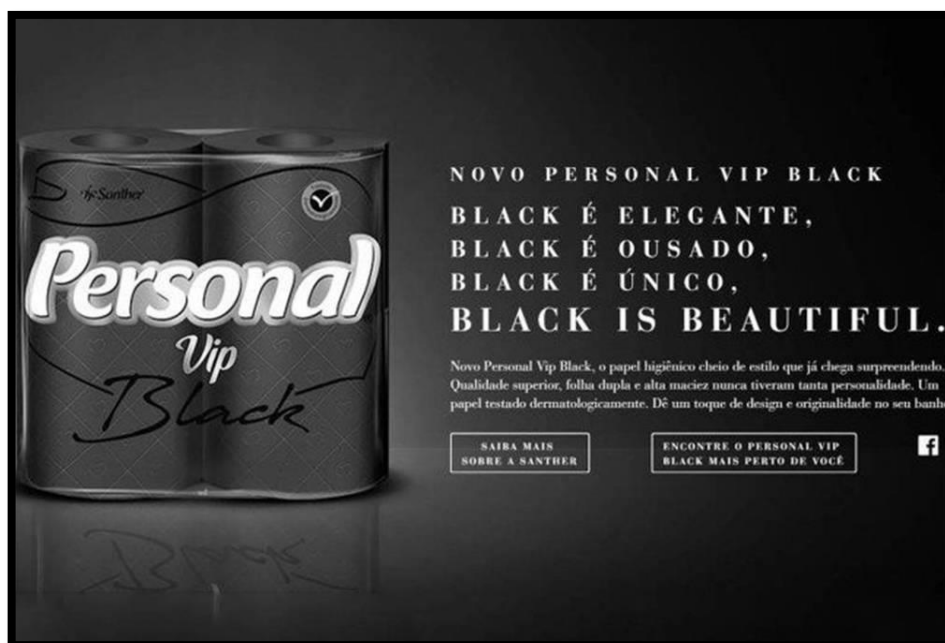
¹⁴⁸ Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/racismo/>> Acesso em: 10.07.2017.

Entendemos que os nominais *refletir* e *mobilizar*, núcleos de um *sujeito base*, parecem figurar ainda mais alto na escala dos graus de indeterminação. Por mais que pensemos em uma possibilidade como *um livro para você refletir*, considerando que se trata do gênero propaganda, imbuído, portanto, de uma função conativa da linguagem, esse *você* ainda se apresenta com características de indefinição, dada a sua amplitude. Do mesmo modo, podemos pensar a forma *mobilizar*, em *quem vai mobilizar?* (e aqui poderíamos pensar, também, em *mobilizar o quê?* já que essa discussão de projeção histórica passa, também, pelo lugar de complemento). O *você*, agente possível, equivaleria a *alguém* e se apresentaria, nessas condições, com características de indefinição.

Contudo, assim como os exemplos que discutimos na concepção anterior de projeção, esses casos envolvendo os nominais de infinitivo também podem ser inseridos numa proposta escalar, portanto, não fechados em um único olhar que se aplique a todo caso dessa natureza. A fim de melhor entender esse movimento de sentidos, consideremos o bloco de exemplos a seguir:

Figura 78 – Personal Vip Black





Fonte: *Maria Carolina Trevisan (blogosfera)*¹⁴⁹.

Figura 79 – Afro-matemática

GAZETA DO POVO |  EDUCAÇÃO

CURRÍCULO

Afro-matemática será matéria obrigatória em curso de universidade federal

Um dos objetivos é “romper com os moldes da educação reprodutora do racismo”

Fonte: Gazeta do Povo¹⁵⁰.

¹⁴⁹ Disponível em: <<https://mariacarolintrevisan.blogosfera.uol.com.br/2017/10/24/remover-a-mencao-a-black-is-beautiful-nao-diminui-cunho-racista-da-campanha/>> Acesso em: 30.10.2017.

¹⁵⁰ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/afro-matematica-sera-materia-obrigatoria-em-curso-de-universidade-federal-1625q3gzbok0ijlhw0x6iecsj>> Publicado em: 17.10.2017. Acesso em: 28.11.2017.

Figura 80 – *Like a Prayer*

Fonte: imagem extraída do *Twitter*¹⁵¹.

Tomemos os enunciados:

(124) **Remover** a menção a *Black is Beautiful* não diminui cunho racista da campanha.

(125) Afro-matemática será matéria obrigatória em curso de universidade federal. Um dos objetivos é “**romper** com os moldes da educação reprodutora do racismo”.

(126) Há 29 anos, Madonna lançava um clipe onde assistia a um grupo de supremacistas brancos matando uma mulher, um negro sendo acusado erroneamente pelo crime, apontava a hipocrisia da igreja ao **santificar** o mesmo negro, queimava cruzes e deixava o mundo de cabelo em pé.

Do exemplo (124) ao (125), o traço de definitude da ocupação do sujeito vai se tornando cada vez mais determinado. Se observarmos o enunciado em (124), vemos que ele se refere a uma campanha que anuncia um papel higiênico preto com *slogan* do movimento negro americano dos anos 1960, denominado de *Black is Beautiful*, cujo propósito era o de “desconstruir a noção, inculcada pelo racismo, de que o fenótipo natural negro – pele escura, cabelo crespo e traços faciais – é feio ou menos atraente do que o padrão de beleza

¹⁵¹ Dossi, Celso (@celsodossi). “Há 29 anos, Madonna lançava um clipe (...)”. 21.03.2018, 20:48. Tweet.

eurocêntrico”¹⁵². Então, considerando que se trata de uma campanha, a pergunta possível, diante da cena enunciativa construída pelo locutor X, é: quem vai remover, ou quem pode remover a menção a *Black is Beautiful* dela? Entendemos que figuram entre esses agentes, os idealizadores, os executores e os responsáveis pela marca ou produto. Do mesmo modo que, em (125), o enunciado anterior que compõe a notícia, qual seja, *Afro-matemática será matéria obrigatória em curso de universidade federal*, funciona como um domínio referencial que possibilita a constituição, em alguma medida (para mais, se comparado ao exemplo 123) dos traços de definitude da ocupação do sujeito. Se construirmos uma rede enunciativa com um enunciado real, podemos entender melhor esse nível de (in)determinação. Vejamos a Figura 81.

Figura 81 – Combate ao racismo é com igualdade



Fonte: imagem extraída do *Twitter*¹⁵³.

Consideremos o seguinte comentário feito em um *tweet* sobre a notícia da Figura 79:

(127) É por essas e outras que luto contra o racismo, porém de modo diverso do **deles**. Combate ao racismo é com igualdade, não com divisões.

Resguardado o tratamento polifônico, é sobre esse modo de enunciar, “falando o outro”, em que se assenta essa análise. Em (127), temos um exemplo de definitude em

¹⁵² Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/10/24/A-origem-da-frase-%E2%80%98black-is-beautiful%E2%80%99.-E-as-cr%C3%ADticas-a-seu-uso-num-comercial>> Publicado em: 24.10.2017. Acesso em: 20.12.2017.

¹⁵³ Holiday, Fernando (@FernandoHoliday). “É por essas e outras que luto contra o racismo (...)”. 18.10.2017. Tweet.

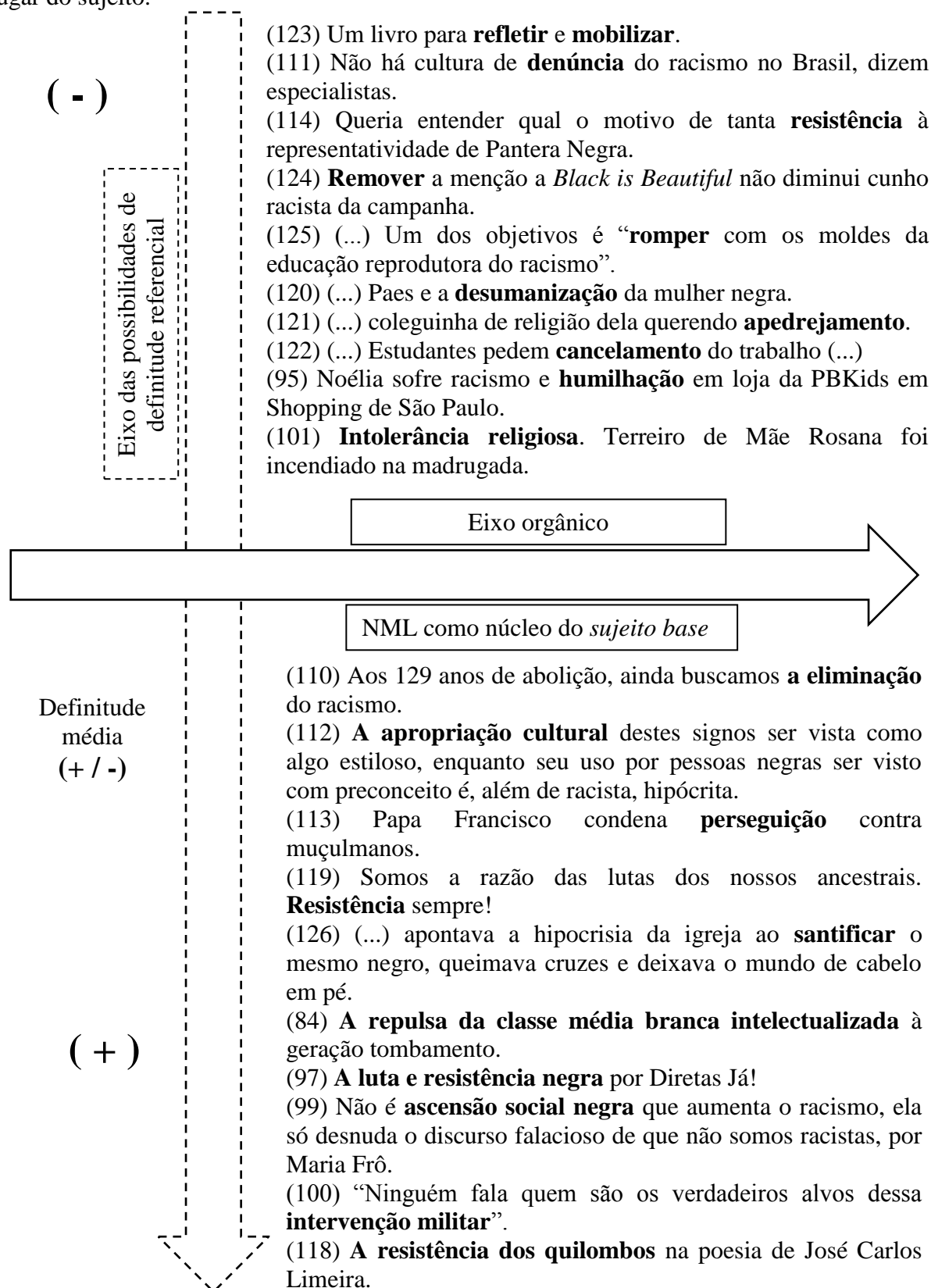
ancoragem. O pronome *eles*, presente na contração de (proposição) + eles (pronome), não se ancora em um termo específico no fio textual, essa ancoragem se dá no plano simbólico. Ocorre que esse *eles* parece tornar mais definida a identidade de quem pretende romper com os moldes da educação reprodutora do racismo. Se entendemos que, semanticamente, esse *quem pode ou vai romper* com os moldes dessa educação pode ser saturado por *Instituição de Ensino Superior* – que tem autonomia para alterar a grade curricular do curso, com anuência do colegiado superior da instituição e em conformidade com uma Portaria Normativa –, o termo *esse*, em outra instância, faz tornar mais definida essa referência projetada pelo nominal de infinitivo, na medida em que parece atribuir uma existência, e, desse modo, assegurar que apontemos, historicamente, para aquele referente *Instituição de Ensino Superior*.

Com esses exemplos, pudemos mostrar que, mesmo sendo um nominal de infinitivo, aquele apontado como impessoal em razão de não marcar a existência de um sujeito se relacionando com o verbo, o núcleo do *sujeito base*, ainda assim, se observado no acontecimento enunciativo, permite atribuir traços de definitude da ocupação do sujeito, seja se situando, na proposta escalar de Ladeira (2010), mais perto do grau de indeterminação, como no exemplo (124), seja cada vez mais longe do grau de indeterminação, como na formação extensiva (126), em que, na definitude referencial, o núcleo *santificar*, na formação nominal *a hipocrisia da igreja ao santificar o mesmo negro*, apresenta *igreja* como um agente definido e lexicamente materializado.

Feitas essas considerações, temos condições agora de inserir os exemplos em um contínuo, segundo os critérios de análise que utilizamos para elaborar um estatuto de completude dos nomes, quais sejam, aqueles ligados à definitude, à indefinição e à generalização, isto é, fatores que condicionam a ocupação do lugar do sujeito. Vejamos.

Figura 82 – Contínuo da definitude referencial na ocupação do lugar do sujeito.

Traços de
DEFINITUDE
na ocupação do
lugar do sujeito.



O contínuo, neste capítulo, ganha forma disposto na horizontalidade (nível orgânico, da linearidade sintática) e na verticalidade (eixo das possibilidades de definitude referencial para + ou para -; por isso, optamos pela seta tracejada), diferentemente dos contínuos do capítulo anterior. Essa proposta de organização está ancorada na tese segundo a qual o fato linguístico, como afirma Dias (2005a, p. 115), é definido a partir da tensão entre o posicionamento de uma unidade, marcada na linearidade, isto é, pontuada na horizontalidade da ordenação do arranjo sintático, de um lado, e a verticalidade própria de um domínio de sentidos, de outro. Organizando assim o contínuo, tentamos tornar mais clara a realização de um nome como núcleo, na relação linearização/convergência enunciativa, seja pelo cumprimento de uma demanda específica, seja pelas orientações enunciativas dessa demanda, configurando, assim, o que acreditamos ser um estatuto de completude inerente à significação dos termos nominalizados.

Nesse sentido, alocamos essas formações nominais no contínuo com base no que observamos nas suas análises, isto é, na medida em que concebíamos uma sustentação discursiva para essas sentenças, foi possível projetar, a partir de um núcleo nominalizado como ponto de estabilidade na demanda de saturação, um domínio de referência capaz de dar suporte a uma ocupação. Essa concepção permite que olhemos os enunciados não somente pelo eixo orgânico, mas também pelo eixo de possibilidades, observando neles os traços de (in) definição na ocupação do lugar do sujeito.

Observando esses enunciados, assim, alocados no contínuo, podemos dizer que as demandas de projeção é que determinam os modos de produção de pertinência das nominalizações, na medida em que há algo anterior que sustenta essas demandas, e que possibilita, na instância de enunciação presente, saturações semânticas que vão fazer significar de um jeito e não de outro, como mostramos nas análises.

Ainda que de modo breve, consideramos oportuno falar sobre a relação entre modos de enunciação e gêneros textuais. Dos exemplos analisados nas três concepções referenciais de projeção do núcleo (a nominalização) do *sujeito base*, podemos dizer que há sempre, num primeiro olhar, um efeito mais genérico do modo de enunciar no gênero notícia, a exemplo dos enunciados (111), (125), (120), (122), (95), (101), (110). Em outros termos, a nominalização abre espaço para um modo de enunciação mais genérico que, por sua vez, favorece as condições de ocupação do lugar de sujeito no gênero notícia.

Ainda em relação aos exemplos extraídos do discurso jornalístico, cabe uma observação. Por mais que, neles, o traço de ocupação do sujeito se dê dentro de uma certa escala de indeterminação – em razão da capacidade da nominalização de apagar algumas

marcas, de virtualizar uma predicação, condensando, assim, em alguma medida a definitude referencial –, em alguns dizeres, como aqueles que se assemelham a textos de opinião (100), (99), (84), (112), (126), ou os dizeres dos movimentos sociais (97), ou de campanhas publicitárias (119), o modo como o locutor X monta a cena enunciativa tira desses modos de enunciar um pouco de suas características mais genéricas. Seria, nesses casos, o modo de enunciar menos genérico – não chamaremos de modo de enunciar específico em razão das próprias condições que uma nominalização, enquanto núcleo do *sujeito base*, traz à enunciação – favorecendo as condições de ocupação dos lugares de sujeito.

Considerando que algumas nominalizações evocam uma demanda, também, por um complemento, demanda essa relativa aos trajetos enunciativos que se configuram em domínios discursivos diversos, passemos agora a expor sobre a requalificação desse lugar sintático, entendido, também, como um lugar enunciativo.

4.4 O lugar sintático de complemento enquanto projeção histórica

Como vimos no segundo capítulo, em termos de estrutura argumental, a forma nominalizada deverbal sufixal tem, como propriedade geral, a possibilidade de atuar no enunciado em função de argumento. Correspondendo a um lugar da estrutura predicativa de um predicador, afirma Meyer (1991, p. 122), “o argumento é um termo tipicamente nominal, de valor referencial, ou ao menos potencialmente referencial”. Nesse sentido, o argumento não institui espaços, e, conseqüentemente, a sua estrutura sintática, refletindo sua estrutura semântica, não demanda também nenhum espaço. O argumento, no estudo de natureza funcionalista da autora, é um termo intransitivo.

Por outro lado, quando a forma nominalizada ocorrer no enunciado em função de predicador, ela herda, ainda segundo Meyer (1991, p. 114), a estrutura semântica da sua base, quanto ao estado-de-coisas referido e quanto à estrutura argumental. Sendo assim, a estrutura sintática da forma nominalizada nessa função de predicador, “além de ser transitiva, contém o mesmo número de espaços que o número de lugares da sua estrutura semântica”. Em alguns casos, mesmo sendo uma estrutura sintática transitiva, os argumentos nucleares do predicador nominalizado vão estar presentes no enunciado, em outros não.

Essa concepção de lugar sintático corresponde tão somente ao lugar da sentença, ou melhor, ao *place*. Sendo assim, ela não basta, para nós, porque essa concepção não contempla o lugar sintático como uma localização qualificada, isto é, atribuir uma função predadora ou designadora à forma nominalizada, e, a partir daí, ver como essa forma se comporta em

termos de admitir lugares (ou não) dadas essas funções, não contemplaria a concepção de lugar enquanto um espaço interior do qual se constitui um domínio de referência. Isso limitaria o que defendemos aqui sobre a requalificação dos lugares sintáticos, concebidos como lugares de funcionamento da enunciação.

De todo modo, essa noção nos serve, com os devidos deslocamentos, na medida em que, a partir dela, podemos entender a origem da herança transitiva das nominalizações enquanto função predicadora. Contudo, é a noção de lugar qualificado, ou melhor, *site*, que dá conta da ideia de que o lugar sintático pode ser ocupado ou não a partir de certos parâmetros de ocupação, sem se colocar inteiramente afetado pelos conceitos de “necessidade” e “complementação”, que trazem, segundo Dias (2005a), o problemático pressuposto da completude.

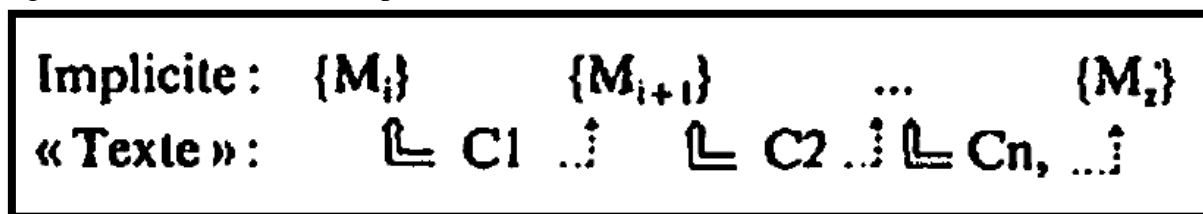
Como essa discussão está fundamentada nos estudos de Dias (1999a, 2005a, 2006a, 2009a) e Dalmaschio (2013) sobre a importância do conceito de lugar sintático no campo dos estudos da transitividade, a escolha pelo termo lugar de “complemento”, para o caso das nominalizações, se deu unicamente para marcar a diferença em relação a lugar de “objeto”, para o caso da transitividade verbal, foco de análise desses estudos, segundo os quais, o objeto enquanto forma linguística é um recorte de significação historicamente delimitado que ganha uma forma na língua através de um lugar projetado pelo verbo. Buscamos entender o lugar de complemento a partir, também, desse princípio, no entanto, descentralizando a figura do verbo na (não) ocupação desse lugar.

Se o lugar do sujeito é o lugar da forização, como vimos, o lugar do complemento é o lugar do apontamento, isto é, as palavras se articulam umas às outras, mas elas ficam ali, apontando para a memória. Para entender melhor, retomemos o exemplo (120) “Vai trepar muito no quatinho”: Paes e *a desumanização da mulher negra*. De onde vem o termo *da mulher negra*, complemento de *desumanização*? Esse termo é, na cena construída pelo locutor X, um apontamento para a memória discursiva desse discurso de desqualificação de atributos morais do ser humano, de anulação do caráter humano, mais especificamente de uma mulher, e, atualizando ainda esse termo, de uma mulher que é negra. Então, o locutor X adentra nesse discurso para selecionar esse complemento e estabelecer ali uma convergência enunciativa dessa natureza. Além disso, é esse discurso desmoralizante que vai estabelecer as perspectivas de convergência, por exemplo, dificilmente teremos uma convergência mais ou menos assim: *Paes e a desumanização do homem*. Nesse sentido, uma sentença se constrói com palavras que se costuram, mas que estão se ligando pela memória.

O conceito de “apontamento”, ou *pointage*, como descreve o autor, é extraído da proposta de trabalho de Berrendonner (1990) acerca da macrossintaxe. Essa perspectiva ganha forma a partir de dois níveis distintos e complementares, quais sejam, o nível do texto, que é o nível dos arranjos sentenciais, e o nível dos implícitos, que se fundamenta na memória discursiva, como descreve Dalmaschio (2013, p. 99), “cujos extratos de existência não estão marcados apenas nas formas”. Vale ressaltar que essa memória em Berrendonner é de natureza cognitiva, ou melhor, como ele mesmo afirma, “essas relações macrossintáticas são cognitivamente motivadas” (p. 26)¹⁵⁴, o que marca uma diferença em relação ao conceito de memória enunciativa adotada nesse estudo. Contudo, trazemos essa noção de macrossintaxe porque ela se aproxima de algum modo da noção de lugar sintático que vemos perseguindo.

Nessa perspectiva da macrossintaxe, o apontamento (*pointage*) estaria no nível da verticalidade, da memória, e seria garantido por uma sintaxe mais complexa que, além de considerar um elemento (*liage*) marcado na horizontalidade da sentença, resguardaria a possibilidade da presença de outros elementos nesse nível da verticalidade. A macrossintaxe está assim representada por Berrendonner (1990) no esquema a seguir:

Figura 83 – A Macrossintaxe para Berrendonner.



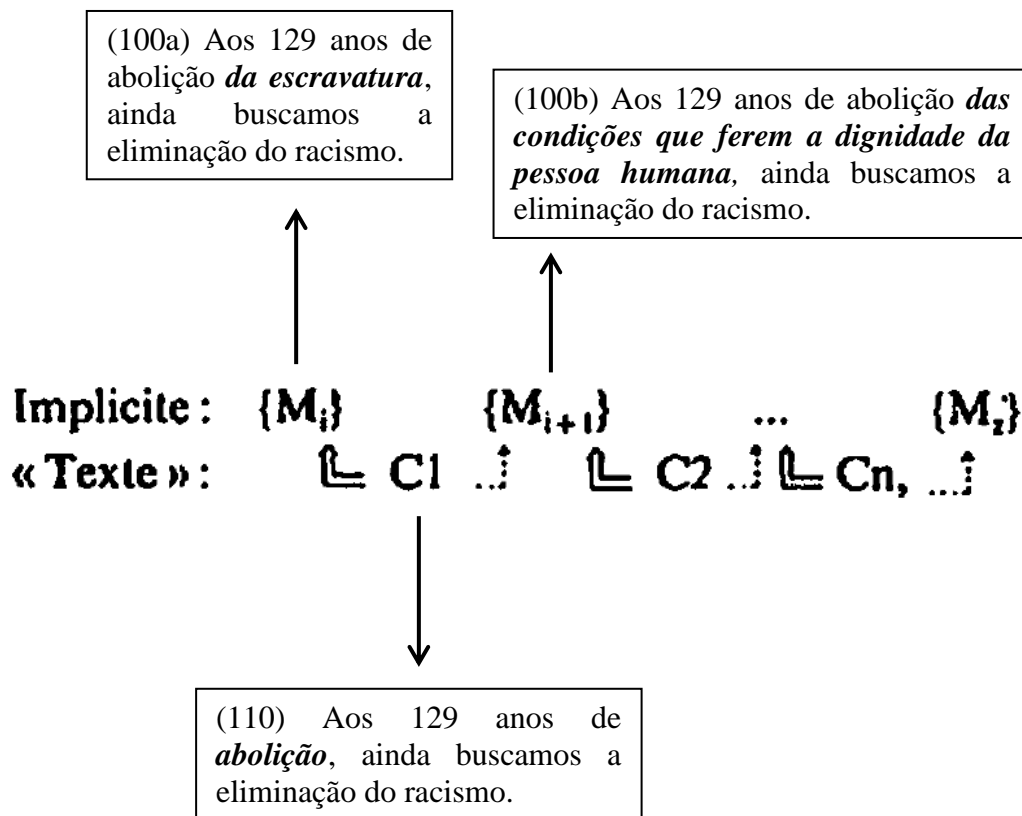
Fonte: Berrendonner (1990, p. 26).

O esquema revela a relação complementar entre os dois níveis, o do texto e o dos implícitos. No nível do texto, as *Clauses* (*C*), elementos internos da sentença, entram em combinações sintagmáticas “heterogêneas por natureza”¹⁵⁵, segundo Berrendonner (1990, p. 26), e realizam operações de apontamento que evocam a dimensão da memória discursiva (*M*), no nível dos implícitos. Como descreve Dalmaschio (2013, p. 110), “(*M*) existe em um estado de virtualidade que, ao ser convocada pelo fio do discurso, passa por um processo de

¹⁵⁴ No texto original: “Ces relations macro-syntaxiques sont cognitivement motivées, et leurs termes ne sont plus des segments signifiants, mais des informations et des actions communicatives”. (BERRENDONNER, 1990, p. 27).

¹⁵⁵ No texto original: “(...) les clauses entrent dans des combinaisons syntagmatiques *hétérogènes* par nature. Chaque clause est en effet un opérateur qui prend pour argument un état préalable de *M*, auquel il s'applique pour le transformer, et qui produit en guise de résultat un nouvel état de *M* (...)”. (BERRENDONNER, 1990, p. 26).

atualização e, de maneira equivalente, é de novo posta em cena para ser acionada em enunciados futuros”. Exemplifiquemos com uma de nossas ocorrências:



Nessa ilustração, podemos observar que a sentença (110), *Aos 129 anos de abolição, ainda buscamos a eliminação do racismo*, representando a (C1), mantém uma relação de apontamento, no nível da memória discursiva (M1), com o enunciado (110a), *Aos 129 anos de abolição da escravatura, ainda buscamos a eliminação do racismo*, em razão de uma lacuna, ou seja, há um memorável que possibilita que a ocupação do lugar sintático de complemento, projetado pela nominalização *abolição*, seja realizada pelo sintagma preposicionado *da escravatura*. Essa relação de apontamento entre (C1) e (M1) é capaz de gerar um novo estado de memória (M1+1), no qual o domínio de referência do lugar de complemento se dilata, possibilitando que outros termos além de *da escravatura*, que logo nos vem à memória quando falamos de *abolição*, ocupem também esse lugar, que é de natureza histórica, como em (100b), *Aos 129 anos de abolição das condições que ferem a dignidade da pessoa humana, ainda buscamos a eliminação do racismo*. O apontamento (M1) nos remete, portanto, a uma memória regular da projeção da forma nominalizada, *abolição [da escravatura]*, e o outro estado de memória (M1+1), à ressignificação dessa

memória, ou melhor, a outras possíveis projeções, *abolição [das condições que ferem a dignidade da pessoa humana]*.

Desse modo, depreende-se que toda sentença está se comunicando com um domínio de referência. É sobre esse ponto que repousa nossa perspectiva de análise do lugar sintático de complemento enquanto projeção histórica. Acreditamos que as nominalizações evocam uma demanda cujo caráter não é o de ser um traço, via de regra, marcado no léxico, isto é, ela é devida à memória de outros trajetos enunciativos que afetaram a forma nominalizada. Desse modo, o fato de o complemento não se materializar, linguisticamente, não invalida o caráter “transitivo” da nominalização em sua função predicadora.

O olhar sobre a não ocupação do lugar sintático está ancorado no fato de que a língua, para nós, é permeada por silêncios de naturezas diversas. Nesse ponto, fazemos um novo apelo a Dalmaschio (2013, 114), ao propor o chamado silêncio sintático¹⁵⁶, alicerçada no que Orlandi (1995) define como silêncio constitutivo. O silêncio sintático consiste, portanto, nos termos daquela autora, em “um lugar na organicidade da sentença que permite a possibilidade do movimento dos dizeres. Movimento esse que se constitui sócio-historicamente a partir da tensão entre memória e atualidade” (p. 115). Tomemos um exemplo:

Figura 84 – O teu discurso não nega, racista.



Fonte: Carta Capital¹⁵⁷.

¹⁵⁶ A definição de *silêncio sintático* proposta pela autora já vem desde o seu trabalho de mestrado defendido em 2008. A referência desse trabalho é: DALMASCHIO, L. *Enunciação e Sintaxe: modos de enunciação genéricos na ocupação do lugar sintático de objeto*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.103p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2008.

¹⁵⁷ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-teu-discurso-nao-nega-racista>> Publicado em: 10.02.2017. Acesso em: 16.07.2017.

(128) O teu discurso não nega, racista.

No enunciado em questão, o verbo *negar* projeta o lugar sintático de objeto, mas a ocupação material desse lugar não se efetiva. Nesse dizer, o silêncio sintático, em razão da ausência de um elemento lexical não afeta a unidade da sentença, porque a significação resulta de uma memória de recorrência do verbo (não) *negar*, ou mesmo de uma recorrência dos silêncios sintáticos em predicções de que esse verbo participa. O funcionamento de uma regularidade que se instala nesse lugar de objeto possibilita a construção de domínios de referência para a ocupação desse lugar. Nesse sentido, podemos preenchê-lo com elementos como: *O teu discurso não nega... o preconceito... um posicionamento... uma superioridade... um distanciamento.*

Do mesmo modo, podemos pensar nos silêncios sintáticos em predicções de que participa uma forma nominalizada. Retomemos o exemplo:

(123) Um livro para **refletir** e **mobilizar**.

Se, na nossa perspectiva, a referência se constitui na relação entre o acontecimento do dizer e o domínio histórico da constituição desse acontecimento, segundo Guimarães (1995), não podemos dizer que essa ausência lexical no lugar de complemento projetado pelos nominais de infinitivo *refletir* (o que vai ser refletido/sobre o que vai ser refletido?) e *mobilizar* (o que vai ser mobilizado?) seja um vazio. Isso porque há um domínio de referência na ocupação desse lugar de complemento constituído em razão de uma memória de recorrências desses nominais usados em relação à temática do racismo.

Considerando, então, a ótica da predicção de que faz parte uma forma nominalizada, passemos à apresentação de mais um fundamento que norteia nossas discussões, qual seja, a hipótese de Dias (2006a) sobre dois tipos de predicção: a predicção dirigida e a predicção centrada. A primeira, “ocorre quando ela é orientada para um objeto” (p. 61). Nesse caso, como trabalhamos com nominalizações, é preciso fazer um deslocamento nessa definição tomando não o objeto, mas o complemento como foco. Como exemplos desse tipo de predicção, podemos retomar os enunciados:

(111) Não há cultura de **denúncia** *do racismo* no Brasil, dizem especialistas.

(114) Queria entender qual o motivo de tanta **resistência** *à representatividade de Pantera Negra.*

(120) “Vai trepar muito no quartinho”: Paes e a **desumanização da mulher negra**.

(122) Em nota, estudantes pedem **cancelamento do trabalho que previa projetar imóvel de 800 m² com área de serviço, quartos e banheiros para oito empregados**.

(110) Aos 129 anos de abolição, ainda buscamos **a eliminação do racismo**.

(112) **A apropriação cultural destes signos** ser vista como algo estiloso, enquanto seu uso por pessoas negras ser visto com preconceito é, além de racista, hipócrita.

(113) Papa Francisco condena **perseguição contra muçulmanos**.

(118) **A resistência dos quilombos** na poesia de José Carlos Limeira.

(126) Há 29 anos, Madonna lançava um clipe onde assistia a um grupo de supremacistas brancos matando uma mulher, um negro sendo acusado erroneamente pelo crime, apontava a hipocrisia da igreja ao **santificar o mesmo negro**, queimava cruzes e deixava o mundo de cabelo em pé.

(84) **A repulsa da classe média branca intelectualizada** à geração tombamento.

Nessas formações nominais destacadas, o efeito de completude é, segundo os ensinamentos de Dias (2006a), orientado para um complemento marcado organicamente na sentença. Ao deslocarmos da forma nominalizada na sua função de predicador o caráter transitivo, para a tipologia de predicação, estamos introduzindo, nos estudos dessa natureza, o plano do enunciável que, como vimos, diz respeito às instâncias nas quais o dizer ganha pertinência.

A predicação centrada, por sua vez, “ocorre quando ela orienta para o verbo a direção da significação, não produzindo a necessidade do objeto”. Aqui o deslocamento se dá do verbo para o nome, e da necessidade do objeto para o complemento. Dias (2006a, p. 62) faz uma observação importante sobre a regularidade que é a seguinte (adaptando para o estudo das NML): nomes com maior produtividade no plano do enunciável favorecem um maior domínio de referência, e podem ser afetados pela predicação centrada ou pela predicação dirigida. Um exemplo disso é a forma nominalizada nas ocorrências (114), *Queria entender qual o motivo de tanta **resistência** [à representatividade de Pantera Negra]*, e (119), *Somos a razão das lutas dos nossos ancestrais. **Resistência** Ø sempre!* A participação desse nome, *resistência*, nos dois tipos de predicação só é possível, nos termos de Dalmaschio (2013, p. 112), “devido à memória de regularidades que esse [nome] traz dos trajetos enunciativos por ele percorridos”.

Os dois exemplos a seguir contemplam formações extensivas que se constroem em torno de uma predicação centrada. Vejamos:

Exemplo (129)

Raul Gil e o “racismo invisível” contra os asiáticos no Brasil

Mesmo sendo parte da população brasileira, descendentes de asiáticos ainda são vistos como *outsiders* no País.

No último senso realizado em 2010, 1,09% da população brasileira se identificava como “asiática” ou “amarela”. O número equivale a dois milhões de residentes com ascendência de países como China, Coreia do Sul, Tailândia e, principalmente, Japão.

Pode parecer pouco, mas isto equivale a toda a população do Qatar ou da Namíbia. Ainda mais surpreendente: esse número é mais do que o dobro da população indígena que vive atualmente no País - hoje, apenas 0,4% dos brasileiros, segundo o mesmo senso.

Mesmo assim, essa parcela é persistentemente retratada como uma alteridade, um “outro” fora da narrativa do que é o Brasil - algo entre o exótico e o invisível. Por vezes, expressões claramente racistas e preconceituosas, hoje impensáveis de serem apresentadas de forma impune na grande mídia contra negros ou homossexuais, ainda passam despercebidas e sem pudor quando dirigidas a essa parcela da população.

A participação do grupo sul-coreano KARD no Programa Raul Gil, no dia 16 de julho, é mais uma prova da resiliência deste tipo de discurso.

O constrangimento começa com um grupo infantil que vem ao palco para se apresentar.

Todas as crianças são brasileiras e de ascendência asiática, porém Raul Gil resolve, insistentemente, perguntar se elas são “japonesas ou coreanas”, além de falar para uma delas “abrir os olhos, né” enquanto tentava imitar um sotaque oriental.

Durante sua apresentação, as crianças foram surpreendidas pela entrada do grupo sul-coreano. Raul Gil entrevista o quarteto, reproduzindo todos os estereótipos raciais possíveis contra os artistas.

Ele começa questionando a intérprete, se ela sabia falar português ou apenas coreano. Em seguida, o apresentador segue dizendo que a plateia precisava “esticar o olho” para sair com alguém da banda, e pergunta se os cantores são irmãos um dos outros por serem “muito parecidos”.

A reação dos descendentes de asiáticos, contudo, está cada vez mais difícil de ser ignorada. O canal de *Youtube* e coletivo *Yo Ban Boo*, formado por brasileiros que combatem o racismo contra asiáticos com vídeos humorísticos, não demorou para criticar as atitudes de Raul Gil (...).

Fonte: Huffpost¹⁵⁸.

¹⁵⁸ Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/thiago-mattos/raul-gil-e-o-racismo-invisivel-contra-os-asiaticos-no-brasil_a_23044152/?ncid=tweetlnkbrhpmg00000002> Publicado em: 01.08.2017. Acesso em: 20.08.2017.

Figura 85 – Retrocesso.



Fonte: Imagem extraída do *Facebook*¹⁵⁹.

Observemos os enunciados:

(130) **O constrangimento** começa com um grupo infantil que vem ao palco para se apresentar.

(131) O Ministério do Trabalho e do Emprego publicou uma portaria que altera as definições de trabalho escravo e abre caminho para **violações**.

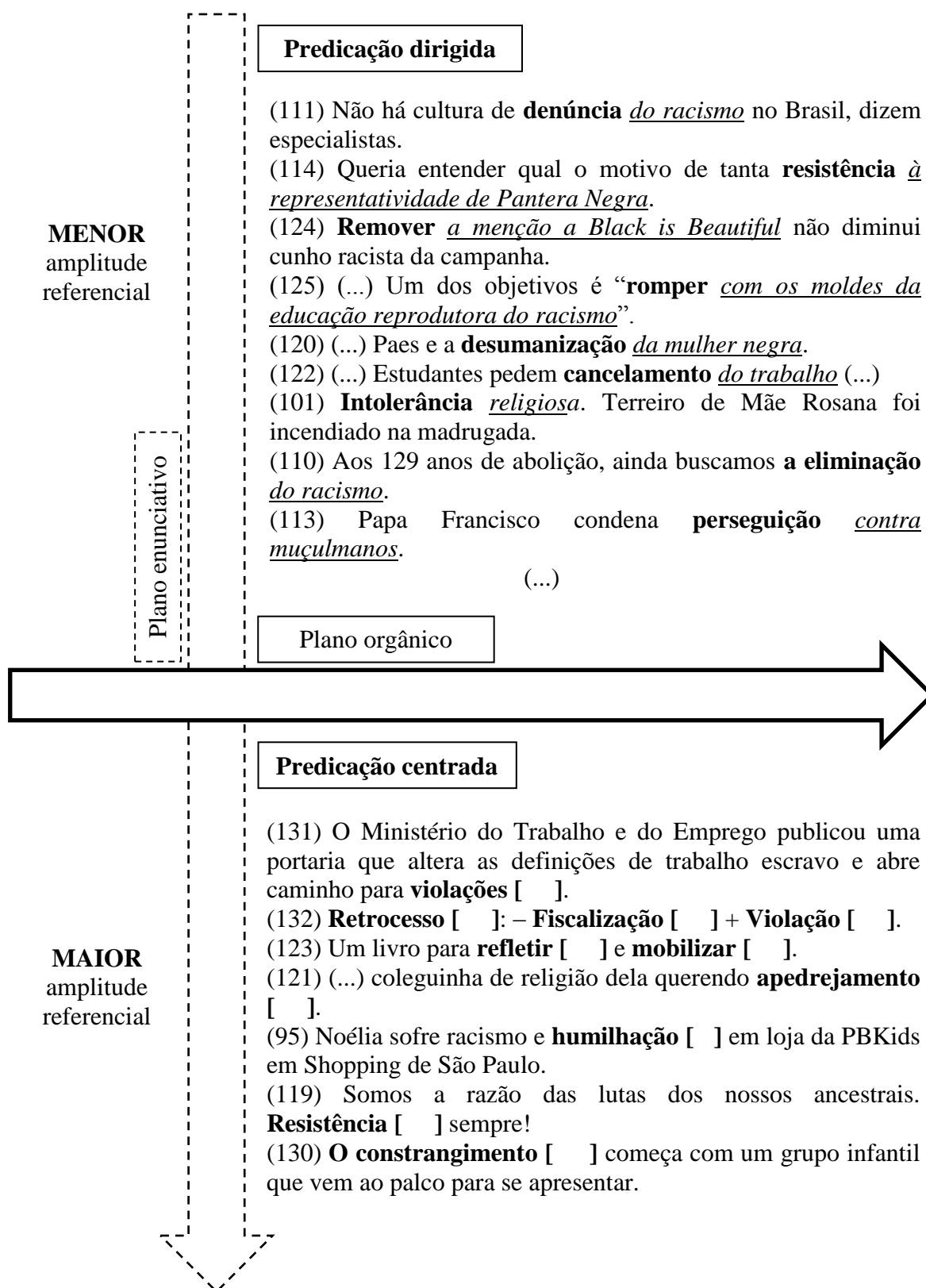
(132) **Retrocesso**: – **Fiscalização** + **Violação**.

Nos exemplos (130), (131) e (132), os lugares de complemento se mostram abertos para abrigarem domínios referenciais diversos. Nesse sentido, podemos dizer que o complemento apresenta características generalizantes e, por isso, não adquire uma representação, lexicalmente materializada, capaz de ocupar o lugar. O fato é que o lugar existe enquanto projeção histórica dos nomes.

Nesses exemplos, percebemos o que Dalmaschio (2013, p. 141), na elaboração de um contínuo de predicação, chama de “possibilidade de predicações com níveis de centrimento diversificados, e esse nivelamento é sustentado discursivamente pela maior ou menor

¹⁵⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/conectas/posts/1536134803131500>> Publicado em: 17.10.2017. Acesso em: 20.12.2017.

Figura 88 – Contínuo de predicações centrada e dirigida das nominalizações.



Fonte: elaborado pelo autor.

O contínuo da Figura 88 segue a mesma proposta de organização, considerando a horizontalidade e verticalidade, do contínuo da definitude referencial da ocupação do lugar do sujeito. Uma observação importante nesse contínuo diz respeito ao posicionamento, no plano enunciativo, dos enunciados que se compõem por meio da predicação dirigida. Como o lugar de complemento está marcado lexicalmente nesses enunciados, esperava-se que eles estivessem dispostos, ou pelo menos ganhassem evidência, no plano orgânico. Ocorre que, considerando o critério da amplitude referencial, o que nos motivou a considerá-los nesse eixo foi o fato de que, mesmo ocupado, esse lugar existe enquanto projeção histórica da enunciação da NML. Se associássemos ao esquema de Berrendonner (1990), corresponderiam às informações (M) estabilizadas, tomadas como regulares, mas prontas para serem acionadas em enunciados futuros, passando, assim, por um processo de atualização.

O que percebemos, como particularidades do funcionamento das nominalizações, é que os aspectos que recaem sobre a ocupação do lugar sintático de sujeito apresentam muito mais variações na escala do que os que recaem sobre a ocupação do lugar sintático de complemento. Este nos parece conservar uma tipicidade primeira, que é a de se construírem em torno de uma predicação ou dirigida (destaque sublinhado para os complementos marcados lexicalmente), enunciados (111), (114), (124), (125), (120), (122), (101), (110), (113), ou centrada (destaque com colchetes para os lugares não ocupados organicamente), enunciados (131), (132), (123), (121), (95), (119), (130), e dentro dessa tipicidade, é que as projeções vão se apresentar em maior ou menor amplitude referencial, mas ainda assim sem grandes variações. Em outro momento, se evidenciarmos mais a sua relação com os modos de enunciação genérico e específico, explorando traços dessa relação, talvez conseguiremos ampliar mais essa discussão e tornar mais elástica essa escala referencial do lugar sintático de complemento.

4.5 Síntese do capítulo

Aqui empreendemos uma análise de aspectos sintáticos orientada por uma semântica da enunciação, na tentativa de traçar um estatuto de completude voltado para os nomes (nominalização). Essa análise se ancorou na tese segundo a qual um fato linguístico se sustenta no plano da organicidade e no plano do enunciável, com uma demanda de saturação referencial. Nesse sentido, vimos que, em relação ao lugar sintático de sujeito a nominalização assume um papel projetivo como ponto de estabilidade na demanda de saturação do *sujeito base*. Isso significa que essa forma nominalizada vai concentrar, em mais

ou menos medida, as possibilidades de definitude referencial. Quanto ao lugar sintático de complemento, esse é o lugar do apontamento (para a memória), considerando-se que a significação resulta da sentença e da memória de dizeres das formas nominalizadas, o que significa que, ao ser associada à predicação centrada ou dirigida, as projeções da nominalização vão se apresentar em maior ou menor amplitude referencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) Será que o verdadeiro resultado a que o senhor Palomar está prestes a chegar é o de fazer com que as ondas corram em sentido oposto, de recuar o tempo, de discernir a verdadeira substância do mundo para além dos hábitos sensoriais e mentais? Não, ele chega até a experimentar um leve sentido de reviravolta, mas é tudo. A obstinação que impulsiona as ondas em direção à costa já ganhou a parada: de fato, elas aumentaram bastante. O vento estaria mudando? É pena que a imagem que o senhor Palomar havia conseguido organizar com tanta minúcia agora se desfigure, se fragmente e se perca. Só conseguindo manter presentes todos os aspectos juntos, ele poderia iniciar a segunda fase da operação: estender esse conhecimento a todo o universo.

Bastaria não perder a paciência, coisa que não tarda a acontecer. O senhor Palomar afasta-se ao longo da praia, com os nervos tensos como havia chegado e ainda mais inseguro de tudo.

(Ítalo Calvino)

O fenômeno da nominalização, da perspectiva Gerativo-Transformacional até as perspectivas mais atuais, tem sido objeto de diferentes reflexões, em diversas vertentes teóricas do campo linguístico, o que implica que o estudo desse fenômeno não é novidade nesse campo. Contudo, o que propomos foi um tratamento semântico-enunciativo para o tema, ancorados na interface sintaxe e semântica, certos de que os pressupostos teórico-metodológicos aos quais nos filiamos tivessem respostas para algumas questões que levantamos a partir da observação desse fenômeno.

Dessas questões, traçamos nossos objetivos, e é com base neles que vamos organizar essas considerações finais.

Inicialmente, tratamos de apresentar esses pressupostos teórico-metodológicos aos quais nos filiamos. Para isso, discutimos a questão da significação, ou melhor, do significado para algumas abordagens de natureza formalista (OGDEN E RICHARDS, [1923] 1972; KATZ, 1982; CHIERCHIA, 2003; PIRES DE OLIVEIRA, 2009), até adentramos na semântica de Bréal ([1987] 2008) e nas perspectivas segundo as quais construímos a seção *Enunciação e Acontecimento* (BALLY, 1965; BENVENISTE [1964] 2006; DUCROT, 1984; GUIMARÃES, 1995; 2005), perseguindo o que seria um de nossos objetivos, ou seja, **os caminhos de constituição e os fundamentos do conceito de formação nominal** (DIAS, 2009; 2013; 2015; 2018), o coração, por assim dizer, da relação *enunciação e materialidade linguística*, e, portanto, foco das discussões sobre a significação no âmbito de uma semântica da enunciação.

Tentemos resumir aonde chegamos com o desenvolvimento desse Capítulo 1. Do ponto de onde observamos, o modo de conceber a significação parte da perspectiva de que é no acontecimento da língua que se dá o acontecimento da produção do enunciado (Guimarães, 2005). É um acontecimento porque há uma relação entre aquilo que já significou, ou melhor, uma memória de significações, e uma pertinência do significar atual da produção do enunciado. Desse modo, assumimos a concepção de que enunciação é significar o mundo presente pela memória das significações do mundo passado.

Como captamos, metodologicamente, essa diferença, ou melhor, essa perspectiva de passado e presente de uma palavra? Segundo Guimarães, as palavras vão significar segundo as relações de determinação semântica que se constituem no acontecimento enunciativo. Então, nessa concepção, é preciso buscar a reescrituração. No âmbito dos estudos de Dias (2009; 2013; 2015), essa captação se dá pela via do procedimento semântico da articulação, mas considerando um desdobramento da perspectiva de Guimarães, qual seja, o fato de que os estudos de Dias dão conta das articulações linguísticas, ou mais especificamente, das articulações sintáticas, razão pela qual o foco de observação são as relações contíguas.

Na leitura de Dias (2013), acontecimento é uma relação entre referenciais históricos e pertinência enunciativa. A pertinência diz respeito às formas do dizer, isto é, por que se disse dessa forma e não de outra? Como esse dito adquire adesão para quem ouve ou para quem lê? Os referenciais, por sua vez, têm a ver com a sustentação social que tem esse dizer, ou melhor, o que determinou socialmente a existência de tal enunciado? O que alguma coisa significa do ponto de vista do valor histórico disso? O referencial histórico é, portanto, aquilo que determina como as palavras vão se relacionar (pertinência); é o que nos leva a assumir o fato de que antes de as palavras designarem algo, elas precisam ter significado antes.

Como lugar de observação desses olhares teóricos, Dias (2013) propõe o conceito de Formação Nominal como alternativa ao conceito de Sintagma Nominal. A justificativa principal para trazer o conceito de formação nominal, e não forma nominal – há forma também, mas presidida pelo conceito de formação, ou seja, uma forma advém de uma formação – é a de que a constituição de um nome, como dissemos ao longo do Capítulo, seja ele sozinho ou como elemento de uma convergência enunciativa, advém, segundo Dias (2015), de uma carga de discursividades anteriores que provocam a sua existência. Então, é nesse lugar em que os objetos do dizer vão ganhar pertinência na relação entre a memória e as demandas da atualidade no acontecimento enunciativo.

O estudo do funcionamento enunciativo da nominalização se deu segundo essa noção de acontecimento. É nesse ponto que **propomos um link entre nominalização e**

acontecimento enunciativo, um outro objetivo de pesquisa. Se trabalhar com relações linguísticas nos obriga, segundo a perspectiva de Dias (2013), a **buscar as razões enunciativas para os elementos linguísticos contíguos**, o modo de entender esse funcionamento da NML está na busca das pertinências que uma forma nominalizada adquire na relação entre uma atualidade de seu uso e os referenciais que o situam historicamente.

Nessa busca, observamos, inicialmente, que as formas linguísticas se organizam sob regularidades, as quais constituem a base para o surgimento de um enunciado enquanto acontecimento. Isso significa que, nesse espaço de regularidades, as formas nominalizadas que analisamos no Capítulo 3, como, por exemplo, *prática*, *combate*, *revogação*, *embranquecedor*, *branqueamento*, *embranquecimento*, *tombamento*, *repúdio*, *separatismo* e *segregação*, nos enunciados (62), (63), (64), (71), (72), (73), (84), (85), (89) e (90), respectivamente, são situadas em função das condições enunciativas que determinam a significação dos enunciados. Concebidas, portanto, em espaços de diferença, as formas nominalizadas ganham pertinência social nos espaços de enunciação porque são formas (historicamente) qualificadas na enunciação por um domínio de mobilização, e porque dialogam com outros dizeres, em razão de uma anterioridade que lhe é constitutiva e que assegura esses modos de dizer, que, por sua vez, são capazes de projetar novas ordens de pertinência.

A conclusão a que chegamos nessa busca é que, considerando-se as relações entre os espaços de regularidade e os lugares de memória, as demandas de pertinência de uma forma linguística nominalizada estão diretamente ligadas à capacidade que ela tem de condensar uma memória de enunciações e de evocar domínios referenciais, na medida em que ela aparece, na atualidade do acontecimento, como um efeito de pré-construído. Dentre os exemplos analisados, consideremos o enunciado (84), *A repulsa da classe média branca intelectualizada à geração tombamento*, para exemplificar o que dissemos. A nominalização *tombamento*, evoca referenciais históricos capazes de produzir uma diferença entre gerações. Se antes não havia motivações para se falar em *geração tombamento*, é porque não havia uma geração que assumisse as características encapsuladas por *tombamento*. A atualização, provocada na FN por essa forma nominalizada, abre uma pertinência que assegura o dizer *geração tombamento*. Enunciações como essas vão surgir em decorrência de acontecimentos históricos que passam a dar espaço para novas pertinências, e a nominalização tem papel importante ao condensar esses acontecimentos porque ela passa a ter uma capacidade, mesmo com as marcas da enunciação (parcialmente) apagadas por ela mesma, a evocar domínios de referência que vão assegurar as demandas de pertinências.

Ao condensar uma memória de enunciações, a nominalização ganha uma força nuclear na formação nominal que lhe atribui um papel na operação de determinação nominal, ou seja, a nominalização não é simplesmente passível de determinação, ela assume, também, na convergência enunciativa uma força de perspectivização, em maior ou menor medida, em relação aos outros elementos com os quais converge, direcionando para algum efeito de sentido. Nesse ponto, acreditamos ter cumprido um outro objetivo que é o de **analisar o comportamento determinante das formas nominalizadas em relação aos outros elementos com os quais converge, enunciativamente, na formação nominal**. Podemos tomar como exemplo disso, dentre os exemplos analisados do grupo nominal NLM + Sintagma Preposicionado, o enunciado (85), *UNILAB: Repúdio ao corte de assistência para estudantes estrangeiros*. Nesse caso, *repúdio* é uma maneira de conceber o corte de assistência para estudantes estrangeiros, ou melhor dizendo, é sob o olhar desse referencial histórico de *repúdio* que esse corte assistencialista é tomado no acontecimento. Outro exemplo que comprova bem isso é o (110), *Aos 129 anos de abolição, ainda buscamos a eliminação do racismo*, em que a forma nominalizada *eliminação* age na convergência enunciativa perspectivando o termo racismo, na medida em que ela resulta da redução de o racismo deve ser eliminado. Ao retirarmos a predicação do estado de virtualização, vemos que a nominalização estava ali na FN explorando um olhar histórico sobre o racismo, que é a de ser eliminado, dentre outras possíveis que não adquiriram pertinência naquele acontecimento enunciativo.

Nessa direção, constatamos que, em alguns enunciados, a nominalização, sozinha, pode se constituir em objeto temático, como em (92), *“Humilhação irreparável” relata professora negra ofendida por mãe de alunas em MG*, no qual o determinante *irreparável* aparece apenas situando o referencial histórico de *humilhação*. Já em outras formações extensivas do grupo nominal NML + Adjunto, o potencial temático para mais está na articulação com o seu determinante, como em (101), *Intolerância religiosa. Terreiro de Mãe Rosana foi incendiado na madrugada*, no qual o determinante *religiosa* assume, na articulação com *intolerância*, uma força de perspectivização por motivar uma pertinência enunciativa no acontecimento. Na análise de enunciados do grupo nominal NML + Sintagma Preposicionado, o potencial temático não está em torno do que tradicionalmente se chama de necessidade de complementação, mas na força de atualização que os termos têm na convergência enunciativa, como, por exemplo, em (111), *Não há cultura de denúncia do racismo no Brasil, dizem especialistas*. Nesse caso, não se trata de ver o determinante *do racismo* como um complemento necessário, mas de entender que a significação se dá na

medida em que a nominalização diz algo sobre *o racismo*. Então, o potencial temático dessa formação nominal está na convergência enunciativa como um todo. Aqui cumprimos, em parte, o objetivo de **propor contínuos que representem os níveis de atuação das nominalizações nos modos de constituição do domínio referencial**, ao elaborarmos os contínuos das convergências e suas escalas de determinações no espaço de enunciação.

Esses contínuos, envolvendo como critério de análise a força de atualização das nominalizações nas convergências enunciativas, especialmente o contínuo de representação dos enunciados do grupo nominal NML + Sintagma Preposicionado, fizeram-nos perceber que podíamos ampliar a reflexão sobre o funcionamento enunciativo das nominalizações, no que diz respeito à requalificação dos lugares sintáticos de sujeito e de complemento ligados à forma nominalizada. Nessa direção, constituímos um outro objetivo, que foi o de **propor uma reflexão pertinente à caracterização enunciativa dos lugares sintáticos ligados ao elementos nominalizado**.

A conclusão a que chegamos é que a nominalização possui um papel projetivo na formação nominal, seja na condição de núcleo de um *sujeito base* (Dias, 2003), seja na condição de predicador nominalizado. Contudo, essa projeção não se dá dentro de uma concepção de sujeito e complemento como entidades e termos, mas considerando uma concepção segundo a qual os lugares sintáticos são concebidos como lugares de funcionamento da enunciação, cuja ocupação é perpassada por uma memória histórico-social de sentidos (Ladeira, 2010). Isso implica considerar, na reflexão sobre a ocupação desses lugares, a relação intrínseca entre o plano orgânico e os fatores de ordem enunciativa.

Em relação ao lugar sintático de sujeito, essa noção de projeção está ancorada nas concepções de definitude, indefinição e generalização, segundo Dias (2003). Enquanto núcleo do *sujeito base*, a forma nominalizada se caracteriza por ser um ponto de estabilidade na demanda de saturação. Então, a escala de definitude referencial vai se dá em torno da forma nominalizada. Esse núcleo pode projetar um agente marcado organicamente na instância presente, mas descolado, à primeira vista, dessa função em razão da virtualização da predicação. É o caso de exemplos como o (97), *A luta e resistência negra por Diretas Já!*, em que há o traço de definitude da ocupação do lugar de sujeito (*negra*). O núcleo pode, também, não marcar um sujeito + definido na FN, mas em razão de uma memória de enunciações que condensa, esse núcleo pode evocar domínios de mobilização e, nesse sentido, sustentar direções de significação. Por exemplo, em (119), *Somos a razão das lutas dos nossos ancestrais. Resistência sempre!*, não podemos dizer que o *nós* que ocupa um outro lugar de sujeito complete o domínio referencial do lugar de sujeito do nome *resistência*, ou seja, há

uma parcela de indefinição do sujeito. Ainda assim, o núcleo nominalizado atua como um norteador referencial nas saturações semânticas potenciais. O traço de ocupação pode ainda se caracterizar como + indeterminado, quando houver uma dispersão maior da definitude referencial do lugar de sujeito, como em (23), *Um livro para refletir e mobilizar*. Com essas análises, acreditamos ter alcançado outro objetivo, que é o de **descrever o papel das nominalizações na constituição do domínio referencial para as demandas de saturação do lugar sintático de sujeito**.

A questão que gira em torno da reflexão sobre o lugar sintático de complemento é que a sua ocupação não está associada à necessidade complementação do sentido do nome, mas como essa forma nominalizada, condensadora, em alguma medida, de definitudes referenciais, projeta a (não) ocupação desse lugar. Defendemos que essa projeção se dá de modo vertical, uma vez que inclui, além do plano das formas, o plano do enunciável. Nesse ponto do estudo, buscamos **adaptar os conceitos de predicação centrada e dirigida ao funcionamento das nominalizações, a fim de redimensionar o olhar sobre a ocupação do lugar sintático de complemento**. Sendo assim, vimos que na predicação dirigida, há um efeito de completude em razão da convergência enunciativa e das forças de atualização que os elementos assumem ali na FN ao se articularem, como (112), *Papa Francisco condena perseguição contra muçulmanos*. No caso da predicação centrada, como no exemplo (131) *O Ministério do Trabalho e do Emprego publicou uma portaria que altera as definições de trabalho escravo e abre caminho para violações* [], o lugar de complemento do nome *violações* existe enquanto projeção histórica desse nome, do que ele acumulou na história de seus usos, sendo capaz, portanto, de potencializar saturações semânticas.

Por fim, vislumbramos esses resultados em contínuos de representação. No caso das demandas de saturação do lugar do sujeito, criamos um contínuo com base nos traços de definitude referencial na ocupação do lugar de sujeito. E para os casos de ocupação do lugar de complemento, elaboramos um contínuo de predicações centrada e dirigida das nominalizações, contemplando, portanto, mais do objetivo que se refere à **elaboração de contínuos que representem os níveis de atuação das nominalizações nos modos de constituição do domínio referencial**.

Embora certos de que ainda há muito a ser explorado, sobretudo em relação à requalificação dos lugares sintáticos ligados à nominalização, assim se deu nossa contribuição aos estudos acerca desse fenômeno, especialmente no sentido tanto de ampliar o olhar sobre alguns aspectos que vinham sendo postos sobre esse estatuto, quanto de deslocar o foco das nominalizações do problemático pressuposto da necessidade e da completude, no caso, em

relação ao que foi abordado no último capítulo, buscando respostas pela via dos estudos semântico-enunciativos.

Se fazer uma análise semântico-enunciativa, observando o funcionamento das FNs, como explica Dias (2018), permite que interpretemos o funcionamento da sociedade, poderíamos dizer, com base nos resultados a que chegamos com as análises, que as formações nominais nucleadas por uma nominalização expõem, na relação entre referencial histórico e pertinência enunciativa, esse movimento de silenciar, virtualizando, e alocando, portanto, o racismo no lugar da generalização, remetendo a uma de nossas hipóteses de trabalho já confirmada, mas, ao mesmo tempo, projetando, historicamente, sentidos.

Esse movimento de silêncio e projeção de sentidos, orquestrado na convergência enunciativa por uma nominalização, vai explicitar o jogo de forças que o sujeito, também amparado por referenciais ao dizer, instala na FN, que é o jogo de forças entre a ideia de existência ou não existência do racismo na nossa sociedade.

*Eu quero ver
Quando Zumbi chegar*

(Jorge Ben Jor)

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. *In: ACHARD, P. et al. Papel da memória*. Campinas: Pontes, p. 11-21.
- AGUSTINI, Carmen; ALFERES, Sirlene. Aspectos semânticos das nominalizações: língua, sujeito, paráfrase. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 26, jan./jun. 2010.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BALLY, Charles. *Linguistique générale et linguistique française*. 4. ed. Berne: Éditions A. Francke, 1965.
- BARBISAN, Leci Borges. O conceito de enunciação em Benveniste e em Ducrot. *Letras*. n. 33, p. 23-35, 2006.
- BASÍLIO, Margarida. *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. Formação e uso da nominalização deverbal sufixal no português falado. *In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de; BASÍLIO, Margarida (orgs.). Gramática do português falado*. Volume IV: Estudos descritivos. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1996.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Trad.: E. Guimarães [et. al.]. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, [1974] 2006.
- BERRENDONNER, Alain. Pour une macro-syntaxe. *Travaux de linguistique*, Paris, n. 21, p. 25-36, 1990.
- BLIKSTEIN, Izidoro. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- BORGES NETO, José. *Ensaio de filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola, 2004.
- BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. 2. ed. Campinas: RG, [1897] 2008.
- CALVINO, Ítalo. Palomar na praia – leitura de uma onda. *In: As férias de Palomar*. Trad.: Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, [1983] 1994, p. 7-11.
- CHIERCHIA, Gennaro. *Semântica*. Trad.: L. A. Pagani [et. al.]. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

CHOMSKY, N. Remarks on Nominalization. In: JACOBS, R.A. & ROSENBAUM, P.S. (Org.). *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham, MA: Gynn and Co., 1970. p. 184-221.

COSTA, Joana Darc Rodrigues da. *Família no século XXI: diversidade na unidade*. Belo Horizonte, BH, 2016. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

CRUZ, Márcio Alexandre. Uma contradição aparente em Saussure: o problema da relação língua-história. In: FIORIN, J. L.; FLORES, V. do N.; BARBISAN, L. B. (Orgs.). *Saussure: a invenção da linguística*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 33-44.

CULIOLI, Antoine. *Pour une linguistique de l'énonciation*. Domaine notionnel. Tome 3. Paris: Ophrys, 1999b.

CUNHA, Celso. *Gramática moderna*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1970.

DAHLET, Patrick Alfred. (Re)produzir o inquestionável: nominalização, generalização e naturalização no discurso neoliberal. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 8, p. 206-221, jun. 2015.

DALMASCHIO, Luciani; JAMAL, Ângela Maria Alves Lemos. A semântica da enunciação e seus princípios fundantes. In: *Enunciação e língua: uma introdução*. Org.: Elke Beatriz Feliz Pena, Florianópolis: Beconn, p. 17 a 27, 2014.

DALMASCHIO, Luciani. *Predicação dirigida x predicação centrada: a (não) ocupação do lugar sintático de objeto na perspectiva da semântica da enunciação*. Belo Horizonte, BH, 2013. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

DIAS, Luiz Francisco. Língua nacional, língua materna e outras línguas: significação e discurso. *XXI Anais de Seminários do GEL*. Vol. I. Grupo de Estudos Linguísticos Est. de São Paulo. Jaú, 1992, p. 652-659.

_____. Enunciação e definitude. *Estudos Linguísticos – XXII Anais de Seminários do GEL*. Vol. 1. Grupo de Estudos Linguísticos Est. de São Paulo. Ribeirão Preto, 1993b, p. 747-752.

_____. Fatos sintáticos e propriedades enunciativas: uma visão semântica da transitividade verbal. In: HORA, D. da; CHRISTIANO, E. (orgs.). *Estudos linguísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia, 1999a, p. 179-181.

_____. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, A. (org.). *Relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002, p. 47-63.

_____. A sintaxe em novas dimensões. In: TOLDO, C. S. (org.). *Questões de linguística*. Universidade de Passo Fundo: UPF Editora, 2003, p. 57-69.

_____. Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal. In: SARAIVA, M. E. F.; MARINHO, J. H. C. (orgs.). *Estudos da língua em uso: relações inter e intra-sentenciais*. Belo Horizonte: FALE, 2005a, p. 101-122.

_____. Resistência e desafio: traços do pensamento de Pêcheux no Brasil. In: FONSECA-SILVA, M. da C.; SANTOS, E. J. dos. (orgs.). *Estudos da Língua(gem)*. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. Vitória da Conquista, n. 1, p. 113-118, junho de 2005.

_____. Enunciação e gramática: o papel das condições de emprego da língua. *Letras*, Santa Maria, n. 33, p. 51-67, jul./dez. 2006a, p. 51-67.

_____. Novas perspectivas no ensino de gramáticas na escola: o estatuto do exemplo em questão. In: OLIVEIRA, S. E. de & SANTOS, J. F. dos. (orgs.). *Mosaico de linguagens*. Campinas: Pontes/CELLIP, 2006b, p. 43-53.

_____. Énonciation et grammaire: le champ de production de grammaires dans le Brésil contemporain. In: ORLANDI, E.; P. GUIMARÃES, E. (org.) *Um dialogue atlantique – Production des sciences du langage au Brésil*. Lyon: ENS Éditions, 2007a, p.79-89.

_____. Enunciação e regularidade sintática. In: GUIMARÃES, E. R. J.; ZOPPI-FONTANA, M. G. (orgs.). *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: Unicamp, p. 7-30, jan./jun. 2009a, p. 7-30.

_____. Os sentidos da liberdade no mundo wiki. In: SCHONS, C. R.; CAZARIN, E. A. (orgs.). *Língua, escola e mídia – en(tre)laçando teorias, conceitos e metodologias*. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo, 2011b, p. 272-287.

_____. Enunciação e forma linguística. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 223-238, jan./jun. 2013a.

_____. Formações nominais designativas da Língua do Brasil: uma abordagem enunciativa. *Letras*, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 11-22, jan./jun. 2013d.

_____. A “linguagem cidadã” em questão: uma abordagem enunciativa. In: BRESSANIN, J. A. [et. al.]. *Linguagem e interpretação: a institucionalização dos dizeres na história*. Cáceres: Ed. Da Unemat, 2013h, p. 211-222.

_____. Sentido, significado e significação. In: FRADE, I. C. A. da S.; COSTA VAL, M. da G.; BREGUNCI, M. das G. de C. (org.). *Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores*. Belo Horizonte: UFMG / Faculdade de Educação, 2014d, p. 299-300.

_____. Acontecimento enunciativo e formação sintática. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 35, p. 99-138, jan./jun. 2015c.

_____. Sentido e enunciação: a atualidade do conceito de acontecimento na Semântica. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 229-248, jun. 2015d.

_____. Língua e nacionalidade no Brasil na primeira metade do século XX. *Polifonia*, Cuiabá, v. 22, n. 31, p. 11-31, jan./jul., 2015e.

_____. Nomes de cidades de Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In: KARIN, T. M.; KARIN, J. M.; BRESSANIN, J. A. (orgs.) *Atlas dos Nomes que Dizem das Histórias das Cidades Brasileiras – Um Estudo Semântico-Enunciativo do Mato Grosso (Fase I)*. Campinas: Pontes, 2016a, p. 32-49.

_____. Enunciar o ininteligível. In: MARIANI, B. S.; MOREIRA, C. B. (orgs.). *O dizível, o ininteligível e o imperceptível*. Niterói: UFF, 2017a, p. 112-139.

_____. *Enunciação e relações linguísticas*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2018. No prelo.

DIAS, Luiz Francisco; GUIMARÃES, Igor Caixeta Trindade. Complementação e adjunção: dois procedimentos de determinação nas formações nominais. In: SILVA, S. M. S da; MACHADO, C. de P. (orgs.). *Estudos dos sentidos na semântica e no discurso*. São Carlos: Pedro & Joao Editores, 2013, p. 41-58.

DIAS, Luiz Francisco; LACERDA, Priscila Brasil Gonçalves. A referência nos estudos semânticos. *Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Dossiê: Língua em uso n.º. 47*, 2013e, p. 357-371.

DIONISIO, Ângela Paiva. Gêneros Textuais e Multimodalidade. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

DUCROT, Oswald. Enunciação. In: *Enciclopédia Einaudi*. vol. 2. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 368-393, 1984.

_____. *O dizer e o dito*. Rev. téc. da trad.: E. Guimarães. Campinas: Pontes, [1984] 1987.

_____. Les internalisateurs. In: ANDERSEN, H. L.; NOLKE, H. *Macro-syntaxe et macro-sémantique*. Berne: Peter Lang, 2002, p. 301-322.

FARACO, Carlos Alberto. Considerações sobre a nominalização em português. *Letras (28)*, 1979, p. 107-128.

_____. *Considerações sobre a nominalização em português – II*. Letras, Curitiba (32), 1983, p. 60-72.

FLORES, Valdir do Nascimento *et al.* *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Tradução brasileira: *A arqueologia do saber*. 3. ed. Rio De Janeiro: Forense Universitária, [1969] 1987.

FRANCKEL, Jean-Jacques. Referência, referencição e valores referenciais. In: ROMERO, Márcia; BIASOTTO-HOLMO, Milenne; *et al.* (Org. e Trad.). *Linguagem e enunciação: representação, referencição e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 31-55.

FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo, Cultrix, 1978.

GUILLAUME, Gustave. *Le problème de l'article et sa solution dans la langue française*. Paris, Québec, 1975.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e história. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.

_____. Enunciação, língua, memória. *Revista da ANPOLL*. n. 2, p. 27-33, 1996.

_____. *Semântica do acontecimento: um estudo da designação*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. A enumeração – Funcionamento enunciativo e sentido. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, 51(1): 49-68, Jan./Jun. 2009.

_____. Quando o *eu* se diz *ele*: análise enunciativa de um texto de publicidade. *Revista da ANPOLL*, v. 1, n. 29, 2010.

KATZ, J. J. The scope of semantics. In: _____. *Semantic theory*. New York: Harper & Row, 1972, p. 1-10. Trad. bras.: KATZ, J.J. O escopo da semântica. In: DASCAL, M. (Org.) *Fundamentos metodológicos da linguística*. v. 3. Campinas: Editora do autor, 1982, p. 43-61.

LADEIRA, Emiliana da Consolação. *O lugar do "sujeito indeterminado" sob uma abordagem enunciativa*. Belo Horizonte, BH, 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

LACERDA, Priscila Brasil Gonçalves. *Bases sintáticas da enunciação em português: uma proposta sobre o adjunto adverbial*. Belo Horizonte, BH, 2013. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. O estruturalismo. *Alfa Revista de Linguística*, FFCL de Marília, Departamento de Letras, v. 11, 1967.

MEYER, Rosa Marina de Brito. *A complementação da forma nominalizada deverbal sufixal e a conceitualização do complemento nominal*. Rio de Janeiro, RJ, 1991. Tese (Doutorado). PUC-Rio, 1991.

MILNER, Jean-Claude. La théorie des positions. *In: Introduction à une Science Du langage*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

MIRA MATEUS, Maria Helena; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub; *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*. 7. ed. Lisboa: Editorial Caminho, [1983] 2003.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção de objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. *In: CAVALCANTE, M. M. et al (Org.). Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia – Tomo IV*. Trad.: Maria Stela Gonçalves, Adail U. Sobral, Marcos Bagno, Nicolás Nyimi Campanário. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

NIVETTE, Joseph. *Princípios de gramática gerativa*. Trad.: Nilton Vasco da Gama. São Paulo: Pioneira, 1975.

NUNES, José Horta. Lexicologia e Lexicografia. *In: GUIMARÃES, E. e ZOPPI FONTANA, M. (Orgs.). Introdução às ciências da linguagem – A palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006, p. 147-172.

OGDEN, Charles B.; RICHARDS, I. A. *O significado de significado – Um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo*. Trad.: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, Pontes. 1992.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas, São Paulo: Ed. da UNICAMP, [1995] 2007.

PACHI FILHO, Fernando Felício. Efeitos de sentido da nominalização “privatização” no discurso da imprensa. *Signótica*, v. 20, n. 2, p. 309-333, jul./dez. 2008.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. São Paulo: Ed. da Unicamp, [1975] 1995.

_____. Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas. *In: Línguas e instrumentos linguísticos*. Campinas: Pontes, n. 2, p. 07-31, jul./dez.1998.

PERINI, Mário A. *Gramática do Português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Semântica. *In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Ana Christina (orgs.). Introdução à Linguística*. Vol. 02. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

REZENDE, Letícia Marcondes. *Léxico e gramática: aproximação de problemas linguísticos com educacionais*. São Paulo, SP, 2000. Tese (Livre-docência). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESPI, 2000.

_____. Nominalização: o diálogo entre os níveis de análise linguística. *Gragoatá*, Niterói, nº. 25, 51-62, 2. sem. 2008.

SEIDE, Márcia Sipavicius. *A semântica de Michel Bréal: recontextualização, fortuna crítica e aplicação*. São Paulo, SP, 2006. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

SÉRIOT, Patrick. Langue russe et discours soviétique. L'analyse des nominalisations. *Langages*, n. 81, 1986, p.11-41.

STOEAN, Carmen Stefania. Les théories de l'énonciation comme fondement de l'approche communicative. *Dialogos*. Bucarest, v. 8, p. 38-58, 2003.

STROGENSKI, Paulo Juarez Rueda. *Nominalização: algumas considerações teóricas*. Curitiba, PR, 1997. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Paraná, 1997.

TAMBA-MECZ, Irène. *A semântica*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

TEIXEIRA, Marlene; FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Linguística da Enunciação: uma entrevista com Marlene Teixeira e Valdir Flores. *ReVEL*, v. 9, n. 16, 2011.

VALENTIM, Helena Topa. *Predicação de existência e operações enunciativas*. Lisboa: Colibri, 1998.